

MAIKEL GUSTAVO SCHNEIDER

**“TALVEZ NUNCA MAIS EU VEJA MINHA TERRA NATAL”: A TRAJETÓRIA
DE IMIGRANTES ALEMÃES NA COLONIZAÇÃO DE PORTO NOVO/SC
(1932-1942)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Prof. Dra. Rosane Marcia Neumann.

Passo Fundo

2018

Em memória a August Adolf Kollmann, Franziska Kollmann, Heinrich Engelbert Lenz, Hermine Augusta Lenz, Bruno Lengert, Elizabeth Lengert, Josef Dietz, Maria Dietz, Georg Wohlfart, Bárbara Wohlfart e outros imigrantes alemães que deixaram sua terra natal e instalaram-se em Porto Novo, estado de Santa Catarina, a partir de 1932.

AGRADECIMENTOS

A trajetória deste trabalho contou com a participação e colaboração de muitos atores, todos merecedores dos agradecimentos aqui registrados. Em verdade, são dignos da lembrança e do carinho que guardarei comigo.

Inicio agradecendo aos meus pais, Miguel e Clara, e à minha avó, Clotilda, pelo apoio em todos os momentos, bem como pelo constante incentivo, convivendo com a ausência prolongada desse filho que dedicou grande parte de seu tempo às pesquisas. Em nome deles, estendo o agradecimento à toda família.

À professora orientadora, Dra. Rosane Marcia Neumann, pela sua presença, dedicação e paciência, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, acolhendo este pesquisador e norteando esta pesquisa.

Aos professores e demais colaboradores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, pela oportunidade da convivência, pelo profissionalismo, pela eficiência e pelos ensinamentos compartilhados, especialmente ao Dr. João Carlos Tedesco, pelas considerações e apontamentos na Banca de Qualificação.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos visitados no decurso desta pesquisa, pelo atendimento atencioso e compreensivo, em especial à Janaina Silva, do Memorial Jesuíta da Unisinos de São Leopoldo – RS.

Aos colegas historiadores que ajudaram a enriquecer este trabalho com sugestões e discussões, especialmente ao Leandro Mayer, à Marinilse Candida Marina Busato e ao Douglas Franzen.

Aos amigos, que guardo com carinho no lado esquerdo do peito, compreensivos e leais nos momentos de maior desafio. De forma especial ao Eduardo Luiz Schoeler, pela edição das imagens e mapas utilizados no trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos e apoio financeiro.

À equipe do Escritório Airton Sehn & Advogados Associados, pelo incentivo e pela compreensão das minhas ausências.

À Elena Wendling Ruscheinsky, pela revisão e correção gramatical desta Dissertação.

Por derradeiro, meu agradecimento especial às famílias Dietz, Kollmann, Lengert, Lenz e Wohlfart, que conheci melhor durante o desenvolvimento deste trabalho, todas atenciosas e receptivas, dispostas a colaborar com a pesquisa. Sou grato pelas informações repassadas e pelos materiais fornecidos.

Vêm-se os emigrantes partirem uns após os outros, vêm-se os imigrantes chegarem uns atrás dos outros e uns seguindo os outros, mas só se compreende o que é a emigração lá e o que é a imigração aqui, posteriormente, quando o processo já está bem encaminhado, quando a duna já está formada.

Abdelmalek Sayad (1998)

RESUMO

O propósito deste estudo é investigar, na perspectiva da micro-história, a trajetória de um grupo de imigrantes alemães que emigraram da Alemanha para o Brasil, entre 1932 e 1940, instalando-se na colônia Porto Novo – atualmente municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis – situada no Extremo Oeste de Santa Catarina. O projeto de colonização Porto Novo foi planejado, organizado e promovido pela *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, entidade fundada pelos padres Jesuítas, e implantado em 1926 às margens do Rio Uruguai. Tratava-se de uma colônia direcionada para alemães católicos que recebeu, nos primeiros anos, significativo número de migrantes originários das colônias do Rio Grande do Sul. A partir de 1932, motivado pela propaganda realizada na Alemanha, especialmente uma brochura escrita sobre Porto Novo que circulava em diferentes regiões, e diante do contexto pós-I Guerra Mundial, um grupo de alemães, com perfil predominantemente urbano, emigrou e estabeleceu-se na colônia, sendo alocados na Linha Presidente Becker. Assim, é nosso objetivo investigar e compreender essas trajetórias migratórias, os desafios enfrentados pelos e/imigrantes, bem como os motivos de seu deslocamento, além de eventuais processos de retorno à terra natal, analisando o contexto de partida e chegada. Logo, o estudo busca traçar a trajetória dessas famílias, no jogo de escalas, no contexto da mobilidade humana transoceânica e sua inserção no local de chegada, com a adaptação de seu modo de vida à colônia – a partida, a chegada e a permanência. A pertinência do estudo encontra-se no fato da historiografia sobre o estado de Santa Catarina abordar de forma marginal a imigração alemã do início do século XX, fazendo pouca distinção entre colonos frutos da migração interna e de imigrantes. Portanto, o estudo permite afirmar que esses imigrantes, a maioria trabalhadores urbanos, possuíam boas condições financeiras, sendo a emigração espontânea uma opção, o capital trazido lhes garantiu a aquisição de um lote colonial e a instalação inicial naquele novo espaço. Sinaliza, assim para um fluxo migratório espontâneo, heterogêneo e por motivações as mais diversas, possíveis de verificar a partir do estudo de trajetórias.

Palavras-chave: Imigração, Colonização, Porto Novo, Alemães-Católicos

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate, from the perspective of micro history, the trajectory of a group of German immigrants who emigrated from Germany to Brazil between 1932 and 1940, settled in the Porto Novo colony. The municipalities of Itapiranga, São João do Oeste and Tunápolis - located in the region of Extremo Oeste in the state of Santa Catarina – now compose this territory. The Porto Novo colonization project was planned, organized and promoted by the *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul* (Popular Union for Catholic Germans in Rio Grande do Sul), an entity founded by the Jesuit priests, and implanted in 1926 beside the Uruguay River. It was a colony aimed at German Catholics who received, in the first years, a significant number of migrants from the colonies of Rio Grande do Sul. From 1932, motivated by the propaganda carried out in Germany, especially a brochure written about Porto Novo circulated in different regions, and in the context of post-World War I, a group of Germans, with predominantly urban profile, emigrated and settled in the colony, specifically in the Line President Becker. Thus, it is our objective to investigate and understand these migratory trajectories, the challenges faced by immigrants, as well as the reasons for their displacement, as well as eventual return processes to the native land, analyzing the context of departure and arrival. Therefore, the study seeks to trace the trajectory of these families, in the game of scales, in the context of human transoceanic mobility and the insertion in the place of arrival, with the adaptation of their way of life to the colony – the departure, the arrival and the permanence. The pertinence of the study lies in the fact that the historiography about the state of Santa Catarina marginally addresses the German immigration of the early twentieth century, making little distinction between settlers who are the result of internal migration and immigrants. Therefore, the study allows to affirm that these immigrants, the majority urban workers, had good financial conditions, being the spontaneous emigration an option, the capital brought by them assured the acquisition of a colonial lot and the initial installation in that new space. It signals for a spontaneous and heterogeneous migratory flow and for the most diverse motivations, which can be verified from the study of trajectories.

Keywords: Immigration, Colonization, Porto Novo, German-Catholic

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jornal do Brasil - Seção do Obituário.....	18
Figura 2 – Mapa de Santa Catarina.....	69
Figura 3 – Mapa do centro de Porto Novo em 1929.....	79
Figura 4 – Propaganda de Porto Novo em 1929.....	90
Figura 5 – Propaganda de Porto Novo em 1930.....	91
Figura 6 – Propaganda de Porto Novo em 1932.....	92
Figura 7 – Propaganda de Porto Novo em 1933.....	94
Figura 8 – Propaganda de Porto Novo em 1936.....	96
Figura 9 – Propaganda de Porto Novo em 1937.....	98
Figura 10 – Mapa das Linhas Presidente Becker, Macaco-Branco, Glória e Peperi-Guassú.....	103
Figura 11 – Mapa das Linhas Presidente Becker e Santo Antônio.....	104
Figura 12 – Lotes rurais da Linha Presidente Becker Baixa.....	107
Figura 13 – Lotes rurais da Linha Presidente Becker Alta.....	107
Figura 14 – Sede da Sociedade Kolping.....	109
Figura 15 – Brochura sobre Porto Novo.....	111
Figura 16 – Brochura sobre Porto Novo.....	112
Figura 17 – Passaporte da família Lenz.....	135
Figura 18 – Carimbos no passaporte da família Lenz.....	135
Figura 19 – Bruno Lengert e seu pai Johannes Lengert.....	137
Figura 20 – Passaporte de Elizabeth Lengert.....	139
Figura 21 – Carimbos no passaporte de Elizabeth Lengert.....	140
Figura 22 – <i>Marienhospital</i> em Stuttgart.....	141
Figura 23 – Registro fotográfico da família Dietz em 1934.....	145
Figura 24 – Registro fotográfico da família Wohlfart em 1934.....	147
Figura 25 – Passaporte de Georg e Bárbara Wohlfart.....	148
Figura 26 – Carimbos no passaporte de Georg e Bárbara Wohlfart.....	149
Figura 27 – Mapa da Alemanha.....	151

Figura 28 – Casa da família Dietz em Linha Presidente Becker em 1937.....	157
Figura 29 – August, Franziska e Alberto em 1939.....	162
Figura 30 – Túmulo de Hermine Augusta Lenz e Heinrich Engelbert Lenz.....	173
Figura 31 – Túmulo de Franziska Seifried Kollmann e August Adolf Kollmann.....	177
Figura 32 – Túmulo de Bárbara Kraemer Wohlfart e Georg Wohlfart.....	178
Figura 33 – Casa e açougue da família Dietz em San Pedro na Argentina.....	180
Figura 34 – Túmulo de Maria e Josef Dietz em San Pedro na Argentina.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Primeiros compradores de terra de Porto Novo em 1926.....	75
Tabela 2 – Compradores de terra na Linha Presidente Becker (1932 – 1942).....	105
Tabela 3 – Imóveis comercializados em Porto Novo no período junho/1932 – junho/1943.....	123
Tabela 4 – Dados das escrituras de compra e venda de lotes.....	163
Tabela 5 – Permanecer ou partir?.....	183

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 “COMBATER OS INIMIGOS DE DEUS”: A ATUAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS NA CURA DAS ALMAS.....	29
1.1 A pena a serviço do projeto de divulgação da Igreja Católica.....	29
1.1.1 <i>Imprensa escrita: “proteção dos valores e da tradição católica”.....</i>	<i>32</i>
1.1.2 <i>Imprensa alemã católica no Rio Grande do Sul.....</i>	<i>35</i>
1.2 “Ide e ensinai a todos os povos”: o direito natural da Igreja Católica sobre a educação.....	39
1.2.1 <i>Professor paroquial: “exemplo de virtudes cristãs”.....</i>	<i>40</i>
1.2.2 <i>O direito da Igreja Católica sobre as edificações escolares e a educação..</i>	<i>42</i>
1.2.3 <i>O fim da hegemonia da Igreja sobre a educação.....</i>	<i>46</i>
1.3 “Ajuda-te e Deus te ajudará”: o associativismo a serviço do ideal jesuítico-cristão.....	50
1.3.1 <i>Associação Rio-Grandense de Agricultores: a Bauerverein.....</i>	<i>53</i>
1.3.2 <i>Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul: a Volksverein.....</i>	<i>57</i>
1.3.2.1 <i>A atuação da Sociedade União Popular nas frentes de colonização.....</i>	<i>63</i>
1.3.2.2 <i>Terras catarinenses: o início das negociações e as primeiras aquisições.....</i>	<i>66</i>
2. “PORTO NOVO, TERRA DO FUTURO”	71
2.1 Colônia Porto Novo: o sonho jesuítico cristão.....	71
2.1.1 <i>Os primeiros anos da colônia Porto Novo.....</i>	<i>72</i>
2.1.2 <i>Impasses da colonização: intrigas, rivalidades e processos judiciais.....</i>	<i>81</i>
2.1.3 <i>A imprensa alemã católica a serviço da divulgação do sonho jesuítico.....</i>	<i>85</i>
2.2 Linha Presidente Becker: o refúgio dos alemães de além-mar.....	101
2.2.1 <i>Propagandas e parcerias com associações alemãs.....</i>	<i>108</i>
2.2.2 <i>As terras do hinterland e o processo de assentamento e adaptação dos alemães de além-mar.....</i>	<i>113</i>

2.2.3 Benefícios, auxílios de assistência aos alemães natos.....	117
2.2.4 Alugam-se terras: novas estratégias para ocupação dos lotes.....	119
3. A TRAJETÓRIA DE IMIGRANTES ALEMÃES NA	
COLONIZAÇÃO DE PORTO NOVO/SC (1932-1942)	125
3.1 A teia da partida: a Alemanha e os emigrantes.....	126
3.1.1 Lenz: fios políticos.....	129
3.1.2 Lengert: fios de necessidade.....	136
3.1.3 Kollmann: fios de desejo.....	140
3.1.4 Dietz: fios de oportunidade.....	144
3.1.5 Wohlfart: fios de angústia.....	146
3.2 A chegada: privações e surpresas na Linha Presidente Becker.....	152
3.2.1 O desembarque no “Novo Mundo”	153
3.2.2 “Os alemães sentem estar no meio do mato”:	
a estruturação dos lotes e os primeiros anos.....	156
3.2.3 Perseguições a alemães.....	166
3.3 Permanecer ou partir: a inquietude do imigrante.....	170
3.3.1 Heinrich e Hermine Lenz.....	170
3.3.2 Bruno e Elizabeth Lengert.....	174
3.3.3 August e Franziska Kollmann.....	175
3.3.4 Georg e Bárbara Wohlfart.....	177
3.3.5 Josef e Maria Dietz.....	179
3.3.6 Após a chegada, alguns permanecem, outros partem.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS.....	192

INTRODUÇÃO

“A história não consegue trazer de volta a totalidade do passado. Também não consegue estabelecer continuidades completas entre o passado e o presente. Há discontinuidades em nosso saber histórico” (DREHER, 2014, p. 7).

“Como posso escrever o que vou lhes dizer?”

Antes de iniciar o trilhar pelos capítulos que compõem esse estudo, importante registrar a trajetória que tornou possível a presente escrita, evidenciando os motivos pela escolha desta temática até as aventuras, frustrações, percalços, alegrias e prazeres em busca de fontes e informações para fundamentar a pesquisa. Sem dúvida, foram inúmeros acontecimentos que proporcionaram, ao final da pesquisa, a apresentação ao grande público e aos demais historiadores, de um trabalho sério e comprometido com a realidade histórica, merecendo, desta forma, um breve relato.

Nesse sentido, Marc Bloch em certa oportunidade assim refletiu:

À frente de obras históricas do gênero sério, o autor em geral coloca uma lista das cotas dos arquivos que vasculhou, das coletâneas de que fez uso. Isso é muito bom. Mas não basta. Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou [caso se prefira], inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: ‘como posso escrever o que vou lhes dizer?’ Estou convencido de que ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício, experimentaríamos um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da busca, com seus sucessos e revezes, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio (BLOCH, 2001, p. 83).

Desta forma, a partir do conselho de Marc Bloch, imperioso revelar aos leitores a jornada que proporcionou esta escrita. Assim como os antropólogos que guardam um diário de campo e se embrenham a refletirem sobre o processo de pesquisa, cabe também aos historiadores fazerem esse breve registro.

Inicialmente, insta registrar sobre a trajetória da escolha do tema, esclarecendo os fatos que conduziram este pesquisador até a temática proposta, uma vez que nenhum tema de pesquisa é retirado da cartola do historiador, existindo uma trajetória que revela e justifica sua escolha.

1º Fato: August Adolf Kollmann e Franziska Seifried Kollmann, meus bisavós, migraram da Alemanha para o Brasil e estabeleceram-se em Linha Presidente Becker, na colônia Porto Novo. Durante parte da infância que tive a oportunidade de conviver com eles, sempre ouvia Franziska contar sobre seu país de origem e o sonho de retornar para a Alemanha, fato que não ocorreu. “*Se não tivesse o mar entre o Brasil e a Alemanha, eu voltaria caminhando*”, lamentava ela, demonstrando seu sonho de algum dia retornar para a terra natal.

2º Fato: Meu trabalho de conclusão de curso, apresentado na graduação de Direito, na Universidade do Oeste de Santa Catarina, em outubro de 2015, versou sobre o poder da comunidade no controle da violência no município de Itapiranga/SC, antiga Porto Novo. As pesquisas que fundamentaram aquele trabalho acadêmico revelaram características de um modelo tradicional de comunidade existente em Porto Novo, evidenciando a existência de um autocontrole da violência que o grupo comunitário exercia a partir de mecanismos de coesão social. A monografia apresentou três blocos: o primeiro, de cunho histórico, trouxe uma retrospectiva acerca da criação do Estado e sua relação coercitiva sobre a população; o segundo, também de cunho histórico, enfatizou o modelo de comunidade existente em Porto Novo, desde sua colonização até a década de 1970, quando da entrada da modernização e do capital estrangeiro com as multinacionais; e o terceiro, ressaltou sobre o autocontrole da população e os membros que constituem a comunidade. Assim, o estudo proporcionou uma análise acerca do modelo comunitário existente em Porto Novo e os poderes que esta comunidade exercia sobre os seus membros.

3º Fato: Em dezembro de 2015 recebi o convite dos historiadores Leandro Mayer e Douglas Orestes Franzen para compor o corpo de autores do livro “*Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*”. Desse modo, colaborei com a obra a partir da escrita de um capítulo intitulado “*Colonização, comunidade e ausência inicial do Estado: estudo sobre o modelo comunitário do município de Itapiranga/SC*”. Naquele mesmo momento, também surgiu o

convite dos amigos para que eu ingressasse no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História, da Universidade de Passo Fundo.

4º Fato: Na data de três de março de 2016, iniciei as aulas como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História, da Universidade de Passo Fundo, optando pela disciplina de Movimentos Migratórios II, com os professores Dr. João Carlos Tedesco e Dra. Rosane Marcia Neumann. No primeiro dia de aula, trocamos ideias e informações a respeito de pesquisas e temas viáveis a serem pesquisados.

Diante dos fatos acima narrados, surgiram várias possibilidades de temas a serem pesquisados. Contudo, considerando a existência de fontes, a ausência de trabalhos sobre o tema e a importância da temática para a historiografia dos estudos migratórios, escolhi pesquisar a trajetória de imigrantes alemães compradores de terras na colonização de Porto Novo.

É necessário confessar que um dos maiores desafios foi no início dos estudos, principalmente o momento de aproximação com a temática, por meio de leituras fundamentais dentro do campo da micro-história, da história regional, da colonização e dos processos migratórios, até então desconhecidas por mim.

Imperioso ressaltar também que levantei e li a grande maioria dos trabalhos acadêmicos escritos sobre a colônia Porto Novo, mapeando a data de publicação de cada um e identificando os discursos e as características ressaltadas por cada pesquisador acerca daquela colonização. Foi dessa maneira que identifiquei que a historiografia até então apresentada não evidenciava a origem e a trajetória de adquirentes de terras em Porto Novo, restringindo-se a afirmar que eram alemães católicos.

Em qual cenário estava inserida a fundação de Porto Novo? Quem promoveu a vinda dos alemães natos para Porto Novo a partir de 1932? Qual a origem dessas famílias? Quais os motivos dessa e/ou imigração? Realmente houve o progresso almejado por parte das famílias? Os problemas dessas perguntas me conduziram aos arquivos e ao contato com documentos de imigrantes que chegaram em Porto Novo a partir de 1932.

Em diálogo com a historiografia até então produzida, foi possível construir dois campos de interesse que orientaram a pesquisa. O primeiro campo foi relativo à comprovação (ou não) da alegada homogeneidade étnica e religiosa da colônia Porto Novo. Se os historiadores destacavam essa característica da

colônia, era preciso tentar comprová-la ou refutá-la efetivamente. Passei a perguntar então: quem eram os compradores de terras de Porto Novo? Eram todos exclusivamente alemães católicos? O que evidenciavam as propagandas da colônia? Elas informavam a exclusividade étnica e religiosa exigida dos compradores?

O outro campo de interesse da pesquisa se organizou a partir da carência da historiografia sobre a origem e a trajetória de imigrantes alemães que se instalaram em Porto Novo a partir de 1932, emigrados do continente europeu. Se os pesquisadores apenas faziam referência ao grupo de algumas famílias que emigraram ao Brasil e chegaram até Linha Presidente Becker, interior de Porto Novo, eu estava decidido a levantar esses nomes – o quanto me fosse possível – e investigar os motivos desses deslocamentos, os perfis desses personagens e apontar se houve o prometido progresso na empreitada. Além disso, a historiografia sobre o estado de Santa Catarina ou ignora esse grupo ou considera todos como alemães, fazendo pouca distinção entre colonos frutos da migração interna e de imigrantes.

As pesquisas iniciais foram realizadas junto ao Memorial Jesuíta da Unisinos, no município de São Leopoldo – RS, local onde encontram-se os arquivos da Sociedade União Popular, responsável pela colonização de Porto Novo. Naquele espaço, analisei os livros diários da colonizadora onde havia registros de movimentações financeiras realizadas pelos administradores da colônia, como o recebimento de valores pelas vendas dos lotes e os pagamentos efetuados ante as despesas administrativas. Assim, após analisar doze livros diários, do interstício de 1932-1942, foi possível elaborar a tabela com os 35 registros de compras de lotes de terras na Linha Presidente Becker.

Naquele arquivo, mantido pelos Jesuítas, também levantei as propagandas que eram publicadas em jornais, revistas e almanaques sobre a colonização de Porto Novo, a fim de constatar qual era a imagem construída e difundida sobre a colônia. Além disso, encontrei alguns livros didáticos que eram utilizados nas colônias alemães católicas.

Com a lista do nome dos compradores de terra em mãos, o próximo passo foi analisar os livros de batizado e casamento da Paróquia São Pedro Canísio de Porto Novo, a fim de buscar mais dados sobre esses imigrantes, bem como

verificar se permaneceram na colônia e constituíram família, além de investigar se todos realmente eram católicos.

Em seguida, chegou a vez de verificar os dados junto ao Cartório de Registro de Imóveis, no intuito de localizar informações oficiais sobre possíveis vendas dos lotes comprados pelos imigrantes ou a transferência destes para seus herdeiros.

À medida que avançava na pesquisa, comecei a perceber que a tarefa de registrar as trajetórias daqueles nomes existentes nos 35 registros de compra de lotes seria uma tarefa para além dos dois anos de pesquisa que o Mestrado proporciona. Desse modo, a resolução do problema devo a minha orientadora, Dra. Rosane Marcia Neumann, que sugeriu dissertar uma amostra de trajetórias familiares, comparando-as e evidenciando suas particularidades, além de analisar, a partir delas, o contexto macro, a fim de proporcionar maior amplitude ao trabalho, e os locais de partida e chegada desses indivíduos.

Diante dessa breve narrativa sobre a trajetória dessa pesquisa, algo que não poderia passar sem registro, passamos agora ao trabalho sobre imigrantes alemães compradores de terra na colonização de Porto Novo.

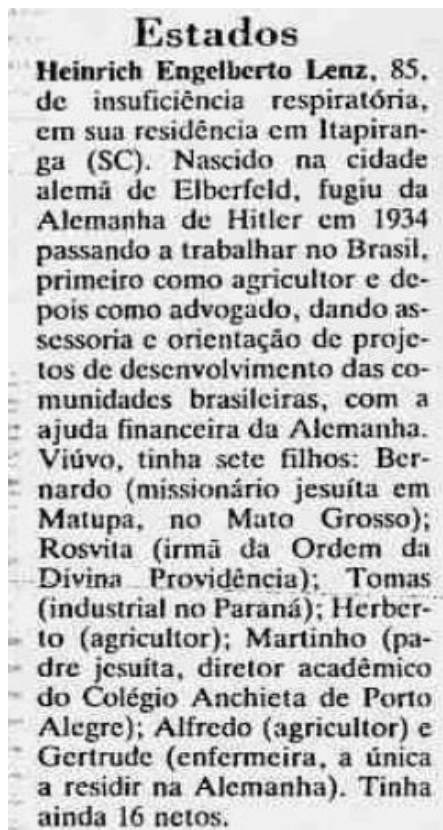
O Jornal do Brasil, fundado no Rio de Janeiro em nove de abril de 1891, ao longo dos anos estampou em suas páginas importantes acontecimentos da história nacional, servindo como modelo de referência para o jornalismo brasileiro.

Em sua edição de número 249, do ano XCVI, que circulou no dia treze de dezembro de 1986, estampava como manchete de capa o acontecimento da greve geral convocada pela CUT – Central Única dos Trabalhadores - e pelo CGT – Comando Geral dos Trabalhadores – contra o Cruzado II.

Folhando o periódico acima, chegando na página n.º 18, encontramos a seção do obituário, responsável por informar os falecimentos e destacar um resumo das principais realizações em vida de algumas pessoas, com destaque aos episódios que as tornaram notáveis. Naquele obituário, foram informados apenas cinco falecimentos no Rio de Janeiro, um nos demais estados e um no exterior. O único óbito comunicado na parte reservada aos estados foi de

Heinrich Engelbert Lenz, ocorrido em sete de dezembro de 1986, em Itapiranga, estado de Santa Catarina.

Figura 1 – Jornal do Brasil - Seção do Obituário



Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1986_00249.pdf. Acesso em 10 ago. 2017.

A partir da publicação acima, constata-se que Heinrich Engelbert Lenz tornou-se, ao longo dos anos, pessoa notável na comunidade em que estava inserido. Imigrante, advogado e dedicado aos estudos, teve participação importante na orientação e desenvolvimento de projetos juntamente com instituições como a Misereor e a Adveniat¹. Na comunidade local, participou ativamente na fundação de um frigorífico, laticínio e fábrica de sucos, bem como incentivou e auxiliou na construção de um seminário.

Heinrich Engelbert Lenz nasceu em Elberfeld, Wuppertal, no estado da Renânia do Norte-Vestefália, Alemanha, no ano de 1901. Na sua formação, estudou Direito, na Universidade de Bonn, e Sociologia, na Universidade de

¹ Douglas Orestes Franzen trata com propriedade acerca dos projetos desenvolvidos por essas instituições no Sul do Brasil em sua Tese de Doutorado "*Ajustando as peças do tabuleiro: a cooperação da Misereor em comunidades agrícolas do Sul do Brasil*", defendida na Universidade de Passo Fundo, no ano de 2017, sob orientação do professor Dr. João Carlos Tedesco.

Köln. Enquanto campo de trabalho, assumiu como diretor de uma escola agrícola. Nessa posição, com a ascensão do governo nacional socialista ao poder, discordando da política de Adolf Hitler, optou por emigrar em 1934 para o Brasil, a fim de evitar eventuais perseguições ou prisões políticas, além de proteger sua família.

No Brasil, dentre as possibilidades, como imigrante católico, escolheu a colônia Porto Novo, área que atualmente compreende os municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste², situada no Oeste de Santa Catarina, na divisa com o Rio Grande do Sul e Argentina, fundada em 1926 pela Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul – a *Volksverein*³. Tratava-se de um projeto de colonização administrado pelos padres Jesuítas, com objetivo de formar uma colônia étnica e confessional homogênea, direcionada para alemães católicos, conforme evidencia-se de seus discursos.

Nessa colônia, a partir do ano de 1932, iniciou-se a demarcação de uma linha colonial para abrigar os alemães europeus que, assim como Lenz, chegaram em Porto Novo. Linha Presidente Becker, como foi denominada, em homenagem ao presidente da *Volksverein*, constituiu-se no local escolhido para instalar as famílias alemãs imigrantes no local de chegada.

No que tange a realidade vivenciada na colônia de Porto Novo, é sabido que muitos imigrantes oriundos da Alemanha e que foram assentados no núcleo da Linha Presidente Becker não haviam trabalhado na agricultura, muito menos dominavam técnicas de cultivo do solo e de pecuária. Muitas famílias possuíam perfil de emigrantes urbanos e foram atraídas, em parte, pela propaganda disseminada pela colonizadora *Volksverein* na Alemanha.

Diante dessa realidade, estudos envolvendo essas trajetórias, buscando compreender os motivos desses deslocamentos migratórios e os desafios

² Em maio de 1929, por sugestão do então Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, em visita à colônia, Porto Novo passou a ser denominada Itapiranga, termo de origem tupi que significa "pedra vermelha", sendo transformada em município no ano de 1954. Em 1987, parte do território foi desmembrado e originou o município de Tunápolis. Outra emancipação aconteceu em 1991, quando nasceu o município São João do Oeste. Assim, na área de terra que recebeu em 1926 o Projeto Porto Novo situa-se, atualmente, esses três municípios. No último Censo, em 2010, Itapiranga contava com 15.409 habitantes, Tunápolis com 4.633 e São João do Oeste com 6.036 habitantes. Neste estudo será utilizado o nome Porto Novo, em decorrência do contexto histórico em questão.

³ Os nomes Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, Sociedade União Popular ou *Volksverein* poderão ser empregados em diferentes momentos e situações históricas desta escrita, sem prejuízo ao contexto ao qual se referem.

enfrentados por esses personagens, é uma carência que encontramos nos trabalhos historiográficos.

Jeffrey Lesser (2015, p. 46) destaca que “os imigrantes não resolvem simplesmente se mudar e deixar para trás seus países de origem”. De acordo com o autor, eles avaliam o mercado de trabalho, a economia e a cultura do país de destino, dentro das informações a eles disponíveis.

No mesmo sentido, elucida Abdelmalek Sayad (1998, p. 51), que talvez nunca a “política de imigração esteve tão evidente quanto neste período conhecido pela crise econômica, pelo desemprego e por dificuldades de toda sorte”. Assim, os imigrantes alemães que chegaram em Porto Novo no período entre-guerras despediram-se de uma Alemanha em crise, com graves problemas econômicos e sociais, bem como enfrentavam problemas com escassez de terras e desemprego. Ainda, conviviam com o ônus da destruição ocasionado pela Primeira Guerra Mundial.

Desta forma, várias famílias que adquiriram terras em Porto Novo eram fruto desse contexto, além de não serem camponeses. A partir de uma análise inicial e aleatória da profissão declarada por cinco imigrantes no momento da saída da Alemanha, encontramos Bruno Lengert, que era engenheiro de mineração; Josef Dietz, motorista de veículos pesados; Georg Wohlfard e August Adolf Kollmann, ambos jardineiros; e Heinrich Engelbert Lenz, advogado e sociólogo⁴. Assim, é nosso objetivo investigar e compreender essas trajetórias migratórias, os desafios enfrentados pelos imigrantes, bem como os motivos de seu deslocamento, além de eventuais processos de retorno para terra natal, analisando o contexto de partida e chegada.

Estudar trajetórias de grupos de imigrantes, analisar os fluxos migratórios, a permanência e o retorno, ainda é uma dificuldade dentro dos estudos de imigração, tendo em vista a escassez de fontes e dados estatísticos. Nas palavras de Alexandre Karsburg,

o historiador de trajetórias precisa admitir que jamais concluirá sua obra, pois, a partir de um documento inédito, ou de novas leituras e interpretações das fontes conhecidas, sempre surgirão

⁴ Jornal Força do Oeste – Itapiranga/SC – ed. 895, 11 de fevereiro de 2015, encarte especial “Itapiranga 61 anos: recortes da nossa história”, p. 3.

outros detalhes do sujeito pesquisado, abrindo-se caminhos originais a serem percorridos (KARSBURG, 2014, p. 399).

Assim, na reconstrução de trajetórias sempre poderão haver pontos obscuros, ainda mais de indivíduos que tenham por característica principal a migração, e no nosso caso, pessoas comuns, que deixaram escassos vestígios.

Nesse contexto, justifica-se o estudo da trajetória migratória e o perfil de um grupo de imigrantes alemães – partida, chegada, permanência e/ou retorno – que adquiriram terras na colônia de Porto Novo, no período de 1932 a 1942, como uma relevante contribuição à historiografia. Mais especificamente, no que concerne ao entendimento desses fluxos migratórios e os motivos de tais deslocamentos, no sentido de perceber como o contexto macro influenciou (ou não) na tomada de decisões individuais e a heterogeneidade desses movimentos migratórios.

Acerca do período histórico escolhido, na colonização de Porto Novo, o ano de 1932 representou a chegada dos imigrantes alemães vindos diretamente da Alemanha, pós Primeira Guerra Mundial. No mesmo sentido, o recorte da presente pesquisa seguirá até 1942, ano em que este fluxo migratório será interrompido por conta da declaração de guerra do Brasil à Alemanha.⁵

Desta forma, *“Talvez nunca mais eu veja minha terra natal”: a trajetória de imigrantes na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942)*”, que traz um pequeno fragmento da música “Sonho Imigrante”, de Milton Nascimento, objetiva, a partir da redução da escala de observação, acompanhar a trajetória de cinco famílias de imigrantes alemães que deixaram para trás seu país de origem e instalaram-se em uma colonização no Extremo Oeste de Santa Catarina: Lenz, Lengert, Kollmann, Dietz e Wohlfart. Essas famílias, algumas com imigrantes com formação em nível superior, carregadas de sonhos e expectativas, transpassaram os limites de seu lar e interconectaram-se com acontecimentos nacionais e internacionais.

⁵ Acreditamos que outra possibilidade de estudo é inserir o processo migratório Brasil/Alemanha dentro do ideário alemão do pós – Primeira Guerra Mundial, que foi marcado pelo discurso da germanidade e da construção da nação, conforme estudo de Martin Dreher – Igreja e Germanidade (1984) - e Ingart Grützmann - A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul (1999), por exemplo. Contudo, em virtude do recorte temporal escolhido e considerando os estudos existentes, deixaremos de lado aludida abordagem, registrando nosso interesse em futuras discussões.

Esses personagens, conforme veremos, possuem como principal característica a mobilidade espacial, a capacidade de modificar o curso dos acontecimentos, principalmente diante do movimento migratório que realizaram. Chiara Vangelista, tratando sobre essa temática, defende que a mobilidade leva o protagonista para dentro da história, pois “a literatura grega e o imaginário a ela conexo ensinam-nos que o herói é aquele que rompe e ultrapassa os confins, o que vai além do horizonte” (VANGELISTA, 2010, p. 14).

Por oportuno, acerca da escala de observação, vamos nos valer da micro-história, que foi recebida como uma nova proposta a partir dos anos de 1980, uma vez que rompia com os hábitos da historiografia dominante. A partir desse momento, levar em consideração as escalas de observação assumiu um lugar importante no debate dos historiadores (REVEL, 2010).

Carlo Ginzburg, em sua obra “*O queijo e os vermes*”, pertence a esse gênero da historiografia que fixa limites para melhor compreensão do assunto. Podemos dizer que Ginzburg estava à procura de um meio de escrever uma outra história, em contraponto às grandes narrativas da história nacional, reconhecendo um episódio despercebido, “[...] todavia extraordinário, da realidade, em parte obliterado, e que coloca implicitamente uma série de indagações para nossa própria cultura e para nós” (GINZBURG, 2006, p. 10).

Ademais, podemos afirmar que a micro-história busca compreender melhor os dilemas, desafios, contradições e impasses de indivíduos singulares em um determinado período histórico, evitando operar com generalizações. O foco em acontecimentos locais conduz o pesquisador a perceber que “a realidade normativa [...] oferece muitas oportunidades de interpretações e liberdades pessoais [através das] brechas e contradições dos sistemas normativos” (LEVI, 1992, p. 135). Assim, a partir da redução da escala de análise “para propósitos experimentais”, podemos “revelar fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 138).

Nesse sentido, “o que o ponto de vista microhistórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais; é (...) uma versão diferente” (REVEL, 2010, p. 28). Em verdade, a redução da escala de observação para uma área localizada pode revelar, no caso em tela, as causas e consequências de migrações internas e externas, bem como seus desdobramentos. Pode revelar, ainda, a realidade vivenciada por

famílias que deixaram o continente europeu a partir do sentimento de “fazer a América”, suas dificuldades nos primeiros anos, a adaptação, o trabalho na agricultura, a comunidade e, em alguns casos, o retorno à terra natal ante o insucesso da empreitada.

Desse modo, a partir da análise de alguns sujeitos particulares, escolhidos aleatoriamente, objetivamos entender os principais motivos da emigração desses alemães, bem como seus perfis e características no grupo familiar. Ademais, buscamos responder a questão crucial dentro dos estudos de imigração: “por que as pessoas migram?”

No que tange aos trabalhos já existentes acerca da antiga colônia Porto Novo, encontramos a dissertação de Maria Zilles Magno Nunes, intitulada “Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933)”, datada de 1992, que discute os aspectos principais que levaram à fundação daquela colônia. Encontramos também a dissertação de Leandro Mayer (2016) acerca da campanha de nacionalização do Governo Vargas no Oeste de Santa Catarina, com o título “O triste fim de Anton Kliemann: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no Oeste de Santa Catarina”. Nos deparamos ainda com os estudos de Douglas Orestes Franzen (2015; 2017) sobre o Frigorífico Safrita e sua criação na década de 1960, bem como sobre os projetos de cooperação desenvolvidos pela Misereor no Brasil. Outra pesquisa que também merece destaque é aquela desenvolvida por André Carlos Werle (2001), acerca do reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai, onde o autor analisa aspectos da formação da colônia, defendendo a homogeneidade étnica e religiosa do local. Há ainda as publicações de Paulino Eidt (1999; 2016), sobre as escolas paroquiais em Porto Novo, bem como seu livro literário “Os sinos se dobram por Alfredo”, que retrata a história de um homem imaginário que viveu em Porto Novo de 1927 a 2006. Essas pesquisas, bem como outras existentes sobre o projeto Porto Novo, tem como premissa que a colonização caracterizou-se por sua homogeneidade étnica e religiosa, sendo um assentamento fechado. Contudo, o presente estudo questiona essa afirmativa – colonização homogênea e fechada –, buscando argumentar e demonstrar que tratava-se de uma colônia heterogênea e em contato com o exterior.

Assim, a partir da análise dos estudos acima especificados, denota-se que não existem pesquisas que ambicionaram o estudo das trajetórias de imigrantes alemães que se instalaram em Porto Novo a partir de 1932, analisando os seus perfis, as características, as migrações internas e externas, bem como as trajetórias laborais, evidenciando os motivos desses deslocamentos.

Demonstrada a importância que este período histórico representou para a colonização de Porto Novo, marcando a chegada dos alemães de além-mar e a demarcação de lotes específicos para esses novos personagens, e considerando a ausência de estudos direcionados para este período histórico e com estes objetivos, conclui-se pela relevância da presente pesquisa para a história regional, na qual pretende-se entender os motivos destes deslocamentos e seus desdobramentos.

Sobre a história regional, importante registrar brevemente que, no entendimento de Janaína Amado (1990), ela proporciona novos olhares sobre os estudos de cunho nacional, apresentando questões fundamentais a partir de um ângulo que evidencia o particular e o específico. Maria Rosa Carbonari trata com propriedade acerca da temática, ao defender o estudo de determinada região:

cada región será entendida en su totalidad a través de los procesos de base material que resultan de la interacción entre el hombre y el medio que transforma lo natural construyendo una “segunda naturaleza”. El estudio de la región será, entonces, el de las relaciones constituidas históricamente entre ese sub-espacio y el contexto mayor que lo posibilita y da sentido. El espacio regional, no es, por tanto, un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción. Es testimonio del pasado que actúa sobre el presente y condiciona el futuro (CARBORNARI, 2009, p. 28).

Nesse sentido, explica a autora que a região é concebida como resultado de múltiplas determinações, caracterizando-se através de uma natureza transformada por meio de diversas heranças culturais e materiais, além de uma estrutura social ali inserida. Ademais, a região não pode ser compreendida como um espaço fechado, mas sim em contínua interação com o contexto macro.

Na mesma linha, Milton Santos também observa essa influência entre o geral e o particular quando argumenta que “estudiar una región significa penetrar

en un mar de relaciones, formas, funciones, organizaciones y estructuras, con sus más diversos niveles de interacción y contradicción” (SANTOS, 1996, p. 46).

Eric Van Young (1991) afirma que o espaço regional é bom para pensar sobre determinada temática. Além disso, o autor defende que a delimitação da região compreenderá o campo da pergunta que norteará a pesquisa. Logo, a região não está restrita a um espaço físico ou natural, tampouco as delimitações que estamos habituados. “La frontera no necesita ser impermeable y, por otro, no es necesariamente congruente con las divisiones políticas o administrativas más familiares y fácilmente identificables, o aun con los rasgos topográficos” (YOUNG, 1991, p. 3).

Assim, a cada novo problema desvendado pelos historiadores, podemos nos deparar com um novo recorte, ou seja, com uma nova região delimitada a fim de facilitar a pesquisa e melhorar o entendimento daquela área, seus habitantes e os processos sociais, culturais e históricos lá inseridos.

No presente estudo, o recorte regional é concebido pela temática aqui apresentada. A grande região a ser analisada compreende o local de partida dos imigrantes – a Alemanha – e, posteriormente, o local de chegada e permanência (ou não) desses personagens – a colônia Porto Novo, regiões essas que, como veremos, acabaram se interconectando.

Cabe sublinhar aqui, portanto, a particularidade do estudo, especialmente dentro dos estudos sobre imigração e colonização no Brasil, visto tratar-se de um período posterior aos grandes fluxos imigratórios de alemães no país, e em uma nova região de colonização, marcada pela imigração espontânea.

Para o desenvolvimento da pesquisa e da escrita, estamos amparados em uma ampla revisão bibliográfica e em fontes documentais públicas e privadas, as quais nos permitem transitar no contexto local, social e político no qual as famílias estavam inseridas. Entre essas fontes documentais, tratamos de documentos sob a guarda da Biblioteca Nacional da Alemanha, em Frankfurt, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e no Memorial Jesuíta, localizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo - RS. Soma-se a esses os documentos privados conservados pelas famílias Lenz, Kollmann, Wohlfard, Dietz e Lengert, que além de inéditos, nos permitem compreender aspectos não abordados em outros estudos acerca de imigrações e trajetórias. Logo, não pretendemos aqui a escrita de uma biografia, mas sim, a partir desses

personagens, compreendermos o contexto histórico mais amplo dos processos (i)migratórios.

Além dessas fontes, também recorreremos aos registros eclesiásticos de batismo e casamento da Paróquia São Pedro Canísio, em Itapiranga; livros diários da Sociedade União Popular, que registram a movimentação econômica da colônia Porto Novo; jornais, revistas e almanaques editados especialmente para o público teuto-católico; legislações e códigos, bem como outros documentos que angariamos ao longo da pesquisa. Por essas constatações, verifica-se que este é um trabalho inovador e com questões próprias do seu período, trabalhando com fontes até então inexploradas por outros pesquisadores.

Diante disso, esta escrita possui a finalidade de, por meio da exaustiva análise das fontes, acompanhar famílias em suas trajetórias, a fim de contextualizar a colonização e formação da colônia Porto Novo, além de relevar fatores acerca da imigração alemã para o Brasil a partir de 1932. Devemos destacar, nesse ponto, que a maioria dos imigrantes que instalaram-se em Porto Novo, deixando a Alemanha nacional-socialista, possuíam condição financeira para empreender tal deslocamento e adquirir um lote em seu local de destino.

O contexto geral que interliga as famílias aqui estudadas é o do pós-Primeira Guerra Mundial, marcado por migrações espontâneas. Assim, estamos trabalhando com perguntas gerais que conduzem para as situações particulares (LEVI, 2015), a fim de evidenciarmos as motivações individuais que levaram à migração desses personagens. O que não pode passar despercebido é que, a partir do contexto migrante, esses indivíduos mudaram sua vida e sua trajetória, não cabendo a nós julgar se para melhor ou pior. Ao contrário daqueles que permaneceram, eles fizeram esse deslocamento, o que os levou para dentro da história, conforme defende Chiara Vangelista (2010) quando afirma que a mobilidade torna o sujeito um protagonista da história.

Tem-se, portanto, um estudo fundamentado em trajetórias de vida, de sujeitos que não estavam imunes às dúvidas e incertezas da vida. Vamos perceber que essas trajetórias individuais estavam interconectadas com o contexto macro, marcado por situações políticas, econômicas, religiosas e comunitárias, as quais formaram a base para as escolhas desses sujeitos.

Nesse sentido, “ao tomar um sujeito qualquer como objeto de estudo, é fundamental percebê-lo em interação com o contexto em que vive, pois o meio e a época são fatores importantes para compreender a trajetória e os acontecimentos que o envolveram” (KARSBURG; VENDRAME, 2016, p. 93). As famílias que abordamos nesta escrita são a linha condutora, são o “fio de Ariadne”, que conduzirão as linhas desta pesquisa por diferentes contextos, “provando que toda história, por mais miúda que seja, tem importância”. (KARSBURG; VENDRAME, 2016, p. 95).

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro trata sobre a atuação da Companhia de Jesus dentro do Projeto de Restauração da Igreja Católica, onde os Jesuítas valeram-se da imprensa, da escola paroquial e do associativismo no intuito de disseminarem as normativas do grande projeto restaurativo da igreja. Em seguida, inserido dentro do associativismo, o capítulo versa sobre a Associação Rio-grandense de Agricultores e sobre a Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul. É necessário compreendermos que a fundação e instalação da colônia Porto Novo, local que abrigará imigrantes alemães, está inserida dentro desse projeto de restauração e foi idealizada por uma associação.

O segundo capítulo é desdobramento do primeiro, vez que inicia com a fundação de Porto Novo, incluindo sua formação e ocupação, bem como a chegada dos primeiros colonos e, em especial, dos alemães de além-mar. Após, analisa a Linha Presidente Becker, espaço demarcado dentro da colonização dos Jesuítas a fim de receber os imigrantes alemães.

O terceiro capítulo, por sua vez, analisa a trajetória das famílias imigrantes Lenz, Lengert, Kollmann, Dietz e Wohlfart, que partiram de diferentes regiões da Alemanha e instalaram-se na Linha Presidente Becker, na colônia Porto Novo. Busca-se localizar as motivações para emigração, as possibilidades que levaram essas famílias a optar por essa colônia, sua instalação, permanência ou partida da colônia. Nesse ponto, também buscamos os pontos de contato, entrelaçamento e afastamento das trajetórias, estendendo a análise na longa duração. Para esse estudo, foi selecionada uma amostra de cinco famílias imigrantes, dentre as 32 famílias. Conforme Levi (2015), cada trajetória é única e particular, logo, não é o número de trajetórias analisadas que define a densidade dos dados, mas a própria análise realizada. No nosso caso, fomos

guiados, em parte, pela presença das famílias no local ainda e seu acervo documental pessoal, fornecido para acesso.

Conforme destacado anteriormente, para elaboração e escrita das trajetórias familiares estamos amparados em documentos privados conservados pelas famílias Lenz, Kollmann, Wohlfard, Dietz e Lengert. Nesse ponto, entre a documentação, destacam-se manuscritos, cartas, relatórios, diários, passaportes, certidões de nascimento, casamento e óbito, fotografias, reportagens jornalísticas e encartes escritos pelas próprias famílias que foram distribuídos aos descendentes para fins de conservação da memória familiar.

Por fim, insta registrar que, nas palavras de Hugo Assmann (1995), “pensar é sempre posicionar-se”. Logo, o prazer da pesquisa científica garante no fato do pesquisador efetuar uma intervenção na realidade, uma vez que “é ilusória qualquer pretensão de neutralidade científica do processo do pensamento” (EIDT, 2016, p. 30). Ademais, “suprir carências e dirimir dúvidas são duas habilidades que, forçosamente, o pesquisador precisa desenvolver a fim de dar continuidade ao seu trabalho” (WITT, 2015, p. 146). Desse modo, esperamos que o estudo ora apresentado contribua aos interessados em compreenderem os processos migratórios e colonizatórios que se operaram entre Brasil e Alemanha a partir da terceira década do século vinte.

1 “COMBATER OS INIMIGOS DE DEUS”: A ATUAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS NA CURA DAS ALMAS

O objetivo deste capítulo é tratar da atuação dos religiosos Jesuítas no processo de cura das almas e na busca de novos fiés para a Igreja Católica Apostólica Romana, no oeste de Santa Catarina. Conforme será apresentado, os Inacianos formaram um exército papal que, a partir das decisões e determinações oriundas da Cúria Romana, difundiram a religião católica e conquistaram novas áreas de catequização, até então carentes de assistência espiritual.

Analisa-se esse processo de atuação dos padres jesuítas em três linhas: imprensa, educação e associativismo, no intuito de compreendermos a atuação e o trabalho destes religiosos na colonização de Porto Novo.

1.1 A pena a serviço do projeto de divulgação da Igreja Católica

A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, na Espanha, como uma das frentes da Contra-Reforma católica, tinha como objetivo a propagação do catolicismo pelo mundo. Um dos meios, foi a catequese. Os Inacianos atuaram também no Projeto de Restauração da Igreja⁶, tendo como missão impedir o crescimento de movimentos contrários à Igreja e trazer novos fiéis para a instituição religiosa.

⁶ O Projeto de Restauração da Igreja Católica pode ser considerado um desdobramento da orientação política ultramontana do Vaticano e que se desenvolveu como uma reação ao mundo moderno e à ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no socialismo. Diante dessa realidade, a Igreja Católica apontou os erros da modernidade, reformou sua doutrina e decretou a infalibilidade papal, iniciando, desta forma, o Projeto de Restauração da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870). Para Arthur Blásio Rambo (2002), esse projeto restaurativo fundamenta-se na volta ao catolicismo tridentino, sendo ele conduzido sob a liderança e autoridade do Papa.

Contudo, após a expulsão dos jesuítas da Alemanha protestante, pelo *Kulturkampf*⁷ de Bismarck, em 1872, sua participação nos propósitos da Igreja Católica restou prejudicada. Diante dessa realidade, abriu-se um espaço precioso para sua atuação, onde a cura das almas ainda carecia de religiosos comprometidos com o projeto restaurativo dos católicos. Desta forma, os jesuítas foram enviados ao Brasil, em especial para a região Sul, a fim de iniciarem um trabalho nessa área em busca de fiéis para a Igreja, vez que ali encontravam-se famílias alemãs e italianas que careciam de assistência espiritual.

Nessas áreas, no intuito de concretizar os ideais da Igreja Católica, é possível afirmar que os religiosos valeram-se de três instrumentos básicos, a saber: o associativismo, a imprensa e a escola juntamente com o professor paroquial (KREUTZ, 1991).

No Sul do Brasil, alguns fatores foram decisivos na formação de uma sólida base para que o projeto de cura das almas da Igreja alcançasse o êxito almejado pelos líderes religiosos, dentre eles, o fluxo migratório contínuo de imigrantes católicos alemães e italianos e os incentivos e reforços que as ordens e congregações religiosas recebiam para atuarem junto ao contingente humano, em especial os Jesuítas. É preciso destacar que os religiosos da Companhia de Jesus estavam “inteiramente comprometidos com o projeto da Igreja, definido no Concílio de Trento, reafirmado pelo Concílio Vaticano I [...], sempre sob autoridade incontestada do Sumo Pontífice” (RAMBO, 2002, p. 292).

No que tange à atuação dos Jesuítas no Sul do Brasil, estes inauguraram e mantiveram nessa área, em especial no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina, três importantes projetos que continuam rendendo frutos ainda hoje aos Inacianos: o Projeto Pastoral, responsável pela cura das almas e assistência espiritual; o Projeto Educacional, relacionado com a educação; e o Projeto Social, engajado em atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico e social, além da promoção humana (RAMBO, 2011).

Os três projetos mencionados estavam voltados com atenção especial para as áreas de colonização alemã e italiana, classificadas por Lúcio Kreutz

⁷ Movimento liderado pelo chanceler Otto Von Bismarck, que objetivava diminuir a influência da Igreja Católica no Império Alemão. A partir da promulgação de diversas leis no período compreendido entre os anos de 1871 a 1887, Bismarck buscou subordinar a Igreja Católica ao poder do Estado.

(1991, p. 64) como “celeiros de vocações”, implantando nesses espaços novas colônias, com perfis fortemente homogêneos, além de associações, seminários, escolas, hospitais, asilos, caixas rurais e, principalmente, jornais, almanaques e folhetins, que formavam uma imprensa organizada e que objetivava trazer a “verdade” sobre fatos divulgados contra a Igreja, além de divulgar suas obras.

Acerca da imprensa, nosso interesse no momento, insta destacar que ela foi utilizada como uma estratégia dos Jesuítas e da Igreja, dentro do campo religioso, capaz de forjar uma visão de mundo defendida pela instituição, bem como para publicizar as obras e feitos de projetos patrocinados pela Igreja.

Acerca da utilização da linguagem como forma de impor determinada visão de mundo, Bourdieu (1996) afirma que este instrumento constitui-se como forma eficaz de natureza simbólica para a construção da realidade, ao ponto que todo agente social almeja este poder de impor a sua visão de mundo e de realidade. Logo, o orador/escritor do discurso deve estar investido em determinada autoridade, a fim de que aconteça o reconhecimento por parte daqueles que o ouvem/leem.

A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento (fazendo-se ou não acompanhar pela compreensão) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro (skeptron), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos, seja sacerdote, professor, poeta etc.; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos (não se pode ler um poema dadaísta numa reunião do conselho de ministros), devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas (BOURDIEU, 1996, p. 91).

Desse modo, constata-se inicialmente que a imprensa organizada pelos religiosos era reconhecida como palavra oficial e legítima da Igreja pelos colonos, uma vez que estes locutores estavam investidos em posição social elevada, detentores de certa autoridade. Logo, podemos perceber que o uso da linguagem, por aqueles que detêm reconhecimento, é capaz de firmar uma visão de mundo defendida e proferida pela instituição religiosa.

Além de atuar no campo religioso, importante registrar que a imprensa dirigida pelos Jesuítas também servia como “porta voz da germanidade”, nas palavras de Giralda Seyferth (1986). Assim, os textos publicados em alemão objetivavam a preservação do grupo étnico, algo que perdurará até o início da Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro proibiu as publicações em língua estrangeira editadas no país.

Dito isso, passaremos a analisar o uso da imprensa pelos Jesuítas, direcionado para o campo religioso, que fundaram e mantiveram jornais, revistas e kalenders (anúários) visando apresentar sua visão de mundo e divulgar seus projetos da Igreja e, em consequência, afastar os “perigos” do liberalismo, da maçonaria e do protestantismo.

1.1.1 Imprensa escrita: “proteção dos valores e da tradição católica”

A carta pastoral coletiva episcopal de 1890 convocou todos os clérigos e leigos a defenderem os interesses da Igreja Católica com as seguintes palavras: “Se Deus vos tiver comunicado o dom de falar e a ciência do escrever, a vossa voz e a vossa pena estarão ao serviço da Igreja”. Evidencia-se, com isso, que os religiosos estavam cientes da grande importância que os meios de comunicação apresentavam, em especial a imprensa, para a construção de ideias e visões de mundo, bem como para a formação de opiniões públicas favoráveis à instituição.

No final do século XIX, a imprensa que divulgava os ideais sobre o liberalismo, a maçonaria e o protestantismo era classificada como “destruidoras da família, da sociedade e da religião”, segundo a Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de seis de janeiro de 1900. Diante disso, a Igreja Católica passou a condenar veemente esses meios de comunicação, propondo a criação da “boa” imprensa católica como uma necessidade para enfrentar o “mal”, combatendo-a com as mesmas armas. Nas palavras do Papa Leão XIII:

Certamente será de muita utilidade que as pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas, uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação (Carta

aos Bispos do Peru, de 1º de Maio de 1894, p. 10-11. Apud KLAUCK, 2009, p. 49).

Com essa percepção, surgiu uma imprensa escrita que visava reforçar os valores das comunidades católicas e cristãs, contrapondo-se aos textos proibidos e condenados pela Igreja. Nas palavras do Pe. Theodor Amstad, SJ, “a imprensa, colocada ao alcance da coletividade, foi e é a principal arma, ou se assim quisermos falar, a ferramenta universal a serviço de toda e qualquer realização do espírito [...]” (AMSTAD, 2005, p. 289-290).

A partir desse contexto, é possível perceber que a Igreja começou a utilizar-se da imprensa com o propósito de contestar os fatos e narrativas apresentadas por jornais e revistas que denegriam a sua imagem e o seu agir enquanto instituição. Assim, o uso da imprensa escrita está vinculada à proteção dos valores e da tradição católica “o que significou, em outras palavras, reordenar e manter os católicos como católicos, tanto sob o ponto de vista religioso como das práticas litúrgicas” (KLAUCK, 2009, p. 36).

Nesse aspecto, é necessário lembrar que “a religião legitima as instituições infundindo-lhes um *status* oncológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico” (BERGER, 1985, p. 46). Assim, os jornais, almanaques e anuários editados pela instituição religiosa, em especial pelos Jesuítas, que “foram o exército da Contra-Reforma, compromissado com o Papa, mergulhado na disciplina e na obediência” (KREUTZ, 1991, p. 51), adquiriram status de verdade suprema e sagrada, capazes de legitimar qualquer situação e imporem a visão de mundo e de realidade defendida pela Igreja.

Sem embargo, na percepção da Igreja, não bastaria somente a publicação de textos em oposição a “má” imprensa difundida por seus opositores. Era necessário um trabalho de orientação junto aos colonos e imigrantes a fim de que estes evitassem a “má” imprensa e, principalmente, lessem a “boa” imprensa católica, papel esse que foi de competência dos párocos. Assim, coube a estes sacerdotes a propagação e a recomendação aos fiéis da leitura dos periódicos editados pela instituição religiosa, ou por sua influência, e, ao mesmo tempo, desaconselhar os escritos que não eram bem vistos pela Igreja.

Um fator que pontuou a favor da Igreja Católica, na propagação da sua imprensa, foi o fato de parcela da população alemã católica já trazer consigo o hábito da leitura de jornais e almanaques (KREUTZ, 1991).

Considerando as dificuldades da época e o quase isolamento em que viviam, o índice [de leitura] era muito bom, ainda mais que as famílias eram numerosas e tinham muitos filhos pequenos, ainda não alfabetizados, além da inexistência de escolas em lugares mais afastados do interior. Em praticamente todas as casas havia alguém que soubesse ler. Mesmo nas localidades não atingidas por jornais, e até nas linhas mais recônditas, os Kalender faziam sucesso, não só no século XIX, mas também pelo século XX afora (WESCHENFELDER, 2010, p. 42-43).

Mister mencionar ainda que os jornais, revistas e almanaques, editados pelos religiosos, além de trazerem notícias, informações, publicidades e relatos de famílias que deveriam servir de exemplo para a comunidade católica, reservavam boa parte de suas páginas para comentários e reflexões que objetivavam a formação de uma opinião favorável. Além disso, buscavam apresentar aos católicos a melhor maneira de se viver, sempre seguindo os preceitos e ditames da religião.

Nesse aspecto, para Émile Durkheim, “a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de outra origem e de outro caráter, mas nos fazer agir, nos ajudar a viver” (DURKHEIM, 1989, p. 493).

Em verdade, “a Igreja Católica, em tempos desfavoráveis, soube administrar os meios de gerar uma opinião pública favorável, utilizando as armas que desde suas origens tinha acesso, como o púlpito e os confessionários” (NEVES, 2013, p. 11). Entretanto, com o advento da imprensa escrita e o seu uso por instituições que não eram bem vistas pelos religiosos católicos, a Igreja viu-se compelida a combater com as mesmas armas daqueles que buscavam denegrir sua imagem, motivo que os levou a editarem seus jornais, revistas e almanaques. Ademais, Lúcio Kreutz está entre os autores que afirmam, expressamente, que “sem dúvida que a difusão da imprensa foi um fator importante para o desenvolvimento do Projeto de Restauração Católica entre os teuto-brasileiros (KREUTZ, 1991, p. 66), objetivando a busca pela “verdade” nas informações religiosas, culturais, políticas e sociais.

A partir do uso da imprensa escrita dentro dos propósitos católicos, agindo na esfera pública como meio para formar opiniões, a Igreja buscou afastar os fiéis da chamada “má” imprensa e mantê-los longe de possíveis influências que pudessem desvirtuá-los para outros caminhos - leia-se outras religiões/igrejas. Por oportuno, passaremos a analisar agora a atuação desse meio de comunicação junto ao Rio Grande do Sul, estado que fornecerá grandes levas de migrantes teuto-brasileiros para Porto Novo.

1.1.2 *Imprensa alemã católica no Rio Grande do Sul*

Inicialmente, Arthur Blásio Rambo (2003) identifica as três principais correntes filosóficas-ideológicas que estavam presentes no Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX, gladiando-se diariamente na imprensa: liberalismo, protestantismo e catolicismo. Sem embargo, os dois primeiros já possuíam órgãos oficiais de imprensa e seus textos eram publicados sempre com duras críticas à Igreja Católica.

Contra esses dois agressores os católicos não dispunham de nenhum órgão capaz de defender a sua causa. A única coisa que os padres podiam fazer em tais circunstâncias era instituir e esclarecer seus paroquianos em sermões, no trato particular ou pela difusão de bons livros. Essa situação, porém, não podia prolongar-se ao infinito. *Foi então que o P. Feldhaus, que se convenceu da necessidade de um jornal católico, imediatamente deu os passos para a criação de um. Em 1871 mandou vir da Europa uma pequena impressora manual*” (SCHUPP, SJ, 2004, p. 253). (Grifo nosso).

Na obra “Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924”, o autor Pe. Theodor Amstad, SJ, deixa claro que, diante dos limites ultrapassados pela “má imprensa”, “de modo especial em questões religiosas contra os católicos, estes terminaram perdendo a paciência e fundaram um jornal próprio” (AMSTAD, 2005, p. 295).

Portanto, os católicos fundaram um jornal objetivando rebater as acusações e provocações da imprensa não católica. Nasce, assim, o *Deutsches Volksblatt*, jornal direcionado para o público católico alemão, editado em São Leopoldo, a partir de 1871, sendo transferido em 1890 para a capital Porto

Alegre, apresentando-se aos leitores com as seguintes palavras em sua primeira edição:

Este jornal aparece de hoje em diante semanalmente e faz sua a missão de apresentar ao público leitor de jornais as notícias mais recentes e os acontecimentos de natureza política, científica e religiosa de forma mais verdadeira e imparcial. Evidentemente, é preciso supor que o redator de um jornal é obrigado a preencher graves obrigações perante o Estado, a Igreja, e escola, a família e perante aqueles que lêem e pagam seus produtos. Animado com a melhor das boas vontades para cumprir esse dever e oferecer aos leitores deste jornal uma leitura sadia e proveitosa, o ‘Deutsches Volksblatt’ apresenta-se hoje ao público e pede benevolência” (*DEUTSCHES VOLKSBLATT*, 1875, n.º 49. Apud SCHUPP, SJ, 2004, p. 254).

O *Deutsches Volksblatt* representou para a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, em especial para os Inacianos, um meio eficaz de propaganda e de oposição aos seus “inimigos”. Nessa primeira edição do jornal, o redator Jakob Dillenburg, em um artigo publicado, deixa claro que se “a tolerância e a equidade for lesada pelo lado oposto, o *Deutsches Volksblatt* não pode ficar calado. Então será obrigado a defender seus princípios e irá defendê-los.” (*DEUTSCHES VOLKSBLATT*, 1875, n.º 49. Apud SCHUPP, SJ, 2004, p. 254).

É possível perceber que os católicos, em especial os Jesuítas, estavam em busca de um jornal que representasse sua religião e sua religiosidade, objetivando a “verdade” nas informações, além de notícias de cunho religioso, cultural, político e social, bem como, “com boa parte reservada para a doutrinação” (KREUTZ, 1991, p. 66). Nos planos dos Inacianos, o noticiário deveria servir como defesa para os principais inimigos da Igreja Católica, como a maçonaria, a separação da Igreja e do Estado, o ensino laico, o protestantismo e o positivismo.

Diante disso, percebe-se que os Jesuítas conjugaram todos os seus esforços na formação de um jornal semanal, que buscava elencar um resumo das principais notícias da semana e com grande parte de suas páginas reservadas para comentários e reflexões, que objetivavam a doutrinação dos teuto-católicos, além de divulgarem seus projetos.

Presume-se que essa escolha [pelo jornal] possa estar ligada a fatores como o custo mais reduzido para ser impresso e também para ser adquirido, pois próximo às características de folhetins ou panfletos, seria de fácil circulação e proliferação. Ao mesmo

tempo, seria mais prático do que livros ou revistas, mas mesmo assim algumas ordens religiosas dedicar-se-ão a esse tipo de impressos (KLAUCK, 2009, 62-63).

Um aspecto relevante que merece ser evidenciado é o apelo à manutenção da hierarquia trazido pelo Projeto de Restauração Católica. Diante disso, em que pese os religiosos terem repassado o jornal *Deutsches Volksblatt* para as mãos do jornalista católico Hugo Metzler, em 1890, podemos afirmar que os Inacianos não abriram mão do controle desse periódico. Nesse ínterim, “o apelo à obediência e a subordinação à autoridade da instituição, como também a proposição de que os textos dos leigos sejam corrigidos, são evidências explícitas das prerrogativas hierárquicas” (KLAUCK, 2009, 56).

Já no ano de 1912, quando os Jesuítas fundaram a Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, que será adiante tratada, começou a circular a revista *Sankt Paulusblatt*. “Nas suas edições mensais, a revista assumiu o papel de porta-voz mais importante da Sociedade União Popular e de seu papel no Projeto da Restauração Católica” (RAMBO, 2002, p. 301).

Para essa revista foi anunciado o Pe. Theodor Amstad, SJ, para o cargo de Secretário Geral. Assim, a nomeação de um sacerdote para estar à frente da revista está longe de ser por motivos de capacidade intelectual, mas sim para estabelecer a hegemonia e o controle do principal meio de comunicação, formação e doutrinação da Sociedade União Popular.

É nesse contexto que se apreende que se imprimiram sob a pena do sacerdote-redator os sentidos do catolicismo social. Ao mesmo tempo, que o controle da mesma pena adquire significado de manutenção dos ditames da instituição para os católicos. Nesse contexto, as atribuições do Secretário Geral passam a ter a capacidade de definição no ordenamento e manutenção de boas leituras. Novamente indica a presença das premissas extraídas dos documentos pontifícios e que podem ser aferidos na prática, a partir do papel que Amstad desempenhará como redator da revista. Também é possível perceber, de forma implícita, que na função reside o crivo de censor atribuído ao padre através da sua autoridade. Ao se tornar o principal redator, afasta-se a possibilidade de veiculação de conteúdos contrários aos defendidos pela Igreja. (KLAUCK, 2009, p. 117). (Grifo nosso).

Outra publicação que merece destaque, fundada no mesmo ano, é o almanaque anual *Der Familienfreund* (O amigo da família), que surgiu para

completar a tarefa de divulgação, informação e doutrinação iniciada pelo *Deutsches Volksblatt* e, posteriormente, complementada pelo *Sankt Paulusblatt*, sempre em uma perspectiva católica e fortemente aliado com o Projeto de Restauração da Igreja.

Assim sendo, o jornal *Deutsches Volksblatt* chegava até as famílias em edições semanais, apresentando um resumo das principais notícias da semana, além de comentários e reflexões que almejavam formar a opinião dos leitores alemães católicos, em sua grande maioria. Já a revista *Sankt Paulusblatt* era apresentada em edições mensais trazendo nas suas páginas informações culturais, sociais, econômicas e, principalmente religiosas para as famílias. Por fim, o almanaque *Der Familienfreund* era editado anualmente, proporcionando aos leitores “uma diversidade de temas, primando, contudo, pela descrição de famílias que deveriam servir de exemplo nas diversas instâncias da vida familiar (KREUTZ, 1991, p. 66).

Acerca dessas três publicações, Pe. Theodor Amstad explica:

O gênero de imprensa mais cultivado aqui é dos almanaques (Kalender). Apesar de tudo, todo o colono mesmo que more na picada mais afastada na mata virgem, embora nunca leia um livro, talvez nem assine um jornal em companhia com um outro, por um hábito que lhe vem de longe, compra um almanaque, a fim de se manter a par do calendário de festas, das fases da lua e outros tantos assuntos (AMSTAD, 2005, p. 291).

Isabel Arendt, por seu turno, complementa ainda que no final do século XIX e início do século XX os Jesuítas utilizaram a imprensa católica, como o jornal *Deutsches Volksblatt*, a revista *Sankt Paulusblatt* e o almanaque *Der Familienfreund*, para incentivar ainda a criação de escolas comunitárias paroquiais nas colônias de descendentes de alemães católicos (ARENDR, 2008), assunto este que, pela oportunidade, será adiante tratado.

Além de todos esses destaques trazidos pela imprensa alemã católica, nos anos seguintes as publicações acima foram fortemente utilizadas também com propósitos publicitários, divulgando o novo empreendimento da Sociedade União Popular e dos Jesuítas: a colônia Porto Novo, fundada em 1926, direcionada para teutos-católicos. Assim, essa imprensa, até então Rio-Grandense, acompanhou os colonos e transpôs o Rio Uruguai, alcançando as terras do Extremo Oeste Catarinense, a fim de informar e instruir as famílias lá

residentes. Contudo, vamos postergar, por alguns instantes, essa análise. Antes, precisamos ainda trazer ao leitor os dois outros instrumentos utilizados pela Companhia de Jesus dentro do Projeto de Restauração Católica: as escolas paroquiais e o associativismo, respectivamente.

1.2 “Ide e ensinai a todos os povos”: o direito natural da Igreja Católica sobre a educação

“No prisma da Restauração Católica a missão de ensinar e educar é uma delegação recebida de Cristo por mediação da Igreja” (KREUTZ, 1991, p. 94).

Nesse espaço, dedicado especialmente às escolas paroquiais, apresentaremos um breve panorama acerca dessas instituições que foram fundamentais para o desenvolvimento das colônias teuto-católicas. Desta forma, não podemos estudar uma colônia direcionada para esse público sem antes entendermos a organização escolar que estava presente nessas colônias e os fatos pretéritos que se estabeleceram nesse campo.

Além disso, as escolas paroquiais, conforme veremos, foram utilizadas com propósitos religiosos, culturais e morais dentro do grande Projeto de Restauração do Catolicismo no Brasil⁸. Aliás, não podemos esquecer que as escolas representam o centro de formação para as gerações mais novas. Logo, se formadas de acordo com os preceitos religiosos e alinhadas ao grande projeto da Igreja, fiéis leais e defensores do Catolicismo não faltarão nas colônias. Outro ponto que merece destaque, nesse momento, é que um filho inserido no ambiente escolar representa uma família atualizada e conhecedora das instruções repassadas pelos professores.

Outrossim, vale esclarecer que, quando referirmos às escolas constituídas nas linhas, picadas e comunidades, nas colônias alemãs e católicas, optaremos pela expressão escolas paroquiais. Contudo, a expressão que melhor se assemelha para as escolas constituídas nos cem primeiros anos da

⁸ Lúcio Kreutz (1991) em sua obra “O professor paroquial” trata da questão escolar inserida no Projeto de Restauração Católica. Ver também RAMBO (1998) e SILVA (2003).

colonização alemã no Brasil, quando a influência da Igreja Católica ainda não estava tão evidente, é escolas comunitárias.

Desse modo, a típica escola teuto-brasileira caracterizava-se, no início da colonização, por ser uma escola da comunidade. Com o decorrer dos anos e diante da chegada de religiosos nas colônias, principalmente os da Companhia de Jesus, os vigários assumiram um papel decisivo na vida das associações escolares e das comunidades, excedendo, muitas vezes, da sua competência inicial.

De que tipo afinal são essas escolas criadas pelos colonos alemães no decorrer dos cem anos? As respostas encontram-se na própria pergunta. Já que essas escolas foram criadas e sustentadas com os próprios meios pelos colonos alemães, sem o concurso nem da Igreja nem do Estado, elas não são escolas paroquiais ou das igrejas nem escolas do Estado, mas escolas católicas privadas ou comunitárias. Mantê-las como tais, daqui para o futuro, deverá constituir-se numa das preocupações principais da população que as criou e as sustentou (AMSTAD, 2005, p. 471).

Se no início as escolas possuíam fortemente a característica comunitária, sem influências religiosas ou estatais, esse cenário alterou-se com a chegada dos sacerdotes Jesuítas no Rio Grande do Sul, uma vez que estes foram expulsos da Prússia, por Bismarck, no contexto do *Kulturkampf*, estando eles à serviço do Papa no Brasil.

Em 1849, portanto, quando os primeiros jesuítas chegaram no Rio Grande do Sul, encontraram comunidades estabelecidas e organizadas em torno de pequenas associações escolares, com fortes laços de solidariedade. A partir desse cenário, os Inacianos visualizaram nas escolas um meio para manutenção do nível cultural, moral e religioso na população. Outrossim, viram naquela realidade um campo fértil para o início do programa de Restauração da Igreja Católica no Brasil.

1.2.1 Professor paroquial: “exemplo de virtudes cristãs”

Os religiosos da Companhia de Jesus, juntamente com outras ordens e congregações que desembarcaram no Sul do Brasil, “aproveitaram do interesse entre os teuto-brasileiros pela escola para se fazerem presentes aí e orientarem

a atividade educacional prioritariamente segundo o Projeto de Restauração Católica” (KREUTZ, 1991, p. 77). Nessa perspectiva, o projeto fundamentou sua atuação a partir da figura do professor paroquial, sendo ele considerado um agente estratégico dentro das comunidades, com fortes ligações com o clero.

O papel do professor paroquial era de promover a cultura, incentivar e indicar leitura dos jornais, almanaques e revistas editados especialmente para os teuto-católicos, além de promover a realização de grupos de teatro, coral, dança e intercâmbios. Dentro desse contexto, os professores paroquiais eram detentores de acentuada religiosidade e destacavam, tanto na escola como fora dela, a prioridade da função educativa-religiosa. Além disso, os ensinamentos e instruções repassadas pelo professor não ficavam restritas ao ambiente escolar, chegando até as famílias dos colonos por intermédio de seus filhos. Desse modo, o professor paroquial pode ser considerado como sendo um agente indispensável dentro dos propósitos da Igreja Católica.

O professor paroquial era considerado pelos jesuítas um elemento estratégico para o Projeto de Restauração Católica Regional, pois era “agente de ligação e representação entre clero e comunidades rurais”, e suas atribuições ultrapassavam os limites da sala de aula. [...] o interesse pela condução do processo escolar por parte das duas Igrejas [católica e luterana] estava, a princípio, ligado a uma “reação cristã contra o espírito liberal (ARENDDT, 2008, p. 22).

Acerca dos escolhidos para ocuparem o papel de professor paroquial, Lúcio Kreutz destaca que “[...] sempre se considerava como condição para admissão de um professor que ele fosse um exemplo de virtudes cristãs, de retidão no agir, sendo um modelo de austeridade e de bons costumes” (KREUTZ, 1991, p. 100-101).

No mesmo sentido, Paulino Eidt explica que

O professor era criteriosamente mapeado pela comunidade e pelo vigário, deveria residir no centro da comunidade, junto à escola e à igreja, numa casa construída especialmente para ele. O mestre se constituía num agente estratégico de ligação entre a Igreja e a comunidade. Recrutado entre os mais letrados pela retidão de conduta, deveria sempre estar disponível para as extensas funções sociais e religiosas, como pacificador de desavenças, acolhedor do padre, tocador de sino... Atribuir prerrogativas morais e religiosas ao professor foi uma cópia do modelo confessional e autoritário das escolas paroquiais que

existiam na Alemanha até a laicização do ensino no século XIX (EIDT, 2016, p. 42).

Evidencia-se, com isso, que o professor paroquial era um colaborador do clero, caminhando ao lado dos religiosos, devendo ele ser, ao mesmo tempo, um mestre para as crianças, um modelo para a juventude, um líder e conselheiro para a comunidade e um diácono para os leigos (RAMBO, 1994).

1.2.2 O direito da Igreja Católica sobre as edificações escolares e a educação

Se desde o início a escola representou um assunto da comunidade, as edificações escolares também contaram com essa solidariedade para serem erguidas. Os materiais necessários para a construção e a mão de obra era originária da própria comunidade, sendo que após a edificação do prédio, este passava a ser de toda a associação escolar.

Em verdade, essas associações escolares alemãs católicas não possuíam personalidade jurídica para figurarem como proprietárias⁹ do lote e do prédio escolar edificado sobre ele, possuindo somente a posse¹⁰ daquele bem imóvel.

Diante dessa situação, de que as associações escolares não possuíam as prerrogativas de utilizarem todas as funções e aproveitarem todos os benefícios que a propriedade favorece, vez que esses poderes são inerentes ao proprietário, complicações começaram a acontecer no campo legal.

Nesse sentido, Pe. Theodor Amstad, SJ, discorreu sobre esse problema:

No decorrer dos anos, acumulou-se em não poucas comunidades, um respeitável patrimônio escolar. Esse é representado pelos prédios escolares, pelas residências dos professores, pelas terras que pertencem à comunidade. Todos esses bens deveriam ter um dono legal (*DER FAMILIENFREUND*, 1922, p. 104).

No discurso acima, redigido no almanaque editado para as famílias teuto-brasileiras católicas, constata-se que o Padre Jesuíta subscritor do texto lança o

⁹ De acordo com o Código Civil Brasileiro (2002), em seu artigo 1.228, “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

¹⁰ Possuidor é aquele que não tem a seu favor um documento hábil que comprove a qualidade de proprietário, mas age como se o fosse, vez que tem sobre a coisa um dos poderes inerentes à propriedade, conforme determina o artigo 1.196, do Código Civil Brasileiro.

dardo rumo à intromissão das autoridades eclesiásticas no patrimônio das escolas até então comunitárias. Ele é claro ao afirmar que “tudo isso deveria ter um dono legal”. Logo, diante do considerável patrimônio que muitas associações escolares detinham, a grande maioria sem propriedade devidamente constituída, os religiosos estenderam seu olhar de interesse sobre aquelas riquezas até então comunitárias.

Nesse mesmo norte, na década de 1920, a Arquidiocese de Porto Alegre lançou várias resoluções que objetivavam enquadrar as escolas, até então comunitárias, no rígido controle do clero. Essas resoluções determinavam que todo o patrimônio material das associações escolares deveria ser transferido à respectiva mitra diocesana. Esse fato configurou-se como sendo uma verdadeira intervenção no direito de propriedade, onde as escolas pertencentes as comunidades foram desapropriadas no intuito de acrescerem ao patrimônio da Igreja Católica.

A resolução de número 33, publicada na revista *Unitas*¹¹, em janeiro de 1921, assim estabelecia: “Todos os prédios das escolas catholicas, juntamente com seus respectivos terrenos, hão de ser propriedade parochial, devendo, para lhes garantir os direitos civis, ser passada a escritura em nome da Mitra das respectivas dioceses”.

Inserido nesse contexto de intervenção da Igreja, podemos indagar qual a legitimidade dos religiosos ao editarem aludidas resoluções que vinculavam todas as colônias católicas. Conforme narrativas, para que os atos editados emanassem os efeitos desejados, ameaças eram feitas às comunidades que não transferissem a propriedade da escola para a mitra, como por exemplo, a proibição aos pais de enviarem seus filhos a tais escolas comunitárias.

Arthur Blásio Rambo é taxativo ao afirmar que “encontramo-nos frente a um ato de extorsão da propriedade das comunidades. É difícil entender essa resolução do poder eclesiástico e impossível tentar encontrar uma justificativa convincente” (RAMBO, 1994, p. 94). E o historiador acrescenta, ainda, que o resultado da intervenção foi “um reforço nada desprezível ao patrimônio das

¹¹ Publicação oficial da diocese de Porto Alegre, direcionada tanto para os clérigos quanto para o público leigo, que em 1921 completou oito anos de publicação, com edição especial e divulgação das resoluções sobre as escolas paroquiais. Encontra-se disponível para consulta no Acervo Histórico da Biblioteca da PUCRS.

dioceses, sem nenhum ônus a não ser papel, tinta e o carimbo da respectiva mitra” (RAMBO, 1994, p. 95).

No que tange ao direito do Estado sobre a educação, conforme previsão na Constituição Federal, os religiosos afirmavam que “quem quiser fazer valer um direito, terá que comprovar que o recebeu de Deus ou que decorre da própria natureza do assunto” (RAMBO, 1994, p. 108). Argumentavam eles que, nas escrituras sagradas, não é possível encontrar qualquer menção acerca do direito estatal de educar a juventude.

Naquele período - Primeira República -, os estados da federação eram responsáveis pelos encaminhamentos das questões sobre educação, de acordo os seus recursos financeiros, liberando o ônus do Governo Federal.

Especificamente em Santa Catarina, as escolas estavam divididas em escolas ambulantes, escolas isoladas, grupos escolares e escola normal, conforme determinava a Lei n.º 846, de 11 de outubro de 1910. Na maioria delas, o pagamento do professor e os materiais escolares eram subvencionados pelo Governo Estadual. Contudo, inúmeras outras, como as instaladas na colônia Porto Novo eram construídas e mantidas exclusivamente com recursos da Igreja ou da própria comunidade. Desse modo, até 1930¹², o Estado não vai se opor a esse modelo, vez que, nas comunidades desassistidas por escolas públicas, os governantes contavam com a presença de associações escolares comunitárias, administradas, na maioria dos casos, pelo clero.

Entre 1819 e 1947, o Brasil recebeu em torno de 4.900.000 imigrantes de diversas etnias. *Não tendo escolas públicas à disposição, os imigrantes que provieram de países com tradição escolar começaram a organizar escolas comunitárias.* Não existe dado exato do número de escolas étnicas existente no Brasil. Dependendo das fontes pesquisadas encontramos diferenças em seus números, e, algumas vezes, bastante acentuadas. Mesmo existindo essa controvérsia, o Brasil chegou a ter em torno de 2.500 escolas étnicas em 1930. Dessas escolas, 1.579 eram de imigrantes alemães (KREUTZ, 2010, p. 72). (Grifo nosso).

Nesse norte, para o clero, o direito de educação sobre as crianças e jovens residentes nas colônias alemãs católicas era de sua inteira

¹² De acordo com Lúcio Kreutz (2010, p. 75), “o processo de nacionalização do ensino no Brasil ocorreu de forma compulsória entre 1937-1945”. Assim, a partir de 1930, o poder estatal estará mais presente no ambiente escolar, de forma gradativa, sendo compulsória essa presença a partir de 1937.

responsabilidade, vez que cabia unicamente à Igreja Católica, depositária das virtudes religiosas, a formação correta dos alunos de acordo com os preceitos morais, religiosos e culturais defendidos pela instituição. Assim, toda a direção do ensino nas escolas paroquias, bem como da catequese, era de competência exclusiva da Igreja. “[...] o direito inerente sobre a questão escolar é uma decorrência da própria definição da Igreja como portadora da mensagem de salvação. E, a educação, só é verdadeira quando realizada nessa dimensão, reorientando tudo para a dimensão espiritual” (KREUTZ, 1991, p. 94). Logo, as edificações também deveriam pertencer à instituição religiosa.

Além disso, no mesmo sentido das resoluções anteriormente citadas, lançadas a partir de 1921, havia determinações que o programa escolar deveria ser aprovado pela diretoria da Instrução Diocesana, sendo que necessitaria prevalecer o ensino da religião, da língua materna (alemão), da história e da geografia. Caso fosse possível, poderiam os alunos ainda serem contemplados com aulas de língua portuguesa¹³.

Com a presença da língua portuguesa na grade de disciplinas das escolas paroquias, verifica-se que elas não se opuseram ao ensino da língua oficial do Brasil, eis que os alunos e suas famílias necessitam de contato com a população brasileira. “Contudo, a par do zelo pela língua da terra, permanece a língua materna alemã a base para a educação no lar e na escola. [...]. A língua materna é língua do coração na qual a alma toda com seus pensamentos e emoções, encontra a sua forma de expressão” (Anais da Assembleia Geral dos Católicos do Estado, 1932, p. 120-121).

Dos ensinamentos acima elencados, destaque especial também merece o da religião, principalmente quando detalhado pelas palavras de Arthur Blásio Rambo:

Dos conteúdos ensinados nas escolas, o mais importante é a religião: a) para o indivíduo, porque só na religião encontrará a verdadeira felicidade; b) para a sociedade humana, porque ela se fundamenta em última análise na religião.

Finalidade: a finalidade do ensino religioso consiste

a) em iniciar a criança nos princípios religiosos, para assim cumprir os deveres que lhe são próprios como homem e como cristão, não apenas como fidelidade, mas também como compreensão e alegria.

¹³ Ver resoluções n.º 24 e 25, também publicadas na Revista Unitas, em 1921.

b) em levar às crianças os conhecimentos religiosos a tal ponto, que possa acompanhar mais tarde, com proveito, instruções ministradas em sermões e escritos. Equipar a criança para que mais tarde possa defender a religião dos ataques mais comuns (RAMBO, 1994, p. 129).

Diante desse destaque, constata-se que o objetivo postulado pelo clero nas escolas paroquiais era de incutir nos alunos seus direitos e deveres como católicos autênticos, leais e fiéis ao Vaticano, o que podemos chamar de doutrinação. A missão escolar era de alinhar as novas gerações de acordo com a moralidade da fé cristã, onde o processo de alfabetização acontecia em paralelo.

1.2.3 O fim da hegemonia da Igreja sobre a educação

Os religiosos mantiveram em pleno funcionamento esse modelo das escolas paroquiais até no final da década de 1930, quando, com o advento do Estado Novo, essas escolas foram submetidas a uma vigilância constante por parte das autoridades civis. “Em nome de um crescente nacionalismo, o Estado multiplicou e generalizou de maneira decisiva os tentáculos ordenadores da vida e das atividades nacionais”. (RAMBO, 1994, p. 99).

A partir da campanha de nacionalização, escolas paroquiais foram fechadas ou substituídas por novas que estivessem aos cuidados do Estado. Nesse período alterou-se inclusive o professor paroquial, que deu lugar para um profissional indicado pelo ente estatal. Além disso, os livros didáticos editados pelos religiosos foram banidos e descartados nesse período da história, vez que o Estado buscava destruir qualquer material que contivesse palavras na língua alemã ou ligação com a terra natal daqueles imigrantes.

No estado de Santa Catarina, houve ainda a promulgação do Decreto Lei n.º 88, em 31 de março de 1938¹⁴, inserido dentro do contexto da Campanha de Nacionalização, que estabeleceu normas relativas ao ensino primário em escolas particulares e públicas do estado. Aludida norma obrigou aulas ministradas no idioma nacional, além da contratação de professores e diretores que fossem brasileiros natos, sendo proibido o recebimento de subsídios ou

¹⁴ Decreto Lei n.º 88, de 31 de março de 1938, promulgado pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

auxílios financeiros de governos e/ou instituições estrangeiras. Caso tais orientações não fossem cumpridas, a determinação do governo estadual era de fechamento da instituição.

Amparado nesse decreto, localizamos, junto ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, uma correspondência datada de 11 de maio de 1938, onde o Inspetor Escolar de Cruzeiro do Sul solicitou o fechamento de uma escola paroquial localizada em Porto Novo, colônia adiante estudada, destacando:

Diante do Decreto-lei 88 que estabelece entre outras disposições, a de que o ensino nas escolas primárias, deve ser feito unicamente no vernáculo, é lamentável que creanças até a idade de 14 anos não saibam siquer uma palavra da língua do paiz em que nasceram. É a prova evidente e incontestável de que esta escola não cumpre as determinações de nossas leis e é um foco de anti-nacionalismo, o que em absoluto não podemos admitir. Assim sendo, proponho ao Governo do Estado que lhe sejam aplicadas as penalidades previstas no referido Decreto-lei n. 88. Itapiranga, 11 de maio de 1938. Antônio Lucio, Insp. Escolar¹⁵.

Posteriormente, em 19 de junho de 1938, o Monsenhor Dom Carlos Eduardo de Saboia Bandeira de Mello, Administrador Apostólico de Palmas, responsável pela colônia Porto Novo¹⁶, remeteu sua contestação aos fatos narrados pelo Inspetor Escolar, apresentando a Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina, as seguintes justificativas para ausência de aulas proferidas na língua nacional:

A falta de conhecimento da língua nacional nas creanças de Itapyranga, prova uma situação anormal, tristíssima, chocante na colônia deste nome. Mas, por si só, ainda não demonstra a culpabilidade da escola, do diretor ou professor. A ignorância no nosso idioma em filhos, na maior parte, de colonos rio-grandenses de descendentes allemã, - os quaes, durante perto de um século não foram molestados pelo governo daquele Estado no uso e ensino do idioma de origem, - que vieram para a séde de Itapyranga trazendo acirrados este seu costume herdado, - colonos que na sua absolutíssima maioria não falla nossa língua, - colonos que teimam em empregar somente o allemão em casa, - a ignorancia das creanças, digo, está fundada neste estado de cousas e neste espírito da população, e não haverá escola, por mais nacionalista que seja, que consiga

¹⁵ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 164. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁶ A colônia Porto Novo estava inserida na circunscrição da Diocese de Palmas, no Paraná, sendo que o Bispo daquela diocese era responsável pelas escolas paroquiais situadas nessa colônia.

mudar essa dolorosa situação dentro de alguns meses, porque os meninos, saindo da sala escolar, nem têm ocasião de praticar ou ouvir praticado o idioma nacional.¹⁷

Ao final da correspondência, o Administrador Apostólico suplica ao Interventor Federal o não fechamento da escola em questão, comprometendo-se a destituir os estrangeiros da direção da escola paroquial e nomear imediatamente diretores e professores brasileiros. “Não dê uma bofetada moral num bispo brasileiro, de quem se dirá que não soube cumprir suas obrigações de patriota. Não desmoralize a Igreja brasileira, pela aparência della cultivar o estrangeirismo nas suas escolas parochiaes”¹⁸, finalizava o Monsenhor Dom Carlos Eduardo em sua correspondência, reiterando seu compromisso em nomear brasileiros natos para os cargos existentes nas escolas paroquiais.

Essa correspondência oficial é capaz de nos revelar dois importantes pontos. O primeiro, acerca da preocupação do Estado para com a nacionalização do ensino, a fim de que as crianças sejam educadas dentro da língua nacional, sob pena de fechamento do educandário. O Inspetor Escolar era responsável por percorrer as escolas e verificar o cumprimento das legislações e, em consequência, garantir o afastamento de estrangeiros e das ligações com outras nações.

Já o segundo ponto, e aquele que mais nos interessa, é a preocupação do Administrador Apostólico no não fechamento da escola, ou não estatização da mesma. Ou seja, há um evidente interesse por parte da Igreja na manutenção das escolas paroquiais para que estas permanecessem com os religiosos, vez que, conforme já destacado, elas estavam sendo amplamente utilizadas dentro do Projeto de Restauração da Igreja Católica. Logo, a perda desse instrumento poderia representar o enfraquecimento do projeto e o desvirtuamento dos alunos e fiéis. Em verdade, os religiosos não coadunavam com o fechamento das escolas e estavam dispostos a abrirem mão da língua alemã para permanecerem com o controle dos educandários.

Nesse ponto podemos indagar: será que a questão religiosa estava acima da questão étnica? Ao que tudo indica, sim. Deve ser sublinhado, aqui, que ser

¹⁷ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 164. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁸ Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

cidadão brasileiro e falar a língua oficial do país – português – era uma política já adotada e defendida pelo discurso dos religiosos católicos e protestantes. Ademais, o fato do Brasil adotar o *jus soli*¹⁹ para aquisição da nacionalidade dava mais força ao discurso, eis que a maioria dos alunos haviam nascido no Brasil e deveriam ser considerados brasileiros, ensinando-lhes a língua oficial do seu país, no pensamento dos religiosos.

É necessário lembrar que a escola atuava também como mantenedora da etnicidade, sendo que, no caso dos educandários teuto-brasileiros, a proibição do ensino em língua alemã foi considerado um profundo golpe e uma ameaça ao futuro da germanidade (SEYFERTH, 1986).

A associação existente entre igreja e escola dava suporte não apenas para a transmissão da fé e dos ideais católicos, mas também para a difusão da língua materna e da cultura alemã, atuando como agente “germanizador”. De acordo com Giralda Seyferth (1986, p. 62) “manter a fé e a nacionalidade alemã também era o propósito da comunidade católica”.

Acerca da língua falada pelos alemães no Rio Grande do Sul, Jeffrey Lesser classifica-a como sendo uma mistura entre o alemão e o português:

Os imigrantes alemães viam-se relativamente isolados, em termos linguísticos e culturais, e o contato entre as diferentes colônias era feito por barco. Uma das consequências do mínimo contato com os brasileiros nativos foi o desenvolvimento de uma língua chamada Riograndense Hunsrückisch, uma forma de alemão arcaico modificada pelo contato com o português. Hoje, a língua continua a ser ocasionalmente usada, e construções semelhantes, combinando a língua pré-imigração com o português podem ser encontradas entre os falantes do italiano, iídiche, e do japonês no Brasil. O uso do Riograndense *Hunsrückisch* declinou quando por ocasião da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial para lutar ao lado dos Aliados, em 1942, foram aprovadas leis que exigiam o uso exclusivo do português. Na década de 1980, alguns juízes tentaram cassar a cidadania brasileira de pessoas que falassem unicamente o Riograndense Hunsrückisch (LESSER, 2015, p. 74).

Desta forma, a escola paroquial existente nas colônias foi utilizada pela Igreja Católica, em parceria com os Jesuítas, com dois propósitos: transmissão da fé e manutenção da nacionalidade alemã a partir do uso da língua. Contudo,

¹⁹ *Jus soli* e *jus sanguinis* são formas para aquisição da nacionalidade. No sistema *jus soli*, adotado pelo Brasil, a nacionalidade originária é obtida em virtude do território onde o indivíduo nasceu. Logo, não importa a nacionalidade dos pais, mas sim o local do nascimento. Já o *jus sanguinis*, é o direito de sangue, em que a pessoa herda a nacionalidade de seus pais.

quando esses dois propósitos foram colocados em cheque, durante a campanha de nacionalização, revelou-se que a questão religiosa estava acima da questão étnica, prevalecendo, mais uma vez, os interesses da Igreja e fragilizando a germanidade nas colônias.

Nesse momento, no intuito de continuarmos nosso trilhar pela obra jesuítica, observaremos brevemente aspectos relevantes do associativismo, que se constitui também em um poderoso instrumento de propagação dos ideais da Igreja Católica no Brasil, e representou a base da colônia Porto Novo.

1.3 “Ajuda-te e Deus te ajudará”: o associativismo a serviço do ideal jesuítico-cristão

“Para salvar a religião e a Igreja, é preciso fundar uma associação para homens dotados de pureza de intenções e unidos do espírito do Senhor, em condições de se opor ao perigo ameaçador.”²⁰

As primeiras iniciativas associativas no Sul do Brasil inspiraram-se nas organizações existentes na Alemanha, na Suíça e na Áustria (RAMBO, 2011). Com a chegada das primeiras famílias alemãs católicas no Rio Grande do Sul, em 1824, os Jesuítas encontraram nas associações uma forma de envolver os imigrantes no convívio comunitário e cercá-los em todas as dimensões do cotidiano, a fim de inculcá-los os ideais nascidos a partir do Projeto de Restauração Católica.

Desse modo, em que pese parcela da historiografia defender que as associações foram fundadas especialmente para o enfrentamento dos problemas inerentes aos primeiros anos de colonização, essas organizações, pensadas e mantidas pelos Inacianos, especialmente do Rio Grande do Sul, serão entendidas na presente escrita como uma das ferramentas utilizadas pelos religiosos dentro dos propósitos da Igreja.

Contudo, embora não seja nosso foco, não pode passar despercebido que as associações, assim como a imprensa e a escola, também atuaram para a

²⁰ DIE KATHOLISCHE BEWEGUNG IN DEUTSCHLAND – Central Organ für die Katholischen Vereine Deutschlands. Erster und zweiter Jahrgang, 1868 – 1869. Frankfurt a. M.: Druck von J. J. Paulus, jun, 1969, p. 25. apud, RAMBO, 2011, p. 40.

preservação da etnicidade. No caso dos alemães, que trataremos mais adiante, as associações de tiro, de ginástica, de canto, de teatro, de jovens, de mães e as agrícolas, objetivavam a transmissão à população alemã da cultura, da língua e do espírito alemão, estimulando a afirmação de valores culturais e sociais da Alemanha enquanto pátria de origem (SEYFERTH, 1986).

Na Europa, as associações para católicos nasceram a partir da década de 1840, período em que a Igreja Católica havia perdido seu prestígio e seu campo de influência. Desta forma, em 1848, na cidade de Mainz, os fiéis católicos encontraram uma solução para a desorientação religiosa da sua igreja:

O ponto de partida veio com a reunião de um grupo relativamente pequeno de homens, que, no início ao menos, parece não ter alimentado ambições maiores do que a cidade e os arredores de Mainz. Os fundadores da associação inspiraram-se em agremiações semelhantes, perseguindo os mesmos objetivos daquelas que já atuavam com êxito na Inglaterra, na Irlanda e na França. *O objetivo central resumia-se na conquista e na defesa da Igreja e da liberdade religiosa.* Estatutos muito simples deram forma e personalidade jurídica para a associação. (RAMBO, 2011, p. 43). (Grifo nosso).

Assim, como fruto do encontro dos fiéis, concebeu-se a Associação São Pio de Mainz. Em um curto interstício, ela tornou-se um referencial para a fundação de inúmeras outras associações na Alemanha, todas com o objetivo de unir e integrar fiéis comprometidos com a defesa da fé e da igreja.

As associações surgiram em um período em que a Igreja Católica estava com seu prestígio abalado e vulnerável a ataques. Além disso, “inimigos” comuns motivaram a união e o comprometimento dos fiéis católicos na organização dos grupos de associados, vez que, juntamente com a Igreja, lutavam contra movimentos revolucionários que traziam em seu bojo ideais do liberalismo, do socialismo, do anarquismo e do iluminismo, sendo eles a favor da restauração do verdadeiro espírito católico.

Muitos dos Jesuítas alemães que migraram para o Brasil, especificamente para a região Sul, participaram e colaboraram nessas associações de católicos, inclusive na principal expoente fundada em Mainz. Assim, após a expulsão desses religiosos por Bismarck, os Inacianos implantaram no Brasil esse mesmo modelo de associativismo, principalmente no Rio Grande do Sul, a fim de enfrentarem os problemas que encontravam nas colônias. Desta forma, “não

tiveram que inventar nada. Bastou transplantar o modelo e o espírito do associativismo que tão bem conheciam, direcionando-o para a realidade do Sul do Brasil no final do século XIX e início do século XX” (RAMBO, 2011, p. 51).

Os Jesuítas sabiam que precisavam aproveitar a “mania alemã de fazer associações”²¹, a fim de organizarem os alemães católicos no Rio Grande do Sul em torno de uma grande associação, que os cercassem em todas as dimensões da vida comunitária. Assim, desde a chegada dos primeiros imigrantes, os religiosos buscavam conceber essa associação, que completasse a vida nas colônias em todos os sentidos. Muitas organizações surgiram no período, apresentadas pelo Pe. Theodor Amstad na obra “Cem anos de Germanidade do Rio Grande do Sul”. Porém, nenhuma conseguia representar a verdadeira essência associativa almejada pelos Jesuítas.

A maneira de proceder a união dos colonos em torno de uma organização e qual instituição seria criada foi motivo para muitos debates e discussões entre os colonos e religiosos nas Assembleias Gerais de Católicos. Essas começaram a ser realizadas a partir de 1898, anualmente, objetivando envolver os teuto-brasileiros residentes do Rio Grande do Sul e “firmar a vida religiosa na colônia e gradativamente elevar o nível da mesma” (KREUTZ, 1991, p. 73).

Eram nessas assembleias que os Jesuítas lançavam novas ideias e propostas de alteração do modelo de trabalho existente nas colônias. Durante os três dias de duração desses encontros, os colonos eram instruídos e recebiam palestras sobre os mais diversos temas. Após, com o intuito de que as ideias dos Jesuítas fossem seguidas pelas famílias, a imprensa reiterava as temáticas trabalhadas pelos religiosos nos encontros enviando as publicações para todas as colônias e picadas de descendentes de alemães católicos. Era a voz e a pena a serviço da Igreja.

Após três dias de orações, palestras, debates e instruções, os religiosos concluía as assembleias editando os compromissos solenes que as comunidades católicas deveriam seguir, sendo estas também impressas e distribuídas nas colônias. Além disso, os Inacianos aproveitam esse momento para proporem a criação e fundação de organizações que, no seu entender,

²¹ Expressão utilizada pelo Papa Pio XI, em 1926, por ocasião da peregrinação de professores alemães a Roma. In: KREUTZ, 1991, p. 69.

viriam complementar a vida nas linhas e picadas, garantindo o alinhamento dos colonos com o projeto católico.

Os jesuítas foram muito hábeis na preparação e na condução destas Assembleias, conseguindo com que os colonos se cressem autores e fundadores de projetos e associações que tinham sido elaborados previamente e até em detalhes pelos “patres colonorum”. E para esta ilusão ótica se prestavam muito bem as Assembleias Gerais (Katholikentagen) (KREUTZ, 1991, p. 72).

As discussões a respeito da criação de uma associação que abarcasse a vida dos teutos-católicos foram objeto das Assembleias Gerais de Católicos nos anos de 1898 e 1899, realizados em Harmonia e em Santa Catarina da Feliz, respectivamente. Após, em 1900, na terceira assembleia, realizada em São José Hortêncio, os religiosos deram o passo decisivo para o futuro do associativismo católico no estado Riograndense, uma vez que trouxeram para esse encontro a estrutura, a organização e os estatutos da associação, completamente redigidos e prontos para serem analisados, cabendo aos participantes apenas a aprovação após uma persuasiva palestra do Pe. Theodor Amstad a respeito da temática. Nasceu assim, naquele momento, a Associação Rio-Grandense de Agricultores, chamada pelos colonos de *Bauerverein*.

1.3.1 Associação Rio-Grandense de Agricultores: a *Bauerverein*

Após a aprovação do estatuto da Associação Rio-Grandense de Agricultores, Pe. Theodor Amstad, ainda no uso da palavra na Assembleia Geral de 1900, instruiu os colonos acerca do funcionamento dessa nova organização que acabara de nascer.

Nesse sentido, explicou que cada picada deveria formar a sua própria associação. Da reunião dessas associações menores, formar-se-ia uma associação global. Continuou explicando que as associações existentes em cada picada deveriam reunir-se aos domingos, alternadamente na residência dos diferentes sócios. Esses encontros seriam propícios para trocas de experiência, discussão de assuntos de interesse da picada e propostas para melhoramento da vida comunitária. Da reunião dessas pequenas associações, formar-se-ia as seções paroquiais ou distritais, com reuniões mensais. Acima

dessas seções, existirão as assembleias municipais, com reuniões que aconteceriam de três a quatro vezes ao ano. E, para finalizar a hierarquia, no topo da pirâmide, estaria ela, a *Bauerverein*, onde a assembleia geral aconteceria uma vez por ano, com a presença dos delegados de cada picada, sempre em uma cidade a ser previamente definida (NUNES, 2015).

Da leitura do estatuto provisório dessa associação, escrito pelos religiosos Jesuítas, já é possível extrair sua finalidade em seu parágrafo primeiro:

Constitui-se em finalidade da Associação colocar a colônia alemã em condições de promover, na medida do possível, a si mesma das necessidades relativas a gêneros alimentícios, vestuário, instrumentos de trabalho, instalação das moradias e, ao mesmo tempo, incentivar as atividades e a infraestrutura de utilidade comunitária (RAMBO, 2011, p. 87).

No parágrafo seguinte verifica-se que “poderá ser sócio qualquer colono ou amigo dos colonos portador de reputação inatacável” (RAMBO, 2011, p. 87). Logo, quando da criação da associação, ela foi aberta para participação de qualquer colono, independentemente da sua nacionalidade ou religião, sendo ela ecumênica. Entretanto, esse não era o sonho dos Jesuítas, que almejavam uma associação religiosamente homogênea, que seria capaz de canalizar, animar e orientar os movimentos locais de acordo com o grande projeto católico. “Somente em união com as pessoas de concepções iguais é que alguém tem uma certa garantia para permanecer fiel e resistir vitoriosamente aos embates e engodos de um e de outro lado” (SCHUPP, 2004, p. 166).

Por algum motivo que desconhecemos eles acabaram cedendo, naquele momento inicial, e aceitando a participação de colonos alemães que não eram da sua confissão, formando uma associação ecumênica. Esse fato gera algumas indagações: será que os alemães católicos não eram em número suficiente para proverem uma associação homogênea? Será que os religiosos sonhavam que com a união conseguiriam mais fiéis para sua igreja? Será que os protestantes dominavam conhecimentos nas áreas da agricultura, educação e assistência (objetivos da associação) que para os Jesuítas eram desconhecidos até então? Ou, diante da aceitação de alemães protestantes, a questão étnica era mais importante e forte para eles que a religiosa? O que sabemos é que a partir de

1910 essa realidade será alterada e uma associação exclusiva para os católicos será fundada dois anos após.

Os interessados em tornarem-se sócios da *Bauerverein* não estavam obrigados a contribuir com dinheiro. Contudo, “cada membro obriga-se a coletar para a Associação restos de ossos, chifres, cabelos, pelos, retalhos de fazenda, ferro velho, cacos de vidro, caixas de fósforo etc. e recolhê-los junto a um dos associados previamente indicados” (parágrafo terceiro do estatuto, apud RAMBO, 2011, p. 88). Com essa normativa, descaracterizou-se eventual imagem lucrativa da associação, deixando transpassar o assistencialismo e a ajuda comunitária em seus trabalhos e ações.

Na assembleia que deu vida à associação, em São José do Hortêncio, inscreveram-se quatrocentos homens nas listas, onde quase a metade eram protestantes (NUNES, 2015). Esse fato ajuda a comprovar que os protestantes apresentavam um nível maior de organização do que os católicos. Eles estavam inseridos na vida social, política e econômica do Rio Grande do Sul. Sem falar que suas escolas serviam de referência na formação dos jovens, que após a formação ocupavam cargos de influência, tanto no governo como na sociedade daquela época. Essa realidade, possivelmente, incomodava os religiosos católicos.

Acerca dos serviços prestados aos associados pela *Bauerverein*, importante registrar que estes compreenderam, principalmente, os de assistência ao agricultor. Também, prestou assistência jurídica aos colonos, uma vez que a dificuldade de comunicação em português, a falta de conhecimento sobre seus direitos e as dúvidas sobre casos envolvendo inventário, heranças e partilhas, era uma lacuna existente nas colônias e que foi preenchida pela associação.

A Associação preocupou-se, também, com a melhoria da agricultura e da produção pecuária (conquista de técnicas mais eficientes no manejo da terra, adoção de novas culturas, aprimoramento quantitativo e qualitativo de plantas e animais). O constante incentivo ao ensino refletia a necessidade da “formação da pessoa [...] para ser capaz de atuar na comunidade como um membro solidamente comprometido”. Além do “capital material”, buscava-se, também, o “capital espiritual” (NUNES, 2015, p. 18-19).

Os trabalhos da Associação Rio-Grandense de Agricultores ocorreram até 1909, momento em que, reunidos na nona Assembleia Geral, realizada em Taquara, nos dias primeiro e dois de maio, os delegados participantes declararam “como extinta a Associação Rio-Grandense de Agricultores” (RAMBO, 2011, p. 142). Em consequência, decidiram por sua transformação em um sindicato, eis que gozaria de maior proteção e aceitação oficial por parte do governo. Além disso, os líderes informaram que caso não se optasse pela extinção ou transformação em sindicato, poderiam sofrer penalidades a partir do não pagamento de impostos.

A decisão casou certo mal-estar entre os participantes, vez que os religiosos e pastores não concordaram com essa decisão, tanto que nem chegaram a participar dessa assembleia pois já sabiam da decisão que fora encaminhada pela assembleia anterior. Desta forma, Pe. Amstad, Pe. Max von Lassberg e os pastores Gans, Schlieper, Pechmann e outros não participaram dessa assembleia ante a decepção com a decisão dos delegados. Logo, parece que os discursos e textos publicados pelos religiosos não surtiram o efeito esperado, vez que os delegados, representantes dos colonos, tomaram caminho diverso daquele orientado pelos religiosos.

Acerca da ausência dos nomes acima na nona assembleia dos agricultores, Arthur Blásio Rambo esclarece que “tais personalidades entenderam a transformação em sindicato, como um desvio radical dos objetivos que haviam levado à fundação da Associação Rio-grandense de Agricultores (RAMBO, 2011, p. 156).

Na verdade, ousamos insinuar que a associação não obteve êxito em suas promessas e seus pleitos junto aos colonos, como o de abrir novas áreas de colonização separadas por confissão e o de proporcionar o engajamento mais efetivo de italianos, lusos e outras etnias instaladas na região de sua abrangência. Assim, o descontentamento dos agricultores com a associação pode ter contribuído para a sua extinção e posterior transformação em sindicato.

Arthur Blásio Rambo classifica a Associação Rio-Grandense de Agricultores como uma “empreitada gigantesca” e um “projeto inacabado”. Além disso, esclarece:

A transformação em sindicato rural encerrou, portanto, a curta trajetória da Associação Rio-grandense de Agricultores. Foram

apenas dez anos. Um espaço de tempo, por certo, muito exíguo para produzir em toda a sua plenitude, todos os resultados propostos. Quando se penetra, porém, um pouco mais a fundo na essência dessa Associação e quando se tenta avaliar a sua dinâmica, uma constatação faz-se óbvia: a fecundidade da ideia que a pôs em marcha, a diversidade e a riqueza de meios e estratégias que brotaram de seu seio, destinados a criar condições para uma atividade colonial bem-sucedida, não foram em vão. Os ecos e os reflexos da Associação Rio-grandense de Agricultores, sob o ponto de vista organizacional, encerrada por ocasião da sua nona assembleia geral, fazem-se notar ainda hoje, em não poucos empreendimentos agropastoris e na atividade colonial do Sul do Brasil em geral. Muito daquilo que foi discutido, debatido e decidido nessas reuniões, adaptado às circunstâncias de hoje, de fato faz ainda muito sentido (RAMBO, 2011, p. 156).

Após a dissolução da *Bauerverein*, os protestantes prosseguiram com o projeto inicial a partir da fundação da “Liga Colonial”. Os italianos, por sua vez, fundaram a “Associação Vitivinícola e as Cooperativas de Valorização do Leite”. Já os católicos, aguardaram o decurso de dois anos e, em 1912, fundaram a “Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul”, chamada pelos colonos simplesmente de *Volksverein*, constituindo-se essa nova união católica de um “eco” e de um “reflexo” da Associação Rio-Grande de Agricultores.

Nosso interesse repousa sobre a Sociedade União Popular, ou simplesmente *Volksverein*, um projeto étnico e confessionalmente direcionado para os teuto-brasileiros católicos. Entre as prioridades dos fundadores, estava a abertura de novas fronteiras de colonização, sendo que no primeiro esboço dos estatutos definitivos encontramos como a primeira área de atuação prática: “a preocupação com novas colonizações para católicos” (RAMBO, 2011, p. 255). Uma consequência de sua existência foi a fundação da colônia Porto Novo, em 1926, colonização voltada para alemães católicos, promovida pela *Volksverein*.

1.3.2 *Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul: a Volksverein*

No item anterior vimos que os Jesuítas estavam em busca de uma associação que reunisse os alemães-católicos residentes no Rio Grande do Sul. Desse modo, fundaram a Associação Rio-grandense de Agricultores, que

aceitou como associados colonos das diferentes etnias e religiões. Contudo, em 1910 essa associação acabou encerrando seus trabalhos, ante a decisão tomada pelos delegados na assembleia anual.

Após adormecida por dois anos, a ideia da fundação de uma nova associação renasceu em 1912. Todavia, dessa vez ela deveria ser exclusiva para descendentes de alemães de religião católica, objetivando a colaboração destes entre si, a preservação da cultura alemã e a proteção dos princípios e valores católicos, no entendimento dos Jesuítas.

Nesse ano de 1912, quando da realização do IX Congresso Geral dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, em Venâncio Aires, Hugo Metzler, em seu discurso inicial, afirmou que os católicos estavam relativamente atrasados em comparação aos protestantes, que ocupam locais de destaque nos campos industrial, comercial, social e político do estado Rio-grandense. De acordo com ele, era preciso uma maior preocupação para com a formação dos católicos. Desta forma, para se chegar a esse fim ele indicou três caminhos, a saber:

- 1) O impulso educacional pode ser despertado com mais ênfase do que dado até agora, através da assistência espiritual, principalmente dos nossos curas de alma.
- 2) Depois, o impulso educacional pode ser promovido através das nossas escolas e a carência de formação ser eliminada aos poucos nas novas gerações.
- 3) Porém, o maior êxito eu deposito numa grande organização que abrangesse todo nosso germanismo católico e se colocasse a tarefa de trabalhar sistematicamente no bem-estar corporal e espiritual dos nossos católicos teuto-riograndeses (*SANKT PAULUSBLATT*, 1912, n. 01, p. 01).

Ao final, Metzler sugeriu a criação de uma associação objetivando a união de esforços dos católicos alemães, a fim de honrarem suas origens germânicas. “E essa organização nós teremos na Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul” (*SANKT PAULUSBLATT*, 1912, n. 01, p. 02).

Nesse cenário, surgiu a Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se como seu principal objetivo a defesa dos interesses dos alemães católicos daquele estado. Na ideia de seus fundadores, a Sociedade União Popular deveria compreender a união de todas as associações já existentes, além daquelas que ainda surgiriam no futuro, sob a coordenação central de uma grande sociedade, ou seja, nos moldes da Sociedade União Popular da Suíça.

A Sociedade União Popular, fiel ao seu lema “Omnibus Omnia”, fez sua preocupação do associativismo alemão, isto é, promover os interesses materiais, espirituais e religiosos. São testemunhas eloquentes de sua atuação no terreno do associativismo as 12 caixas de poupança e empréstimo e o asilo para órfãos e idosos em São Sebastião do Caí, fundados pela Sociedade União Popular durante os dez anos de sua existência além de sua decidida intervenção a favor da liberdade das escolas privadas católicas. A Sociedade União Popular divide-se atualmente [1924] em 26 associações distritais com 109 seções, que se espalham por todo o Estado, de Rolante no Leste até Pirapó no Oeste (AMSTAD, 2005, p. 338).

Desde os primeiros passos da novel associação, os Jesuítas encontravam-se à frente dela, sendo responsáveis pela sua implantação, expansão e administração. Na ideia dos Inacianos, a organização da Sociedade União Popular deveria ser guiada com praticidade e racionalidade. Assim, o número de pessoas envolvidas na diretoria deveria restringir-se ao mínimo possível, vez que os religiosos poderiam cuidar da maioria dos assuntos.

O objetivo da associação estava claramente disposto em seu estatuto, aprovado em 1912 e modificado em 1913, conforme abaixo destacamos:

a promoção da ordem social cristã, em particular, a instrução dos teuto-católicos sobre os deveres religiosos e sociais que os novos tempos requerem e instrução para colaboração prática para elevação espiritual e econômica de todas as categorias profissionais. A associação quer ao mesmo tempo repelir da sociedade as agressões de fundamento religioso e combater os esforços subversivos no campo social (SANKT PAULUSBLATT, 1913, n. 5, p. 59).

O caminho necessário para a associação alcançar seus objetivos também estava disposto no estatuto, aparecendo em primeiro lugar sua tarefa de executar as resoluções formuladas a partir dos Congressos Católicos. Além disso, constava entre os objetivos a abertura de novas colônias alemãs católicas, o fortalecimento das escolas paroquiais, a divulgação da “boa” imprensa alemã católica com a distribuição gratuita de uma revista aos associados, a instituição de uma agência de emprego e informações, a assistência jurídica aos associados, entre outros (NUNES, 2015).

Nas palavras de Erneldo Schallenberger (2001), o campo de atuação preferencial da *Volkverein*, como era conhecida entre os colonos, encontrava-se entre os imigrantes teutos e seus descendentes, buscando evitar o mosaico étnico-religioso. Ainda de acordo com o autor, a associação objetivava construir

comunidades eclesiais sólidas e modelares que servissem de base para a sedimentação do social-catolicismo e de referência para a construção do espaço eclesial, bem como para a organização da sociedade.

O estatuto também revelava que a religião católica era inerente à Sociedade União Popular, tanto que a primeira referência encontra-se em seu nome. Além disso, o estatuto da associação, a fim de garantir um controle rígido por parte da Igreja Católica, estabelecia que “para garantir a observância das instruções papais e especialmente a submissão filial à autoridade episcopal, fica a cargo do arcebispo metropolitano nomear um adjunto espiritual para a União Popular” (*SANKT PAULUSBLATT*, 1920, n. 9, p. 4).

Essa disposição estatutária deixa claro que a Igreja Católica não estava disposta a deixar os associados caminharem com suas próprias pernas. Ou seja, os religiosos, mais uma vez, estavam preocupados com a condução dos trabalhos e com o alinhamento da associação aos preceitos e valores da fé católica. Por esse motivo, consignaram de forma cristalina no estatuto o direito do Arcebispo Metropolitano de nomear um dirigente espiritual para a associação que acabara de nascer.

Ademais, o estatuto da Sociedade União Popular foi submetido à aprovação do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, na data de 19 de junho de 1914, onde D. João Becker consignou que esperava que a associação, “realizando o que diz o seu nome, ‘reúna’ os católicos e se torne uma autêntica associação ‘popular’ [...]” (NUNES, 2015, p. 45).

Para início dos trabalhos, estabeleceu-se uma direção central, com sede em Porto Alegre, sendo ela composta por um presidente, com seu respectivo vice, um secretário-geral, tesoureiro e três adjuntos. Em nível local, nas colônias alemãs católicas, determinou-se a formação de uma comissão de delegados com representantes de todas as linhas e picadas, que escolheriam entre eles seu presidente, a fim de conduzirem os trabalhos na colônia.

O secretário-geral, também chamado de secretário-itinerante, era responsável por visitar todos os grupos locais pelo menos uma vez ao ano. Com isso, ele conseguia inteirar-se da situação, das necessidades e dos desejos de cada comunidade, além de aconselhar os colonos, sempre almejando o engrandecimento da associação. Ele era responsável, ainda, pela divulgação da associação e por promover a vinda de novos associados aos quadros da

Sociedade União Popular. Nesse ponto, o detalhe que merece destaque é que o cargo de secretário-itinerante era ocupado por um religioso Jesuíta.

Quando o secretário-itinerante visitava alguma colônia alemã católica que ainda não havia procedido à fundação de um braço da *Volkverein*, este era responsável por fazê-lo. Caso a visita demorasse para acontecer, o padre responsável pelo local poderia realizar a fundação. Destarte, a fundação da associação em nível local estava vinculada à autorização e a participação de um religioso.

Para o interessado em ingressar como associado da Sociedade União Popular, era necessário ser da etnia alemã e da religião católica, ter completado dezoito anos e contribuir com a anuidade da associação. Em troca, ele estava inserido em uma estrutura que oferecia caixas rurais, advogados, jornalistas, professores e engenheiros, além de promover a abertura de novos projetos de colonização²².

Acerca do número de associados, o jornal *Deutsches Volksblatt*²³, na edição de 16 de abril de 1914, na página dois, indica que no final do ano de 1912 o número de associados era de 6.667. Posteriormente, em 1913, esse número subiu para 8.656 associados. Logo, constata-se um entusiasmo no movimento associativo entre os alemães católicos no Rio Grande do Sul. Em verdade, esses números corroboram a afirmação do Pe. Theodor Amstad (2005, p. 301), quanto à “lendária inclinação ao associativismo dos alemães”.

Em seu relato, Maria Rohde, esposa de Carlos Rohde, um dos responsáveis pela *Volkverein* na área de colonização de Porto Novo, em sua obra *Espírito Pioneiro*, assim retrata o trabalho dessa associação:

A Sociedade União Popular é uma associação dos católicos falantes da língua alemã do Rio Grande do Sul e visa atender suas demandas materiais, espirituais e culturais. Criada conforme os ditames da lei, possui status de pessoa jurídica. Suas tarefas, objetivos, meios e administração, são estabelecimentos conforme os estatutos. Antes da Segunda Guerra Mundial, seu quadro de associados alcançava um total de 12.000 sócios devidamente registrados, número que crescera

²² Nos livros Diários da Sociedade União Popular, guardados no Memorial Jesuíta da Unisinos, é possível identificar o pagamento mensal, por serviços realizados à associação, para advogados, engenheiros e professores. Os pagamentos aconteciam nas mesmas datas mensais, demonstrando organização e pontualidade nos pagamentos da associação, além de uma preocupação com a remuneração desses profissionais.

²³ Disponível para consulta no Memorial Jesuíta da Unisinos, na cidade de São Leopoldo – RS.

de forma constante desde sua fundação. O meio de comunicação com os associados é o jornal "*Skt. Paulusblatt*", redigido e editado mensalmente pela própria associação, e que proporciona aos seus sócios, material de leitura e informação rico e variado: dicas práticas, informações agrícolas, conselhos de saúde, formação espiritual; formação cidadã e aconselhamento jurídico (ROHDE, 2012, p. 20).

A Sociedade União Popular, inserida no interior de cada colônia, atuava na formação e instrução das comunidades cristãs a partir de atividades de clubes, grupos e associações menores. Nesse contexto, mulheres, crianças e jovens recebiam atenção especial da Sociedade União Popular. Para as primeiras, houve a criação das Associações de Senhoras²⁴, objetivando o assistencialismo às mulheres, que eram vistas como o principal meio para que as famílias alcançassem os objetivos da religião e uma vida comunitária participativa.

Já para as crianças, fundou-se a União das Crianças de Jesus, que buscava desenvolver hábitos de leitura e práticas religiosas nas escolas. Além disso, as crianças eram estimuladas desde cedo a pouparem seus recursos financeiros, por meio das caixas rurais, para que futuramente não passassem por necessidades.

Para os jovens, a Sociedade União Popular fomentou a criação de Grupos de Jovens, por meio dos quais estes desde cedo fossem inseridos de forma participativa na vida comunitária. De igual modo, esses grupos objetivavam ainda o desenvolvimento de hábitos religiosos saudáveis na juventude, a fim de que quando chegassem na vida adulta fossem praticados de maneira natural pelos futuros pais e mães de famílias.

A associação ora estudada também soube utilizar de maneira privilegiada o meio escolar como forma de promover o espírito católico e instruir os alunos de acordo com os preceitos religiosos e étnicos. Desta forma, cada linha ou picada almejava a abertura de uma escola paroquial na comunidade, a fim de erradicar o analfabetismo, instruir os alunos - trazendo luz onde havia escuridão - e manter as crianças no mesmo meio que seus pais viviam. Outrossim, a associação era responsável por todo o processo escolar, desde a formação dos professores no seminário até a edição dos livros didáticos, garantindo, portanto,

²⁴ Com o decorrer dos anos essas associações serão chamadas de Clubes de Mães, os quais existem em muitas comunidades até os dias atuais.

o alinhamento de todos os participantes do processo escolar com o Projeto de Restauração da Igreja Católica.

Diante das considerações postas em evidência até o momento, é possível verificar que a Sociedade União Popular estava preocupada com a formação humana, bem como da família, dos seus membros e da comunidade onde os teuto-brasileiros católicos residiam.

1.3.2.1 A atuação da Sociedade União Popular nas frentes de colonização

Outra linha de frente operada pela Sociedade União Popular era a abertura de novas colônias, direcionadas aos teuto-brasileiros católicos, uma vez que um de seus objetivos era “garantir o acesso de terrenos a católicos alemães, povoando, assim, grandes pedaços de terras, expandindo a colonização” (*SANKT PAULUSBLATT*, 1914, n. 3). Logo, tendo sua atuação dirigida exclusivamente para a parte católica dos teutos, a Sociedade União Popular preocupou-se em estabelecer colônias com características predominantemente homogêneas para o público que representava. Essa necessidade era apontada frequentemente pelos dirigentes da associação.

Na verdade, a Sociedade União Popular já nasceu com a convicção de que assentamentos coloniais formados a partir da mesma base religiosa e cultural dos colonos estavam mais propensos ao progresso e à facilitação das atividades comunitárias. Sendo assim, logo após sua criação, os dirigentes e associados estudaram três sugestões que surgiram dos próprios colonos.

A primeira objetivava a criação de um sindicato, ligada à Sociedade União Popular, com a finalidade de promover a abertura de novas áreas de terras e, em consequência, organizar o assentamento dos colonos.

Já a segunda sugestão, afirmava que deveria ser criada uma Companhia de Comércio, a fim de que ela intervisse na especulação agrária da época, buscando terras mais favoráveis aos teuto-brasileiros católicos.

Por fim, a terceira ideia defendia que a própria Sociedade União Popular deveria cuidar da questão, proporcionando terras baratas aos colonos, com o mínimo de despesas administrativas, e realizando sorteios para assentamento dos colonos nos lotes disponíveis (NUNES, 2015).

Problemas jurídicos, opiniões contrárias e intrigas fizeram com que nenhuma das três sugestões chegassem a sair do campo das ideias. Após de outra solução para o problema da expansão colonial, a *Volksverein* chegou a efetuar tratativas com as empresas Sociedade Territorial Sul-Brasileira Henrique Hacker&Cia²⁵, para a abertura de uma colônia confessionalmente separada para os católicos no Paraná, e com a Luce, Rosa & Cia²⁶ para a reserva de lotes aos teuto-brasileiros católicos em Três Arroios, no Rio Grande do Sul.

Apenas com a Luce, Rosa & Cia as negociações vingaram, chegando-se a demarcar o local dos lotes e a responsabilidade da companhia em providenciar a construção de uma igreja e escola. Em contrapartida, a Sociedade União Popular indicaria aos associados a colônia de Três Arroios como espaço ideal para o assentamento de teutos-católicos.

Contudo, no período da Primeira Guerra Mundial, o processo migratório dos colonos alemães, bem como seus descendentes, ficou muito reduzido e a empresa colonizadora comercializou poucos lotes para os teuto-brasileiros católicos (PIAZZA, 1982). Diante desse fato, e considerando que a Luce, Rosa & Cia não compartilhava do mesmo ideal de colonização da Sociedade União Popular, mas sim o lucro, acabaram comercializando os lotes para imigrantes de outras etnias e confissões religiosas, o que ocasionou a quebra do contrato com a associação dos teutos-católicos, vez que os dirigentes não aceitaram a presença de outras etnias e religiões na mesma área destinada aos alemães católicos. Como consequência, os dirigentes da Sociedade União Popular concluíram que não poderiam mais depositar e confiar seu ideal de colonização em uma empresa privada. Logo, a própria *Volksverein* deveria cuidar de todo processo colonizador.

²⁵ A empresa Sociedade Territorial Sul-Brasileira Henrique Hacker&Cia atuou nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, recebendo concessões de terras devolutas para fins de colonização. Especificamente acerca da área pretendida pela *Volksverein* no estado do Paraná, a empresa Hacker&Cia recebeu, em 1922, a concessão de glebas de terras no norte do estado para instalação de colônias. Ver: LOPES, Ana Yara. Os pioneiros do Capital. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

²⁶ A empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia é uma das empresas privadas que, nos termos da Legislação de 1899/1900, recebeu permissão da Inspeção de Terras para colonizar o Rio Grande do Sul, em especial a região noroeste do estado. Fundou e organizou quatro povoações: Três Arroios, Severiano de Almeida, Dourado e Aratiba. O trabalho de PIAZZA (1982) menciona que a Sociedade União Popular buscou a empresa Luce, Rosa & Cia com a finalidade de entabular um acordo para fins de colonização. Contudo, a parceria restou frustrada em virtude da Primeira Guerra Mundial, segundo o autor.

A partir de 1925, a ideia de uma colônia exclusiva para os colonos de ascendência alemã de religião católica voltou ao palco dos debates da associação. Formada uma comissão, iniciaram uma exaustiva busca, no estado do Rio Grande do Sul, atrás de terras disponíveis para abrigar o empreendimento homogêneo almejado pelos religiosos. Para financiamento da aquisição das terras que abrigariam a nova colônia, a comissão e os dirigentes da associação estabeleceram que o sonho jesuítico somente seria concretizado por intermédio da Central das Caixas Rurais, vez que uma Caixa Rural jamais teria condições de financiar a audaciosa ideia.

Sem sucesso nas buscas por terras disponíveis, e não querendo abandonar o estado do Rio Grande do Sul, a comissão recorreu ao Governo do Estado. Contudo, as orientações estatais não permitiam a entrega de uma extensa área de terra para a formação de uma colônia confessional e étnica.

Mesmo diante desse fato, a Sociedade União Popular formulou requerimento ao Governo do Estado, endereçado ao Presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros, solicitando as terras situadas entre Santa Rosa e Três Arroios. Acerca desse fato, importante destacarmos as palavras registradas pelo Pe. Rick em suas memórias:

Numa consulta do sr. Alberto Bins, feita ao Governador do Estado Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, pronunciou-se este disposto a colocar terras devolutas à venda para os católicos alemães. Por causa disso fixamos um requerimento por terras, situadas perto de Santa Rosa e Três Arroios. Entregou-se essa petição ao Dr. Borges de Medeiros, mas ela acabou não tendo qualquer resposta. Fui eu mesmo, por quatro vezes, ao palácio por motivo dessa situação. Desculpava-se Sua Senhoria de cada vez com o fato da falta de medições (Pe. Rick. In: RAMBO; RABUSKE, 2004, p. 123).

Assim, Borges de Medeiros conseguiu adiar por um bom tempo sua resposta à Sociedade União Popular, sempre encontrando barreira no fato de que a área ainda não havia sido medida. Acerca desse fato, continua Pe. Rick:

Na minha última visita, disse-lhe eu sucintamente que pouco se nos dava da circunstância de a medição fazer-se um ano mais cedo ou um ano mais tarde, sendo nosso desejo o de termos uma resposta decisiva no sentido de realmente podermos esperar a recepção de tais terras... E ela, ou seja, tal resposta, não veio. O homem a impedir o negócio era o Dr. Carlos Torres Gonçalves, inimigo dos “alemães” e pessoa hostil aos católicos (Pe. Rick. In: RAMBO; RABUSKE, 2004, p. 123).

Para Pe. Rick estava claro que as tratativas com o governo estavam encerradas em virtude da influência de Carlos Torres Gonçalves, classificado por ele como sendo “inimigo dos alemães e pessoa hostil aos católicos” (Pe. Rick. In: RAMBO; RABUSKE, 2004, p. 123), que na época era funcionário da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, onde exercia o cargo de Diretor de Terras e Colonização e da Viação Fluvial.

Nesse ponto, é preciso lembrar que o governo Rio-grandense defendia, desde a época de Júlio de Castilhos, as colonizações mistas. Além disso, buscava reaver terras devolutas que foram apossadas indevidamente, proibindo a concessão destas para projetos de colonização privados. Desse modo, Carlos Torres Gonçalves compactuava com o discurso do governo e, como positivista, defendia o reassentamento dos nacionais e indígenas. Logo, enquanto funcionário público, apenas buscava cumprir as políticas desenvolvidas pelo governo Borges de Medeiros na área de colonização. Assim, revela-se desarrazoada a característica a ele imputada de “inimigo dos alemães”.

Diante dessa “expulsão moral” do estado do Rio Grande do Sul, como classifica Pe. Rick (RAMBO; RABUSKE, 2004, p. 123), a Sociedade União Popular iniciou a busca por terras disponíveis no estado vizinho, direcionando o seu olhar e atenção para Santa Catarina, em especial para a região Oeste.

1.3.2.2 Terras catarinenses: o início das negociações e as primeiras aquisições

A colonização na região Oeste do estado Catarinense está ligada, inicialmente, ao fim da guerra do Contestado (1916) e com as possibilidades econômicas da região. Essa área “tornou-se o principal polo de colonização de uma região onde atuaram muitas empresas particulares – algumas empenhadas em formar núcleos etnicamente homogêneos – que demarcaram e venderam as terras para imigrantes e colonos” (SEYFERTH, 2004, p. 138-139).

As primeiras tratativas entre a Sociedade União Popular e a empresa Chapecó-Pepery Ltda., para aquisição da área de terras que seria destinada à formação de uma colonização direcionada aos teuto-brasileiros católicos, iniciaram ainda no ano de 1925. Desta forma, em 25 de janeiro de 1926²⁷, em

²⁷ Ata da reunião disponível *ipsis litteris* na obra “Somando Forças: o projeto social dos Jesuítas no Sul do Brasil”, de Arthur Blásio Rambo (2011), nas páginas 259-263.

uma reunião da qual participaram Jacob Becker e Pe. Johannes Rick SJ, como representantes da Sociedade União Popular, e o ex-pastor luterano Hermann Faulhaber, então diretor da empresa Chapecó-Pepery Ltda., celebraram o contrato de compra e venda da gleba de terras entre os rios das Antas, Peperi-Guaçu e Uruguai, no Estado de Santa Catarina, totalizando uma área inicial que compreendia 100 lotes, com aproximadamente 25 hectares cada²⁸.

Apenas dois meses depois da assinatura de contrato, em março de 1926, na cidade de Novo Hamburgo, quando da realização da Assembleia Geral dos Católicos, discutiu-se a compra de um segundo complexo de terras, pela Sociedade União Popular, da empresa Chapecó-Pepery Ltda. Assim, com a autorização da assembleia, adquiriram mais 100 lotes.

E as compras dos lotes da empresa Chapecó-Pepery Ltda. não cessaram nos meses subsequentes. Logo em seguida às primeiras aquisições, a diretoria foi autorizada a comprar mais 300 lotes.

Desse modo, efetuadas três séries de compras de lotes, Hermann Faulhaber assinou a escritura pública de quitação dos 275:000\$000 (duzentos e setenta e cinco contos de réis), em junho de 1926, referente essas três aquisições, colocando à disposição da diretoria cópias de suas obrigações para com a *São Paulo Railway e Brazilian Colonization and Development Company*²⁹, antiga proprietária da área em questão, de quem a Chapecó-Pepery Ltda havia comprado as terras em 1919. Por esses documentos, Faulhaber assegurou a compra de dois mil lotes, pela *Volksverein*, vez que sua empresa estava enfrentando sérias dificuldades financeiras³⁰.

²⁸ A região que abrigou o Projeto Porto Novo caracteriza-se pela aclividade das terras, diante da existência de rios, vales e montanhas. Assim, o tamanho dos lotes variava sempre de acordo com a sua localização, sendo que a maioria apresentava entre 20 a 25 hectares.

²⁹ Empresa responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, recebendo concessão do Governo Federal para promover o loteamento e colonização das terras marginais aos trilhos com imigrantes europeus. De acordo com os termos da concessão, a Companhia ganhou do governo um total de 15.894 km² de terras, que deveria vender a título de colonização. Após a Guerra do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1917, a empresa retomou os planos de colonização, por intermédio de empresas colonizadoras particulares, que compraram da Companhia grandes áreas e as dividiram em colônias.

³⁰ Rosane Marcia Neumann trata com propriedade acerca da situação da Empresa Chapecó-Pepery Ltda e seu administrador Hermann Faulhaber no artigo "*Colonizadora Meyer e Empresa Chapecó-Pepery: interfaces*", publicado na obra organizada por João Carlos Tedesco e Rosane Marcia Neumann, "Colonos, Colônia e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil", volume III, Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

A partir dessas negociações e garantias, já estava nos planos dos diretores da associação gerenciar todas as terras compreendidas entre o Rio Macuco e o Rio Peperi-Guaçu (NUNES, 2015), uma vez que estas ainda encontravam-se de propriedade da empresa Chapecó-Pepery Ltda, que naquele momento estava passando por dificuldades ante o suicídio do administrador Hermann Faulhaber. Esse fato concretizou-se em 3 de março de 1928, em Serro Azul (atual Cerro Largo), na reunião de delegados da Sociedade União Popular, quando concluiu-se por dar carta branca à comissão de colonização e à diretoria para adquirirem tais lotes, ante a situação financeira que se encontrava a empresa Chapecó-Pepery e a ameaça de que a área poderia ser adquirida por italianos (NUNES, 2015).

Essa ideia agradou aos teuto-brasileiros e trouxe grande satisfação aos já moradores de Porto Novo em 1928:

[...] a notícia de que a União Popular tomou posse dos terrenos urbanos e das chácaras trouxe grande alegria, pois somente agora nos sentimos os únicos legítimos donos da casa. Do Macuco até o Peperi é agora tudo propriedade da União Popular (*DEUTSCHES VOLKSBLATT*, n. 127, p. 2).

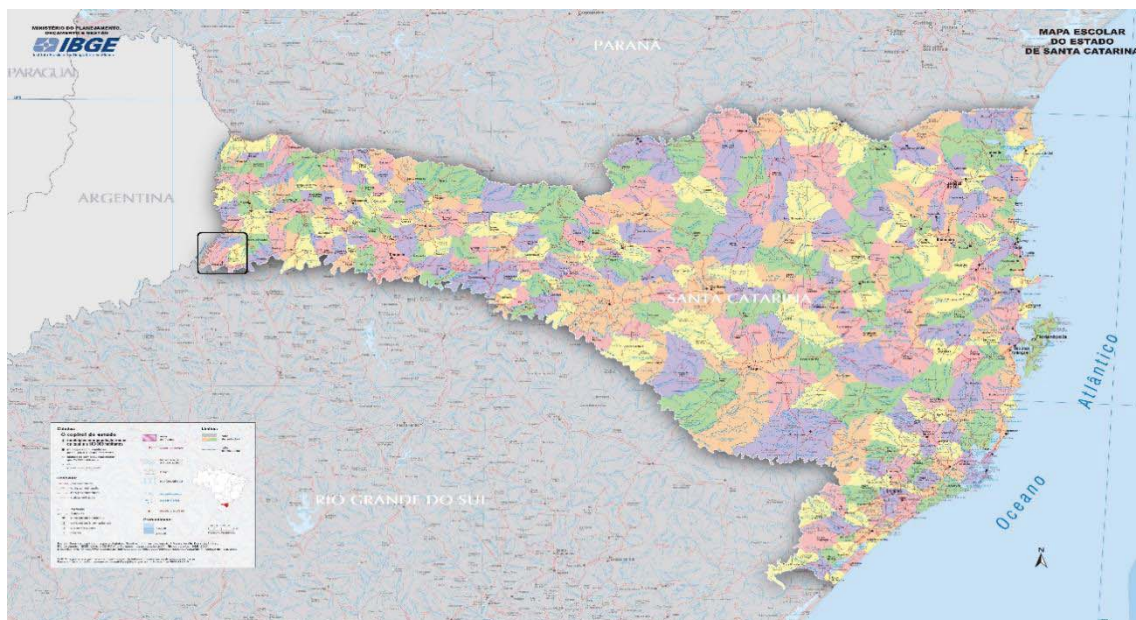
Nascia, assim, o Projeto Porto Novo e concretizava-se o sonho jesuítico: formar cristãos novos em comunidades orantes e socialmente perfeitas (EIDT; SILVA, 2011).

Com o início da colonização, a Sociedade União Popular assumiu, juntamente com a direção da colônia, algumas responsabilidades para melhor organização do empreendimento, como: trabalhar no convencimento dos alemães católicos para adquirirem lotes em Porto Novo; viabilizar meios de transporte para o deslocamento dos pretendidos adquirentes de lotes até a colônia, bem como organizar a viagem das famílias imigrantes até seus respectivos lotes; providenciar a construção das escolas paroquiais; construir pontes e estradas; efetuar a abertura e medição de novos lotes; comercializar a madeira, especialmente o cedro, uma vez que todas as árvores dessa espécie existentes em Porto Novo foram declaradas de propriedade da Sociedade União Popular; expedir as escrituras dos lotes; entre outras funções administrativas (JUNGBLUT, 2005).

A partir de atitudes como essas, é possível afirmar que a Sociedade União Popular conseguiu a unidade e a identidade dos teuto-brasileiros da religião católica, desenvolvendo neles os sentimentos de solidariedade, cooperação e organização comunitária. De modo especial, ela fomentou a educação por meio da rede de escolas paroquiais e do seminário de formação de professores; desenvolveu assistência social, jurídica e da saúde junto aos colonos; fundou hospitais, leprosários e agências de emprego; incentivou a organização comunitária por meio dos grupos e pequenas associações no interior de cada linha; e, onde queríamos chegar, ela inaugurou novas frentes de colonização, abrindo caminhos até então completamente tomados pela mata virgem, fundando colônias homogêneas aos alemães católicos.

A partir de agora diminuiremos um pouco mais nossa escala de observação, direcionando o olhar do leitor para a área que recebeu, a partir de 1926, a colônia Porto Novo, a “Canaã dos colonos e imigrantes alemães católicos” (NEUMANN, 2016, p. 36), não sem antes apresentarmos o mapa com a localização desse local “onde aparentemente nada existia” (MAYER, 2017, p. 30).

Figura 2 - Mapa de Santa Catarina.



Em destaque localização dos atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis – região que a partir de 1926 recebeu o projeto de colonização Porto Novo. Fonte: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/12/mapa-sc-municipios.jpg>. Acesso em: 12 mai 2017.

Portanto, entende e situa-se a colônia Porto Novo como um dos desdobramentos da atuação dos Jesuítas no Sul do Brasil, que se valeram dos três instrumentos que trabalhamos neste capítulo para concretização desse “sonho jesuítico” – imprensa, escolas paroquiais e associativismo. Situando a colonização como produto de um contexto macro, que envolvia interesses os mais diversos, reduzindo a escala de análise, é possível verificar como essas instâncias foram implantadas no cotidiano de Porto Novo, aspecto a ser abordado no próximo capítulo.

2 “PORTO NOVO: TERRA DO FUTURO”³¹

“Porto Novo se fará, como previ, a maior região comercial do Sul do Brasil.”³²

Este capítulo objetiva contextualizar, na perspectiva da micro-história, a implantação e formação da colônia Porto Novo – atualmente municípios de Itapiranga/SC, São João do Oeste/SC e Tunápolis/SC – fundada em 1926. Esse projeto foi idealizado e promovido pela *Volksverein*.

Inicialmente, vamos contextualizar o projeto Porto Novo, a atuação da imprensa como meio de divulgação do empreendimento alemão católico e, em seguida, em uma análise microscópica, o núcleo da Linha Presidente Becker e seus sujeitos, local que serviu de refúgio para os alemães de além-mar que emigraram da Alemanha para o Brasil a partir de 1932.

2.1 Colônia Porto Novo: o sonho jesuítico cristão

“Porto Novo será o ponto de partida para a colonização das grandes florestas do noroeste. Ali, onde os grandes países da América Latina se encontram, ali está a terra para o século XX. A partir daí o desenvolvimento se dará por si.”³³

A história da colônia Porto Novo confunde-se com o trabalho dos padres Jesuítas no Sul do Brasil, que implementaram nessa área três projetos: Projeto Pastoral, responsável pela cura das almas e assistência espiritual; Projeto Educacional, relacionado com a educação; e Projeto Social, voltado para

³¹ Título que Pe. Balduino Rambo criou para descrever em seu diário a visita que realizou, em 1934, nas novas fronteiras de colonização no Oeste de Santa Catarina. (RABUSKE; RAMBO, 2004).

³² RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 172. Profecia de Pe. João Evangelista Rick, SJ.

³³ Profecia de Pe. João Evangelista Rick, SJ. (ROHDE, 2012, p. 37).

atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico e social, além da promoção humana (RAMBO, 2011).

Dentro do Projeto Social, destacamos a criação, em 1900, da Associação Rio-grandense de Agricultores, que foi um plano calcado no comprometimento mútuo, em que todas as iniciativas deveriam ser realizadas com base na participação solidária dos associados protestantes, italianos, poloneses, luso-brasileiro e todos demais que quisessem colaborar.

Contudo, como vimos anteriormente, após problemas internos, em 1912, a Associação Rio-grandense de Agricultores desdobrou-se em três ramificações, a saber: a “Sociedade União Popular” (*Volkverein*), dos teuto-católicos; a “Liga das Uniões Coloniais”, dos teuto-protestantes; e a “Associação Vitivinícola e as Cooperativas de Valorização do Leite”, dos imigrantes italianos.

No capítulo anterior, vimos nascer a Sociedade União Popular, ou simplesmente *Volkverein*, um projeto étnico e confessionalmente direcionado para os teuto-brasileiros católicos. Entre as prioridades dos fundadores, estava a abertura de novas fronteiras de colonização, sendo que no primeiro esboço dos estatutos definitivos encontramos como a primeira área de atuação prática: “a preocupação com novas colonizações para católicos” (RAMBO, 2011, p. 255).

2.1.1 Os primeiros anos da colônia Porto Novo

É possível afirmar que o projeto da colônia Porto Novo surgiu como uma possibilidade concreta nos dias três e quatro de janeiro de 1926, quando uma comissão da *Volkverein*, acompanhada de dirigentes da empresa Chapecó-Pepery Ltda., realizou a primeira inspeção na área de terras em negociação para instalação de uma colonização da associação. Naquela oportunidade, Pe. João Evangelista Rick, SJ, mesmo sem autorização da assembleia geral, considerou o negócio pactuado e já delimitou a área onde seria estabelecido o centro da colônia, vez que não via outra alternativa senão a instalação do sonho jesuítico naquele local. Em seguida, denominou o novo empreendimento da *Volkverein* de colônia Porto Novo – seguindo o padrão da colônia protestante vizinha, Porto Feliz – e retornou para o Rio Grande do Sul a fim de obter recursos financeiros suficientes para honrar com sua promessa de compra.

De volta ao Rio Grande do Sul, Pe. Rick foi a Sinimbu, interior de Santa Cruz do Sul e também na própria cidade, onde conseguiu angariar empréstimos com particulares, a juros de 7% ao ano, num total de 39 contos de réis (39:000\$000). Na verdade, vários colonos haviam prometido dinheiro ao Pe. Rick caso concretizasse o negócio. Bastou visitar as famílias para confirmar os valores (JUNGBLUT, 2015, p. 162).

Pe. Rick, mesmo sem qualquer permissão, foi audacioso quando apertou a mão de Hermann Faulhaber e confirmou a realização da compra das terras da empresa Chapecó-Pepery Ltda. localizadas no local vistoriado. Na verdade, naquele momento ele não possuía o valor para comprar os lotes, já que a *Volkverein* não havia se programado com recursos para a realização do empreendimento, além de encontrar-se em situação financeira precária, conforme revelam os livros diários da associação³⁴. Contudo, Pe. Rick acreditava que de alguma forma ou outra conseguiria juntar a quantia necessária para pagar pelos lotes, e honrar sua palavra, eis que poderia contar com o auxílio de colonos e, principalmente, das Caixas Rurais, onde exercia considerável influência. Como indícios, havia a demanda por terras por parte dos colonos, somada a escassez e os elevados preços das terras no Rio Grande do Sul, e como projeto ideal, uma colônia para católicos

Desta forma, em 25 de janeiro de 1926, após horas de reunião, concretizou-se oficialmente a compra e venda dos 100 lotes iniciais, de aproximadamente 25 hectares cada, somando 2.500 hectares, para a instalação da colônia Porto Novo, vez que “as terras são excelentes, cobertas com mata virgem, tem abundantes aguadas, o clima é benéfico e salubre, terreno ondulado e tem exuberante vegetação³⁵” (RAMBO, 2011, p. 260). Por oportuno, a compra dos lotes somente conseguiu ser honrada em virtude do auxílio financeiro das Caixas Rurais de Santa Cruz e de Cerro Largo, que haviam assumido compromisso com o Pe. Rick de auxiliarem no empreendimento, bem como de fiadores e fornecedores de recursos financeiros que, em contrapartida, receberam gratificações de 3% sobre o capital emprestado ou dado em garantia.

³⁴ Os livros diários e livros caixa da Sociedade União Popular encontram-se disponíveis para consulta no Memorial Jesuíta da Unisinos.

³⁵ Trecho da ata da reunião de 25 de janeiro de 1926, onde concretizou-se a compra dos cem lotes iniciais da empresa Chapecó-Pepery Ltda, localizados no Extremo-Oeste de Santa Catarina.

No interstício de janeiro a junho daquele ano, foram realizadas mais três reuniões no intuito de detalharem o negócio e assinarem os respectivos contratos, reuniões essas onde a *Volksverein* aproveitou para adquirir mais lotes, vez que a Central das Caixas Rurais liberou novos recursos financeiros para o empreendimento.

A primeira celebração religiosa que marcou oficialmente o estabelecimento da nova colônia aconteceu em 11 de abril de 1926. Nesta oportunidade, foram levados para Porto Novo os primeiros comprados e outros interessados em adquirirem lotes, além dos religiosos e diretores da *Volksverein*. Na obra “Reminiscências”, de Pe. Max Von Lassberg, ele apresenta um relato acerca desse momento que marcou a fundação de Porto Novo:

[...] chegamos em Porto Novo apenas no sábado. Não havia nem casa, nem cabana e nem barraca, mas um bonito pomar de laranjeiras. Nele acampamos, mais de trinta pessoas, e ascendemos vários fogos. Perto da noite, começamos a armar entre duas árvores o altar para a missa da manhã seguinte. Como pano de fundo estendemos entre as árvores uma capa limpa e nela fixamos um crucifixo. Armamos a mesa com varas e folhas e a ornamentamos com flores e palmas do mato. Fixamos as velas em duas estacas fincadas no chão. Depois de cuidar das coisas de Deus, cuidamos de nós. Tínhamos o suficiente para comer e cada qual armou a sua cama onde e como mais lhe agradou. Dormimos bem. O misterioso rumor do grande rio misturou-se com os nossos sonhos. Pelas 8 horas começamos a Santa Missa. Os homens rodearam o altar numa atitude solene e piedosa. Naquela magnífica catedral de Deus, imploraram a bênção do alto sobre a nova colônia. Alguns comungaram durante a missa. Cantaram em comum, rezaram em comum e em comum ouviram a minha pregação. Até o prato dos óbolos [coleta] circulou para assim demonstrar a participação no verdadeiro sacrifício. Fora combinado que aquela Santa Missa seria para os fundadores da colônia presentes e o que sobrasse destinar-se-ia para missa pelo bom êxito e o progresso do empreendimento. E o saldo foi considerável. E assim aconteceu a primeira missa na nova colônia e ao mesmo tempo a data da sua fundação. De comum acordo escolhemos São Pedro Canísio como patrono. Estávamos em 11 de abril de 1926, primeiro domingo depois da páscoa (LASSBERG, 2002, p. 124-125).

Pelos dados da época, bem como a partir da narrativa acima, na instalação da colônia Porto Novo estiveram presentes aproximadamente 30 pessoas, o que indica que o restante dos 100 compradores de lotes investiram seu capital no empreendimento, recebendo um lote como garantia.

Possivelmente, parte dos mesmos se instalaram posteriormente na colônia, mas não todos.

Muito embora o grupo inicial tenha sido composto por aproximadamente 30 pessoas, os primeiros compradores de terras de Porto Novo somaram 113 adquirentes, originários dos municípios de Cruz Alta, Encantado, Erechim, Estrela, Lajeado, Montenegro, Palmeira, Passo Fundo, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santa Cruz, São Leopoldo, São Luiz, São Sebastião do Caí, Soledade, Taquari, Taquara e Venâncio Aires. A revista *Sankt Paulusblatt*, n. 6, de 1926, registrou os nomes, os locais de origem e os municípios de procedência desses compradores. Vejamos:

Tabela 1 – Primeiros compradores de terra de Porto Novo em 1926

NOME	LOCAL DE ORIGEM	MUNICÍPIO
Albin Binsfeld	General Osório	Cruz Alta
Josef Binsfeld	General Osório	Cruz Alta
Mathias Binsfeld	General Osório	Cruz Alta
Benjamin Delavy	Nova Brescia	Encantado
Johann Flach	Nova Brescia	Encantado
Alban Schoffen	Nova Brescia	Encantado
Bernhard Welchen	Nova Brescia	Encantado
Nikolaus Both	Três Arroios	Erechim
Nikolaus Hentz	Barro	Erechim
Josef Klein	Três Arroios	Erechim
Albert Neff	Estrela	Estrela
Dr. Ulrich Neff	Corvo	Estrela
Karl Rohde	Corvo	Estrela
Rober Timm	Estrela	Lajeado
Arthur Albrecht	Sampaio	Lajeado
Senhor Behl	Sampaio	Lajeado
Nikolaus Beuren	Conventos	Lajeado
Reinhold Follmann	Arroio do Meio	Lajeado
Josef Friedrich	Forqueta	Lajeado
Philipp Friedrich	Forqueta	Lajeado
Jophann Kappes	Canudos	Lajeado
Antônio Lima	Arroio do Meio	Lajeado
Adolf Paiter	Sampaio	Lajeado
Wihelm Richter	Sampaio	Lajeado
Heinrich Rockenbach	Conventos	Lajeado
Johann Rockenbach	Conventos	Lajeado
Friedrich Röglin	Forqueta	Lajeado
Bernhard Schönhals	Conventos	Lajeado
Karl Watzlawoski	Sampaio	Lajeado
Jakob Weizenmann	Lajeado	Lajeado
Alfred Wolf	Forqueta	Lajeado
Johannes Hofer	Bom Princípio	Montenegro
Josef Steigleder	Porto Clemente	Montenegro
Franz Veit	Bom Princípio	Montenegro
Peter Veit	Bom Princípio	Montenegro
Georg Fischer	Xingu	Palmeira

Anton Johann	Xingu	Palmeira
Galdin Renner	Neu Württemberg	Palmeira
Johann Schäfer	Neu Württemberg	Palmeira
Johann Vogt	Água Azul	Palmeira
Nikolaus Dresch	Colônia Weidlich	Passo Fundo
Emil Gehlen	Cochinho	Passo Fundo
Josef Hammes	Colônia Selbach	Passo Fundo
Peter Hilgert	Colônia Selbach	Passo Fundo
Franz Junges	Colônia Selbach	Passo Fundo
Manoel Klauck	Colônia Selbach	Passo Fundo
Nikolau Löff	Cochinho	Passo Fundo
Ferdinand	Gerisa	Passo Fundo
Edmund Schädler	Não-Me-Toque	Passo Fundo
Berthold Bergütz	Cochinho	Passo Fundo
Leopoldo Wolfart	Colônia Selbach	Passo Fundo
August Wüst	Não-Me-Toque	Passo Fundo
Peter Agner	Campinas	Santo Ângelo
Karl Angst	Boa Vista	Santo Ângelo
Heinrich Fritsch	Buricá	Santo Ângelo
Heinrich Hammes	Boa Vista	Santo Ângelo
Karl Kliemann	Boa Vista	Santo Ângelo
Albin Löblein	Passo da Pedra	Santo Ângelo
Jakob Sausen	Boa Vista	Santo Ângelo
Jacob Becker	Rolante	Santo Antônio da Patrulha
Mathias Deufest	Santa Cruz	Santa Cruz
Robert Eich	Santa Cruz	Santa Cruz
Peter Finkler	Santa Cruz	Santa Cruz
Jakob Franz	Sinimbu	Santa Cruz
Josef Hackenhar	Serro Alegre	Santa Cruz
Edmundo Kunzler	Santa Cruz	Santa Cruz
Karl Ludwig	Chaves	Santa Cruz
Erich Ludwig	Chaves	Santa Cruz
Fridolin Ohland	Santa Cruz	Santa Cruz
Serafin Rech	Trombudo	Santa Cruz
Franz Braun	Dois Irmãos	São Leopoldo
Ludwig Koch	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Wilhelm Koch	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Johann Finger	Serro Azul	São Luiz
Josef Franzen	Serro Azul	São Luiz
Karl Gemwey	Serro Azul	São Luiz
Anton Kieling	Serro Azul	São Luiz
Friedrich Knapp	Serro Azul	São Luiz
Nikolaus Knob	Serro Azul	São Luiz
Josef Tem Caten	Serro Azul	São Luiz
Peter Temoller	Serro Azul	São Luiz
Jakob Theobald	Serro Azul	São Luiz
Theodor Anschau	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Peter Heck	Feliz	São Sebastião do Caí
Ferdinand Petry	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Peter Phillipsens	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Albin Ruschel	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Alfred Stahl	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Edwin Stahl	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Franz Stahl	Nova Petrópolis	São Sebastião do Caí
Wilhelm Hochscheid	Sobradinho	Soledade
Arnhold Konzen	Sobradinho	Soledade
Aldred Caye	Bom Retiro	Taquari
Wunibald Scheeren	Bom Retiro	Taquari

Josef Schöler	Quilombo	Taquara
Otto Schöler	Quilombo	Taquara
Wilibald Schöler	Quilombo	Taquara
Arthur Ansen	Brasil	Venâncio Aires
Leopold Hackenhar	Santa Emília	Venâncio Aires
Nikolaus Hackenhar	Grão Pará	Venâncio Aires
Wilhelm Hackenhar	Santa Emília	Venâncio Aires
Josef Hackenhar I	Santa Emília	Venâncio Aires
Josef Hackenhar II	Travessa	Venâncio Aires
Willibald Hickmann	Santa Emília	Venâncio Aires
Herrmann Kiest	Linha Serra	Venâncio Aires
Josef Reis	Santa Emília	Venâncio Aires
Emil Royer	Mariante	Venâncio Aires
Jakob Schwendler	Harmonia da Costa	Venâncio Aires
Josef Schwendler	Harmonia da Costa	Venâncio Aires
Anton Seidel	Brasil	Venâncio Aires
Robert Seidel	Isabela	Venâncio Aires
Christian Stülp	Grão Pará	Venâncio Aires

Fonte: *SANKT PAULUSBLATT*, n. 6, 1926. Memorial Jesuíta da Unisinos.

Da análise desses 113 compradores de terras, é possível constatar a predominância dos nomes e sobrenomes de origem alemã. Entretanto, os sobrenomes indicam possíveis compradores de origem holandesa, austríaca, polonesa, teuto-russa, luso-brasileira e francesa, o que fragiliza o argumento da homogeneidade étnica alemã. Ademais, a tabela revela que os primeiros compradores de terras eram originários de colônias particulares, que caracterizavam-se pela miscigenação étnica e religiosa nos assentamentos existentes no estado Rio-grandense.

A maioria dos compradores são originários das “velhas” e “novas” colônias existentes no Rio Grande do Sul que já não ofereciam mais terras suficientes para os filhos também estabelecerem-se naquele local. Porém, da lista acima, verifica-se que 41 são de colônias particulares novas, situadas na região do Planalto do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, ao que tudo indica, há um significativo número de compradores com sobrenomes holandeses – Caten e Hackenhar – originários de um pequeno grupo que se estabeleceu em Santa Cruz, no local emancipado de Venâncio Aires.

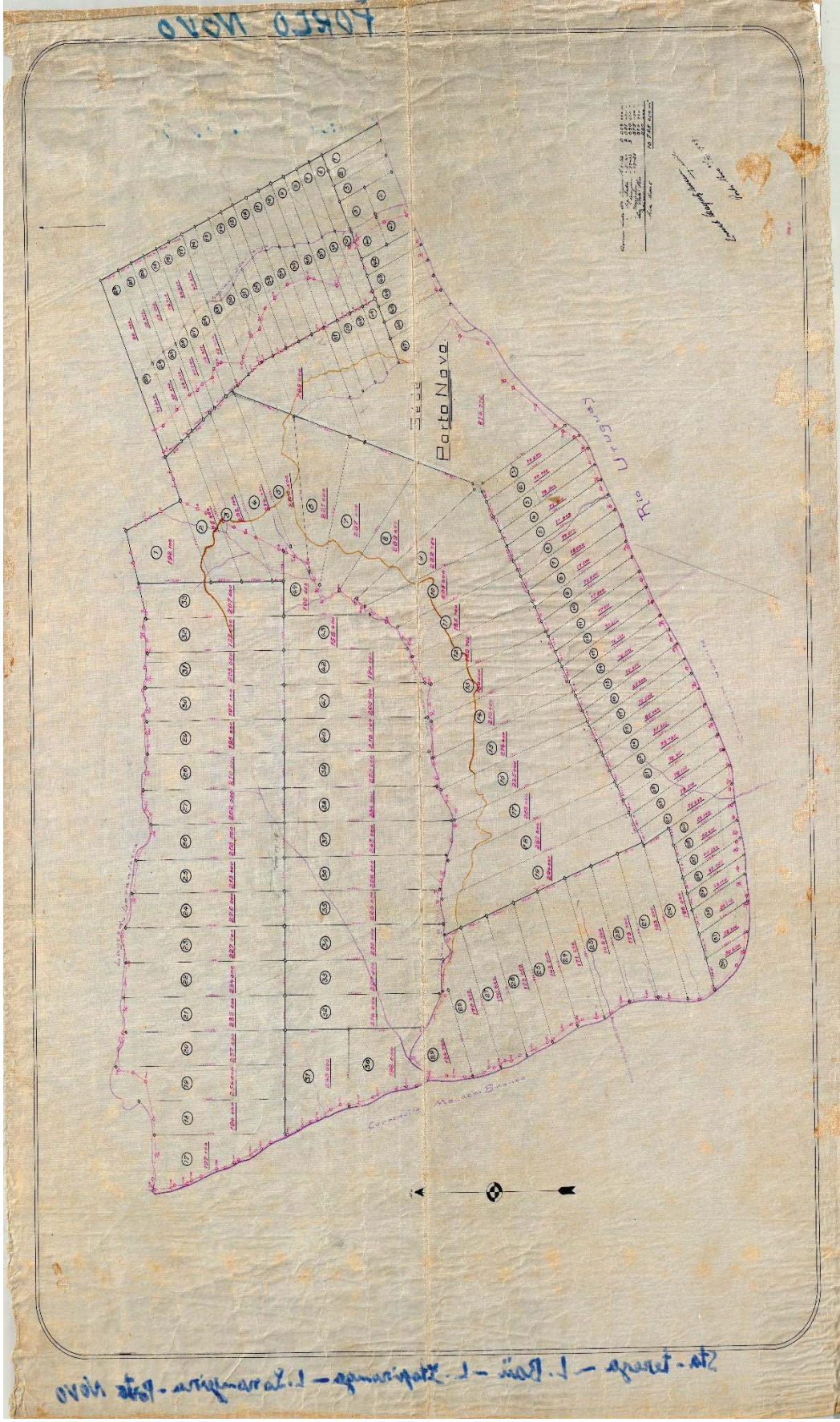
Por oportuno, é corriqueiro na tabela acima encontrarmos ainda sobrenomes iguais que são oriundos do mesmo local, podendo-se cogitar a existência de irmãos e irmãs que migraram juntos para Porto Novo, a fim de iniciarem uma nova vida no estado Catarinense.

Os primeiros meses representaram os mais complicados da colonização. Os Jesuítas, convictos de que estavam no caminho certo, não cessavam de comprar lotes da empresa Chapecó-Pepery Ltda. Ao final de todas as compras de terras da empresa Chapecó-Pepery Ltda., chegou-se ao total de 583.975.705,40 metros quadrados de área (o equivalente a 58.397 hectares), que foram divididos em aproximadamente 2.340 lotes de terra.

Conforme é possível verificarmos, as compras de lotes pela Sociedade União Popular aconteceram de forma gradativa. Contudo, nem sempre condiziam com os recursos financeiros disponíveis no caixa da associação. Assim, precisamos registrar a participação fundamental da Central das Caixas Rurais, que financiou o empreendimento, vez que uma Caixa Rural sozinha não conseguiria juntar os recursos suficientes para as aquisições de tantos lotes, e disponibilizou linhas de financiamento especiais para a aquisição de terras em Porto Novo.

O mapa elaborado pela *Volksverein*, datado de 31 de março de 1929, apresenta a demarcação inicial dos lotes coloniais, abrangendo a sede e as Linhas Santa Tereza, Laranjeira e Baú:

Figura 3 - Mapa do centro de Porto Novo em 1929



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

A análise do mapa permite localizarmos os lotes urbanos, medidos no centro da colônia, e das chácaras, demarcadas nas Linhas Santa Tereza, Baú e Laranjeira, que contornavam a sede da colônia. Acerca dos lotes rurais, mais distantes da sede, estes irão aparecer nas demais linhas. Assim, Porto Novo possuía a seguinte organização territorial, partindo do centro: lotes urbanos, chácaras e, por fim, lotes rurais.

Outra característica que não pode passar despercebida é o fato dos lotes serem demarcados de maneira a possuírem acesso à água. Assim, sua localização evidencia a direção do Rio Uruguai, Rio Macaco-Branco, Lajeado Laranjeira, Lajeado Baú e Lajeado Itapiranga, garantindo, desta forma, acesso dos moradores aos recursos hídricos, implicando também na irregularidade dos mesmos, sendo extremamente retangulares.

No ano de 1930, Porto Novo presenciou seu maior progresso, comparado com os anos que decorreram desde sua fundação (1926). Estima-se que o número de habitantes atingiu nesse ano o patamar de 1.200 pessoas, onde 360 colônias já estavam ocupadas, das 800 que haviam sido demarcadas pelos agrimensores até aquele momento (ROHDE, 2012, p. 148).

Nas palavras de Maria Rohde, colona de Porto Novo

A vinda de novos colonizadores era constante e assegurada. Mesmo durante os dias da revolução daquele ano [1930], chegavam novas famílias de Santa Cruz e de Colônia Selbach. *Além das 52 famílias que imigraram nos primeiros meses do ano, chegaram, também, várias famílias teuto-romenas da Bessarábia, destacando-se como agricultores muito progressistas.* Profissões e ofícios diversos já tinham seus representantes em nosso meio. Hotéis, olarias, serrarias e moinhos eram em número suficiente para atenderem à demanda (ROHDE, 2012, p. 148). (Grifo nosso).

No mesmo sentido, André Werle explica que “não eram imigrantes vindos diretamente da Europa os primeiros colonos a se instalar nas terras de Porto Novo, mas os descendentes daqueles que durante o século XIX haviam migrado ao Rio Grande do Sul” (WERLE, 2001, p. 136).

O relato de Maria Rohde (2012) evidencia outra questão, ainda mais peculiar, acerca da suposta homogeneidade e colonização fechada que instalou-se em Porto Novo, defendida por parcela da historiografia, tanto municipalista quanto acadêmica. Nesse ponto, a autora é categórica ao relatar a chegada de

várias famílias teuto-romenas da Bessarábia³⁶, em 1930, que em nada confundem-se com alemães natos.

A Tabela 1 traz os nomes dos primeiros compradores de terras de Porto Novo, apontando a existência de indivíduos oriundos de locais onde havia predominantemente outras etnias e confissões religiosas, além de sobrenomes que, possivelmente, não possuem vinculação com a origem alemã. Logo, será que Porto Novo realmente pode ser caracterizada como sendo uma colonização fechada e homogênea? Será que somente alemães católicos residiam naquela colônia? Os dados que revelamos fazem pairar dúvidas em um contexto formado, até então, por certezas. Em verdade, eles supõem uma colonização privada, direcionada aos alemães católicos, mas que não impedia a aquisição de lotes por compradores que não fossem da etnia e da religião desejada. A sustentabilidade financeira do empreendimento, nesse caso, também era considerada.

2.1.2 Impasses da colonização: intrigas, rivalidades e processos judiciais

Nem só de progresso viveu a colonização da Sociedade União Popular localizada no Extremo-Oeste de Santa Catarina. A existência de intrigas, rivalidades, processos judiciais, contrapropaganda das outras colonizadoras, concorrência entre Porto Novo e Sede Capela para se estabelecer a sede do distrito e, ainda, diante da formação de outra colônia para teuto-católicos em São Carlos/SC, que absorveu parte dos pretensos adquirentes de terras, trouxeram a crise ao empreendimento da *Volksverein* e, em consequência, a diminuição de vendas dos lotes coloniais a partir de 1931.

Sobre a contrapropaganda da colônia, em suas memórias, Pe. Rick destaca que este trabalho era realizado por agentes dispostos em locais estratégicos do Rio Grande do Sul, vez que a maioria dos compradores de terras eram originários daquele estado. Esses agentes eram responsáveis por

³⁶ Sobre essas famílias originárias da Bessarábia, sabe-se que elas foram atraídas, em 1928, para laborarem nas plantações de café no estado de São Paulo. Contudo, não se habituaram ao local, tampouco ao clima e ao trabalho, e migraram para o Sul do Brasil, sendo convencidas, por meio dos religiosos da Companhia de Jesus, a instalarem-se na colônia Porto Novo. Por oportuno, não localizamos documentos sobre essas famílias junto ao arquivo da *Volksverein*, no Memorial Jesuíta da Unisinos.

desviarem os colonos de Porto Novo, incutindo-lhes informações que, para os religiosos, eram inverídicas:

Também me foi dado observar como age a contrapropaganda. Houve, em primeiro lugar, alguns sócios da *Volksverein*, e entre ele até mesmo ex-funcionários dele, que se deixaram persuadir a trabalhar contra Porto Novo. Desde Santa Maria, estabeleceram-se em toda parte agentes, principalmente nos hotéis e nos trens, para “desconversarem” as pessoas a respeito de sua viagem a Porto Novo. Até na barca de Porto Feliz “rebaixava-se” bastante a colônia porto-novense. Contou-me determinado jovem senhor que ele no trem apenas conseguira safar-se do agente pelo fato de lhe dizer que não iria comprar terras em Porto Novo. Em Barril, hoje Frederico Westphalen (no hotel), em Palmeiras das Missões (no hotel), em Santa Bárbara e em toda parte, apareciam esses “senhores” agentes. O que eles evidentemente querem é ganhar dinheiro, ou seja, 200\$000 por cabeça. Esta já importa uma boa remuneração, quando consegue afastar alguém por lisonjas de Porto Novo e conquista-la para outra colônia (Pe. Rick. In: RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 177).

Além dessa contrapropaganda, outro fator que ocasionou queda na venda dos lotes foi a concorrência de outras colônias com estrutura semelhante a Porto Novo, como o caso de São Carlos/SC, que absorveu parte dos compradores de terras que dirigiam-se para Porto Novo, ao apresentar preços mais acessíveis para aquisição de lotes, distante desta apenas cem quilômetros e administrada pela Companhia Territorial Sul Brasil³⁷.

Outra polêmica que também abalou a credibilidade do empreendimento da Sociedade União Popular envolveu o lote n.º 29, da Linha Sede Capela, gerando um processo judicial na Comarca de Porto Alegre - RS. Acerca desse fato, imperioso registrar que esse lote havia sido reservado para construção da igreja e da escola paroquial naquela linha. Contudo, após ajustes por parte dos dirigentes da *Volksverein*, a construção foi alterada para o lote n.º 01 daquela mesma linha. Entretanto, a decisão não foi devidamente comunicada aos religiosos, que iniciaram a construção da escola no lote anteriormente demarcado.

³⁷ A Companhia Territorial Sul Brasil, a partir de 1925, recebeu diversas concessões de terras localizadas na região Oeste do estado de Santa Catarina para fins de colonização. Conforme afirma D'Eça (1929, p. 29), até 1930, a Companhia havia organizado as colônias de Cascalho, Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Ilha Redonda e Iracema.

Nesse meio tempo, Albano Volkmer, membro da diretoria da Sociedade União Popular, procedeu a venda de oito lotes na Linha Sede Capela, todos ao colono Arthur Tannhauser, sendo que o lote n.º 29 encontrava-se junto dessa venda. Contudo, Tannhauser era protestante e havia adquirido os lotes por sugestão de Volkmer, vez que desejava apenas investir seu dinheiro. Logo, não estaria nos planos do comprador residir na colônia.

Desta forma, houve severos desentendimentos entre os dirigentes da colônia e alguns religiosos, que não admitiam a presença de um protestante, tanto que nessa época os religiosos da Sagrada Família abandonaram Porto Novo em virtude desse fato, deixando a colônia a cargo exclusivo dos Jesuítas, vez que até então essas duas ordens religiosas atuavam naquela colônia.

Posteriormente, houve ainda um processo judicial envolvendo esse caso do lote n.º 29, aforado por Albano Volkmer contra Hermann Rüdiger, uma vez que este acusava Volkmer publicamente, com edição de um panfleto inclusive, de irregularidades cometidas na direção da Sociedade União Popular, como o recebimento de propina pela compra e venda de terras e pelo envolvimento no caso do lote n.º 29. Ao final do processo, Hermann Rüdiger sofreu condenação e Volkmer viu sua honra limpa e julgou-se recompensado.³⁸

O que mais chama atenção no fato acima é o registro de que um protestante adquiriu oito lotes de terras na colônia Porto Novo. Assim, voltamos a indagar: será que o argumento da homogeneidade étnica e religiosa era mera propaganda para atrair os compradores? Será que realmente Porto Novo foi um empreendimento exclusivamente para alemães católicos? Será que o capital e sua disponibilidade encontrava-se acima da questão étnica e religiosa, não sendo este um caso isolado? Conforme narrado, Arthur Tannhauser estava procurando um meio para investir seus recursos financeiros e somente adquiriu os oito lotes por sugestão de Albano Volkmer. Ademais, a Sociedade União Popular necessitava comercializar os lotes disponíveis já que as condições financeiras da colonizadora não se apresentavam de forma favorável. Em

³⁸ O contexto e os fatos envolvendo o caso do lote n.º 29, bem como o processo judicial, encontram-se descritos na obra de Maria Zilles Magno Nunes: "O começo de Porto Novo: uma colônia para teuto católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912 – 1933)". Em conversa com a autora, descobriu-se que o processo judicial transformou-se em um livro, onde Albano Volkmer buscou honrar sua imagem publicamente. Contudo, somente houve a tiragem de três exemplares do livro, em virtude dos custos, sendo que estes não foram encontrados para análise.

verdade, precisava-se de recursos financeiros nos caixas da *Volksverein* e, diante disso, não se mostrava viável os dirigentes afastarem compradores de terras, mesmo aqueles que objetivavam somente a especulação, como Arthur Tannhauser.

Nesse aspecto, a historiografia dominante narra que em Porto Novo não era permitida a especulação financeira, onde os lotes deveriam ser adquiridos e, no prazo máximo de dois anos, deveria acontecer a ocupação do lote pelo comprador. Ora, aquele que compra oito lotes de terras será que não adquire-os para aguardar a valorização imobiliária e, posteriormente, revendê-los? Além disso, uma volutuosa aquisição de oito lotes favorece de sobremaneira a situação financeira de qualquer colonizadora e ainda auxilia a compor os dados de lotes vendidos no período.

Sem titubear, esses fatos trouxeram crise ao empreendimento da Sociedade União Popular e, em consequência, a diminuição das vendas dos lotes. Assim, nesse período alterou-se a imagem da associação e da própria colônia, onde estas passaram para um cunho mais comercial, apresentando estratégias de mercado e competitividade frente às outras colonizações.

Nesse cenário, a *Volksverein*, vendo-se em uma situação onde as vendas sofreram queda em virtude dos fatores acima, abriu um espaço de terras até então esquecido em Porto Novo, localizado em área menos povoada e com menos infraestrutura, onde alguns caboclos instalaram-se quando foram expulsos do centro da colônia, denominada de Linha Glória, inaugurando nesse local novas possibilidades para aquisição de lotes rurais. Desta forma, quem comprasse lotes nessa nova área – Linha Glória e terras adjacentes - não estava vinculado ao prazo de dois anos para assentamento. Além disso, os preços desses lotes eram menores em relação ao restante da colônia. Conforme veremos mais adiante, a Linha Presidente Becker encontrava-se nessa área e suas terras foram destinadas aos imigrantes alemães de além-mar.

A imprensa alemã católica que circulava no Rio Grande do Sul foi utilizada como meio para divulgar o empreendimento da Sociedade União Popular, a partir de 1927, e, em consequência, atrair mais compradores de lotes coloniais para Porto Novo.

2.1.3 A imprensa alemã católica a serviço da divulgação do sonho jesuítico

Conforme já explanado no primeiro capítulo, a partir do uso da imprensa dentro do Projeto de Restauração da Igreja Católica, buscou-se afastar os fiéis da chamada “má imprensa” e deixá-los longe de possíveis influências e correntes ideológicas que pudessem desvirtuá-los para outros caminhos.

No que concerne ao Brasil, em especial na região Sul, os Jesuítas incumbiram-se desse desafio, encabeçando e organizando uma imprensa alemã e católica alinhada com o amplo Projeto de Restauração da Santa Sé. Aproveitaram as publicações não somente para a informação e doutrinação dos fiéis, mas também para divulgação de obras e empreendimentos considerados como fundamentais para o futuro da Igreja nessa região. É o que podemos constatar a partir das propagandas e textos veiculados pelos três principais meios de comunicação dirigidos pelos Inacianos aos descendentes de alemães católicos no Rio Grande do Sul: o *Deutsches Volksblatt*, o *Sankt Paulusblatt* e o *Der Familienfreund*.

Acerca das características da propaganda brasileira realizada em periódicos a partir da década de 1910, uma década atrás de Porto Novo, oportuno é o ensinamento de Nelson Varón Cadena:

Nenhum anunciante deixa transparecer um planejamento de comunicação, uma unidade visual ou de argumentação. Os anúncios são fruto de improviso, do modismo que chama a atenção, da oportunidade de mídia, criado pelo ilustrador de plantão ou disponível, este recorrendo aos chavões de praxe. É comum um clichê de anúncio veiculado durante meses, às vezes anos, apenas para estar presente na mídia ou fazer mídia com o proprietário do jornal, não raro um conterrâneo político (CADENA, 2001, p. 39).

As propagandas veiculadas sobre Porto Novo eram planejadas, desenhadas e escritas pelos próprios Jesuítas e pelos administradores da colonização, além de serem divulgadas somente nos periódicos alemães católicos. Ademais, comparando os argumentos utilizados para persuadir os compradores e o período de suas divulgações, é possível constatar que elas refletem muito bem o momento vivenciado por Porto Novo e os desafios que a colônia enfrentava no período.

Desta forma, a partir da aquisição das terras e da demarcação dos lotes em Porto Novo, a Sociedade União Popular, juntamente com os religiosos, valeu-se da imprensa alemã católica que circulava no Rio Grande do Sul para divulgação da sua colonização, a partir de artigos, brochuras e anúncios naquela imprensa, persuadindo os teuto-brasileiros a adquirirem um lote naquele novo espaço recém demarcado.

Desde o início da colonização em Porto Novo havia uma grande preocupação com os anúncios sobre o novo empreendimento da Sociedade União Popular. Na edição do *Deutsches Volksblatt*, de 14 de janeiro de 1927, chama a atenção uma propaganda que apresenta a colônia católica alemã, destacando os preços e as condições de pagamento para os pretensos compradores, bem como um plano de viagem para visitar a colônia:

Colônia alemã Porto Novo da Sociedade União Popular.
A "Volksverein" é proprietária legítima da Colônia Porto Novo. Deste modo, a Sociedade União Popular pode expedir diretamente a escritura pública para os compradores que pagaram e arrotearem a terra, nela construíram e moram. O valor atual do lote de 25 hectares é de Rs 2:500\$000. A partir de 1º de janeiro de 1928, o valor do lote de 25 hectares será elevado para Rs 3:300\$000. Deste valor devem ser pagos, no mínimo, Rs 1:000\$000 de entrada. O restante pode ser parcelado em acordo a ser firmado com a Administração da Sociedade, representada em Porto Alegre pelo senhor Albano Volkmer, ou em Porto Novo, com o senhor José Aloísio Franzen, na direção da Colônia.

Mediante pagamento à vista, atualmente há um desconto de 5%, sendo que a partir de 1º de janeiro de 1928, após o reajuste do preço, o desconto será de 10%. Associados da "Volksverein", além disso, tem um desconto de Rs 25\$000 na compra do primeiro lote - e de Rs 5\$000 em cada novo lote adquirido.

Plano de viagem: quem quer visitar Porto Novo, deve viajar até a cidade de Neu Würtemberg, de onde constantemente partem caminhões para Porto Feliz e, conseqüentemente, Porto Novo. Em Neu Würtemberg, a Empresa Xapecó, Peperly Ltda. fornece todo o tipo de esclarecimento e informação necessários. Viajantes que vierem por Santa Maria, encontrarão hospedagem e informações sobre como continuar a viagem no Hotel Müller (ROHDE, 2012, p. 32-33).

No ano seguinte, os anúncios veiculados nos jornais sobre a colônia Porto Novo alteraram seu foco, aumentando a agressividade e a presença, ante os problemas enfrentados pela colonização, como a contrapropaganda, a fundação de outras colônias semelhantes, as intrigas e desentendimentos entre os dirigentes, e o processo judicial envolvendo o lote n.º 29 da Linha Sede Capela.

Entretanto, um dos principais motivos que levaram a Sociedade União Popular a alterar sua imagem de negócio, passando para um lado empresarial nas propagandas, foi o fato da colônia de São Carlos, também no estado Catarinense, realizar promessas e divulgações de que o progresso dessa colônia estava garantido em virtude de uma ferrovia que seria construída.

Diante disso, o Pe. Rick, SJ, conhecido como “pai dos colonos”, responsável direto pela implantação do projeto Porto Novo, publicou um artigo na edição de 06/06/1928, do jornal *Deutsches Volksblatt*, sob o título “*Fünf Monate in Porto Novo*” (Cinco meses em Porto Novo), onde argumentava nitidamente contra a colônia de São Carlos, tentando demonstrar que a via fluvial, disponível em Porto Novo, seria de grande vantagem para o escoamento da produção:

Faz-se grande propaganda com futuras ferrovias. Mas quem conhece nosso país, sabe que não se pode contar assim com estradas de ferro futuras. Um caminho por água vem a ser melhor. Ele existe, outrossim, mesmo que não se ache aberto o ano inteiro.

[...]

Onde não há bom solo, de nada adiantam os trens, mas, onde há bom solo, os trens podem ser construídos.

[...]

Quem conhece nossa terra sabe que não se pode contar muito com futuros trens. Um caminho fluvial é melhor. Ele também está aí, mesmo se não aberto durante todo o ano. Até o Paraná, um grande rio navegável, devem ser em torno de 100 km; também esta via deverá interessar, pois a Argentina não deixará a região de Misiones despovoada se a divisa de Sta. Catarina estiver colonizada (*Deutsches Volksblatt*, n.º 126, p. 1. Apud RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 173-178).

A propaganda veiculada pelos jornais alemães católicos do Rio Grande do Sul era dirigida diretamente para o seu público alvo, objetivando demonstrar que a melhor escolha para um futuro próspero encontrava-se na colônia da Sociedade União Popular, principalmente diante de sua alegada homogeneidade étnica e religiosa. Desse modo, é nítida a influência dos Jesuítas, inclusive na edição dos textos a serem publicados.

Outrossim, considerando que os Jesuítas foram os idealizadores e principais incentivadores para a formação da colônia Porto Novo, constituindo-se esse um sonho jesuítico, empreenderam eles todos os esforços necessários a fim de que a prosperidade pairasse sobre o empreendimento. Por esse motivo,

são inúmeras as publicações encartadas nos mais diversos jornais anunciando que Porto Novo será “a maior região comercial do Sul do Brasil” (Pe. Rick. In: RABUSKE; RAMBO, 2004, 172), nas palavras do Pe. Rick, SJ, objetivando unicamente atrair mais compradores de terras.

Na edição datada de 3/10/1928, na página 03, do *Deutsches Volksblatt*, encontramos publicado, com grande destaque, um quadro expondo dez razões para aquisição de terras na colônia Porto Novo. O anúncio revela:

Por que vou para S. Canísio de Porto Novo?

1. Porque o solo é muito bom e todos os frutos (mesmo café) vingam;
2. Porque não mistura [brigas, confusões] ali e jamais haverá, como praticamente em todo lugar em S. Catarina;
3. Porque há uma grande associação, a União Popular, por trás, que também velará daqui por diante;
4. Porque não há ali terra para especulação;
5. Porque está tudo arranjado com igreja, escolas, dois sacerdotes e porque já há muitos moradores ali;
6. Porque a colônia liga-se ao RGS;
7. Porque o melhor mercado, via fluvial, já está estabelecido na Campanha e estados do Prata, onde os preços são melhores que em Porto Alegre;
8. Porque a ferrovia de Iraí, se ela realmente for construída, fica bem próxima para a ligação com Porto Alegre e São Paulo;
9. Porque não há formigas e nem virão porque não ocorrem geadas;
10. Porque quero cuidar física e espiritualmente dos meus filhos.
(*DEUTSCHES VOLKSBLATT*, n. 233, 03/10/1928, p. 03).

Acerca desse anúncio, que objetivava persuadir os compradores que a melhor opção era Porto Novo, chama a atenção a qualidade do solo e a possibilidade de plantações variadas. Além disso, a ausência de formigas é apresentada como outra característica positiva na nova colônia. Também não pode passar despercebida a sétima razão, que incutia nos interessados a ideia do intenso comércio entre Porto Novo e as regiões da Campanha e do Prata, algo que pouco aconteceu, restringindo-se, na verdade, ao comércio de toras de madeira a partir dos balseiros do Rio Uruguai.

Nesse ponto, importante destacar brevemente sobre os elementos de persuasão utilizados nos anúncios sobre a nova colônia dos teuto-católicos. Segundo a teoria da comunicação publicitária, apresentada por Neusa Demartini Gomes:

Persuadir supõe convencer e, para tanto, é preciso motivar. Em publicidade se utiliza a informação que motiva, que induz o público a adquirir o produto que satisfará suas necessidades fisiológicas ou psicológicas. Fica bem claro que a publicidade é, portanto, informação persuasiva. Ela convence, usando meios de influência (GOMES, 2003, p. 35).

Como a publicidade praticada sobre Porto Novo estava calcada, predominantemente, em elementos textuais e de conteúdo, os editores utilizavam o elemento persuasivo por meio da linguagem apresentada nos anúncios e, principalmente, por elementos que atraíam os colonizadores, como a existência de estradas, escolas, igrejas, médicos, parteiras e possibilidade de parcelamento do valor do lote.

Os elementos persuasivos também podem ser encontrados na revista mensal *Sankt Paulusblatt*, importante meio de divulgação, informação e entretenimento dos teuto-católicos, onde extrai-se uma gama de publicações e propagandas acerca da colônia Porto Novo.

No anúncio abaixo destacado, datado de novembro de 1929, lê-se que naquela colônia a erva-mate, a banha, o fumo, o açúcar, o café e as frutas eram considerados os principais produtos, tidos como os mais rentáveis. Ao final, de forma destacada, é possível ler a frase: “*Escolhe o que te serve!*” Além disso, o anúncio revela que os compradores receberão um desconto de 10% no valor dos lotes de 25 hectares. Ao final, ele indica ainda um itinerário para conhecer Porto Novo, com saída marcada de Santa Bárbara, ao custo de 70\$000.

Nesse ponto, para aqueles que efetivavam a compra do lote, o valor despendido na passagem para a viagem era abatido no preço pago pela terra, conforme revelam os Livros Diários da Sociedade União Popular disponíveis no Memorial Jesuíta da Unisinos. Por oportuno, essa política de ressarcimento do valor da passagem no preço pago pelo lote era exclusividade da colônia Porto Novo, conforme revelam os anúncios nos periódicos que circulavam no Rio Grande do Sul³⁹.

³⁹ Robert Thieme (2012) pesquisou os anúncios veiculados por sete colonizadoras, entre 1920-1940, analisando um total de 74 anúncios. Conforme revela sua pesquisa, somente Porto Novo utilizava essa política de ressarcimento do valor da passagem, especialmente nos anos de 1929 e 1930.

Figura 4 - Propaganda de Porto Novo em 1929

St. Paulus-Blatt — November 1929 15

Volksvereinskolonie Porto Novo

Schmalz, Tabak, Tee.
sind die Hauptprodukte der alten Kolonie in altem Land.

**Schmalz, Tabak, Tee,
Zucker, Kaffee, Tropenfrüchte,**
sind die Hauptprodukte von Porto Novo in neuem Land.

◆
Porto Alegre
ist Absatzmarkt der alten Kolonie.

**Porto Alegre, Uruguayana,
São Francisco (Meerhafen)**
ist Absatzgebiet von „PORTO NOVO“.

◆
Die alte Kolonie hat die Gegenwart. Sie ist noch gut.
PORTO NOVO
hat Gegenwart u. Zukunft, sie ist schon gut u. wird täglich besser.
Für Schule und Kirche ist bekanntlich bestens gesorgt.

Wähle was Dir dient!

Bedingungen: Die Kolonie von 25 Hektar kostet 3.300\$000, und ist mindestens 1.000\$000 gleich anzuzahlen, während der Rest, je nach Uebereinkunft mit der Direktion in Porto Alegre, getilgt wird. Bei Barzahlung 10% Rabatt, somit **2.970\$000 pro Lote von 25 ha.** Vereinsmitglieder erhalten für das erste gekaufte Kolonielot 20\$000 und für jedes weitere 5\$000 Nachlass.

Fahrplan: Interessenten reisen über S. Barbara, wo sie Mittwochs eintreffen, mit dem Caminhão sofort weiterbefördert werden. Hin- u. Zurückfahrt per Caminhão kostet 70\$000, welche bei Barzahlung oder auch Anzahlung des gekauften Landes, zurückbezahlt wird. DIE ZENTRALLEITUNG, Porto Alegre, Praça Visconde Rio Branco (Bombeiros) Nr. 155

Fonte: SANKT PAULUSBLATT, 1929, p. 15. In: historialocalportonovo.blogspot.com.br. Acesso em: 03 nov. 2017

Nessa mesma época, os administradores de Porto Novo começaram a utilizar nos anúncios uma frase muito oportuna e persuasiva para rebater a contrapropaganda da colônia: “Em vez de perder muitas palavras de propagandas contrárias, perguntem aos que estiveram lá – vão mesmo e comprarão” (1929).

No ano seguinte, em 1930, na edição do mês de junho da revista *Sankt Paulusblatt*, percebe-se nitidamente uma propaganda ainda mais agressiva e persuasiva da *Volksverein* em relação a colônia Porto Novo. Desta forma, o anúncio abaixo revela “*Uma oportunidade nunca vista antes!*”, informando que em breve serão medidas e demarcadas 400 lotes de terra, sendo que a colônia já oferece 488 lotes livres para ocupação, todos situados dentro da “zona já medida”. Assim, os lotes existentes nas Linhas Poná, Chapéu, Sede Capela, Fortaleza, Jaboticaba, Hervalzinho, Dourado, São Miguel, Popi, Cotovelo e

Santa Fé⁴⁰ estavam disponíveis ao preço de 3:300\$000, sendo que com o desconto o valor do lote diminuía para 2:970\$000.

Sobre as linhas que dividem essa colônia, lemos em Arthur Blásio Rambo (2011) que nas áreas de colonização o termo linhas era empregado

para designar a unidade geográfica comunal. Essa designação remonta ao fato de as propriedades, as moradias e as benfeitorias complementares haverem-se arranjado ao longo das estradas que tomaram o lugar das trilhas precárias da primeira penetração na mata. [...] O significado sociocultural de uma 'linha' coincide com o da 'picada'. Em algumas áreas de colonização, empregava-se o termo 'lajeado' com o mesmo significado da 'linha' e da 'picada' (RAMBO, 2011, p. 16).

No que concerne a Porto Novo, o termo utilizado para designar essas unidades geográficas foi linha, sendo que estas foram demarcadas e abertas de forma gradativa, iniciando-se em 1926 com a Linha Sede Capela.

Figura 5 - Propaganda de Porto Novo em 1930

St. Paulusblatt - Jahr 1930

VOLKSVEREINSKOLONISATION

PORTO NOVO

!!! Noch nie dagewesen und einzige Gelegenheit !!!

Nur 400 Kolonielose

werden von der Volksvereinskolonie mit **zehnjähriger** Besiedlungsfrist jetzt vermessen werden. Wenn der Zugang zu diesen Ländereien soweit vorgeschritten ist, dass er eine Besichtigung ermöglicht, wird an dieser Stelle ein Aufruf an die Interessenten erfolgen. Anzahlungen u. Auszahlungen können schon jetzt gemacht werden. Die Auswahl wird alstann in der Reihenfolge, entsprechend dem Datum der Zahlungen, beginnen. — Anzahlungen mindestens **1 Conto** pro Kolonielos. — Zahlungen werden auf allen Volksvereinsparkassen entgegengenommen.

Ferner liegen **noch** in der bereits **vermessenen** Zone mit **zweijähriger** Besiedlungsfrist

488 Kolonielose

zum Verkauf frei. In den Linhas Poná, Chapau, Capella, Fortaleza, Jaboticaba, Hervalzinho, Dourado, São Miguel, Popi, Cotovello und Santa Fé ist der Preis 3:300\$000. Bei Barzahlung nur

2:970\$000

In den Linhas Macuco-Catres beträgt der Preis pro Quadratmeter 020 Réis und in den Linhas Larangeira-Bahú 022 Réis. Bei Barzahlungen werden hier ebenfalls 10% Rabatt gewährt. Weitere Informationen erteilen die Zentrale des Volksvereins in Porto Alegre und alle übrigen bereits bekannten Stellen.

DIE ZENTRALLEITUNG

Fonte: SANKT PAULUSBLATT, 1930. In: www.historialocalportonovo.blogspot.com.br. Acesso em: 03 nov. 2017.

⁴⁰ Não podemos deixar passar despercebido o fato da nomenclatura das linhas serem todos em português. Assim, para uma colônia que se caracterizava como sendo germânica, causa certa estranheza a falta desse germanismo nos nomes concedidos às linhas.

Outro meio de divulgação também amplamente utilizado pelos diretores da colonização foi o *kalender Der Familienfreund* (O amigo da família), que surgiu em 1912, com edições anuais, para completar a tarefa de divulgação e informação iniciada pelo *Deutsches Volksblatt* e, posteriormente, pelo *Sankt Paulusblatt*.

Desta forma, a edição de 1932 do *Der Familienfreund* contemplava, na página 19, um anúncio de página inteira sobre a colonização Porto Novo, destacando os “*Cinco anos da Colônia da Volksverein Porto Novo*”, localizando a colônia e sua estrutura a partir da apresentação de um mapa com as linhas já demarcadas e com lotes disponíveis para comercialização (*DER FAMILIENFREUND*, 1932, p. 19).

Figura 6 - Propaganda de Porto Novo em 1932

Geschäftsanzeiger zum „Familienfreund“-Kalender.

5 Jahre Volksvereinskolonie Porto Novo

Katholischer Bauer,
wenn du wegen deiner selbst oder deiner Kinder wegen
wandern willst,

**wähle Porto Novo
zur neuen Heimat!**

Wende dich um weitere Auskunft an folgende Adressen:

Sociedade União Popular
Caixa Postal 427
Porto Alegre

A' Administração da Colonia Porto Novo
ao/c. do Snr. Carlos Fr. Rohde
Séde Itapyranga / Porto Novo
via Estação Santa Barbara - N/E

Der Volksvereinsammler fährt jeden Donnerstag von Santa Barbara nach Porto Novo.

19

Fonte: *DER FAMILIENFREUND*, 1932, p. 19. Memorial Jesuíta da Unisinos.

Do anúncio acima, chama a atenção a frase com a seguinte disposição: “*Agricultor Católico, se você ou os seus filhos querem mudar, eleja Porto Novo para a sua nova pátria*”. Ou seja, o anúncio repassava aos pretensos compradores a ideia de que aquele local equivaleria a sua nova pátria, recebendo-o e abrigo-o em um pedaço de terra onde todos seriam, em tese, da mesma religião e etnia.

Além disso, o mapa acima destacado revelava que a faixa de terras existentes entre os rios Macaco Branco e Peperi-Guaçu encontrava-se, ainda naquele ano, pendentes de demarcação, vez que aquela foi a última área de terra adquirida pela Sociedade União Popular, em 1928, da empresa Chapecó-Pepery Ltda., diante da ameaça de que italianos poderiam instalar-se naquele local e das dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa.

O anúncio no ano seguinte, na edição de 1933 do *Der Familienfreund*, parece reafirmar a ideia de que Porto Novo era uma verdadeira pátria, vez que indica “Porto Novo está situada na divisa entre Santa Catarina, Argentina e o Rio Grande do Sul na margem do rio Uruguai.

Importante registrar, neste momento, que os anúncios indicam uma ligação mais próxima com o estado do Rio Grande do Sul, do que com o Catarinense, vez que objetivavam atrair os colonos lá residentes. Na realidade, essa premissa é confirmada ao analisarmos que a sede da Sociedade União Popular era em Porto Alegre e que a maioria dos serviços e produtos que abasteciam a colônia eram Rio-grandenses. Ademais, os primeiros moradores que se instalaram em Porto Novo eram originários, em sua grande maioria, desse mesmo estado.

O anúncio abaixo, datado de 1933, ressalta que a colônia Porto Novo oferece “clima bom, sem doenças, terra produtiva, água potável, boas estradas e excelente escoação dos produtos”. Além disso, a propaganda informa que a colônia possui estrutura com “igreja, capelas, escolas, padres, médicos, parteiras, farmácias e posto policial, tudo isso na mesma colonização” (*DER FAMILIENFREUND*, 1933, p. 06).

Figura 7 - Propaganda de Porto Novo em 1933

Geschäftsanzeiger zum „Familienfreund“-Blattender.

Porto Novo

gelegen an den Grenzen von Santa Catharina, Argentinien und Rio Grande do Sul, am mittleren Uruguay,
ist die Kolonie des „Volkvereins für die deutschen Katholiken.“

Fieberfreies, angenehmes Klima, fruchtbarstes Land, gesundes Trinkwasser, gute Strassen, reichste Produktionsergebnisse, **A B S A T Z.**

KIRCHE, KAPELLEN, SCHULEN, PRIESTER, ARZT, HEBAMEN, APOTHEKE UND DISTRIKTALBEHÖRDEN AM PLATZE.
TELEGRAPHSTATION: ITAPYRANGA (Santa Catharina)

Exakte Landpapiere — Exakte Verwaltung

Eine Kolonie in schönster Blüte u. ständiger Aufwärtsentwicklung:
das ist: PORTO NOVO!

Ein Kolonielos von 25 Hektar - 3:300:000
Barzahlungsrabatt, Anzahlung 1:000\$000, günstigste Zahlungsbedingungen.

**Darum: Deutschsprechender Katholik,
auf nach Porto Novo!**

Eisenbahnstation: Santa Barbara - Rio Grande do Sul.
Caminhãoüberbindung: regelmässig jeden Donnerstag früh ab Santa Barbara.

Auskunftsstellen:

<p>Zentrale des Volksvereins Caixa Postal 427 Porto Alegre, R. Gr. do Sul</p>	<p>Administração da Colonia Porto Novo a/c. do Sr. CARLOS FRANCISCO ROHDE, Porto Novo — Séde Itapyranga Via: Estação Santa Barbara Rio Grande do Sul.</p>
--	---

Fonte: *DER FAMILIENFREUND*, 1933, p. 06. Memorial Jesuíta da Unisinos.

Em destaque, trata-se de “uma colonização que está florescendo, em contato com o mundo exterior – isto é Porto Novo!”. Em seguida, o anúncio apresenta o preço de um lote de 25 hectares e, ao final, faz novamente um apelo: “por isso alemães católicos vamos para Porto Novo!”. Nesse ponto, novamente a característica concedida à Porto Novo pela historiografia dominante como “colônia fechada” é posta em dúvida, eis que o próprio anúncio revela que aquela colônia possui “contato com o mundo exterior”. Ademais, conforme veremos adiante, esse contato exterior será confirmado a partir das tratativas e parcerias realizadas com instituições alemãs para fins de viabilizar a vinda de imigrantes do continente europeu.

É importante destacar também a relevância do uso da construção e a presença de escolas e igrejas na colônia como elemento de persuasão. Sua utilização nas propagandas simboliza a preocupação que os compradores

tinham na preservação de sua religião e educação de seus filhos, tornando-se a presença dessas duas construções um dos principais meios de atração dos colonos para Porto Novo.

Nos anos seguintes, a publicidade de colonização não diminuiu, muito pelo contrário, tornou-se cada vez mais presente nos meios de comunicação da época e com maior agressividade, a fim de convencer os colonos teuto-brasileiros católicos residentes no Rio Grande do Sul que aquele local já estava rendendo bons frutos e que o progresso pairava sobre ele. Nesse sentido, frases como “uma colônia com melhor desenvolvimento e progresso – isto é Porto Novo” (1932) e “aqui os desbravadores construíram a sua própria nação que constantemente está aumentando e se expandindo” (1932), podem ser comumente encontradas nas publicidades da colônia.

A partir de 1936, o almanaque *Der Familienfreund* começou a publicar nos anúncios de Porto Novo um pequeno mapa de localização da colônia, no intuito de facilitar a compreensão dos colonos interessados na aquisição de lotes. Assim, o anúncio abaixo, ao inaugurar um novo modelo de publicidade da colônia, introduz: “Aos colonos católicos de língua alemã. Camponeses e interessados em terras. Se encontra na mata virgem um povoado de católicos alemães – a florescente colônia da Volksverein Porto Novo” (*DER FAMILIENFREUND*, 1936, p. 02).

Outro destaque no anúncio abaixo apresentado é que os lotes começaram a apresentar preços de acordo com a sua localização. Desse modo, é possível constatar que os lotes coloniais existentes no centro da colônia custavam Rs. 3:300\$000. Já aqueles localizados próximos da Argentina, que naquele ano já encontravam-se demarcados, valiam Rs. 4:000\$000. E, por fim, os lotes localizados no novo povoado, recentemente demarcado pelos agrimensores⁴¹, estavam avaliados em Rs. 5:000\$000.

⁴¹ Entre os agrimensores que prestavam serviços à Sociedade União Popular, e foram responsáveis por essas medições, estava Bruno Lengert, imigrante alemão que chegou em Porto Novo em 1934. Na Alemanha era Engenheiro de Mineração e, como não se adaptou nas lidas agrícolas, passou a trabalhar nas medições e demarcações das terras. A sua trajetória é analisada no terceiro capítulo deste estudo.

Figura 8 - Propaganda de Porto Novo em 1936

Geschäftsanzeiger zum „Familienfreund“-Kalender.

An alle deutschsprechende katholische Bauern und Landsucher!



Da liegt die Urwaldsiedlung deutscher Katholiken — die blühende

Volkvereinskolonie PORTO NOVO

Reiseweg: Eisenbahnstation Santa Barbara — Rio Grande do Sul. Caminhãoverbindung regelmässig Donnerstags früh ab Sta. Barbara. **Wanderschaften:** Abholung nach Anmeldung bei der Verwaltung. Telegrammadresse: Carlos Rohde — Itapyranga — Santa Catharina.

DEUTSCHE KATHOLISCHE BAUERN, besichtigt zuerst EURE Neusiedlung! Kauft Land in der Volkvereinskolonie PORTO NOVO!

Landpreise:

1 Kolonie von 25 Hektar (250.000 qm) kostet netto:	Rs.
im Allgemeinen Siedlungsgebiet (Mittleres Gebiet)	3:300\$000
im Neuen Siedlungsgebiet (Grenzseite Argentinien)	4:000\$000
im Neuen Siedlungsgebiet („ Sta. Catharina)	5:000\$000

Zahlungs-Bedingungen: Anzahlung Rs. 1:000\$000 bei Kauf von Land mit Besiedlungspflicht. Rest zahlbar innerhalb 4 Jahren bei 7^{1/2} Zinsen p. a. Land zum Liegenlassen — Land ohne Besiedlungspflicht — sofortige Zahlung gegen Aushändigung der Landpapiere.

Siedlungs-Bedingungen: Unter Ausschaltung aller Spekulation auf Kosten der ansässigen Siedler wird Land mit und ohne Besiedlungspflicht verkauft. Als Siedler kommen in Betracht deutschsprechende Katholiken.

PORTO NOVO IST KEINE PRIVATSIEDLUNG, sondern die Kolonisation eines grossen, rund 10.000 Mitglieder zählenden Vereins mit sozialem Siedlungsprogramm.

Hier ist: Leben — Entwicklung — Zukunft!

Interessenten verlangen die reichbebilderte, aufschlussreiche Broschüre „PORTO NOVO — Urwaldsiedlung deutscher Katholiken in Südbrasilien“
Kostenfrei für jeden interessierten Landsucher.

Auskunftsstellen:

Sociedade União Popular (Volkverein)
Rua Uruguay 3 — Caixa Postal 427
Porto Alegre — Rio Grande do Sul

Administração da Colonia Porto Novo
Porto Novo — Sede Itapyranga
Via Estação Santa Barbara
Rio Grande do Sul

2

Fonte: DER FAMILIENFREUND, 1936, p. 02. Memorial Jesuíta da Unisinos.

A propaganda encartada naquela edição do anuário também revela uma alteração quanto à política de assentamento e ocupação dos lotes, pois deixa claro aos pretensos compradores que “podem comprar a terra e deixar ela lá, não precisam morar”. Ou seja, a condição inicial de que a ocupação deveria ocorrer em dois anos, sendo posteriormente aumentada para quatro anos, havia sido abolida da colônia, estando autorizada a aquisição de lotes para futura ocupação.

Os anúncios apresentados até o momento deixam claro que a colônia Porto Novo destina-se, preferencialmente, aos católicos de língua alemã. Assim, merece destaque que eles não impõem vedação ou restrição para compradores que não sejam dessa confissão e etnia.

Ainda, ao final do anúncio acima, é indicada a brochura que apresenta a colônia a partir de imagens e textos, com título *Porto Novo - Urwaldsiedlung deutscher katoliken in Südbrasilien* (Porto Novo: colônia de alemães católicos no Sul do Brasil), disponível no escritório central da Sociedade União Popular a todos os interessados. Logo, em que pese seja verificada a existência de um público alvo específico, os anúncios não indicam qualquer exclusão ou restrição na nacionalidade e religião dos compradores, ou seja, não podemos sustentar que Porto Novo era restrita a católicos de língua alemã. O que havia, repita-se, era uma preferência por esses.

Ao final, o anúncio ora analisado exhibe que “Porto Novo não é uma colônia privada. Ela é uma Colonizadora com dez mil associados, membros de uma sociedade com finalidade social”. Nesse mesmo ano (1936), as propagandas também persuadiam os compradores com a frase: “Aqui tem: Vida – Desenvolvimento – Prosperidade”.

Em 1937, os anúncios encartados no *Der Familienfreund* permaneceram com a semelhança do ano anterior, apresentando a colônia a partir de um pequeno mapa que facilitava a localização do possível comprador. “Aqui está Porto Novo, um assentamento para agricultores católicos de língua alemã”.

A publicidade daquele ano revela os benefícios da colônia Porto Novo, afirmando que “isto é e permanece uma verdade: vantagens que o imigrante não encontrar em Porto Novo, também não encontrará em outra colônia”. E continua: “O imigrante católico de língua alemã achará em Porto Novo o que procura”. Assim, de acordo com o anúncio, Porto Novo oferece uma infraestrutura não encontrada em outras colonizações, com o diferencial de ser ainda uma colônia direcionada aos alemães católicos.

Na sequência, o anúncio ainda revela que “quem ficar em Porto Novo encontrará várias semelhanças com sua terra natal”. Ao final, é oferecido ainda o serviço de caminhão com destino à colônia da *Volksverein*, com saída de Santa Bárbara – RS.

Figura 9 - Propaganda de Porto Novo em 1937

Geschäftsanzeiger zum „Familienfreund“-Kalender.

STA. CATHARINA

Hier liegt **Porto Novo**

das Siedlungsgebiet für
katholische Bauern deutscher Sprache

Es ist und bleibt eine Tatsache:

Vorteile,
die der Siedler in Porto Novo **nicht vorfindet**, wird er auch vergebens in den anderen neuen Unternehmungen suchen,
aber gerade der **katholische deutschsprechende Siedler** wird in Porto Novo **das finden**, was er sonstwo vergeblich sucht.

Ausser
der unbestrittenen **Bodengüte**, guter **Absatzmöglichkeit**, gesunder **Lage**, ist für den Siedler **wichtig**, daß in Porto Novo gesorgt ist für **Seelsorge, Schulwesen, soziale Betreuung** usw.

Wer in Porto Novo siedelt, siedelt unter **Seinesgleichen**. Was der Siedler braucht, um für sich und die Seinen eine glückliche Wohnstätte, ein zufriedenes Heim zu gründen, hier findet er es!

Interessenten mögen die reichbebilderte Brochüre Porto Novo bei der Verwaltungsstelle in Porto Alegre verlangen.

Auskunft erteilen:

Administração da Colonia Porto Novo
Porto Alegre — Caixa Postal 427
Rua Uruguay Nr. 3,

sowie

**Caminhãover-
bindung ab
Santa Barbara
jeden
DONNERSTAG
früh**

Escriptorio da Colonia Porto Novo
Itapyranga — via Estação Santa Barbara
Rio Grande do Sul.

Fonte: DER FAMILIENFREUND, 1937, p. 34. Memorial Jesuíta da Unisinos.

Diante dos anúncios encartados na imprensa alemã católica aqui apresentados, é possível constatar a preocupação dos dirigentes com a comercialização dos lotes, vez que os anúncios exaltavam a colônia Porto Novo e traziam em suas palavras argumentos e propostas a fim de convencerem os teuto-brasileiros católicos residentes no Rio Grande do Sul.

Além disso, as frases retiradas dos anúncios e ora traduzidas chamam a atenção pelo forte apelo de venda e de convencimento presentes em sua estrutura e na forma de tratamento. Questões como terras próximas de rios, acessos por estradas, existência de edificações como escolas e igrejas, planos de viagens e pagamentos parcelados, mostravam um diferencial poderoso na atração de compradores, tanto que eram reiteradamente afirmados nas diversas propagandas que destacamos ao longo dos anos. Na verdade, é um apelo criado pelo próprio anunciante com a finalidade única de atrair para a compra.

Ademais, as propagandas que elencamos aqui ajudam a comprovar a afirmação de Robert Thieme, quando analisou os anúncios de sete colonizadoras no período de 1920-1940: “Porto Novo constitui-se no anunciante que mais utiliza formas de persuasão em sua propaganda” (THIEME, 2012, p. 611).

Outro ponto que não pode passar despercebido, e chama atenção pelos valores, são os gastos da Sociedade União Popular com as propagandas na imprensa. Em análise aos Livros Diários da associação, verificamos a periodicidade dos gastos com anúncios e propagandas da colonização, sendo que mensalmente eram lançados registros de pagamentos efetuados às empresas responsáveis pela divulgação. Por oportuno, apresentamos abaixo um breve registro dos lançamentos efetuados no Livro Diário n.º 05, do período de junho de 1932 a junho de 1933, a fim de oportunizar a análise desses dados contábeis:

26/07/1932 – Anúncios e Propagandas
Pelo pagamento à Companhia Metzler Ltda. pela fatura de maio, referente anúncios de colonização, conforme nota = 102.000

01/09/1932 - Anúncios e Propagandas
Pagamento fatura da Companhia Metzler Ltda. referente anúncios para colonização = Junho 50.000
Julho 179.600
Agosto 50.000

08/10/1932 – Anúncios e Propagandas
Pagamento à Livraria Selbach, por anúncios de propaganda da colonização no Marien Kalender = 140.000

28/10/1932 – Anúncios e Propagandas
Pagamento à Companhia Metzler Ltda., referente anúncio para colonização em setembro = 50.000

29/11/1932 – Anúncios e Propagandas
Pagamento à Companhia Metzler Ltda., da fatura de 31/10/1932, referente anúncios da colonização no Volksblatt = 190.000

24/12/1932 - Anúncios e Propagandas
Pagamento anúncio pela Volksverein ao Paulusblatt = 320.000

28/12/1932 - Anúncios e Propagandas
Pagamento à Companhia Metzler Ltda. referente anúncios da colonização = 50.000

30/01/1933 - Anúncios e Propagandas

Pagamento à Companhia Metzler Ltda. da fatura de 31.12.1932 = 50.000

27/02/1933 - Anúncios e Propagandas
Pelo pagamento à Companhia Metzler Ltda. da fatura de 31.1.1933, referente anúncios da colonização = 50.000

30/03/1933 - Anúncios e Propagandas
Pelo pagamento à Companhia Metzler Ltda. da fatura de 28.2.1933 referente anúncios da colonização = 50.000

11/04/1933 - Anúncios e Propagandas
Pela transferência à Caixa Rural de Arroio do Meio a favor de Aug. Staller, pelo esboço de notícias – propagandas de Porto Novo publicadas no Volksblatt = 100.000

28/04/1933 - Anúncios e Propagandas
Pelo pagamento à Companhia Metzler Ltda. referente fatura de 31.3.1933, sobre anúncios e propagandas = 50.000
Pelo pagamento à Bärssinkel referente anúncios e propagandas da colonização = 73.600

30/05/1933 - Anúncios e Propagandas
Pelo pagamento à Companhia Metzler Ltda = 50.000
(Livro Diário n.º 05, junho 1932 – junho 1933. Memorial Jesuíta da Unisinos).

Os valores registrados revelam que a publicidade da *Volksverein* relacionada à colônia Porto Novo era frequente e caracterizava-se como uma preocupação aos diretores, vez que este meio também foi responsável pela atração dos imigrantes e descendentes de alemães católicos que chegaram em Porto Novo, auxiliando no convencimento e atração a partir da apresentação de características que os colonos almejavam encontrar em colonizações daquele período.

Outra atitude tomada pela administração da colônia Porto Novo, a fim de que lotes fossem ocupados, “foi abrir o espaço da área ainda despovoada aos alemães europeus que, ligados a uma associação irmã da União Popular, o *St. Raphaelsverein*, vieram se refugiar da crise alemã do entre-guerras e, com isso, aliviaram também a crise financeira da União Popular” (NUNES, 2015, p. 154).

Assim, conforme veremos adiante, a partir de 1932 o cenário de Porto Novo sofrerá alterações com a vinda de imigrantes alemães do continente Europeu. Muitos se instalaram na Linha Presidente Becker, que se localizava próximo da fronteira com a Argentina, nosso próximo item a ser analisado.

2.2 Linha Presidente Becker: o refúgio dos alemães de além-mar

De acordo com o Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio, de Porto Novo, na data de 13 de junho de 1934, fundou-se a Linha Presidente Becker, sendo a primeira missa realizada naquele mesmo dia na residência de José Schmuck pelo Pe. Teodoro Treis SJ, com a presença dos moradores da nova comunidade. A fundação dessa linha representou um novo cenário dentro da colônia Porto Novo, eis que ela foi reservada especialmente aos *Deutschländer*⁴².

Nesse sentido, relata Maria Rohde em suas memórias:

Um perímetro recém demarcado da Linha Presidente Becker foi escolhido, pela beleza de sua paisagem e por ter terras de excelente qualidade, para receber os novos colonizadores, recém chegados da Alemanha, sendo que, poderiam assentar-se como um núcleo relativamente fechado em si mesmo. Partiu-se do pensamento de que, dessa forma, eles poderiam se adaptar mais rapidamente e não se sentiriam tão deslocados de seu mundo, porém, lhes foi dada plena liberdade de se estabelecerem em qualquer outra parte do território, o que muitos realmente fizeram (ROHDE, 2012, p. 168-169). (Grifo nosso).

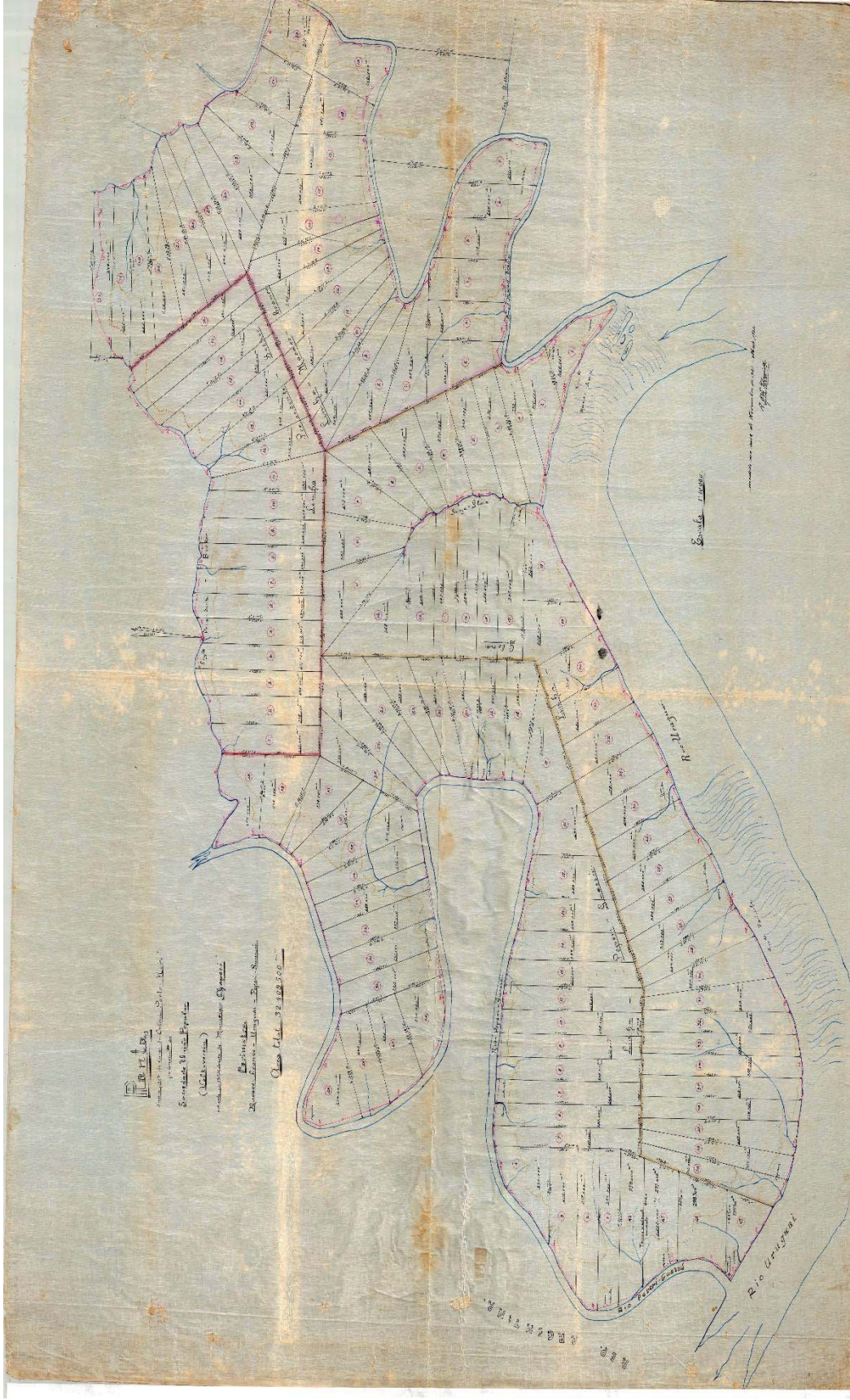
As terras da Linha Presidente Becker, nominada com esse nome em homenagem ao primeiro presidente da *Volksverein*, Jacob Becker, foram demarcadas em duas áreas. A primeira, conforme revela o mapa abaixo, na divisa com as comunidades da Linha Macaco Branco, atualmente Linha Laranjeira, Linha Glória e Linha Peperi-Guassú, atualmente Linha Aparecida. Nessa área estavam localizados os lotes rurais n.º 01 até n.º 18. Entre os moradores, foi batizada como sendo Linha Presidente Becker Baixa, eis que suas terras estavam localizadas em local mais baixo em comparação a segunda área.

Já o segundo mapa, também abaixo colacionado, revela a segunda e maior área da Linha Presidente Becker, que compreendia os lotes rurais n.º 19 até n.º 50, localizada na divisa com a Argentina, pelo Rio Peperi-Guaçu, e com a comunidade de Linha Santo Antônio. Essa segunda área foi batizada entre os moradores como Linha Presidente Becker Alta. Ambas as áreas foram

⁴² Alemães natos, vindos diretamente da Alemanha.

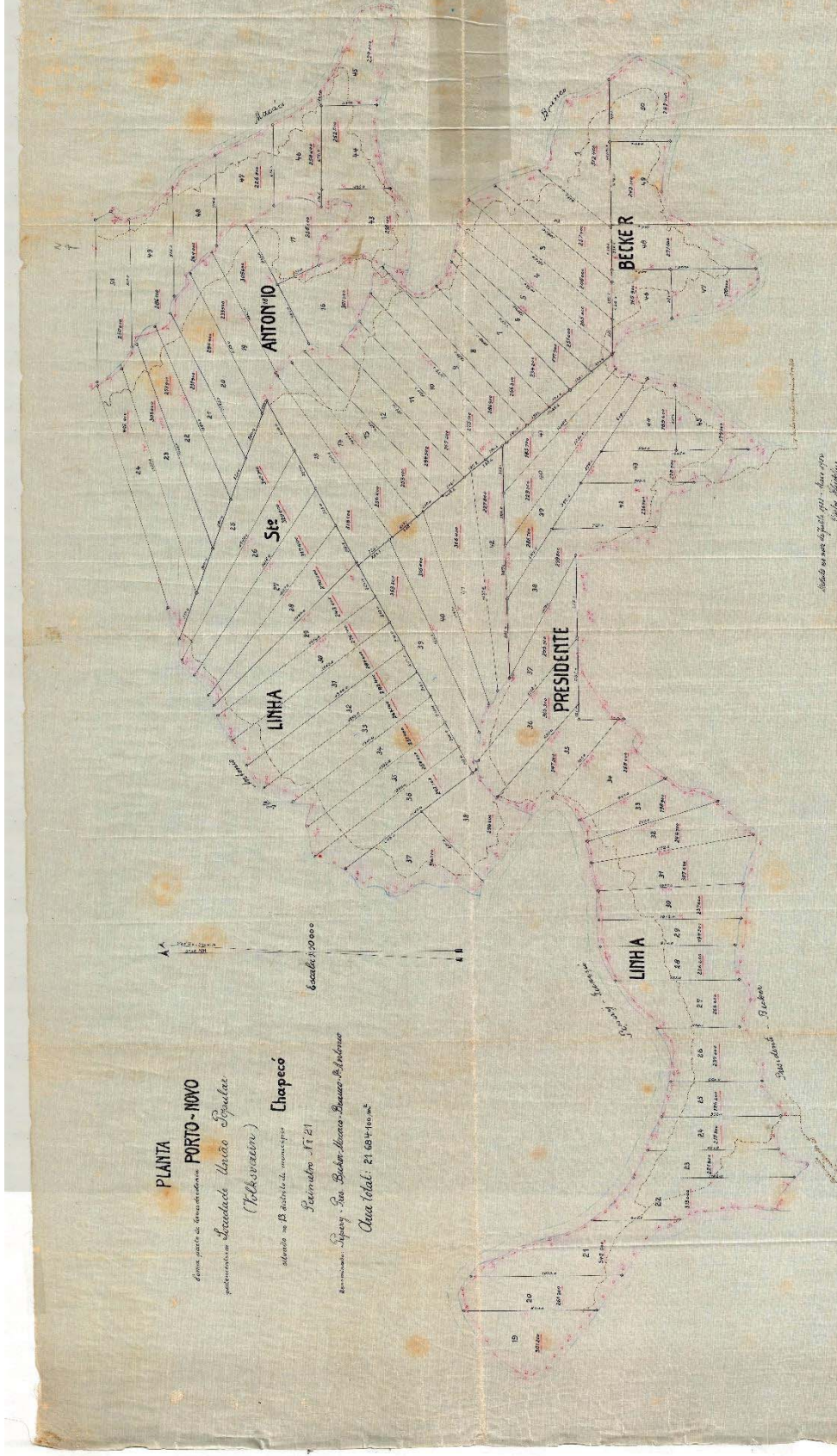
demarcadas no mesmo período. Contudo, diante do tamanho total, colocadas em mapas distintos.

Figura 10 – Mapa das Linhas Presidente Becker, Macaco-Branco, Glória e Peperi-Guassú



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

Figura 11 – Mapa das Linhas Presidente Becker e Santo Antônio



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

Ambas as áreas começaram a receber os primeiros imigrantes ainda no ano de 1932. Após isso, diversas foram as famílias que instalaram-se naqueles locais delimitados especificamente para os novos habitantes de Porto Novo. Sabe-se que alguns imigrantes, originários diretamente do continente europeu, acabaram instalando-se em outras comunidades. Contudo, a grande maioria optou pela Linha Presidente Becker em virtude de o local oferecer como vizinhos outros imigrantes alemães que chegaram no Brasil naquele mesmo período – após 1932 -, evitando o sentimento de total deslocamento e de falta de pertencimento na nova pátria.

No que tange a essa nova linha demarcada especialmente para os imigrantes alemães natos, a diferença com o restante da colônia consiste na ocupação, vez que as demais linhas de Porto Novo receberam, principalmente, compradores das colônias velhas do Rio Grande do Sul – o que não quer dizer que não tenham recebido algum imigrante. Contudo, se receberam, foi em pequeno número, já que a Linha Presidente Becker concentrou os imigrantes alemães em seu território, que chegaram no contexto pós Primeira Guerra Mundial, especificamente a partir de 1932.

Na análise dos Livros Diários da Sociedade União Popular (Memorial Jesuíta da Unisinos), constatamos que o ano de 1934 representou a maior vinda de imigrantes para Linha Presidente Becker, eis que naquele ano foram comercializados 18 lotes rurais, com tamanho médio de 23 hectares cada. Já no ano seguinte, em 1935, foram 8 lotes comercializados, reduzindo drasticamente esse número para 1 lote em 1936 e em 1938. Vejamos:

Tabela 2 - Compradores de terra na Linha Presidente Becker (1932 – 1942)

DATA	NOME DO COMPRADOR	NÚMERO DO LOTE RURAL	ÁREA DO LOTE (HECTARES)
05/12/1932	Aloísio Egewarth	07, 08 e 09	23,2 ha, 23 ha e 23,2 ha
18/07/1933	Antônio Vogt	18	24 ha
05/08/1933	Alfredo Zinser	*	23,4 ha
05/08/1933	José Schmuck	05	23,2 ha
16/08/1933	José e Romano Bentele ⁴³	10 e 11	24 ha e 23,2 ha
18/08/1933	Ignácio Burger	04	23,7 ha
14/11/1933	Frederico Telser	03	23,6 ha
09/04/1934	José Lohre	11	23,2 ha
09/04/1934	Augusto Scholz	10	24 ha

⁴³ Na data de 13/11/1934, José e Romano Bentele desistiram da compra do lote rural n.º 10. Três dias após, em 16/11/1934, também desistiram da compra do lote rural n.º 11.

09/04/1934	Balduino Kohl ⁴⁴	13	24 ha
09/04/1934	Henrique Neumann	12	23,8 ha
19/04/1934	João Brach ⁴⁵	22	31,3 ha
08/05/1934	Paulo Hauser	02	23,8 ha
08/05/1934	Adolfo Kollmann	01	23,1 ha
28/05/1934	Alfredo Finger	19	30,12 ha
01/06/1934	Eugen e Johann Lowenstein	48	27,16 ha
01/06/1934	*	50	28,27 ha
03/07/1934	João Bauer	37	17,09 ha
03/07/1934	Godofredo Winzen	46	16,59 ha
20/08/1934	Clemente Mueller	34	25,8 ha
24/08/1934	João Blass	17	23,4 ha
17/09/1934	José Moennigmann	33	19,89 ha
14/09/1934	Georg Wohlfart	15	23,2 ha
14/09/1934	José Dietz	16	24,4 ha
14/09/1934	Bruno Lengert	27	26,66 ha
21/01/1935	José Lohre	13	24 ha
09/08/1935	Max Kirchmaier	28	22,66 ha
12/08/1935	Gregorio Michels	13	24 ha
12/08/1935	Paulino, Victoria, Jacob e Arno Michels	32	24,47 ha
13/08/1935	Wendelim Kober	31	30,70 ha
17/08/1935	Otto Stahl	29	19,43 ha
31/08/1935	Leo Vogler	30	23,76 ha
02/09/1935	Martin Schuhwerk ⁴⁶	35	24,72 ha
11/08/1936	Carlos Blank	35	24,72 ha
04/03/1938	Gustavo Locks	49	24,3 ha

Fonte: Livros Diários da Sociedade União Popular. (*) – Sem registro no livro

Não podemos deixar de perceber que no ano de 1939 até o final de 1942 não houve mais compradores de terras na Linha Presidente Becker, vez que a análise aos livros foi até esse ano. Logo, a linha demarcada para os alemães natos vivenciou seu apogeu em 1934, quando recebeu a maioria dos compradores de lotes rurais.

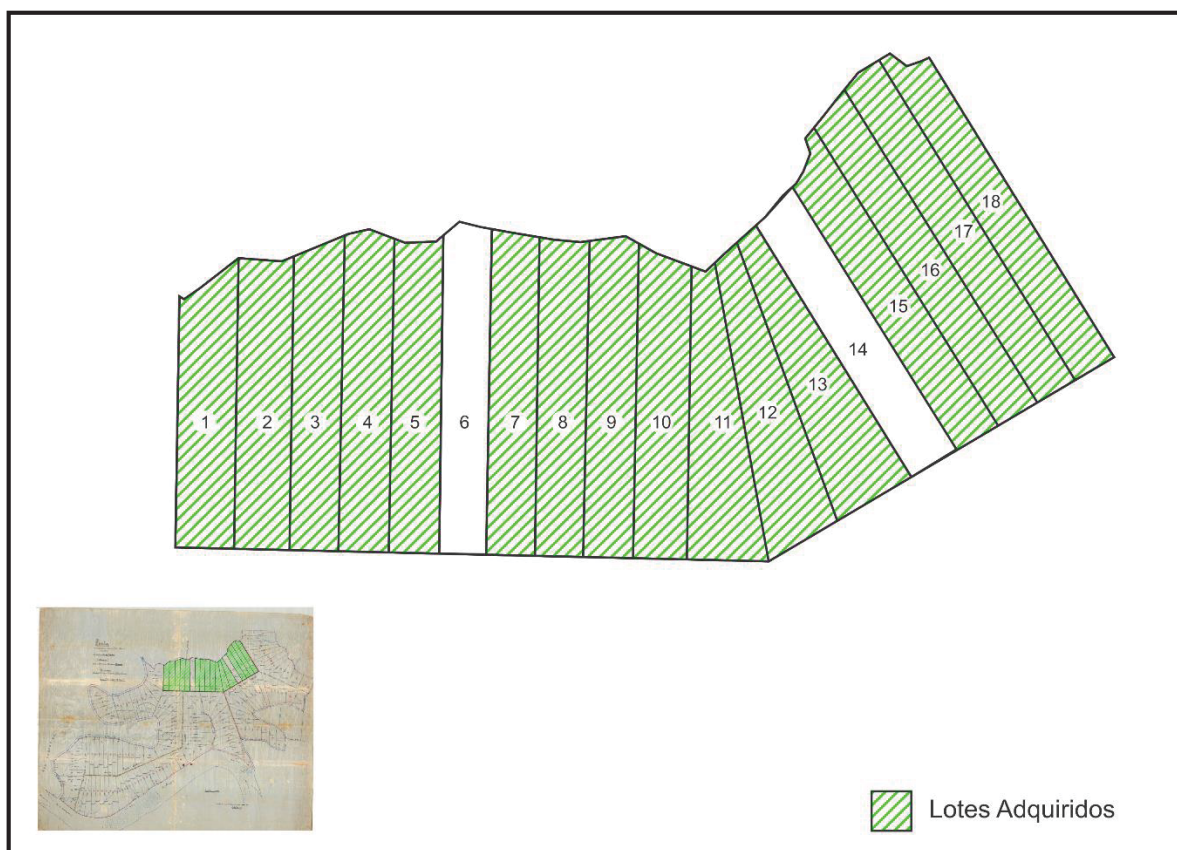
A partir do cruzamento dos dados e dos mapas, é possível ver a localização exata dos lotes adquiridos pelos compradores acima, colocando em destaque a área inerente à Linha Presidente Becker:

⁴⁴ Na data de 24/05/1934, Balduino Kohl desistiu da compra lote rural n.º 13.

⁴⁵ Na data de 17/09/1934, João Brach desistiu da compra do lote rural n.º 22.

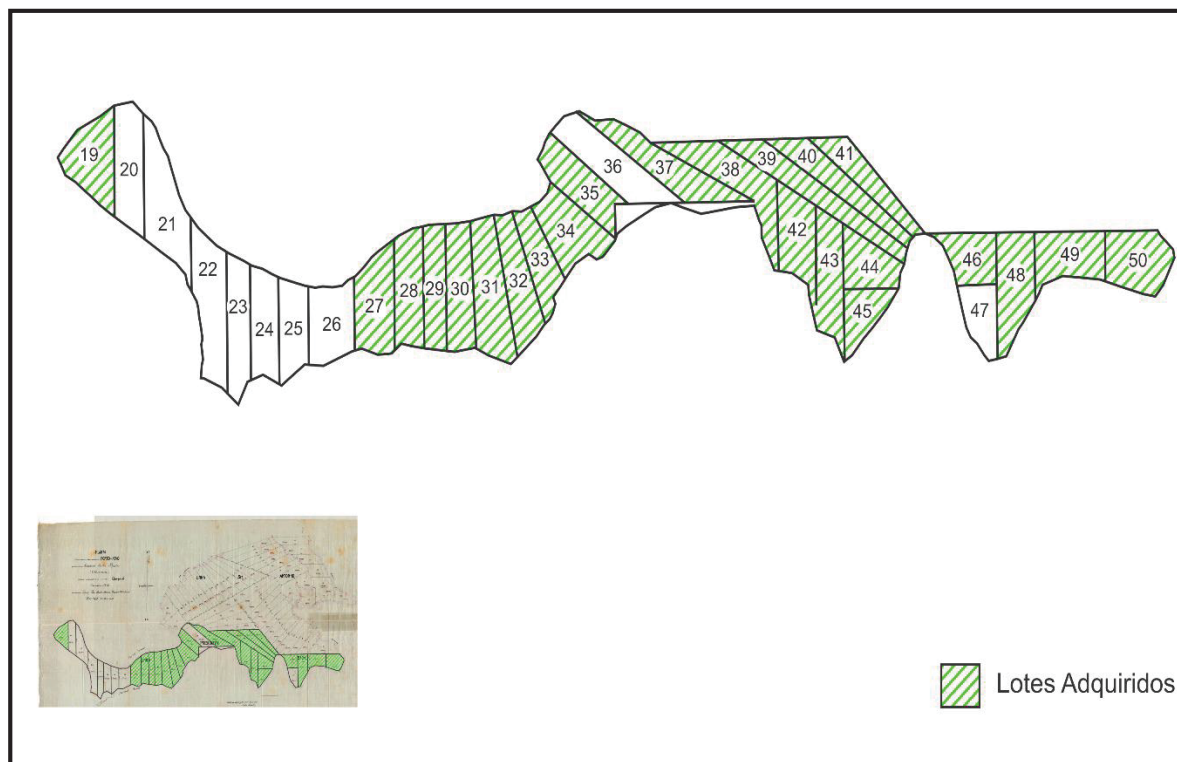
⁴⁶ Na data de 01/01/1936, Martin Schuhwerk desistiu da compra do lote rural n.º 35.

Figura 12 – Lotes rurais da Linha Presidente Becker Baixa



Fonte: Montagem e edição do autor, 2018.

Figura 13 – Lotes rurais da Linha Presidente Becker Alta



Fonte: Montagem e edição do autor, 2018.

Os mapas acima destacados revelam uma ocupação mais acentuada na primeira área da Linha Presidente Becker, onde estavam localizados os 18 primeiros lotes, vez que nesse local as terras eram mais planas e também contavam com o abastecimento de água do Lajeado Presidente Becker.

No que tange a segunda área, denominada de Linha Presidente Becker Alta, diante da localização mais alta de seus lotes, ela contava com às águas dos rios Peperi-Guaçú e Macaco Branco para abastecimento das terras.

Outro fato que também não pode passar despercebido é o desenho que os agrimensores realizaram na demarcação dos lotes, onde todos eles encontram-se ligados aos rios ou ao lajeado, garantindo, desta forma, o abastecimento de água da propriedade agrícola, tanto para o consumo humano como animal.

Revelada a ocupação da terra da Linha Presidente Becker e os lotes inicialmente ocupados, vejamos agora as estratégias lançadas pela *Volksverein* para comercialização das terras aos imigrantes alemães de além-mar.

2.2.1 *Propagandas e parcerias com associações alemãs*

O principal motivo da grande comercialização de lotes ter acontecido em 1934, certamente, deu-se diante da intensificação das propagandas vinculadas pela *Volksverein* na Alemanha e da parceria firmada com a *St. Raphaelsverein*, objetivando a captação de imigrantes dispostos a iniciarem uma nova vida no Sul do Brasil.

Essa parceria foi consolidada ainda no ano de 1931, antes da chegada da primeira família de imigrantes alemães e antes da demarcação da Linha Presidente Becker. Assim, naquele ano, estiveram em Porto Novo Willi Strauch, da *St. Raphaelsverein*, e o Sr. Johannes Nattermann, secretário geral da *Katholisches Gesellvereins aus Köln*. A *St. Raphaelsverein*, com sede em Hamburgo, na Alemanha, atuava na assistência de migrantes, bem como na sua instalação e adaptação no novo país. Ela foi responsável por promover emigrações de alemães para os Estados Unidos até 1929. Já a *Katholisches Gesellvereins aus Köln* era uma associação inspirada nas ideias de Adolf

Kolping⁴⁷, e procurava alternativas para a difícil situação que a Alemanha enfrentava na época. O objetivo da visita foi observar as terras da colônia de Porto Novo e estudar as possibilidades da imigração de alemães (WERLE, 2001, p. 143).

Após essa visita, dois acordos foram celebrados entre essas associações e a Sociedade União Popular, objetivando a vinda de imigrantes alemães diretamente do continente europeu. Com a *Katholisches Gesellvereins aus Köln*, associação católica com atuação no campo social a serviço do trabalhador e sua família, acordou-se a construção da sede da Sociedade Kolping⁴⁸ em Porto Novo, sendo esta edificada e inaugurada no ano de 1934, em regime de urgência, diante da necessidade de realizar-se no local o Congresso Católico que aconteceu naquele mesmo ano em Porto Novo. Posteriormente, naquele local, a Sociedade Kolping realizou atividades voltadas para o desenvolvimento profissional, ambiental, cultural, religioso e comunitário dos alemães católicos.

Figura 14 - Sede da Sociedade Kolping



Prédio em madeira, chama atenção por seu estilo germânico. Está localizado no centro da cidade de Itapiranga – SC. Fonte: Arquivo do autor, 2017.

⁴⁷ Adolfo Kolping foi um sacerdote católico, reformador social, autor e editor, conhecido como “pai dos jovens artesãos”. Nasceu no ano de 1813, em Kerpen, na Alemanha. Faleceu no ano de 1865, em Colônia com 52 anos de idade. Foi beatificado pelo Papa João Paulo II, em Roma, no dia 27 de outubro de 1991. Em seu processo de beatificação constam graças e milagres significativos alcançados por sua intercessão.

⁴⁸ Márcio José Werle trata da questão da Sociedade Kolping em sua Dissertação de Mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob título “A formação das comunidades Kolping de Itapiranga e Rio do Sul”, em junho de 2007.

Já com a *St. Raphaelsverein*, após a visitação, iniciaram-se trocas de correspondências entre ela e a Sociedade União Popular, bem como com o consulado da Alemanha, a fim de promoverem a efetiva vinda de imigrantes alemães. Conforme revela o Livro Diário n.º 05, da Sociedade União Popular, disponível para consulta no Memorial Jesuíta da Unisinos, em 31/08/1932 foi postada uma carta “ao cônsul alemão”. Muito embora não tenhamos encontrada a correspondência para análise, evidências revelam que eram as primeiras tratativas para a vinda dos imigrantes alemães diretamente do continente europeu.

Além disso, também aconteceram envios de cartas para a *St. Raphaelsverein*, ao seu escritório situado na cidade alemã de Hamburgo, nos dias 04 e 22/07/1933, conforme registro no Livro Diário n.º 06, da Sociedade União Popular. Esses registros auxiliam na comprovação de que, após a inspeção à colônia Porto Novo, os dirigentes da colonização e da associação alemã estabeleceram comunicação postal, onde certamente eram ajustados os termos da parceria que enviaria para Porto Novo famílias dispostas a iniciarem uma nova vida naquele local.

Na data de 29/05/1933, a Sociedade União Popular remeteu para a Alemanha, aos cuidados da *St. Raphaelsverein*, o primeiro lote contendo as brochuras sobre a colônia Porto Novo, as quais traziam em suas páginas imagens e informações referente àquele local. Alguns meses após, em 11/09/1933, aconteceu a segunda remessa de brochuras, novamente aos cuidados da associação alemã, demonstrando que os dirigentes da colonização estavam empenhados na promoção da vinda de alemães natos à Porto Novo. Acerca desses dois envios, dos Livros Diários da *Volkverein* extraímos os seguintes dados:

29/05/1933 - Brochuras de Porto Novo

Pelo pagamento a Albano Volkmer, referente 1 volume de brochuras remetidas ao St. Rafaelsverein = 159.900

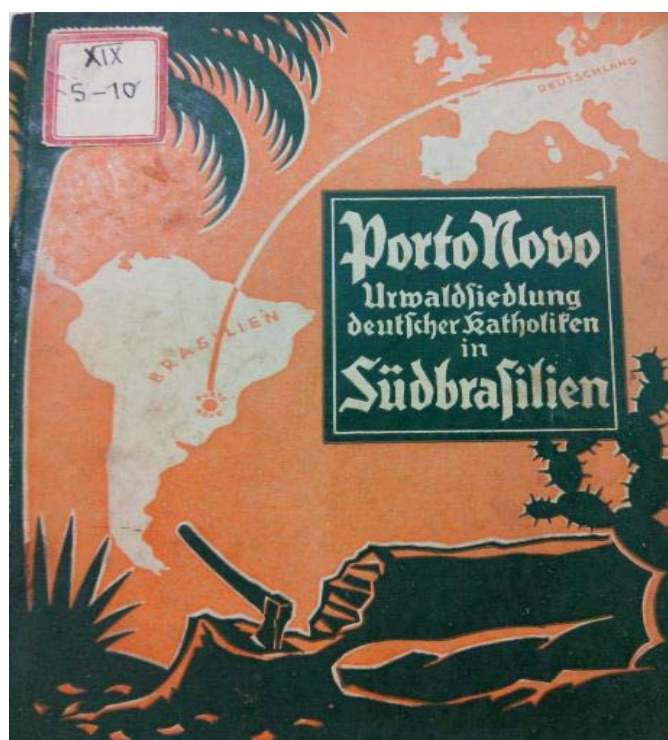
(Livro Diário n.º 05, junho 1932 – junho 1933. Memorial Jesuíta da Unisinos)

11/09/1933 - Brochuras de Porto Novo

Pelo pagamento das despesas de 1 caixa de brochuras ao St. Rafaelsverein = 138.700

(Livro Diário n.º 06, junho 1933 – março 1934. Memorial Jesuíta da Unisinos).

Figura 15 - Brochura sobre Porto Novo



Brochura Porto Novo: *Urwaldsiedlung deutscher katoliken in Südbraasilien* (Porto Novo: colônia de alemães católicos no sul do Brasil), 1933, *Volksverein*. Fonte: Memorial Jesuíta da Unisinos.

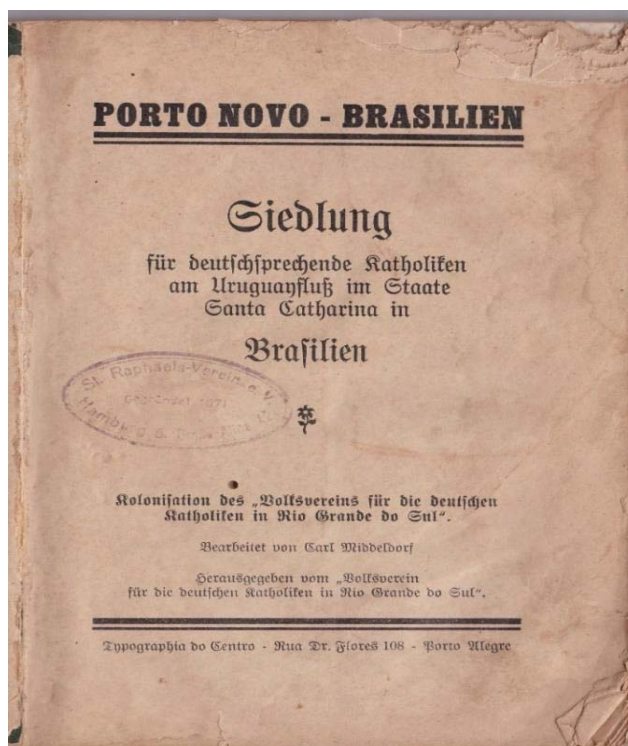
Nessa brochura, impressa pela Topografia do Centro em abril de 1933, encontramos imagens e textos que descrevem a colônia, seu clima, solo, infraestrutura, habitantes, além de recomendações sobre “como chegar” e “o que levar” na bagagem. Ela pode ser caracterizada como um livro de propaganda sobre a colônia, objetivando convencer os alemães, que estavam dispostos a imigrarem para uma nova região, a adquirirem um lote de terra em Porto Novo. Ademais, ela traz imagens do Porto Alegre, indicando que naquela cidade situa-se o escritório central da *Volksverein*, responsável pela colonização, repassando a imagem que a colonizadora estava sediada em um grande centro urbano desenvolvido. Outro fator que merece ser evidenciado é o destaque que a brochura dá ao enfatizar que aquela é uma colonização direcionada para católicos de língua alemã. Contudo, não restringe a compra para interessados que não sejam dessa confissão e etnia.

Além dessas recomendações e destaques, a brochura apresenta ainda fotos das lavouras de Porto Novo, das balsas carregadas com madeiras que desciam o rio rumo à Argentina, das estradas, das cataratas existentes no Rio

Uruguai – como parte das belezas naturais da região -, dos meios de transporte como carros, caminhões, balsas e barcos – chamados de gasolina -, dos hotéis, da serraria, das escolas, das crianças de Porto Novo, das pontes, dos animais, da igreja e das capelas, tudo objetivando demonstrar uma imagem atrativa e convincente sobre “a promissora colônia dos alemães católicos existente no Sul do Brasil”.

Esse material foi produzido para circular principalmente na Alemanha. Contudo, acabou sendo distribuído também no Rio Grande do Sul. A principal comprovação de que esse material foi recebido e efetivamente distribuído pela *St. Raphaelsverein* na Alemanha está na segunda página de uma brochura que localizamos no arquivo particular da família Kollmann, que imigraram para Porto Novo em 1934, trazendo a publicação na bagagem, onde está registrado o carimbo da associação alemã, com seu endereço em Hamburgo, na Alemanha. Ou seja, a *St. Raphaelsverein*, após receber o material em seu escritório, carimbava-o a fim de confirmar que aquele empreendimento localizado no Sul do Brasil contava com seu apoio.

Figura 16 - Brochura sobre Porto Novo



Destaque para o carimbo da associação *St. Raphaelsverein*, com sede na cidade de Hamburgo, na Alemanha. Fonte: Arquivo da família Kollmann.

Desta forma, a partir de 1932, a *Volksverein* e a *St. Raphaelsverein* promoveram a vinda de vários alemães natos para a colônia Porto Novo, em especial para a Linha Presidente Becker, ante a parceria celebrada entre essas duas associações e as propagandas distribuídas na Alemanha, cujos lotes localizavam-se na fronteira com a Argentina.

2.2.2 *As terras do hinterland e o processo de assentamento e adaptação dos alemães além-mar*

As terras da Linha Presidente Becker, demarcada especialmente para os alemães natos, faziam parte da última grande área adquirida pela Sociedade União Popular da empresa Chapecó-Pepery Ltda., situada entre os rios Macaco Branco e Peperi-Guaçú. Logo, eram as terras do *hinterland*⁴⁹, que necessitavam serem comercializadas o mais rápido possível, eis que eram mais afastadas do centro da colônia e onde, anteriormente (1926), haviam sido assentados os caboclos, que fundaram ali a Linha Glória – vizinha da Linha Presidente Becker. Como solução, destinou-se essas terras aos alemães natos, sob a justificativa de que naquele local formariam um núcleo mais homogêneo.

A preferência pela comercialização das terras do *hinterland* também pode ser justificada pelo fato de que com a ocupação das margens da colônia ocorreria a valorização dos lotes existentes no centro, mais próximos da sede e de relevo mais plano. Logo, a estratégia da colonizadora consistia na ocupação da periferia para valorização do centro.

Conforme já explanado, as propagandas vinculadas na Alemanha, por meio da parceria firmada entre *St. Raphaelsverein* e *Volksverein*, acabaram por atrair os imigrantes para Linha Presidente Becker. Além disso, é necessário registrar que aquele país vinha sofrendo problemas econômicos no período, onde muitas pessoas encontravam-se desempregadas e receosas de outro conflito armado. Assim, diante de uma propaganda atrativa e com promessas de progresso em um curto período de tempo, muitos alemães decidiram que aquela era a melhor hora de emigrarem, rumo à colônia Porto Novo:

⁴⁹ Hinterland, significa a 'terra de trás'. Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior.

A fusão de uma propaganda promissora com uma situação caótica na Alemanha acabava servindo de chamariz para aqueles que já haviam passado por uma guerra mundial e não pretendiam enfrentar uma outra guerra e as suas consequências. A família Dietz emigrou da região de Mecklenburgo para a Linha Presidente Becker atraída pela propaganda. De acordo com Maria Dietz, "eles não queriam mais participar de outra guerra, então fugiram, não queriam estar lá quando estourasse outra. O meu sogro havia participado de toda a Primeira Guerra e não queria mais participar de nenhuma outra" (NODARI, 2009, p. 54).

Contudo, no que tange a realidade vivenciada na colônia de Porto Novo, é sabido que a maioria dos imigrantes oriundos da Alemanha e que foram assentados no núcleo da Linha Presidente Becker jamais haviam trabalhado com a terra, muito menos dominavam técnicas da agricultura e da pecuária, assunto esse que será melhor trabalhado no capítulo seguinte. Muitas famílias possuíam perfil de emigrantes urbanos, sendo eles jardineiros, mineradores, usineiros, advogados, metalúrgicos, engenheiros, motoristas, ou seja, profissões urbanas completamente distintas da de agricultor, atraídos pela propaganda disseminada pela colonizadora *Volksverein*.

Além disso, a chegada à colônia Porto Novo não ocorreu com a receptividade que muitas imigrantes imaginavam e que as propagandas prometiam. Além de serem assentados nos confins da colônia, muitos alemães natos foram vítimas de "pegadinhas" e humilhações, ante seu desconhecimento com as técnicas de cultivo do solo.

Entre as mentiras contatadas aos imigrantes, que estavam aprendendo sobre o cultivo e preparação do solo, bem como sobre a vida em um local com pouca infraestrutura, relatos revelam que ensinaram aos alemães que a mandioca deveria ser plantada com raízes a 30 cm de profundidade; que o pé de amendoim daria frutos na folhagem e, enquanto esses não aparecessem, deveriam aguardar pacientemente; e que o fumeiro-bravo era madeira de lei e ideal para ser utilizado nas construções. Nesse sentido, Roque Jungblut (2005, p. 133) complementa que "os alemães passaram por privações, abandono, isolamento, pobreza, humilhações; demoraram para se adaptar ao clima tropical e lutaram por vários anos até que puderam sentir alguma recompensa pela dedicação dolorosa de emigrar para o Brasil".

Assim, somando o despreparo na agricultura, o clima diferente, o cultivo de plantações antes nunca vistas (amendoim, mandioca, cana-de-açúcar, batata-doce), a localização da área demarcada para a instalação desse núcleo (Linha Presidente Becker localiza-se na divisa com a Argentina, no *hinterland*), os atritos com os demais integrantes da colônia e as promessas não cumpridas das propagandas, tornou-se difícil a adaptação dos alemães natos na colônia Porto Novo.

Especialmente dura era a situação dos cerca de cem imigrantes do “Reich”, que foram atraídos para dinamizar a colônia. Até para os colonos entre eles a adaptação foi incrivelmente difícil. Não se tratava apenas do clima a que não estavam habituados, também a adaptação com o restante da população resultou em atritos e mais atritos. Apesar da mesma origem étnica e da mesma língua, há entre eles os alemães e os descendentes de alemães uma diferença maior do que entre estes e os brasileiros originais. Quase um século e meio da história da Alemanha passou sem deixar vestígios nos descendentes dos imigrantes. Da velha herança alemã em contato com a nova pátria emergiu uma cultura própria, que ao alemão do “Reich” – assim são denominados pelos colonos os imigrantes recém-vindos das províncias da Alemanha – se afigura estranha e não poucas vezes é julgada atrasada (Pe. Rick. In: RAMBO; RABUSKE, 2004, p. 66).

Em virtude de todos esses desafios, privações e humilhações, muitas famílias de imigrantes alemães acabaram desistindo do trabalho com o solo, obrigando-se a novamente migrar ou estabelecer-se em outras atividades.

Nesse sentido, a reportagem da edição 895 do Jornal Força d’Oeste, divulgada em 11 de fevereiro de 2015, é esclarecedora acerca das famílias que não se adaptaram na nova colônia, onde Estevão Wohlfart, filho de imigrantes, relata:

Muitas [famílias], certamente mais de uma dezena retornaram ainda durante os anos 50 e 60 para a Alemanha. Teve aqueles que não se adaptaram, talvez, pelo fato de aqui todos terem que lidar na agricultura. Como muitos não eram agricultores na Alemanha, certamente nem todos conseguiram se adaptar na região, onde tudo ainda estava por se fazer e o sustento da família nem sempre era fácil (JORNAL FORÇA D’OESTE, edição 895, p. 04).

Ademais, os diretores da *Volksverein* e da própria colônia não estavam preparados para o recebimento dessas famílias vindas de além-mar. Pouco mais

de seis anos haviam passados desde a compra dos primeiros lotes pela colonizadora quando já estabeleceram a parceria com a *St. Raphaelsverein* a fim de promoverem a vinda desses imigrantes alemães. Muitas propagandas veiculadas não condiziam com a realidade da colônia, além de faltarem estradas, escolas, hospitais e capelas, ou seja, a infraestrutura básica para o desenvolvimento do local.

Nesse ponto, Jeffrey Lesser (2015) esclarece que os imigrantes alemães que chegavam no Brasil viam-se relativamente isolados, principalmente em termos linguísticos e culturais.

É necessário compreendermos que esses imigrantes trouxeram em sua bagagem sonhos e expectativas que foram criadas a partir dos anúncios e das informações obtidas na Alemanha sobre o Brasil e, em especial, sobre a colônia dos alemães católicos no extremo oeste de Santa Catarina, idealizada pela *Volkverein*.

Além disso, a partir dos registros constantes nos livros paróquias de Porto Novo, extrai-se que nem todas as informações eram repassadas aos imigrantes alemães de além-mar no momento em que efetuavam a compra do lote colonial:

17.09.1933 – Carta do Ir. Francisco Gellermann ao P. Provincial P. Teodoro Treis sentiu a observação do Provincial para se dedicar aos alemães natos. Ele recebeu muito bem nove alemães quando chegaram. A estes se assusta dizendo que logo devem pagar uma soma à igreja. Isso esteve de início no contrato para a compra de terras. *A direção da colonização deveria ter falado sobre isso na hora da compra.* A outro disseram que teria de pagar soma muito alta na ocasião de batizar um filho. O senhor vindo da Alemanha foi informado desse pagamento da soma. Com razão alguém observou que os impostos do governo são muito mais altos (SPOHR, 2016, p. 52-53). (Grifo nosso).

20.09.1933 – Carta do P. Teodoro Treis ao Provincial. *Gostaria de saber donde vem a queixa de os alemães natos não serem atendidos devidamente. Isso se deve às circunstâncias: eles passam por aqui e vão para Linha Becker, no mato, onde ainda não existe capela.* Foi lhes dito que não precisam pagar contribuição para a igreja, que terão capela e escola própria, tudo em alemão, e também um padre da Alemanha. [...] *Pede um irmão e um padre, este preferivelmente alemão para se dedicar aos alemães natos* (SPOHR, 2016, p. 53-54). (Grifo nosso).

Também, evidencia-se, a partir desses registros, um descontentamento por parte dos imigrantes alemães natos em relação à infraestrutura que encontraram na colônia Porto Novo, ao passo que externavam seu desejo de retornarem à terra natal, conforme narram os registros que seguem:

12.11.1933 – Carta do coadjutor P. Ernesto Vosskühler ao P. Provincial. [...]. *Uns quantos alemães, se pudessem, voltariam para a Europa* (SPOHR, 2016, p. 54). (Grifo nosso).

25.06.1934 – Carta do P. Ernesto Vosskühler ao P. Provincial. [...]. *Os alemães natos sentem estar no meio do mato, ao passo que na Alemanha tinha missa semanal* (SPOHR, 2016, p. 56). (Grifo nosso).

Percebe-se, a partir dos relatos presentes no livro diário dos jesuítas e livro tomo da paróquia, que o núcleo de Linha Presidente Becker padecia de infraestrutura necessária para o recebimento desses imigrantes. Enquanto que na Alemanha muitos conviviam com as comodidades da vida moderna, em Porto Novo encontraram desafios e privações em meio à mata virgem.

2.2.3 Benefícios, auxílios e assistência aos alemães natos

Outro fato que não podemos deixar passar despercebido, ainda analisando a Tabela 2 dos compradores de terras apresentada, é que no ano de 1934 o último lote de terras foi vendido em 14/09/1934, para Bruno Lengert. Posteriormente, a próxima venda somente aconteceu em 21/01/1935, a José Lohre. Desta forma, percebendo a nítida baixa das vendas dos lotes da Linha Presidente Becker, os dirigentes da colonização reduziram os valores desses lotes de 16 réis para 12 réis o metro quadrado⁵⁰. Assim, quem comprou um lote colonial até janeiro de 1935 acabou pagando pela aquisição a quantia de 16 réis o metro quadrado. Após essa data, os lotes reduziram para 12 réis o metro quadrado, um desconto de 25% sobre o valor original.

Entre os compradores, Max Kirchmaier foi o primeiro a ser beneficiado com a redução considerável no preço dos lotes, seguido de Gregorio Michels e os demais cinco compradores que naquele ano de 1935 ingressaram em Linha

⁵⁰ Informação extraída do Livro Diário n.º 08 – dez/1934 a dez/1935 – da Sociedade União Popular.

Presidente Becker. Oportuno registrar que a redução no preço dos lotes não alterou sua metragem, revelando-se, portanto, como uma estratégia dos dirigentes da colônia para atraírem mais compradores para a Linha Presidente Becker. Por oportuno, enquanto isso, no restante da colônia Porto Novo, os lotes coloniais variavam de 16 réis a 18 réis o metro quadrado, sempre dependendo de sua localização.

A preocupação da Sociedade União Popular não limitava-se ao momento em que esses imigrantes originários da Alemanha adentravam no perímetro de Porto Novo, ela iniciava quando da chegada destes no Brasil. É o que revelam os Livros Diários da associação, ao registrarem o pagamento de “despesas com auxílios a desembarcação de imigrantes para Porto Novo, no Rio Grande” (Livro Diário n.º 05). Além disso, em outros registros, os livros revelam ainda o pagamento por serviços prestados no Porto de Rio Grande, em favor de Hans Leister e Fritz Asmuss, bem como pagamentos a João Endler por viagens empreendidas até Rio Grande, no porto, a fim de conduzir os imigrantes até Porto Novo (Livro Diário n.º 06).

Logo, podemos deduzir que os dirigentes de Porto Novo eram informados acerca dos imigrantes alemães católicos que desembarcavam no Porto de Rio Grande. O que esses dados revelam, principalmente, é que havia uma preocupação de que os alemães natos realmente chegassem até Porto Novo, não sendo eles desviados para outras colonizações concorrentes existentes naquela época, por esse motivo eram conduzidos por pessoas de confiança da *Volksverein*.

Ainda no que tange aos descontos e benefícios concedidos aos imigrantes alemães de além-mar, a partir de novembro de 1932, a Sociedade União Popular começou a arcar com as despesas pela derrubada da mata existente no lote, a fim de que o comprador recebesse este pronto para ser cultivado. Quando não era um terceiro que recebia o pagamento pela derrubada das árvores, há registros onde houve o repasse ao próprio imigrante pela limpeza do lote. Nesse sentido, vejamos os registros abaixo, onde ousamos em destacar apenas dois para demonstrarmos de maneira mais clara ao leitor:

14/11/1933 – Pagamento feito pela Administração de Porto Novo a Alfredo Hendges pela derrubada de mato no lote n.º 03 de

Frederico Telser da Linha Presidente Becker, 2 quartos, a 50\$000 (Livro Diário n.º 06, p. 159).

21/01/1935 – Pagamento feito a José Lohre pela derrubada de 2 quartos de mato no lote n.º 13 da Linha Presidente Becker, a 50\$000 (Livro Diário n.º 08, p. 32).

Além desses auxílios, a administração de Porto Novo também comprava os marcos alemães que esses imigrantes traziam em suas bagagens, conforme registros constantes no Livro Diário n.º 06 (p. 147 e 148). De igual modo, ela ainda subsidiava as despesas com mão de obra para construção de casas aos imigrantes alemães de Linha Presidente Becker, conforme revelam os registros onde constam “pelo pagamento a Júlio Klein pela construção de casas para imigrantes alemães na Linha Presidente Becker, a 200\$000” (Livro Diário n.º 06, p. 174).

Desta forma, é possível perceber que os imigrantes de além-mar foram auxiliados em diferentes frentes pela *Volksverein*, uma vez que muitos eram trabalhadores urbanos e pouco entendiam de agricultura. Ademais, havia interesse da colonizadora na facilitação do assentamento desses imigrantes, já que buscavam evitar um possível regresso desses ao seu país de origem ou suas saídas para outras colonizações.

Outrossim, acreditamos que esses benefícios e descontos concedidos aos imigrantes alemães católicos foram tratados e estabelecidos quando das negociações com a *St. Raphaelsverein*, já que essa associação atuava exclusivamente no auxílio aos imigrantes alemães que desejam estabelecerem-se em outros países, buscando uma adaptação segura e com benefícios ao povo alemão. Desta forma, a partir da garantia de que esses imigrantes receberiam benefícios e tratamento diferenciado, a *St. Raphaelsverein* incentivou, divulgou e promoveu a vinda dos *Deutschländer* para Porto Novo.

2.2.4 Alugam-se terras: novas estratégias para ocupação dos lotes

Conforme evidenciamos a partir da análise da Tabela 2, que apresenta a relação de compradores de terras no período de 1932 – 1942, o último lote rural comercializado na Linha Presidente Becker, no interstício analisado, foi em 1938. Estima-se, de acordo com os registros encontrados nos Livros Diários da

Sociedade União Popular, que em 1940 havia mais de vinte lotes disponíveis que aguardavam a chegada de compradores.

Diante dessa realidade, estava mais do que na hora dos dirigentes da colonização lançarem mão de novas estratégias para ocupação dos lotes, vez que esta não era somente uma realidade da Linha Presidente Becker, mas sim de toda a colônia Porto Novo. Ademais, lotes durante muito tempo desocupados poderiam representar a imagem de que aquele local não estava progredindo conforme planejado pelos padres Jesuítas.

Assim, no intuito de ocuparem os lotes e angariarem mais valores para o caixa da colonizadora, que precisava ainda honrar com os empréstimos contraídos junto às Caixas Rurais, a administração de Porto Novo iniciou a locação dos lotes rurais e urbanos, que ainda encontravam-se disponíveis para venda, exclusivamente para aqueles que já residiam em Porto Novo e eram proprietários de outro lote.

Nesse sentido, extraímos do Livro Diário n.º 12, onde constam anotações do período de dezembro de 1939 até junho de 1943:

10/06/1940 – João Affonso Hinterholz. Pela locação do lote colonial n.º 56 da Linha Dourado com 395.500 m² a 16,5 reis (p. 53).

06/07/1940 – Viúva Irma M. B. Reichert. Pela locação do lote urbano n.º 27 da Rua Ir. Jacob com 91.000 m² a 500 reis (p. 84).

17/07/1940 – Antônio Weschenfelder. Pela locação do lote urbano n.º 39 da Rua São Bonifácio com 5.100 m² a 500 reis (p. 84).

26/07/1940 – José Ziem. Pela locação do lote urbano n.º 13 da Rua Santa Cruz em São João com 1.070 m² a 150 reis (p. 84).

21/09/1940 – José Kroetz. Pela locação do lote colonial n.º 41 da Linha Fortaleza com 266.650 m² a 16 reis (p. 97).

23/09/1940 – João José Hauser. Pela locação do lote colonial n.º 65 da Linha Ipê com 364.000 m² a 18 reis (p. 97).

09/12/1940 – Anselmo Wagner. Pela locação do lote colonial n.º 55 da Linha Ipê com 281.900 m² a 18 reis (p. 120/121).

09/12/1940 – Frederico Lawhas. Pela sua locação do lote urbano n.º 18 da Rua Uruguay com 91.020 m² a 800 reis (p. 121).

28/02/1941 – Ignácio Hewges. Pela locação de parte do lote colonial n.º 54 da Linha Dourado com 207.750 m² a 18 reis (p. 158).

23/06/1941 – Leopoldo Blume. Pela sua locação do lote colonial n.º 64 da Linha Fortaleza com 266.000 m² a 16 reis (p. 180).

13/08/1941 – João Hinterholz. Pela locação do lote colonial n.º 55 da Linha Dourado com 344.500 m² a 16,5 reis (p. 213).

06/11/1941 – Vendelino Loewenstein. Pela locação de parte do lote colonial n.º 47 da Linha Presidente Becker com 13.750 m² a 16 reis (p. 229).

12/11/1941 – Erasmo Mello. Pela locação da lote n.º 51 da Rua Bonifácio com 1000 m² a 500 reis (p. 229).

24/11/1941 – Alfredo Carlos Spohr. Pela sua locação da lote colonial n.º 84 da Linha Fortaleza com 465.000 m² a 16 reis (p. 230).

22/12/1941 – João Martinho Buche. Por sua locação do lote colonial n.º 14 da Linha São Pedro com 358.300 m² a 18 reis (p. 238).

15/12/1941 - José Delavy. Por sua locação das chácaras n.º 4, 5 e 6 do lote n.º 01 da Linha Sede Capella com 129.950 m² a 700 reis (p. 238).

01/12/1941 – Arthur Reichert. Por sua locação da metade do lote colonial n.º 43 da Linha Macuco com 129.750 m² a 20 reis (p. 238).

01/12/1941 – Arnaldo Reichert. Por sua locação da metade do lote colonial n.º 43 da Linha Macuco com 129.750 m² a 20 reis (p. 238).

01/12/1941 – Alberto Felipe Diedrich. Por sua locação do lote colonial n.º 19 da Linha São Pedro com 321.900 m² a 20 reis (p. 238).

09/01/1942 – Mathias Willibaldo Schaefer. Pela locação do lote colonial n.º 46 da Linha Macuco com 257.250 m² a 20 reis (p. 270).

10/01/1942 – Sociedade 7 de Setembro. Por sua locação do lote urbano n.º 50 da Rua do Comércio com 1.000 m² a 500 reis (p. 270).

31/03/1942 – Wilibaldo Nicolau Werner. Por sua locação do lote colonial n.º 44 da Linha Macuco com 264.750 m² a 20 reis (p. 277).

21/03/1942 – Aloysio Utzig. Por sua locação do lote n.º 76 da Linha Dourado com 184.600 m² a 18 reis (p. 278).

29/04/1942 – Max Franz Willy Harzig. Por sua locação de parte do lote colonial n.º 47 da Linha Presidente Becker com 157.150 m² a 16 reis (p. 284).

23/05/1942 – José Alfredo Rhoden. Por sua locação do lote colonial n.º 15 da Linha São Pedro com 326.520 m² a 18 reis (p. 286).

17/06/1942 – Mathias Gebert. Por sua locação do lote colonial n.º 31 da Linha São Pedro com 266.000 m² a 20 reis (p. 290).

30/06/1942 – Berth Antônio Walker. Por sua locação do lote colonial n.º 152 da Linha Fortaleza com 293.300 m² a 16 reis (p. 290).

01/11/1942 – José Antônio Sulzbacher. Pela locação do lote colonial n.º 41 da Linha Macuco com 278.000 m² valor venal de crm 0,02 (p. 340).

01/11/1942 – Felipe Sehn. Pela locação do lote n.º 30 da Linha São Pedro com 233.300 m² valor venal crm 0,018 (p. 340).

Extrai-se dos dados acima destacados, que no período de junho de 1940 até novembro de 1942 foram celebrados vinte e nove contratos de locação em Porto Novo, onde moradores da colônia alugavam lotes rurais e urbanos a fim de os ocuparem, dando-lhes a devida função social da propriedade. Além disso, as locações, certamente, aliviaram de sobremaneira as contas da administração de Porto Novo, uma vez que no período houve pouca comercialização de lotes.

A administração de Porto Novo viu-se compelida a alugar os lotes disponíveis para fins de sustentabilidade da colonizadora, algo pouco comum para a época, visto que não resulta necessariamente em ocupação e colonização do lote de fato. No caso, a locação foi meio necessária para auxiliar a saldar as contas da Sociedade União Popular, que naquele período enfrentou drástica queda na venda dos lotes em virtude de fatores externos, como a Campanha de Nacionalização, as restrições impostas pelo Governo Vargas e a Segunda Guerra Mundial, que afetaram a economia e o comércio de terras. Somando a isso, não devemos esquecer a concorrência de outros núcleos coloniais na região, mais recentes e com terras mais baratas.

No que tange à Linha Presidente Becker, somente foram celebrados dois contratos de locação, envolvendo partes do mesmo lote n.º 47. Diante desse cenário, o Livro Diário n.º 12, da Sociedade União Popular, revela que 18 lotes, todos da Linha Presidente Becker, em 31/12/1940, ainda compunham o

patrimônio da Sociedade União Popular, aguardando a chegada de compradores interessados. Assim, dos cinquenta lotes iniciais que foram demarcados naquela linha e tiveram suas vendas iniciadas em 1933, sete anos após restavam ainda dezoito lotes para comercialização, ou seja, 36% dos lotes ainda estavam disponíveis aos compradores.

Acerca do número exato de imóveis vendidos em Porto Novo no período de 1932 – 1942, que representou a vinda dos imigrantes alemães de além-mar e compreende o período histórico deste estudo, informação esta ainda não revelada pela historiografia, apuramos os seguintes dados a partir da análise dos Livros Diários da colonizadora:

Tabela 3 - Imóveis comercializados em Porto Novo no período junho/1932 – junho/1943

PERÍODO	NÚMERO DE LOTES VENDIDOS ⁵¹
Junho 1932 – Junho 1933	119
Junho 1933 – Março 1934	63
Março 1934 – Dezembro 1934	240
Dezembro 1934 – Dezembro 1935	74
Dezembro 1935 – Dezembro 1936	44
Dezembro 1936 – Fevereiro 1938	83
Fevereiro 1938 – Dezembro 1939	77
Dezembro 1939 – Junho 1943	21

Fonte: Livros Diário n.º 06 até n.º 12, da Sociedade União Popular. Memorial Jesuíta da Unisinos.

A partir dessas informações, tem-se que no interstício de onze anos foram comercializados 721 imóveis, entre terrenos, chácaras e lotes rurais. O ano que representou a vinda dos imigrantes alemães – 1934 – foi para Porto Novo a maior comercialização de imóveis da sua história, onde em apenas oito meses foram comercializados 33,28% dos imóveis referente ao período analisado. Ou seja, dos 721 imóveis vendidos em onze anos, 240 foram comercializados em apenas oito meses do ano de 1934, justamente no período que representou a vinda dos imigrantes alemães.

Diante dessas referências, verifica-se que, muito embora tenha sido um pequeno grupo de imigrantes alemães que instalaram-se na colônia Porto Novo, estes representaram o alívio temporário nas finanças da Sociedade União Popular, eis que foram responsáveis pela ocupação do *hinterland* e, ainda,

⁵¹ Na contagem estão incluídos os lotes rurais, os terrenos urbanos e as chácaras, que são as três unidades disponíveis em Porto Novo e comercializadas pela Sociedade União Popular.

ajudaram a compor o período em que Porto Novo comercializou o maior número de lotes da sua história.

Especificamente acerca dos motivos que ocasionaram a saída desses imigrantes alemães do seu país de origem, o processo de migração, a chegada à Porto Novo e a provável permanência ou retorno, vamos revelar no capítulo seguinte, ao analisarmos as trajetórias de cinco famílias imigrantes.

Por fim, insta destacar que a Linha Presidente Becker foi o local que abrigou esses imigrantes alemães, com características peculiares das demais comunidades que compunham a colônia Porto Novo. Essa forma de assentamento e organização comunitária certamente foi condição necessária para a sobrevivência desse grupo de imigrantes, os quais tiveram de lidar com desafios que não estavam habituados na Alemanha no cenário Pós-Primeira Guerra Mundial. Assim, esse núcleo constituiu-se como sendo uma barreira para a manutenção do grupo a partir de práticas solidárias e ajuda mútua, conforme evidenciaremos a seguir, onde apresentaremos a trajetória de cinco famílias, escolhidos aleatoriamente, que deixaram sua terra natal e, a partir de 1934, instalaram-se na Linha Presidente Becker – o refúgio dos alemães de além-mar.

3 A TRAJETÓRIA DE IMIGRANTES ALEMÃES NA COLONIZAÇÃO DE PORTO NOVO/SC (1932-1942)

Longe da terra distante, longe do seu pessoal, vai lembrando o emigrante a sua terra natal. Na sua grande ansiedade, é triste viver assim, mas quando vem a saudade, chora saudade sem fim.

Longe dos seus vai vivendo a recordar, tem fé em Deus que um dia há de voltar. Há no seu crer um só desejo, afinal, poder morrer na sua terra natal.

Ai que saudade que eu tenho da sua pequena aldeia. O rosto da sua mãe traz noite e dia na ideia, baixinho sua alma reza. Para esquecer desventura, vai desfiando tristeza no rosário da amargura.

Longe dos seus vai vivendo a recordar, tem fé em Deus que um dia há de voltar. Há no seu crer um só desejo, afinal, poder morrer na sua terra natal.⁵²

Nos capítulos anteriores, dissertamos acerca do trabalho e atuação dos padres Jesuítas no Sul do Brasil, especificamente dentro da imprensa, da educação e do associativismo, com foco para o público alemão-católico. Em seguida, vimos nascer a Sociedade União Popular e, com ela, a colônia Porto Novo, uma idealização Jesuítica, inserida dentro do contexto restaurativo da Igreja Católica, com propósitos de manutenção da homogeneidade étnica e religiosa dos alemães-católicos.

Desta forma, neste capítulo, analisa-se o processo de emigração/imigração alemã ao-no Brasil, focando na colônia Porto Novo, fruto da atuação dos Jesuítas e do projeto restaurativo da Igreja Católica, a partir do estudo da trajetória de cinco famílias que deixaram o continente europeu no período histórico de 1932-1942, cujos sobrenomes ora destacamos: Lenz,

⁵² Música “O emigrante”, de M. Albertina e J. Guimarães. Interpretação: Carmen Silva, 1977. Fonte: <https://www.letras.mus.br/carmen-silva/o-emigrante>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Lengert, Kollmann, Dietz e Wohlfart, instalando-se na Linha Presidente Becker, na colônia Porto Novo.

Importante destacar que os dados apresentados neste capítulo, acerca das trajetórias familiares e seus sujeitos, foram extraídos dos arquivos particulares das famílias, conservados por seus descendentes residentes na Linha Presidente Becker. Desse modo, as informações tiveram como fontes cartas, relatórios de viagens, manuscritos, diários pessoais, fotografias, documentos públicos e pessoais, certificados, passaportes, escrituras de compra e venda, além de notícias e reportagens em periódicos.

3.1 A teia da partida: a Alemanha e os emigrantes

Reconstruir uma história de famílias com base em documentos pouco discursivos, como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de um quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que aos poucos vão sendo encontrados, causam uma satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor. De qualquer forma, graças a estes pequenos acontecimentos familiares, é possível observar aspectos relevantes da lógica social [...] (LEVI, 2000, p. 104).

Inicialmente, não é objetivo a construção de uma biografia, mas sim da trajetória de sujeitos que não estavam imunes às incertezas da vida e que passaram despercebidos em outros estudos. Alexandre Karsburg ensina que há diferenças entre esses dois termos, em que pese possam ser facilmente confundidos. De acordo com ele, “a biografia costuma seguir o sujeito do ‘nascimento à morte’, ou, ao contrário, da morte ao nascimento”, já “a trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 33; 34).

Importante registrar que a micro-história será decisiva, neste estudo, a fim de entendermos as idas e vindas dos alemães para o Sul do Brasil, especialmente para a colônia Porto Novo, proporcionando a recomposição de trajetórias individuais e familiares, especialmente no período da década de 1930 que sucede à imigração em massa. Assim, a partir desse meio de investigação,

“um fato banal, sem qualquer importância aparente e completamente desconhecido para a história, pode revelar informações desconcertantes” (KARSBURG; VENDRAME, 2016, p. 94).

Para mapear esses fluxos migratórios, serão analisadas cinco trajetórias familiares de imigrantes alemães, que partiram da Alemanha no entre-guerras e optaram pelo Brasil como destino, instalando-se na colonização da *Volksverein*. Conforme Pierre Bourdieu (2006), toda trajetória caracteriza-se pela singularidade, contudo, por mais que o protagonista dessa trajetória seja evidente, ela somente fará sentido caso confrontada com outras, preferencialmente de pessoas parecidas no tempo e no espaço e colocadas diante das mesmas possibilidades. Assim, quanto mais compararmos os imigrantes, a fim de apontarmos as similaridades, mais detalhes poderão surgir, e esses detalhes é que revelarão as singularidades de cada personagem (KARSBURG, 2015, p. 36).

Levi afirma que “geralmente, os historiadores trabalham imaginando como leitores aqueles que estão no seu próprio departamento” (LEVI, 2014, p. 5). Ou seja, os historiadores produzem uma escrita direcionada para a academia, imaginando como público seus próprios colegas. Contudo, essa “escrita corporativa”, segundo Levi, apresenta “livros que não se podem ler, que são chatos, que não têm público, ou têm público de 50 pessoas” (LEVI, 2014, p. 5). Além disso, “em geral, os livros acadêmicos são produzidos para acadêmicos. Essa é uma verdadeira tragédia. Por que uma tragédia? Porque os historiadores perderam seu papel. Nós não temos mais o rol central que a história teve no passado” (LEVI, 2014, p. 06).

Diante dessa realidade, a escrita que vamos apresentar será capaz de evidenciar um grande tema, que é a imigração, a partir de um meio mais acessível aos leitores que não sejam da área da história. Não podemos pensar que esse meio fere a cientificidade dos trabalhos acadêmicos. Muito pelo contrário, “a história utiliza recursos de ficção para compor a sua trama, definir enredos e articular versões sobre a verdade e a literatura (PESAVENTO, 2008, p. 148). E esse meio de apresentação da pesquisa, mais acessível ao grande público, que é possível graças à micro-história, é capaz de interagir realidades e possibilidades (GINZBURG, 1991, p. 183).

Ainda, de acordo com Levi (2000), existem lacunas, imprecisões, obscuridades e ausências nas pesquisas, motivo pelo qual, na reconstrução dos acontecimentos, a escrita será, frequentemente, impressionista, alusiva e até imaginária, com indicações ricas e esporádicas que exigem um esforço de fantasia ativa do historiador. Nesse sentido, a micro-história permite essa possibilidade de escrita, ainda mais quando trabalhamos com trajetórias de indivíduos que possuem como principal característica o deslocamento.

É possível afirmarmos que os movimentos migratórios possuem características universais e estruturalmente semelhantes. Porém, ao mesmo tempo, cada movimento migratório desenvolve sua história singular, motivo que nos conduz à conclusão de que a migração é um fenômeno demográfico complexo (FAZITO, 2005), eis que operamos com semelhanças e singularidades.

Nessa linha de pensamento, importa repetirmos que vamos analisar, em seguida, um fluxo migratório atípico que desenvolveu-se após as grandes massas migratórias, caracterizando-se por suas singularidades que serão evidenciadas ao longo da escrita. Não é nosso objetivo a formação de um padrão ou uma generalização entre os indivíduos. Na verdade, em meio a características universais, buscamos por singularidades e personagens que passaram despercebidos nas macro-análises.

Acerca das causas que geram os processos migratórios, importante registrarmos, neste momento inicial, as palavras de Martin Dreher:

No século XIX, p. ex., a queda ou a migração dos preços dos cereais são fundamentais para a emigração. Mas não é a miséria que vai levar à emigração. *Na maioria das vezes não são os mais pobres dentre os pobres os que vão emigrar. A possibilidade de “fazer a América”, como diriam mais tarde os emigrantes italianos, levava principalmente a juventude alemã a emigrar.* O descontentamento com a situação na pátria de origem não precisa ser motivada apenas por problemas de ordem econômica, nem só por problemas de ordem política ou religiosa. Nos países da América, com sua estrutura social bem menos rígida, era dada a possibilidade de ascensão bem mais rápida do que na Europa. Além disso, a migração sempre teve gosto de aventura, de salto no escuro. Era caminhada em direção ao desconhecido, mesmo quando as viagens se tornaram “mais rápidas” (DREHER, 1995, p. 61). (Grifo nosso).

Conforme é consabido, há motivos de ordem econômica, política, religiosa, agrária e social que podem ocasionar na saída do sujeito de seu país de origem. Contudo, antes de deixar sua pátria, o imigrante possui informações prévias do seu destino, as vezes singelas e distorcidas, porém são notícias que chegam até ele pela imprensa ou por meio de propagandas, influenciando na hora da decisão pela partida.

Para Silvana Pirillo Ramos (2003), os destinos escolhidos pelos imigrantes não são aleatoriamente traçados, obedecendo, na verdade, a critérios de escolha de local previamente estabelecidos pelos imigrantes em função da presença de um grupo de parentes, amigos ou conhecidos no país de origem.

Desta forma, buscaremos evidenciar, em seguida, aspectos sobre a vida dos personagens desta pesquisa, quando estes ainda moravam na Alemanha, buscando entender a realidade vivenciada pelos imigrantes alemães em sua país de origem e, principalmente, as causas que geraram seus processos migratórios para o Brasil, em especial para a colônia Porto Novo.

Dividimos os tópicos que seguem de acordo com o sobrenome dos imigrantes, acrescido do fio que acreditamos ter tecido a rede migratória. Nesse ponto, comungamos da ideia de que as migrações representam uma grande teia, tecida por fios interconectados.

3.1.1 Lenz: fios políticos

Dentre as famílias pesquisadas e as quais nos concederam total acesso aos seus arquivos privados, quem sabe seja a família Lenz aquela que mais guarda registros e documentos de seus antepassados, demonstrando cuidado e preocupação com a memória familiar⁵³. Ademais, importante registrar que, entre os documentos utilizados na construção dessa trajetória, merece destaque dois manuscritos de Bernhard Josef Lenz, o primeiro datado de 1994 e o segundo de 2009, que possibilitaram a extração da maioria das informações apresentadas.

Dessa família emigraram para o Brasil, em agosto de 1934, os seguintes membros: Heinrich Engelbert Lenz, sua esposa Hermine Augusta Lenz, e seus

⁵³ Além das fontes encontradas no arquivo particular da família Lenz, em Linha Presidente Becker, na construção dessa trajetória familiar utilizamos documentos localizados junto à Biblioteca Nacional da Alemanha, em Frankfurt.

filhos Bernhard Josef Lenz, Johanna Lenz e Martin Thomas Lenz. Logo, ao analisarmos aludida migração, estaremos trabalhando com cinco imigrantes pertencentes ao mesmo grupo familiar.

Antes de qualquer análise mais detalhada, importante destacar que um familiar de Heinrich Engelbert Lenz esteve presente nas primeiras levas de imigrantes alemães que desembarcaram no Brasil, em 1824, conforme revela uma carta escrita por Heinrich, em novembro de 1992, ao filho Bernhard Josef Lenz: “entre seus antepassados houve um emigrante que veio para o Brasil. No Sul encontram-se famílias com o nosso sobrenome que vieram nas levas de imigrantes em 1824”⁵⁴.

Com esse relato já é possível constatar que houve um imigrante que abriu o caminho para os demais familiares empreenderem o mesmo deslocamento, encorajando-os. Não afirmamos que ele facilitou o processo ou incentivou-o. Contudo, certamente deve ter havido trocas de correspondências entre esse primeiro imigrante e os familiares que permaneceram na Alemanha com relatos sobre o Brasil. Diante disso, é possível presumir que essa família já havia tido contato com informações, mesmo que singelas e muitas vezes distorcidas, do “Novo Mundo”.

Heinrich Engelbert Lenz era filho de Adam Lenz e Christine Flossdorf Lenz, ambos nascidos em 1869, em Sinzig, na Renânia, Alemanha. Após alguns anos de seu casamento, Adam e Christine estabeleceram-se em Langenfeld, cidade alemã, onde fundaram um escritório de advocacia popular. Adam não tinha qualquer formação para exercer a profissão de advogado, porém era detentor de grande conhecimento sobre as leis em virtude dos anos que permaneceu no exército, laborando nessa área. Assim, o casal prestava atendimento às pessoas mais humildes, instruindo-lhes sobre questões jurídicas. Pelo serviço, cobravam taxas menores que aquelas praticadas pelos advogados formados e por escritórios renomados.

O casal Adam e Christine tiveram nove filhos. A primeira filha foi Käthe, que nasceu em 1898. Após, chegou Josef, nascido 1900. O terceiro filho foi Heinrich Engelbert, nascido em 7 de novembro de 1901. Em seguida, vieram

⁵⁴ Carta de Heinrich Engelbert Lenz para seu filho Bernhard Josef Lenz, datada de 12 de novembro de 1992, postada em Itapiranga – SC, com destino a Matupá – MT. Arquivo da família Lenz, 2018.

Margarethe, Maria, Tini, Alfred e Herbert. No período entre o nascimento dos filhos Heinrich e Margarethe, a mãe Christine perdeu um filho em virtude de aborto.

Dentre as filhas, Käthe e Maria, após a conclusão dos estudos, não constituíram família, retornando para auxiliar o pai no escritório da família. Tini, embora tenha contraído matrimônio, não teve filhos. Margarethe, casou-se com Paul e teve um filho, batizando-o de Elmar. Contudo, permaneceu sozinha ante a morte precoce do esposo e do filho.

Já sobre os filhos homens do casal, Josef faleceu de tuberculose, contraída nos campos de batalha, enquanto servia a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Alfred e Herbert, ambos com formação superior, serviram o exército nazista na Segunda Guerra Mundial. Heinrich Engelbert, um dos nossos personagens, por orientação do pai, estudou Direito, na Universidade de Bonn, cidade alemã conhecida pela sua excelência no ensino superior. Após a conclusão no ensino superior, Heinrich casou-se com Hermine Augusta Waigel, em 17 de julho de 1928, em Berlim.

Hermine Augusta Waigel era filha de Josef Waigel, natural de München, Alemanha, nascido em 1877, e de Augusta Pfundner, natural de Wien, Áustria, nascida em 1878.

Os pais de Hermine tiveram cinco filhos: Erna, nascida em 1903; Hermine, nascida em 18 de agosto de 1904; Hans, nascido em 1906; Josef, nascido em 1912 e Käthe nascida em 1914.

Erna, a filha mais velha, não se casou, tampouco teve filhos, permanecendo com os pais até seus derradeiros dias. Josef faleceu de doença desconhecida ainda quando criança. Kathe, a mais nova, casou-se com um oficial do exército alemão, tendo concebido três filhos.

Quando Hermine tinha apenas um ano de vida, a família mudou-se para Berlim. Durante a Primeira Guerra Mundial, Josef, pai de Hermine, que era bioquímico, foi chamado para servir o exército, permanecendo como prisioneiro de guerra até 1918, na Sibéria. Durante esse período, em virtude da mãe Augusta não ter condições de prover o sustento familiar, os filhos permaneceram com famílias diferentes, separados dos demais irmãos e da própria mãe.

Com o término do conflito armado, a família estabeleceu-se novamente em Berlim, período em que Hermine frequentou o *Liceu*, uma espécie de

segundo grau técnico ainda hoje existente na Alemanha. Por fim, a família Waigel perdeu tudo em um bombardeio durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que aqueles que permaneceram na Alemanha fugiram para Pfronten, no Sul da Alemanha.

Pelo histórico familiar das famílias Lenz e Waigel, podemos constatar que ambas participaram dos dois conflitos armados que atingiram a Alemanha no século XX e sofreram perdas. Além disso, não há como passar despercebido o fato de que as famílias retiraram seus sustentos a partir de labores urbanos, o que certamente garantia-lhes uma situação financeira mais favorável, vez que a família Lenz possuía um escritório de advocacia popular e a família Waigel era sustentada pelo trabalho de bioquímico do pai Josef. Além disso, em ambas as famílias os filhos frequentaram o ensino superior ou técnico.

Já o casal Heinrich e Hermine Lenz, após seu casamento em 1928, foram residir em Köln, cidade do estado da Renânia do Norte-Vestfália, momento em que Heinrich aproveitou para cursar mais uma graduação, dessa vez em Sociologia. Após, mudaram sua residência para Münster, seguido de Bielefeld e, após, Paderborn, também cidades do estado da Renânia do Norte-Vestefália, sempre em virtude do trabalho de Heinrich que prestava assistência para escritórios especializados em emigração e reforma agrária.

Posteriormente, por indicação de um amigo dos tempos da faculdade de Direito, em Bonn, que naquela época era Secretário do Ministério do Trabalho da Alemanha, Heinrich foi convidado para assumir o escritório de uma escola de reforma agrária, em Rostock, no estado de Mecklenburg, fato este que obrigou a família a mudar para aquele estado.

Sobre os filhos do casal Heinrich e Hermine, o primogênito foi Bernhard Josef Lenz, nascido em 17 de junho de 1930, quando eles ainda residiam na cidade têxtil de Bielefeld. Em 04 de janeiro de 1932 nasceu Johanna Lenz, na cidade de Paderborn. Já em 15 de dezembro de 1933 veio ao mundo o terceiro filho do casal, Martin Thomas Lenz, nascido em Rostock. Os demais filhos nasceram no Brasil e seus nascimentos serão relatados adiante.

No final do ano de 1933, a escola agrária onde Lenz trabalhava como diretor foi visitada por Heinrich Lübke, político alemão e futuro presidente da Alemanha no período de 1959 a 1969. Naquela visita, o diretor do educandário e o político mantiveram conversa reservada, momento em que Lübke alertou

Lenz sobre o andamento da política de Hitler e as decisões drásticas que o chanceler vinha tomando para eliminar seus adversários. Assim, conhecedor que Lenz não comungava com essa política e que a situação poderia piorar no ano seguinte, Lübke aconselhou-o a emigrar.

Diante dessa realidade, no final do mês de julho de 1934, a família decidiu emigrar para o Brasil, especificamente para Porto Novo, vez que Heinrich, quando prestava assistência a escritórios de emigração, recebeu as propagandas dessa colonização e acreditou ser aquele um bom destino para a família. Contudo, um destino provisório e que possibilitaria o retorno para Alemanha, no seu pensamento.

Todavia, note-se aqui que a migração interna sucessiva fazia parte da trajetória familiar, motivada pelo trabalho, vez que o grupo familiar passou por diferentes cidades alemãs até optarem por sua migração ao Brasil.

A decisão pela emigração além-mar, por sua vez, não foi motivada pelo trabalho, vez que indícios apontam que a família experimentava boas condições financeiras na Alemanha, mas sim por questões políticas, já que Heinrich não coadunava com a política que Hitler estava colocando em prática naquele período, temendo inclusive perseguições.

Nesse ponto, Lélío Mármora (2003) descreve alguns motivos que levam o ato de migrar. Entre eles, está a motivação política, que conduz a saída do indivíduo de seu país por ter discordâncias de caráter ideológico com a conjuntura política do país. Logo, da análise dos fatos narrados, é possível indicarmos que a migração da família Lenz deu-se por pretextos políticos.

Saindo de Rostock, com seu automóvel Horch⁵⁵, a família seguiu para o porto de Hamburgo, localizado às margens do Rio Elba, a fim de embarcar no navio que os levaria para a América, percorrendo um trajeto de aproximadamente 180 km entre as duas cidades alemãs. As seis caixas

⁵⁵ Nas anotações existentes no diário de Heinrich Lenz ele lamenta-se por ter deixado seu automóvel novo, da marca Horch, na Alemanha. De acordo com nossas pesquisas, a Horch produziu veículos luxuosos e de alto desempenho. Seu fundador, August Horch, em 25 de abril de 1910, também fundou a marca Audi, existente até os dias atuais, fundindo ambas as empresas após a Segunda Guerra Mundial. Conduzir um veículo da marca Horch era realidade para poucos alemães naquela época de crise, vez que seu preço era extremamente elevado, ante a alta potência do motor e os itens de luxo que os automóveis dessa montadora apresentavam.

contendo a mudança da família haviam sido preparadas e despachadas por Heinrich no dia anterior.

Aqui novamente cabe analisar que a família Lenz apresentava condições econômicas acima do padrão para aquela época, pois além de detentora de um bom automóvel, sua mudança continha diversos itens considerados de alto valor.

No que tange aos materiais que levaram na mudança, encontramos as seguintes anotações nas memórias pessoais de Bernhard Josef Lenz, datada de junho de 1994:

Meu pai comprou os principais instrumentos agrícolas e as ferramentas de trabalho para iniciar do zero. Encaixotou também todo material de cozinha, máquina de costura Pfaff e roupas para muito tempo. Junto ainda levou seu violão, instrumento que nos valeu cultivar um coral em nossa família nos anos difíceis de sobrevivência nos matos de Santa Catarina. Levou também uma máquina de escrever e uma caneta tinteiro Mont Blanc (LENZ, 2009, manuscrito).

Os itens contidos nos caixotes que compunham a mudança dessa família ajudam a corroborar a boa condição financeira que experimentavam na Alemanha, vez que trouxeram materiais até hoje considerados de alto custo.

Já sobre o embarque da família e a viagem de navio, o imigrante Bernhard Josef Lenz narra em outro trecho de suas memórias, datadas de outubro de 2009, o seguinte relato:

As peripécias do embarque no transatlântico, o passaporte, as 6 caixas com nossos pertences, todo material de cozinha, a máquina de costura, ferramentas, colchões de mola e roupas valeram nos primeiros 5 anos, até regularizar-se nossa produção agrícola. Da viagem de navio só me lembro dos gostosos banhos de água salgada na piscina no navio. Nas fotos aparecemos todos peladinhos (LENZ, 1994, manuscrito).

Com a chegada no Porto de Hamburgo e iniciados os procedimentos finais para a viagem, a família Lenz recebeu do Consulado Geral do Brasil, localizado em Hamburgo, o visto de autorização n.º 777, em 26 de julho de 1934. No dia seguinte, em 27 de julho de 1934, aconteceu o embarque da família.

Figura 17 – Passaporte da família Lenz

PERSONENBESCHREIBUNG

Beruf	Arbeiter ohne Beruf	Ehefrau	
Geburtsort	Elberfeld		München
Geburtsort	7.11.1901		18.8.1904
Wohnort	Katgendorf		Katgendorf
Gestalt	mittel		mittel
Gesicht	oval		oval
Farbe der Augen	braun		blau
Farbe des Haars	blond		blond
Besond. Kennzeichen	keine		keine

KINDER

Name	Alter	Geschlecht
Bernhard Lenz	17.7.1930	männlich
Johanna Lenz	4.1.1932	weiblich
Thomas Lenz	15.12.1933	männlich

Es wird hiermit bescheinigt, daß der Inhaber die durch das obenstehende Lichtbild dargestellte Person ist und die darunter befindliche Unterschrift eigenhändig vollzogen hat.

Güstrow, den 11. Juli 1934.

Der Mecklbg. Landrat
des Kreises Güstrow.

W. Maacke

2

x) siehe Vermutete Seite 8 u. 9

Fonte: Arquivo da família Lenz, 2017.

Figura 18 – Carimbos no passaporte da família Lenz

CONSULADO GERAL DO BRASIL
CONSULAT GÉNÉRAL DU BRÉSIL

Visto N. 777 Valido para os
Vista Bon pour
Estados Unidos do Brasil
Hamburgo, 26 JUL 1934

Mario de Saint Brisson
Mario de Saint Brisson
CONSUL GERAL

VICE-CONSUL
Hamburgo, Hafen
ausgegeben am

45000 OURO
10.11.1934

POLICIA MARITIMA
GRANDE
22.8.1934
Beaufort Sen

DEPARTAMENTO NACIONAL DO REGISTRO
22. VIII 1934
Opfermann

6

Fonte: Arquivo da família Lenz, 2017.

No que tange à viagem, etapa que inaugura o processo migratório, Silvana Pirillo Ramos assevera que “a viagem é um elemento que amedronta e desestrutura o próprio indivíduo e a imagem do grupo ao qual ele pertencia. Por meio da viagem os imigrantes acreditam poder romper com tudo que os deprimia e poder se reconstruir” (RAMOS, 2003, p. 48). A viagem interrompe os rituais do cotidiano e faz nascer a inquietude no homem, vez que “ela acorda o estrangeiro que secretamente habita em cada um de nós, provocando uma desestruturação significativa” (RAMOS, 2003, p. 49).

Para os imigrantes da família Lenz, bem como para aqueles que ainda vamos analisar neste estudo, a viagem certamente representou, no processo migratório, a porta de entrada ao desconhecido. Além disso, a viagem é uma experiência rica e dolorosa, sábia e sofrida, que permite ao imigrante novos olhares e a possibilidade de refazer sua história, sentindo saudades e tornando-se saudade.

Antes de continuarmos nosso trilhar pela trajetória de imigrantes alemães, não podemos deixar de destacar novamente os indícios que conduzem para a conclusão de que a família Lenz possuía, na Alemanha, condições financeiras que proporcionavam ao núcleo familiar conforto e tranquilidade financeira neste ponto. O fato da família ostentar um automóvel novo da marca Horch, que fabricava somente veículos de luxo, deixa evidente essa condição. Ademais, os materiais que a família trouxe no navio também corroboram para essa conclusão. Conforme revelam os relatos e mais o que apuramos, os Lenz trouxeram instrumentos musicais, máquina de escrever, máquina de costura e uma completa biblioteca, com livros infantis, de história, sociologia e direito em suas bagagens

3.1.2 *Lengert: fios de necessidade*

Conforme vamos avançando nas narrativas históricas apresentadas neste capítulo, pode-se perceber que o grupo aqui posto em evidência era composto, essencialmente, por imigrantes jovens e por famílias com filhos que apresentavam tenra idade.

Nesse sentido, outro jovem casal que também migrou da Alemanha para o Brasil foi Bruno Lengert e sua esposa Elizabeth Lengert⁵⁶.

Bruno nasceu em 11 de janeiro de 1903, na cidade de Krefel, estado da Renânia, na Alemanha, filho de Johannes Lengert e Maria Hagenes Lengert. No ano seguinte, nasceu sua irmã Grete e, em 1906, seu irmão Alfons.

⁵⁶ As fontes que possibilitaram a escrita da trajetória da família Lengert foram encontradas na residência de Johannes Lengert, filho de Bruno e Elizabeth, residente na Linha Presidente Becker. Entre fotografias, passaportes, documentos pessoais, cartas e diplomas, valemo-nos especialmente dos manuscritos de Johannes Lengert, datados da década de 1990, que buscou registrar as informações familiares para as futuras gerações.

A família Lengert residia no centro da cidade de Krefeld, em uma edificação de dois pavimentos. No primeiro pavimento, a família mantinha uma loja de confecções de tecidos, comercializando principalmente seda e cetim. Já no segundo piso, era a residência familiar. Krefeld era reconhecida como a cidade do cetim e da seda, título este que recebeu ainda no século XVIII, quando a indústria têxtil transformou aquela cidade em um polo internacional.

De acordo com relatos, a família Lengert, com boas condições financeiras, conseguiu proporcionar aos três filhos uma juventude sem qualquer dificuldade econômica, estudando eles em boas escolas e universidades.

Quando chegou a hora de escolher sua profissão, Bruno optou pela Engenharia de Mineração, vez que seu irmão Alfons encarregou-se de assumir os negócios da família, liberando-o deste encargo que não lhe agradava.

Após completar o ensino superior na Universidade Técnica de Delft⁵⁷, nos Países Baixos, Bruno retornou para Krefeld, na Alemanha, a fim de iniciar seu trabalho na mineradora *Zeche Zollverein*⁵⁸, com sede na cidade de Essen, distante 30 km de Krefeld.

Figura 19 - Bruno Lengert e seu pai Johannes Lengert



Fonte: Arquivo da família Lengert, 2018.

⁵⁷ A Universidade Técnica de Delft, fundada em 08 de janeiro de 1842, na cidade de Delft, é a maior e mais antiga instituição de tecnologia dos Países Baixos. Seus programas estão voltados para as áreas de engenharia, geologia, matemática, informática, física, mecânica, aeronáutica, aeroespacial, ciência de materiais e arquitetura.

⁵⁸ A mineradora *Zeche Zollverein Schacht XII* já foi a maior e mais moderna instalação de extração de carvão mineral do mundo, sendo exemplo representativo do desenvolvimento da indústria pesada na Europa. Atualmente desativada, a mina é um ícone da moderna arquitetura industrial e um centro artístico e cultural, pertencendo ao patrimônio mundial da UNESCO.

Conforme aproximava-se a década de 1930, as condições financeiras da Alemanha foram ficando mais complicadas. Havia muitos alemães desempregados, empresas fechando suas portas e o desabastecimento assustava a todos. Bruno acabou perdendo seu emprego em 1933, vez que a mineradora que trabalhava também sentiu os efeitos da crise econômica, crise esta que instalou-se no mundo após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929.

Com a passar dos meses, os alemães sentiram com maior força os efeitos da crise econômica, aliada à política de Hitler, o que levou muitos a deixarem o território do país com medo do próximo conflito armado. Como Bruno encontrava-se desempregado, não vislumbrava qualquer possibilidade de encontrar trabalho em seu país. Nessa mesma época, Bruno optou em continuar seus estudos, ingressando em uma especialização na Universidade de Colônia⁵⁹, no próprio estado da Renânia.

E foi em uma dessas suas idas para Colônia, a fim de participar das aulas da especialização, que Bruno descobriu o escritório da *St. Raphaelsverein*, que localizava-se naquela cidade, momento em que recebeu uma brochura, que apresentamos no segundo capítulo deste trabalho, denominada *Porto Novo: Urwaldsiedlung deutscher katoliken in Südbrasilien* (Porto Novo: a colônia de alemães católicos no sul do Brasil).

Com a decisão de emigrar para o Brasil, Bruno pediu sua noiva Elizabeth em casamento. Elizabeth Hermeyer⁶⁰, nascida em 12 de maio de 1901, morava com os pais em Duisburg⁶¹, no estado na Renânia, cidade próxima de Krefeld. A família era proprietária de uma grande madeireira que beneficiava madeira para móveis e construção de casas. Elizabeth trabalhava como costureira em uma pequena confecção da cidade.

⁵⁹ A Universidade de Colônia localiza-se em Colônia, no estado de Renânia do Norte-Vestfália na Alemanha. Foi fundada em 1388, é uma das mais antigas da Europa e uma das maiores da Alemanha, sendo a quarta universidade criada no Sacro Império Romano-Germânico. Foi reaberta em 1919 na forma de uma universidade moderna.

⁶⁰ Nos documentos emitidos na Alemanha seu nome aparece como Elizabeth. Quando da entrada no Brasil e expedição de novos documentos, foi alterado para Elze, nome este que também consta em sua lápide. Na Linha Presidente Becker todos a conheciam como Elze.

⁶¹ Duisburg é uma cidade alemã localizada na parte ocidental do estado da Renânia. A presença romana na cidade, para proteger o cruzamento dos rios Reno e a foz do Ruhr, data do início do século V. No século X foi instalada a corte real de Duisburg e iniciada a construção do palácio real. O porto de Duisburg é o maior porto seco na Europa. Atualmente, sua população é estimada em 500.000 habitantes, sendo a 15ª maior cidade da Alemanha.

Além de Elizabeth, seus pais Bernhard Hermeyer e Aenne Mense Hermeyer tiveram mais seis filhos, sendo eles: Anton, Bernhard, Maria, Theresia, Aenne e Robert, sucessivamente, sendo Elizabeth a terceira.

O casamento aconteceu em 12 de maio de 1934, na cidade de Krefeld. Alguns meses após, em 26 de julho de 1934, o casal recebeu o visto n.º 786 (Bruno) e o n.º 787 (Elizabeth), do Consulado Geral do Brasil em Hamburgo, autorizando-os a emigrarem para o Brasil. No dia seguinte, seus passaportes foram novamente carimbados pelo serviço de emigração do Porto de Hamburgo e o jovem casal, com apenas dois meses de casados, embarcou.

No transatlântico, carregado de imigrantes, Bruno e Elizabeth encontraram mais três famílias com destino para Porto Novo: Lenz, Dietz e Wohlfart, o que certamente trouxe-lhes um sentimento de conforto e segurança. Eles não estavam sozinhos nesta empreitada e permaneceram junto com as outras famílias durante todo o trajeto e estreitaram seus laços com a convivência diária na Linha Presidente Becker.

Figura 20 – Passaporte de Elizabeth Lengert

PERSONENBESCHREIBUNG

Ehefrau

Beruf: /

Geburtsort: *Bochum*

Geburtsort: *12.5.1901*

Wohnort: *Duisburg-Hamborn*

Gestalt: *Mittel*

Gesicht: *oval*

Farbe der Augen: *grau*

Farbe des Haares: *schwarz*

Besond. Kennzeichen: *keine*

KINDER

Name	Alter	Geschlecht
/	/	/

3

Fonte: Arquivo da família Lengert, 2018.

seu pai, quanto sua mãe, tinham o mesmo sobrenome – Kollmann –, o que pode indicar um casamento entre primos.

Logo após o nascimento de August, a família Kollmann migrou para Stuttgart, capital do estado de Baden-Württemberg, na Alemanha, fundando uma pequena metalúrgica naquela cidade, vez que Ignaz era conhecedor do ofício diante do fato de ter trabalhado em uma durante muitos anos na Áustria.

Quando August tinha apenas 3 anos de vida sua mãe Judith faleceu. Esse fato fez com que seu pai Ignaz entregasse o único filho do casal para adoção, deixando-o aos cuidados das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, que administravam o *Marienhospital*⁶³ (Hospital Maria), localizado no centro da cidade de Stuttgart.

Figura 22 – *Marienhospital* em Stuttgart



Fonte: *Marienhospital*. In: www.marienhospital-stuttgart.de/ueber-uns. Acesso em: 02 mai 2018.

As Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo não encaminharam August para uma família, acolhendo-o na própria congregação. Sua moradia era no próprio hospital, juntamente com as religiosas. Quando atingiu a idade escolar, as irmãs encaminharam August para a escola e, posteriormente, para um curso técnico de jardinagem. Após sua formação, August passou a ser responsável pelos jardins do *Marienhospital*, bem como pela manutenção do sistema de

⁶³ O *Marienhospital* ainda hoje pertence às Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, inaugurado em 1890. No site da instituição, ele é apresentado como um hospital católico, onde a medicina e o cuidado baseiam-se na imagem cristã do homem. Ver mais em: <http://www.marienhospital-stuttgart.de>.

aquecimento do prédio, sendo que aquele foi o espaço e o meio social em que August cresceu e permaneceu até migrar para o Brasil.

Contudo, August desejava constituir família e, certamente, não estava em seus planos permanecer com as religiosas por toda vida. No período havia conseguido acumular um pequeno capital, que poderia possibilitar um (re)começo em algum lugar. Nesse meio tempo, entrou em contato com a brochura sobre Porto Novo, distribuído pela *St. Raphaelsverein*, e optou por esse destino para mudar a sua trajetória de vida.

August partiu de Stuttgart rumo a Hamburgo, percorrendo aproximadamente 650 km entre as duas cidades, embarcando no navio rumo ao Brasil. Ao chegar na colônia Porto Novo, juntamente com seu amigo Paul Hauser, que conheceu na viagem, o imigrante August Adolf Kollmann adquiriu, em 8 de maio de 1934, o lote n.º 1, da Linha Presidente Becker, com 23,1 hectares⁶⁴, optando pelo parcelamento oferecido pela Sociedade União Popular para pagamento do valor inerente ao lote, vez que possivelmente não tinha recursos financeiros suficientes para pagamento à vista. Já Paul Hauser acabou adquirindo o lote n.º 02, vizinho de August, conforme revela o mapa da Figura 12.

Após a estruturação da propriedade, com edificação de uma casa e galpão, August vendeu 8 hectares do seu lote para a família Rohden, a fim de conseguir quantia suficiente para pagar a passagem de regresso à Alemanha, objetivando retornar para seu país de origem em busca de uma esposa que aceitasse empreender com ele no “Novo Mundo”. Desse modo, em julho de 1936, August embarcou para a Alemanha.

De volta a Stuttgart, esse emigrante não permaneceu parado, eis que realizava trabalhos de jardineiro em diferentes residências e estabelecimentos, tudo no intuito de angariar mais recursos financeiros. Nesse período, prestando serviços em um hotel, conheceu Franziska Seifried, natural de Bad Buchau, uma pequena vila localizada no sul do estado de Baden-Württemberg, na Alemanha.

Franziska nasceu em 09 de maio de 1907, filha de Josef Seifried e Josefina Kohn Seifried. O casal, além de Franziska, teve mais cinco filhos: Josef, Rudolf, Eugen, Hans e Maria.

⁶⁴ Escritura de Compra e Venda lavrada pelo tabelião Arno Heberle, no Livro VIII, fls. 61 e 62, datada de 03 de agosto de 1974, na Vila Tunas, Município e Comarca de Itapiranga – SC.

O avô de Franziska fundou em Bad Buchau uma ferraria, que foi herdada pelo pai Josef. Posteriormente, o filho Hans continuou o empreendimento familiar. Sobre os demais irmãos, Josef estudou contabilidade e foi trabalhar em um escritório. Rudolf, especializou-se em sapataria. Eugen, cursou o ensino básico e, em seguida, foi convocado para participar da Segunda Guerra Mundial, defendendo a Alemanha, falecendo nos campos de batalha. Maria, estudou para ser costureira.

Já Franziska não desejava ficar naquele local trabalhando na ferraria da família. Assim, saiu aos 15 anos de casa para trabalhar no restaurante do tio materno Anton Kohn, em Stuttgart. Após três anos naquele local, mudou-se para Oberstdorf, no estado da Baviera, vindo a trabalhar como camareira em um hotel da cidade.

Anos mais tarde, descobriu que a Suíça remunerava melhor os trabalhadores e migrou para aquele país, trabalhando como camareira em um hotel na cidade de Sankt-Moritz (São Maurício em português), nos Alpes Suíços.

Em seguida, Franziska mudou-se para a França, na região de Grasse, para trabalhar temporariamente na colheita de essências especiais para fabricação de perfumes. Ficou menos de um ano naquele local e, após, retornou para a Alemanha a fim de trabalhar em um hotel na cidade de Stuttgart, momento em que conheceu August. Franziska falava fluentemente quatro línguas (alemão, francês, inglês e italiano).

Assim, August e Franziska casaram-se em Stuttgart, no dia 4 de abril de 1937. No mês seguinte aconteceu o embarque, no Porto de Hamburgo, para o Brasil, e a chegada na Linha Presidente Becker deu-se em 5 de junho de 1937. Na mudança, os imigrantes trouxeram caixotes contendo louças, enxovais de cama, mesa e banho, ferramentas, roupas, um relógio de parede e, inclusive, um arado de ferro⁶⁵.

Depreende-se dessa narrativa que o imigrante August difere dos demais imigrantes que chegaram em Porto Novo, vez que a maioria que instalou-se nessa colonização eram casados e, a maioria, com filhos. Além de solteiro, esse imigrante permaneceu por dois anos em Porto Novo, organizando sua

⁶⁵ O arado atualmente ainda existe, sendo que localizamos-o exposto no jardim da família Lengert, na Linha Presidente Becker, que anos mais tarde adquiriu aludido instrumento de trabalho de August.

propriedade, para em seguida retornar para a Alemanha, o que não era comum naquela época. Para financiar seu regresso, August obrigou-se ainda a vender 8 hectares de seu lote. Logo, estamos diante de um caso singular.

O casal Kollmann não apresentava muitos recursos financeiros, sendo ambos trabalhadores urbanos com profissões modestas. Durante o tempo em que laborou no hospital, August conseguiu juntar algumas economias. Franziska, enquanto camareira, também havia poupado algum dinheiro. Contudo, nada pode ser comparado aos recursos financeiros trazidos por outras famílias alemãs. O sonho era de que o Brasil fosse representar o progresso que até então aguardavam acontecer.

Conforme foi possível constatar até o momento, trouxemos ao destaque famílias que apresentavam características predominantemente urbanas, vez que retiravam seus sustentos a partir de trabalhos desenvolvidos nas cidades. Contudo, nem todos os imigrantes que deixaram a Alemanha a partir de 1932 e instalaram-se em Porto Novo traziam essa característica.

3.1.4 *Dietz: fios de oportunidade*

Da família Dietz não foi possível localizar os mesmos dados detalhados como angariamos acerca dos demais imigrantes, vez que, conforme revelaremos adiante, somente um integrante desse grupo familiar permaneceu em Porto Novo, não dispondo de muitos documentos⁶⁶. Todavia, pela sua peculiaridade, não podemos excluí-la da presente escrita.

Essa família era composta pelo casal de imigrantes Josef e Maria Dietz, ele nascido em 11 de março de 1894 e ela em 01 de dezembro de 1894, ambos filhos de agricultores e naturais da cidade de Würzburg, situada ao norte do estado da Baviera, na parte central da Alemanha. O casal teve dois filhos: Martin, nascido em 14 de outubro de 1923, e Alfons, nascido em 11 de março de 1925.

⁶⁶ No que tange as fontes que fundamentaram a construção dessa trajetória, importante destacar que a principal foi o diário de Maria Dietz, com suas anotações e registros.

Figura 23 – Registro fotográfico da família Dietz em 1934



Fonte: Arquivo da família Dietz, 2016.

Após o casamento, ocorrido em 20 de novembro de 1920, Josef e Maria herdaram a propriedade agrícola de 6 hectares que pertencia aos pais dela, retirando seus sustentos a partir das lides campesinas desenvolvidas naquela propriedade. Sempre enfrentando dificuldades e restrições, eles não estavam satisfeitos com aquela situação.

Diante da instabilidade da economia alemã e considerando as dificuldades enfrentadas pela família para manter a pequena propriedade, em 1928, Josef Dietz, acompanhado de seu amigo e vizinho Georg Wohlfart, percorreram 620 km até o estado de Mecklenburg, localizado no norte da Alemanha, a fim de encontrar lotes rurais maiores para aquisição. Naquele período, circulavam propagandas na Alemanha de que em Mecklenburg havia colônias de terras com mais de 30 hectares disponíveis para aquisição.

Com isso, no ano seguinte, as famílias de Josef Dietz e Georg Wohlfart migraram, internamente, para o estado de Mecklenburg, especificamente para a cidade de Schwerin, vez que lá adquiriram, em conjunto, uma propriedade com 34 hectares. Assim, nos planos das duas famílias, poderiam trabalhar em conjunto e dividir as despesas e os ganhos.

Naquele novo lugar, em 1931, Georg Wohlfart e Josef Dietz fundaram uma associação, que objetivava reunir os produtores de leite a fim de conseguirem preços mais competitivos na hora da comercialização do produto. Além disso, a associação promovia a troca de animais e a inseminação com os mesmos touros para garantir um rebanho de qualidade. Assim, com a união, os produtores

visualizaram possibilidade de progresso com a adesão da maioria em torno de uma associação com ideais comuns.

Contudo, esse modelo associativo não rendeu os frutos esperados pelos alemães. Certamente os problemas econômicos que o país vinha sofrendo, aliado ao novo governo que estava iniciando a implantação de uma política autoritária, contribuíram para o insucesso naquela empreitada.

Com essa realidade, acompanhados da família Wohlfart, os alemães Josef, Maria, Martin e Alfons empreenderam migração para o Brasil, especificamente para Porto Novo, vez que haviam tido contato com propaganda dessa colonização. Assim, no Porto de Hamburgo, em 27 de julho de 1934, embarcaram no navio rumo ao “Novo Mundo”.

3.1.5 Wohlfart: fios de angústia

Inicialmente, para construção da trajetória da família Wohlfart contamos com o auxílio de Estevão Wohlfart, filho de Georg e Bárbara, que guarda em sua residência fotografias, cartas, documentos pessoais e recortes de jornais que noticiaram, ao longo dos anos, algo sobre a história da família. Entretanto, a principal fonte que viabilizou esse trabalho são os manuscritos de Estevão, escrito pelo filho dos imigrantes ao longo dos anos.

Acerca da família de Georg Wohlfart, que também emigrou para Porto Novo em 1934, este era filho dos agricultores Martin e Bárbara Wohlfart, nascido na propriedade agrícola da família localizada no interior da cidade de Würzburg, situada ao norte do estado da Baviera, na parte central da Alemanha. O casal Martin e Bárbara teve cinco filhos, sendo Georg o terceiro.

Em 20 de maio de 1923, Georg Wohlfart casou-se com Bárbara Kraemer Wohlfart, mesmo nome de sua mãe, permanecendo na mesma terra de seus pais e laborando com eles na agricultura.

Bárbara, a esposa, também era filha de agricultores, sendo natural da mesma cidade⁶⁷, nascida em 21 de julho de 1898. Bárbara tinha três irmãos e

⁶⁷ Muito embora os passaportes tragam como locais de nascimento de Georg Wohlfart e Bárbara Wohlfart como sendo Randersacher e Geobrunn, respectivamente, ambas são regiões pertencentes à cidade de Würzburg. Assim, a fim de facilitar a localização do leitor, trabalhamos com o nome da cidade.

três irmãs, sendo que os dois mais velhos morreram nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial.

Na data de 18 de abril de 1926, nasceu o primeiro filho do casal Georg e Bárbara, Adam Gregorio. Já o segundo filho, Killian, nasceu em 27 de julho de 1930, quando a família já estava residindo em Schwerin, no estado de Mecklenburg.

Figura 24 – Registro fotográfico da família Wohlfart em 1934



Fonte: Arquivo da família Wohlfart, 2016.

Conforme já apontado, a família Wohlfart, juntamente com a família Dietz, deixou Würzburg em 1929, onde era proprietária de um lote com 2 hectares, em virtude da aquisição de um lote colonial, em sociedade, com 34 hectares em Schwerin, no estado de Mecklenburg.

Contudo, diante do insucesso da empreitada, Georg Wohlfart, juntamente com sua esposa Bárbara e os filhos Adam Gregorio e Killian, viram na emigração a possibilidade de progresso em um curto período de tempo. Porém, viam na emigração uma condição temporária e que possibilitaria, em breve, um retorno à Alemanha com condições financeiras mais confortáveis.

Além disso, as decisões e as tarefas ligadas à propriedade agrícola dividida com a família Dietz já não se mostravam mais tão amistosas como antes. Alguma família deveria deixar o local. Ou, por que não ambas?

Assim, com a decisão das duas famílias de emigrar ao Brasil, o lote rural de 34 hectares foi vendido, sendo o fruto da venda dividido igualmente entre

as famílias, a fim de que os recursos fossem utilizados para a viagem até o Brasil e na aquisição de um novo lote de terra.

Porto Novo foi escolhida diante das propagandas que eram disseminadas na Alemanha sobre uma colônia direcionada aos alemães católicos no Sul do Brasil. Portanto, considerando que as famílias alemãs já tinham ouvido relatos de imigrantes que dirigiram-se para aquela região, optaram por empreenderem o mesmo trajeto migratório, vez que a propaganda era atraente e recheada com promessas de progresso. Em verdade, a propaganda da colônia objetivava criar uma aura de possibilidades para os emigrantes em potencial.

Desta forma, em 26 de julho de 1934, Georg, Bárbara, Adam Gregorio e Killian receberam o visto n.º 750, do Consulado Geral do Brasil em Hamburgo, embarcando no navio que os levariam até o Brasil no dia seguinte.

Figura 25 – Passaporte de Georg e Bárbara Wohlfart

PERSONENBESCHREIBUNG

Beruf	<i>Gärtner</i>	Ehefrau	<i>ohne Beruf</i>
Geburtsort	<i>Randowacker</i>	Geboren	<i>am 21. Juli 1898</i>
Geburtsort	<i>31. Jan 1900</i>	Geboren	<i>am 21. Juli 1898</i>
Wohnort	<i>Schwetzin</i>	Wohnort	<i>Schwetzin</i>
Gestalt	<i>mittel</i>	Gestalt	<i>mittel</i>
Gesicht	<i>voll</i>	Gesicht	<i>langlich</i>
Farbe der Augen	<i>braun</i>	Farbe der Augen	<i>blau</i>
Farbe des Haares	<i>dunkel</i>	Farbe des Haares	<i>dunkel</i>
Besond. Kennzeichen	<i>Narbe im Nacken</i>	Besond. Kennzeichen	<i>keine</i>

KINDER

Name	Alter	Geschlecht
<i>Adam Gregor</i>	<i>33.4.1925</i>	<i>männl.</i>
<i>Kilian</i>	<i>23.7.1930</i>	<i>männl.</i>

Unterschrift des Passinhabers
Georg Wohlfart
und seiner Ehefrau
Barbara Wohlfart

Es wird hiermit bescheinigt, daß der Inhaber die durch das obenstehende Lichtbild dargestellte Person ist und die darunter befindliche Unterschrift eigenhändig vollzogen hat.

Haldin den *9. Juni 1934*
Meckl. Landrat des Kreises Malchin.
F. A. Wittbrandt

Fonte: Arquivo da família Wohlfart, 2016.

Figura 26 – Carimbos no passaporte de Georg e Bárbara Wohlfart



Fonte: Arquivo da família Wohlfart, 2016.

As trajetórias até então descritas, evidenciando a partida de cinco famílias alemãs para o Brasil, sendo três com filhos menores e duas apenas o casal, totalizando 18 indivíduos, revelam pontos importantes sobre os deslocamentos migratórios, pontos estes que não podem passar sem uma análise mais detalhada.

De acordo com Sayad, os movimentos migratórios são intensificados quando da existência de períodos atingidos por crises econômicas que ocasionam desemprego e dificuldades de toda sorte (SAYAD, 1998, p. 51). Nas trajetórias que narramos acima, resta claro que as famílias Dietz, Wohlfart, Lengert e Kollmann deixaram seu país de origem em virtude de dificuldades econômicas, seja por falta de emprego, no caso de trabalhadores urbanos, seja por baixa na produtividade e comercialização dos produtos, no caso de trabalhadores rurais.

Nesse ponto, de acordo com Martin Dreher (1995), a situação agrária passou por profundas modificações na Alemanha após o século XIX, fato este que refletiu na emigração. Para o autor, as emigrações em massa possuem forte ligação com a alteração da situação agrária na Alemanha. Em que pese não estamos tratando aqui de emigração em massa, mas sim de um período após

esse fenômeno, a partir das narrativas familiares conclui-se que a situação agrária também foi fator decisivo para a emigração das famílias Dietz e Wohlfart.

Somado a isso, temos ainda o encarecimento do custo de vida na Alemanha, acompanhada do desemprego, que certamente ponderou no momento dos imigrantes das famílias Lengert e Kollmann decidirem pela emigração como solução provisória daquele impasse.

Entretanto, embora os fatores de ordem econômica e agrária sejam preponderantes na emigração, existem também fatores de ordem política ou religiosa que contribuem para o deslocamento. Nesse sentido, no caso específico da família Lenz, constatamos que o fator político ocasionou a saída da família da Alemanha, vez que nas suas memórias, redigidas em 2009, Bernhard Josef Lenz, narra:

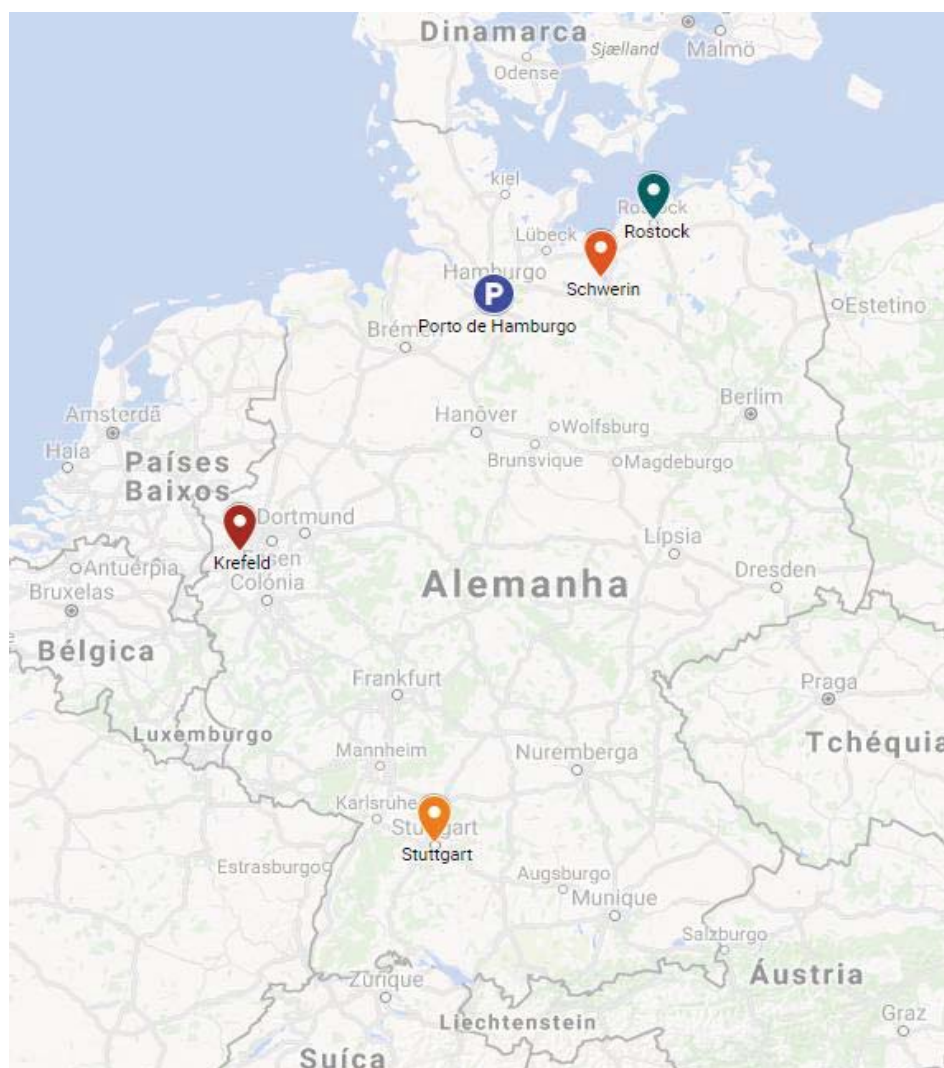
ao ler o livro de Adolf Hitler, Mein Kampf, nosso pai descobriu o potencial político e os princípios maquiavélicos nele defendidos, incompatíveis com sua visão. Como funcionário público e diretor da escola agrária, ele foi instado a entrar no Partido Nacional-socialista. Em vez de se afiliar, ele preparou nossa saída do país (LENZ, 2009, manuscrito).

Desse modo, enquanto que as demais famílias aqui estudadas deixaram a Alemanha em virtude de problemas econômicos e agrários, a família Lenz viu na emigração a solução mais digna para sair daquela situação onde Heinrich estava sendo compelido a ingressar nos quadros do partido nazista.

Outro apontamento que merece destaque é sobre o local de partida desses imigrantes. A família Lenz estava residindo em Rostock e as famílias Dietz e Wohlfart em Schwerin, sendo ambas as cidades pertencentes ao estado de Mecklenburg, situado no Norte da Alemanha, distante aproximadamente 200 km do Porto de Hamburgo, local de embarque. Já Bruno e Elizabeth Lengert moravam no estado da Renânia, cidade de Krefeld, que distanciava aproximadamente 300 km de Hamburgo. E, por fim, August Adolf Kollmann e Franziska Seifried Kollmann, estavam em Stuttgart, no Sul da Alemanha, distante 600 km de Hamburgo.

Por oportuno, vejamos no mapa a localização das cidades de partida dos imigrantes, com destaque para o Porto de Hamburgo, local onde aconteceu o embarque das famílias para o Brasil:

Figura 27 – Mapa da Alemanha



Fonte: Google Maps, 2018.

Logo, não é possível a criação de um perfil único dos imigrantes alemães que chegaram em Porto Novo, afirmando que todos seriam provenientes da mesma região. Em verdade, o que desvendamos nesta pesquisa é que, ao compararmos esses personagens, constatamos que eles são provenientes de diferentes regiões da Alemanha, onde certamente eram difundidas propagandas sobre Porto Novo, havendo uma preponderância da parte Norte do país.

Outrossim, não podemos esquecer que, “muitas vezes, os Estados alemães, mesmo elaborando leis que permitiam a emigração, intervieram para proibir a emigração” (DREHER, 1995, p. 64-65). Assim, no caso de jovens, buscava-se impedir a emigração desses sob argumento de que, primeiramente, deveriam prestar o serviço militar. Já no caso de agricultores, as autoridades dificultavam a saída, vez que com a ausência de alimentos e de produtos nas

prateleiras e nas mesas dos alemães, havia forte pressão do governo para que estes permanecessem nas lides campesinas.

Nesse ponto, por exemplo, Josef Dietz somente conseguiu deixar a Alemanha porque no momento da confecção do passaporte e saída do país declarou-se como sendo motorista e sua esposa, Maria Dietz, como dona de casa. E para a família Wohlfart também não foi diferente, vez que Georg declarou-se como sendo jardineiro, enquanto Bárbara registrou que não tinha profissão, conforme constata-se da figura 24, especificamente no campo *Beruf* (profissão).

Diante dessas ponderações, passamos agora para a análise da chegada e adaptação dos alemães no Sul do Brasil, na colônia Porto Novo, colonização essa que foi divulgada no país de origem desses imigrantes como sendo um local onde “reina a tranquilidade e o progresso em meio aos iguais.”

3.2 A chegada: privações e surpresas na Linha Presidente Becker

Na visão dos dirigentes e religiosos responsáveis pela colonização de Porto Novo, os imigrantes alemães eram vistos como a semente da qual brotaria a poderosa força da homogeneidade étnica e religiosa, fortificando os ideais defendidos pelos fundadores desde o início da colônia.

Contudo, para esses mesmos dirigentes, os imigrantes alemães eram necessários, quando não indispensáveis, para a manutenção da saúde financeira do empreendimento, vez que com a diminuição da comercialização de lotes para os teutos-católicos residentes no Rio Grande do Sul, era preciso lançar novas áreas para atração de compradores de terras. Desse modo, os imigrantes de além-mar se apresentavam como uma utilidade econômica e social para a *Volksverein*, que passaria a contar com mais esse público para adquirirem os mais de dois mil lotes do projeto Porto Novo.

Como já foi apontado, a colonizadora buscou atrair esses compradores, a partir de uma divulgação favorável de Porto Novo e com ofertas de benefícios que eles não encontrariam em outros locais. Após a chegada, os imigrantes alemães foram agraciados com auxílios na derrubada do mato existente nos

lotes, na construção de suas casas e na plantação dos primeiros gêneros alimentícios, conforme revelam os Livros Diários da Sociedade União Popular.

Em geral, as colônias similares à Porto Novo também localizavam-se em locais remotos, com pouco contato terrestre com outras povoações, prevalecendo a via fluvial. Essa realidade nem sempre ficava clara para os recém-chegados, vez que estavam habituados com locais densamente povoados, além da propaganda de Porto Novo trazer imagens da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre⁶⁸.

Os imigrantes alemães viram-se, portanto, relativamente separados dos demais moradores, tanto em termos linguísticos, vez que os teuto-católicos residentes em Porto Novo comunicavam-se por meio de um dialeto que misturava uma forma de alemão arcaico modificado pelo contato com o português⁶⁹, e cultural, uma vez que eram acostumados com áreas urbanas que ofereciam uma infraestrutura para uma vida mais confortável.

Dado o contexto, tratamos da chegada e a instalação dos imigrantes alemães em Porto Novo. Nesse aspecto, concordamos com Martin Dreher, quando afirma que a história da imigração alemã merece ser reescrita em virtude dos que foram esquecidos ou invisibilizados, dando voz aos silenciados e aos esquecidos (DREHER, 2012, p. 115).

3.2.1 O desembarque no “Novo Mundo”

Conforme revelam os passaportes, o desembarque das famílias Lenz, Dietz, Wohlfart e Lengert, no Porto de Rio Grande, aconteceu em 22 de agosto de 1934, dia no qual seus passaportes foram carimbados pela “Polícia Marítima do Rio Grande do Sul” e pelo “Departamento Nacional do Povoamento”⁷⁰. Já

⁶⁸ Na página 55, da brochura *Porto Novo: Urwaldsiedlung deutscher katoliken in Südbrasilien* (Porto Novo: a colônia de alemães católicos no sul do Brasil) encontramos uma imagem da região portuária capital Porto Alegre, com destaque para os barcos e os prédios edificadas naquela área.

⁶⁹ Os estabelecidos em Porto Novo, muitas vezes, não compreendiam o alemão pronunciado pelos imigrantes de além-mar, vez que estes falavam o *Hochdeutsch* (alemão padrão), enquanto que aqueles falavam o dialeto difundido no Rio Grande do Sul, que misturava um alemão arcaico com o português. Ainda hoje é possível perceber uma diferenciação do alemão pronunciado pelos moradores da Linha Presidente Becker quando comparado àquele falado nas demais comunidades do Município de Itapiranga, antiga Porto Novo.

⁷⁰ O Departamento Nacional do Povoamento, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi criado pelo decreto n. 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, tendo como atribuições

August Adolf Kollmann, que naquele momento ainda estava solteiro, acompanhado de seu amigo Paul Hauser, desembarcaram meses antes, em 20 de abril de 1934. Desse modo, com o desembarque dos imigrantes no Brasil, a partir desse momento, nosso olhar será deslocado da Alemanha para o novo espaço ocupado pelos alemães no “Novo Mundo”: a Linha Presidente Becker.

Para a recepção dos imigrantes naquele porto, a colonizadora mantinha dois agentes responsáveis pelo primeiro contato e pela condução dos compradores até Porto Novo: Hans Leister e Fritz Asmuss⁷¹. Esses agentes, representantes da *Volksverein*, não somente recepcionavam os imigrantes, mas também os conduziam até Porto Novo, a fim de evitar eventual erro de caminho ou atração por outra colonização. Assim, os locais estabelecidos para paradas de alimentação e descanso eram previamente demarcados, sendo escolhidos espaços que não apresentavam propagandas contra Porto Novo ou favoráveis a outras colonizações. Na verdade, existia um cuidado para que as paradas acontecessem em locais onde os comentários e a publicidade eram favoráveis à Porto Novo.

Sobre o trajeto do Porto de Rio Grande até Porto Novo, Bernhard Josef Lenz, filho de Heinrich e Hermine Lenz, na época dos fatos com quatro anos de idade, registrou em suas memórias, que “a viagem de maria fumaça durou aproximadamente vinte horas pelo pampa gaúcho, passando por Uruguaiana, Santa Maria e uma dezenas de povoados, até chegar em Ijuí, fim da estrada de ferro” (LENZ, 2009). E continua o relato:

Embora cansativa, a viagem seguiu sem incidentes, pelas coxilhas do pampa gaúcho até a cidade de Ijuí. De lá em diante, seguimos de “jardineira”, um caminhão com toldo e bancos de madeira. Para nós criança era a parte mais interessante, ao descobrir avestruzes e gado com imensos chifres. E na estrada poeirenta e esburacada gemia nosso Chevrolet gigante, levantando dessas nuvens de pó, que nos deixava, no fim do dia

superintendender os serviços de imigração e colonização promovidos pela União e por empresas particulares, fiscalizar a entrada de estrangeiros no país, amparar e orientar correntes migratórias internas, organizar a colocação de trabalhadores, administrar as terras públicas e proteger os índios. Pelo decreto-lei n. 1.023-A, de 31 de dezembro de 1938, passou a denominar-se Departamento Nacional de Imigração, mantendo suas atribuições básicas. Foi extinto pela lei n. 2.163, de 5 de janeiro de 1954, que criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, sendo que as atribuições relativas ao serviço de imigração já haviam passado à Polícia Civil do Distrito Federal, desde 1941.

⁷¹ Os Livros Diários da *Volksverein*, guardados junto ao Memorial Jesuíta da Unisinos, que analisamos para elaboração deste trabalho, revelam pagamentos à Hans Leister e Fritz Asmuss “pela recepção e condução de alemães do Porto de Rio Grande até Porto Novo”.

parecidos com pele-vermelhas. Num solavanco mais forte, eu, Bernardo, bati a cabeça na estrutura de madeira, que segurava o toldo; e a ponta de um parafuso abriu um rombo no couro cabeludo, deixando minha mãe ocupada em estancar a sangria desatada (LENZ, 2009, manuscrito).

Nesse ponto chama atenção o fato de o subscritor dos relatos acima colocar seu nome como Bernardo, quando na verdade a grafia registrada em seus documentos de nascimento era Bernhard. Embora os relatos foram feitos de forma informal, em outubro de 2009, no único intuito de registrar suas memórias, podemos concluir que esses imigrantes incorporaram uma identidade nacional brasileira com o passar dos anos, transformando, inclusive, seu nome.

Bernhard continua seus registros descrevendo que, após longo trajeto com o caminhão, chegaram na beira do Rio Uruguai, momento em que foram colocados em uma frágil balsa feita com várias canoas cobertas por tábuas. Após chegar no outro lado da margem, foram colocados ainda em uma “gasolina”, que, descendo o rio, os levou até o centro de Porto Novo, mais especificamente até o escritório administrativo da colônia. Com a entrega dos documentos e assinatura do contrato, foram levados para a casa de Leopoldo Richter, um alemão que residia na Linha Presidente Becker e era responsável pela medição das terras em Porto Novo, considerado um colono modelo, com casa e propriedade bem estruturadas, que trabalhava para a colonizadora. Bernhard, em suas memórias, chama aquele local de “fazenda modelo”.

Nem todos os imigrantes alemães foram inicialmente assentados na casa de outro colono ou na “fazenda modelo”. Muitos seguiram até a Linha Presidente Becker e permaneceram no Edifício de Imigração que a *Volksverein* ergueu naquela comunidade, como é o caso de August Adolf Kollmann e da família Wohlfart. Muito embora não tenhamos localizadas as fotografias sobre esse edifício, sua construção encontra-se comprovada por meio do Livro Diário n.º 06, da Sociedade União Popular, quando registra o pagamento efetuado a Júlio Klein pela construção e a data da inauguração como sendo 2 de novembro de 1933 (Livro Diário n.º 06, p. 174).

Além disso, outras famílias que ostentavam melhores condições financeiras permaneciam hospedadas no Hotel J. Frantz, localizado no centro de Porto Novo. Nesse sentido, a reportagem divulgada no Jornal Força d’Oeste, em 20 de setembro de 2007, é bastante esclarecedora ao revelar que a família Dietz

permaneceu trinta dias lá hospedada, enquanto aguardava o momento oportuno para instalação no lote de terra em Linha Presidente Becker⁷².

Outros que permaneceram no hotel foram Bruno e Elizabeth Lengert, durante um curto período. Após, mudaram-se para a casa de Leopoldo Richter⁷³, mesmo local onde a família Lenz havia permanecido enquanto aguardavam a construção de sua casa.

Esse fato ajuda a corroborar nosso argumento de que as famílias imigrantes possuíam condições financeiras para empreenderem o deslocamento para o Brasil, eis que no período em que permaneceram hospedados no hotel, as famílias Dietz e Lengert devem, certamente, terem despendido consideráveis valores em diárias.

3.2.2 “Os alemães sentem estar no meio do mato”: a estruturação dos lotes e os primeiros anos

O tempo em que as famílias permaneciam no Edifício de Imigração, no hotel ou na casa de algum colono, era para que providenciassem a derrubada do mato existente no lote adquirido e a construção da casa.

Josef Dietz, enquanto a esposa e os filhos permaneceram no hotel, realizou a construção da casa no lote⁷⁴ por ele adquirido, contratando uma equipe para a construção. Há testemunhos de moradores que a casa dessa família era a maior entre as existentes na Linha Presidente Becker. Conforme

⁷² “Em algum lugar do passado”, por Telmo Mueller. *Jornal Força d’Oeste*, de 20 de setembro de 2007, p. 16.

⁷³ Leopoldo Richter, natural da Alemanha, era funcionário da Sociedade União Popular desde o início da demarcação dos lotes em Porto Novo. Contudo, anos mais tarde, quando descobriram que ele era evangélico, foi demitido da função de agrimensor, motivo o qual levou-o a fugir de Porto Novo em uma noite, sem despedir-se de ninguém. Posteriormente, por meio do consulado alemão, Bruno Lengert descobriu que Richter havia fugido para a Venezuela e estava trabalhando naquele país. Os dois trocaram várias correspondências e, numa delas, Richter autorizou Bruno a vender o lote de terra que ele havia deixado na Linha Presidente Becker quando da sua fuga.

⁷⁴ Segundo Transcrição n.º 2.543, do Livro 3-B, datada de 19 de outubro de 1934, às fls. 176 – 176, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, consta que José Dietz adquiriu um lote com as seguintes características e confrontações: “*consta um lote colonial de terras de cultura e matos, sob n.º 16 da Linha Presidente Becker, situado no 13º distrito de Itapiranga, deste Município, com a área superficial total de duzentos e quarenta e quatro mil metros quadrados (244.500 m²), confrontando: ao Noroeste com o lote n.º 17; a Sudoeste com o lote n.º 15; ambos da mesma Linha Presidente Becker; à Noroeste com terras ainda não divididas e à Sueste com o travessão da linha Macaco Branco*”.

infere-se da imagem abaixo, a casa possuía dois pavimentos, sendo toda edificada em madeira.

Figura 28 – Casa da família Dietz em Linha Presidente Becker em 1937



Fonte: Arquivo da família Dietz, 2016.

Além de apresentarem uma casa com padrões superiores aos da época, nos primeiros meses a família Dietz praticamente não preocupou-se com plantações ou cultivo de alimentos, adquirindo a maioria dos gêneros na mercearia localizada no centro de Porto Novo.

Contudo, com o passar dos anos e o esgotamento dos recursos financeiros, Josef Dietz viu-se compelido a iniciar algum trabalho rentável, a fim de garantir o sustento familiar. Assim, nesse momento, resolveu investir em gado leiteiro, atividade esta que já estava habituado na Alemanha, tendo inclusive fundada uma associação para esse fim conforme narramos aqui. Desse modo, Josef adquiriu 25 vacas e um touro, iniciando seu labor nesta atividade.

Aqui novamente percebemos fatos sobre essa família que conduzem para a conclusão de que não eram miseráveis, tampouco sofriam com poucos recursos financeiros. Além disso, o lote da família Dietz possuía 24,4 hectares, enquanto que na Alemanha seu lote de 34 hectares era dividido com a família Wohlfart.

Acerca dos anos iniciais da família Lenz, especialmente da construção da residência, Bernhard assim descreve em suas memórias:

Para construir a casa foi preciso derrubar o mato, para criar uma clareira onde construir. O material de construção foi confeccionado ali mesmo, utilizando os troncos derrubados. Heinrich contratou um grupo de serradores que durante semanas serraram à mão, em cima de um degrau de madeira, para permitir a dois serradores, um em cima outro embaixo, acionar manualmente a serra, chamada traçador. A construção de nossa casa foi executada pelo carpinteiro Perter Röttsch, imigrante alemão como nós. Conforme o costume do tempo a estrutura de madeira estava armada em cima de cepos de madeira de lei, erguendo o assoalho a mais de 2 metros do solo. Assim se criou um espaço, debaixo da casa, aproveitado para depósito de tábuas e um banco de marceneiro, improvisado pelo nosso pai, onde funcionava nossa marcenaria. O telhado, coberto por telhas de madeira de lei, tinha boa inclinação para permitir o rápido escoamento das águas da chuva. Mas mesmo assim, quando chovia e ventava, as goteiras eram inevitáveis (LENZ, 2009, manuscrito).

Esse imigrante continua sua escrita revelando que a maioria dos móveis, como camas, mesas, bancos, prateleiras e até mesmo o fogão de tijolos com chapa, saíram das mãos do pai, Heinrich. Além disso, como a casa da família Lenz foi construída às pressas, a madeira ainda verde utilizada acabou deixando grandes frestas ao secar, fazendo com que baratas e outros insetos adentrassem no inverno, conforme lembra Bernhard em sua escrita.

Após a conclusão da obra, a mudança da família Lenz, ainda encaixotada na casa do Sr. Richter, foi transportada de carroça, puxada por dois bois, até a nova residência da família. Durante o transporte, a estrada cheia de buracos e curvas, recém aberta pelos próprios imigrantes, ocasionaram a quebra das louças de porcelana de Hermine, que nas palavras de Bernhard “acabaram em frangalhos” (LENZ, 2009).

Com a mudança da família, Heinrich providenciou o plantio de milho, feijão, batata inglesa, batata doce e diversas hortaliças, inclusive com sementes trazidas da Alemanha. Além disso, plantou “grama jesuíta” no local destinado ao potreiro, a fim de servir como alimento para os futuros animais, e providenciou o plantio de árvores frutíferas no local demarcado como pomar. Enquanto isso, os construtores e serradores finalizaram a construção do galpão e da pocilga.

Sobre a divisão das tarefas, enquanto Heinrich cuidava da infraestrutura da propriedade e da plantação dos alimentos que garantiriam o sustento familiar, a esposa Hermine era responsável pela organização da casa e preparo dos alimentos. Já os filhos, o mais velho Bernhard narra que lhe cabia auxiliar o pai

em pequenas tarefas. Para o auxílio “ele [o pai] me prometeu cem réis, hoje cinquenta centavos de real, para cada formigueiro localizado” (LENZ, 2009). No que tange à filha Johanna, ela auxiliava a mãe nos afazeres domésticos.

Com o dinheiro angariado por Bernhard, que no final do ano de 1935 alcançou sete mil réis, ele comprou o seu primeiro facão, do ferreiro Kolling, fato este que “aumentou o meu status entre os colegas de aula, pois só o Alfons Dietz, mais velho do que eu, tinha um facão” (LENZ, 2009).

O primeiro filho do casal Heinrich e Hermine, nascido em solo brasileiro, foi Herbert Lenz, em 4 de abril de 1937, que recebeu o nome do tio paterno para a família lembrar de sua ligação com a Alemanha. Dois anos após, em 31 de outubro de 1939, nasceu Matias Martin Lenz, o segundo filho nascido no Brasil e o quinto na ordem de nascimento. A terceira criança nascida na nova terra recebeu o nome de outro tio de além-mar, Alfred Gebhard Lenz, em 19 de abril de 1941. E, por último, chegou Gertrud Cristine Lenz, em 24 de janeiro de 1946, totalizando os sete filhos do casal Heinrich e Hermine.

A narrativa até o presente momento revela importantes pontos da vida desses imigrantes alemães e ajuda a comprovar algumas suspeitas. Conforme destacado anteriormente, ao que tudo indica, a família Lenz também possuía boas condições financeiras na Alemanha. Já no Brasil, em que pese apresentarem limitações quanto ao local, Heinrich contratou um marceneiro e uma equipe de serradores para a construção da casa, galpão e pocilga, o que certamente representou um considerável gasto. Contudo, o que mais chama atenção era a remuneração que os filhos recebiam pelas tarefas que desempenhavam. Ora, quem sofre com poucos recursos financeiros, passando inclusive por necessidades, não repassa aos filhos valores pelos trabalhos executados. Logo, isso ajuda a corroborar a alegação de que aludida família também tinha uma boa reserva financeira para o recomeço no Brasil.

Sobre Bruno e Elizabeth Lengert, estes adquiriram o lote n.º 27, localizado na parte mais alta da Linha Presidente Becker⁷⁵. Esse fato praticamente impossibilitou o plantio de alimentos em maiores escalas, para eventual

⁷⁵ A Transcrição n.º 2.553, do Livro 3-B, às fls. 179, datada de 31 de outubro de 1934, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, registra a compra e venda do lote n.º 27, da Linha Presidente Becker, do 13º distrito de Itapiranga, onde figura como transmitente a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, representada por Egon Berger, e como adquirente Bruno Lengert.

comercialização, vez que a terra apresentava rochas e considerável desnível. Ademais, tanto Bruno quanto Elizabeth desconheciam totalmente o trabalho com a terra. Há lembranças de que Bruno Lengert foi enganado quando resolveu plantar mandioca, sendo instruído por alguns estabelecidos teuto-católicos de que deveria plantar um pedaço da raiz em um buraco com 30 centímetros de profundidade.

Desta forma, sem sucesso na agricultura e considerando a amizade que ele construiu com Leopoldo Richter no período em que permaneceu hospedado em sua casa, Bruno Lengert, diante da sua formação em engenharia, recebeu o convite para trabalhar na medição e demarcação de novos lotes. Com o aceite da proposta de trabalho, ajudou a demarcar as Linhas Santo Antônio, Guabiroba, Tunas, Canaleta e Xaxim, além de abrir o espaço que atualmente é o centro da cidade de Tunápolis. Assim, Bruno conseguiu sustentar a família a partir dos rendimentos que ganhava da Sociedade União Popular com seu trabalho. Posteriormente, com a fuga de Leopoldo Richter, Bruno assumiu a direção dos trabalhos.

Na data de 28 de abril de 1940, nasceu Wolfgang Lengert, único filho do casal Bruno e Elizabeth. A alegria do nascimento veio acompanhada de uma tragédia. Passados 8 dias após o parto, Elizabeth veio a falecer, em virtude de problemas cardíacos, deixando Bruno e o filho Wolfgang sozinhos.

Diante dessa situação, Bruno e Wolfgang receberam convite e foram residir com a família Rausch, que os acolheram e os auxiliaram nos primeiros anos sem a esposa e mãe. Na verdade, essa situação perdurou por 10 anos, sendo que Wolfgang foi criado por aquela família, uma vez que Bruno passava longos períodos longe de casa trabalhando na medição dos lotes. Assim, somente após uma década do falecimento de Elizabeth, Bruno e Wolfgang retornaram para o lote n.º 27.

Por oportuno, nesse ponto encontramos a narrativa de um imigrante alemão que não conseguiu retirar seu sustento das lides campesinas. O primeiro equívoco foi quando da escolha do lote, em área com grande desnível. Após, sem saber praticamente nada sobre o cultivo do solo, Bruno e Elizabeth foram enganados quando iniciaram a plantação dos primeiros gêneros alimentícios. Desse modo, sem sucesso, Bruno encontrou na medição e demarcação dos

lotes um meio para prover o sustento familiar, sendo que assim poderia aplicar seus conhecimentos de engenharia.

A narrativa da família Lengert também evidencia a solidariedade existente na comunidade, vez que Bruno e Wolfgang residiram por 10 anos na casa de outra família que prestou todo o auxílio e cuidados necessários após a tragédia envolvendo o falecimento prematuro de Elizabeth.

Continuando nosso trilhar na chegada e adaptação dos imigrantes alemães, Georg, Bárbara, Adam Gregorio e Killian Wohlfart instalaram-se no lote n.º 15, da Linha Presidente Becker, em setembro de 1934⁷⁶. Conhecedores da agricultura, profissão essa que exerciam na Alemanha, não encontraram maiores dificuldades nos anos iniciais. Contudo, para eles, aquele seria um período provisório e que, passado o tormento da guerra, retornariam para a Alemanha.

Em Porto Novo nasceram mais três filhos do casal Georg e Bárbara: Estevão Wohlfart, Cecília Wohlfart e Leopoldo Wohlfart. Assim, os pais, com o auxílio dos cinco filhos, conseguiram retirar da agricultura o sustento familiar.

Já August Adolf Kollmann chegou na Linha Presidente Becker em abril de 1934, na companhia de seu amigo Paul Hauser, que adquiriu o lote vizinho de August. No momento inicial providenciou a derrubada do mato e o plantio de milho e feijão, além da construção de uma casa e um galpão para guardar as ferramentas e servir de abrigo para alguns animais. Após, retornou para a Alemanha e emigrou novamente ao Brasil em 1937, na companhia de sua esposa Franziska Seifried Kollmann.

O período de adaptação foi repleto de grandes desafios e superações. August era jardineiro e Franziska, camareira. Assim, eles não dominavam o trabalho na agricultura. Relatos dão conta que August não havia contado para Franziska como era Porto Novo, apenas falando que era uma terra para alemães no Sul do Brasil e com grandes possibilidades de progresso.

Sem sucesso na agricultura nos anos iniciais, Franziska começou a vender louças de porcelana, toalhas de banho, roupas de cama, toalhas de

⁷⁶ A Transcrição n.º 2.545, do Livro 3-B, às fls. 177, datada de 19 de outubro de 1934, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, registra a compra e venda do lote n.º 15, da Linha Presidente Becker, do 13º distrito de Itapiranga, onde figura como transmitente a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, representada por Carlos Francisco Rohde, e como adquirente Jorge Wohlfart.

mesa, guardanapos bordados e demais itens que trouxera da Alemanha. A compradora era a esposa do médico Maximiliano Leon, que residia em uma bela casa no centro da colônia. Assim, cada mês que faltava dinheiro, Franziska procurava a família Leon e vendia alguns itens do seu enxoval. Além disso, o relógio de parede e o arado de ferro, ambos objetos trazidos da Alemanha, também foram comercializados para suprir a falta de dinheiro.

Posteriormente, quando August adquiriu uma vaca para produção de leite, Franziska especializou-se na fabricação de manteiga e, toda semana, comercializava o produto para famílias e estabelecimentos no centro de Porto Novo. E, desse modo, a família Kollmann conseguiu sobreviver aos primeiros anos naquele espaço de privações.

Franziska via naquela situação uma condição temporária, com um regresso para a Alemanha em um curto período, após o término da guerra. Contudo, em 5 de março de 1938 nasceu o primeiro filho, Alberto Kollmann. Em seguida, nasceu José Kollmann, em 14 de junho de 1940. Após, Elizabeth Kollmann, em 13 de fevereiro de 1943, e João Kollmann, em 5 de outubro de 1948. E, assim, com o nascimento e encaminhamento dos filhos para a vida adulta, a família foi criando suas raízes no Brasil e a ideia do retorno foi ficando no imaginário.

Figura 29 – August, Franziska e Alberto em 1939



Fonte: Arquivo da família Kollmann, 2018.

Não pode passar despercebido o fato de que a maioria desses imigrantes, quando da chegada em Porto Novo, realizaram o pagamento do lote à vista.

Todavia, para aqueles que não tinham o valor total, a colonizadora oferecia uma linha de financiamento para pagamento parcelado. Quem optasse pelo financiamento, receberia a escritura do lote somente após o pagamento integral do valor. Já aqueles que realizavam o pagamento à vista, no ato da assinatura do contrato, assinavam a escritura naquele mesmo momento.

Nesse norte, vejamos as informações que extraímos das escrituras de compra e venda referente aos lotes adquiridos pelas cinco famílias que aqui colocamos em evidência, informações essas que acessamos junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó – SC, vez que Porto Novo era distrito daquela cidade até 1954:

Tabela 4 – Dados das escrituras de compra e venda de lotes

NOME⁷⁷	LOTE	TAMANHO DO LOTE	VALOR DA ESCRITURA	DATA DA ESCRITURA
José Dietz	n.º 16	24,4 hectares	1:300\$000	05/09/1934
Jorge Wohlfart	n.º 15	23,2 hectares	1:200\$000	05/09/1934
Dr. Henrique Engelber Lenz	n.º 03	23,6 hectares	1:200\$000	12/09/1934
Bruno Lengert	n.º 27	26,6 hectares	1:400\$000	12/09/1934
August Adolf Kollmann (registro em nome de Alberto Kollmann)	n.º 01	15,1 hectares	CR\$ 11.000,00	03/08/1974

Fonte: Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó.

Com a apresentação desses dados, evidenciamos que as famílias Dietz, Wohlfart, Lenz e Lengert efetuaram o pagamento dos seus lotes à vista, vez que assinaram a escritura de compra e venda no mesmo ano em que chegaram em Porto Novo, revelando que esses imigrantes trouxeram considerável quantia de dinheiro na bagagem. Além disso, conforme verifica-se, os valores pagos eram proporcionais aos tamanhos dos lotes.

Já August Adolf Kollmann, que foi obrigado a vender 8 hectares de seu lote em 1935 para retornar à Alemanha em busca de uma esposa, registrou seu lote somente em 1974, quarenta anos após sua chegada no Brasil. Contudo, considerando sua idade e o fato do filho Alberto já ter assumido a propriedade, August repassou a terra diretamente para o nome de seu filho.

⁷⁷ Os nomes foram transcritos da mesma maneira que se encontram redigidos na correspondente Escritura Pública de Compra e Venda, arquivada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó – SC.

Nesse sentido, a Escritura de Compra e Venda transcrita no Livro VIII, às folhas 61 e 62, lavrada pelo escrivão responsável em 03 de agosto de 1974, onde Alberto Kollmann recebe a propriedade do lote rural n.º 01, da Linha Presidente Becker, revela que, além de August Adolf Kollmann não ter mais registrado o bem no seu nome, repassando-o diretamente ao seu filho, a escritura foi lavrada somente sobre a área ideal de 151.000 m².

Interessante também é a aquisição do lote n.º 03, por Heinrich Engelbert Lenz, registrado como Dr. Henrique Engelber Lenz. Ao analisarmos a Tabela 2, vamos perceber que esse imóvel, na verdade, foi adquirido pelo imigrante alemão Frederico Telser, em 14/11/1933. Contudo, esse imigrante morava sozinho naquele lote, no que os moradores do local chamavam de “choça”, bem à beira do arroio que corta a Linha Presidente Becker.

Relatos dão conta que o Sr. Telser, por ser sozinho e sem qualquer companhia, deixava a desejar em sua higiene pessoal e na limpeza da modesta casa. “No barraco dele, sem fogão, sem repartições, sem cama e uma única mesa imunda e piso de terra, criaram-se milhares de bichos-de-pé que o infectaram de tal modo que foi levado às pressas ao Hospital Sagrada Família” (LENZ, 2009). Com isso, a comunidade o apelidou de *Sandflokönig*, que na tradução livre significa “rei dos bichos de pé”.

Diante daquela situação calamitosa daquele imigrante, as Irmãs da Divina Providência, responsáveis pelo hospital, adotaram o Sr. Telser, oferecendo para ele moradia e alimentação junto ao hospital e, em troca, ele seria o responsável pelos jardins e pomares do hospital, já que sua profissão na Alemanha era de jardineiro. Diante disso, Heinrich Engelbert Lenz adquiriu o lote n.º 3, da Linha Presidente Becker⁷⁸, diretamente com a *Volksverein*, vez que Telser desistiu da compra com o convite das religiosas. Frederico Telser não retornou mais para a Alemanha, permanecendo a serviço das irmãs, no hospital, até seus derradeiros dias.

Os primeiros anos desses imigrantes alemães foram repletos de desafios, superações, aprendizados e incidentes que ficaram em suas memórias. August

⁷⁸ A Transcrição n.º 2.552, do Livro 3-B, às fls. 179, datada de 31 de outubro de 1934, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, registra a compra e venda do lote n.º 03, da Linha Presidente Becker, do 13º distrito de Itapiranga, onde figura como transmitente a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, representada por Egon Berger, e como adquirente Dr. Henrique Engelber Lenz.

e Franziska sofreram com os insetos que atacavam as plantações e com os mosquitos que não os deixavam em paz. Além disso, as precárias condições e falta de alimentos marcaram os primeiros anos em Porto Novo. Conta-se que no seu primeiro dia em Linha Presidente Becker, ainda assustada com aquela situação de isolamento e total ausência de infraestrutura, Franziska, sem poder voltar, estava com fome da viagem e recebeu de seu esposo, August, alguns feijões para debulhar e posteriormente cozinhar, sendo que ela jamais havia feito aquilo.

Outro incidente enfrentado por esses imigrantes, esse que poderia ter terminado em tragédia, colhemos das memórias de Bernhard Josef Lenz, envolvendo seu irmão Martin Thomas Lenz:

Aos dois anos, numa tarde ensolarada, o Thomas tinha sumido. Aflita a nossa mãe procurava por ele. Finalmente o encontrou, sentando na grama, brincando com uma jararaca. Vendo a situação ela voltou para casa e buscou um torrão de açúcar e o ofereceu ao Thomas, que de imediato largou a cobra em troca da guloseima (LENZ, 2009, manuscrito).

E esse não foi o único imprevisto envolvendo cobras na família Lenz, que jamais havia tido contado com animais assim na Alemanha.

Nos manuscritos de Bernhard Lenz (2009) consta que este, com seis anos de idade, estava auxiliando seu pai na colheita de batata-doce após o café da manhã. Nesse momento, sem perceber a presença, a criança pisou em uma jararaca que imediatamente cravou seus dentes na perna do menino e injetou o veneno na corrente sanguínea. Heinrich, ao ver a situação, matou a cobra e colocou seu filho no burro, conduzindo-o em direção ao hospital, que distanciava mais de 18 km da propriedade da família.

Após duas horas de cavalgada, o burro empacou. Como Heinrich estava próximo da residência de um conhecido, levou Bernhard caminhando até a casa do Sr. Rausch, um ex-irmão franciscano, formado em enfermagem, que largou a vida religiosa na Alemanha para constituir família no Brasil, aquele mesmo que acolheu Bruno e seu filho Wolfgang quando do falecimento de Elizabeth. Por sorte, o Sr. Rausch tinha soro antiofídico específico para jararaca, aplicando na criança. Em seguida, conta-se que ofereceram leite e bergamota à Bernhard, no intuito de provocar vômito. Após vomitar, a criança dormiu por duas horas e

Heinrich pode, finalmente, conduzir seu filho de volta para casa sem maiores consequências.

Embora esses relatos sejam questões pontuais e específicas das famílias, eles servem para refletirmos sobre as dificuldades e os incidentes aos quais os imigrantes estavam suscetíveis em Linha Presidente Becker. Repita-se, sem infraestrutura e completamente distantes dos serviços mais básicos de saúde.

Os imigrantes alemães também preocuparam-se em estruturar a sua comunidade, fazendo as vezes do Estado e da própria Sociedade União Popular, que os deixou à mercê na colônia, desprovidos e longe de qualquer infraestrutura.

Assim, sem escola edificada, os imigrantes uniram-se para a sua construção. Como não havia professores disponíveis, “veio em socorro o Governo Alemão, que enviou como professor o Sr. Ludwig Lengert. Ele veio da Alemanha sabendo os rudimentos da língua portuguesa” (LENZ, 2009).

Além de assumir as aulas, Ludwig Lengert também ficou responsável pela catequese das crianças, pelas aulas de música e por dirigir o culto dominical. Quando o Sr. Ludwig chegou em Porto Novo, foi submetido a uma entrevista com os Padres Jesuítas, a fim de ser aprovado como professor e catequista para a comunidade de Linha Presidente Becker. Ou seja, além dos dirigentes da colônia não providenciarem uma escola com professor, ainda exigiram uma entrevista a fim de averiguar a capacidade do profissional.

Aquela comunidade também criou um grupo de teatro para as crianças e jovens, dirigido pelo imigrante alemão Günter Prost, chamado de *Kasperle Theater*. Contudo, com a entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, os trabalhos desse grupo foram encerrados, por força de ordens das autoridades. Anos mais tarde, Günter fundou novamente o grupo a pedido da comunidade.

3.2.3 Perseguições a alemães

Muito embora não seja objeto dessa escrita, imperioso registrarmos algumas passagens existentes na memória da Linha Presidente Becker sobre o período da perseguição aos alemães, durante o Governo de Getúlio Vargas com a campanha de nacionalização, temática essa explorada na dissertação de Leandro Mayer (2017).

Bernhard Josef Lenz, em seu manuscrito datado de 2009, narra que a Campanha de Nacionalização, promovida pelo governo varguista, desmantelou o grupo de teatro de Günter Prost, o coral dirigido por seu pai Heinrich, a escola paroquial e terminou com os encontros costumeiros dos imigrantes no centro comunitário. Além disso, os soldados, a serviço do governo, queimaram livros, invadiram as casas e confiscaram muitos dos artigos que os imigrantes haviam trazido da Alemanha. A casa de Bruno Lengert, por exemplo, que na época estava residindo com a família Rausch, foi completamente incendiada em virtude dos soldados não terem conseguido nela adentrar.

De fato, havia imigrantes que eram favoráveis ao Nazismo e defendiam os ideais de Adolf Hitler, comemorando, inclusive, as vitórias alemãs nos campos de batalha. Contudo, havia também os contrários ao movimento. Nesse ponto, importante a transcrição abaixo:

No início da nossa comunidade, em Linha Becker, um dos líderes demonstrava seu anti-nazismo. Mas, ao ver as vitórias do exército alemão, em todos os campos de batalha, ele virou de lado e começou a cantar *Die Strasse Frei* e hastear a bandeira alemã. Heinrich nunca participava destes excessos e provocações, pelo contrário, os desaprovava. Esta desaprovação gerou um clima de animosidade entre os seguidores de Georg Wohlfart e nós e nossos vizinhos (LENZ, 2009, manuscrito).

Conforme é possível constatar, Bernhard relata que Georg Wohlfart era adepto ao movimento nazista, além de outros imigrantes que residiam na Linha Presidente Becker. Nesse ponto, de acordo com nossas pesquisas, a família Dietz, do imigrante Josef Dietz, também era adepta e defendia esse movimento que deixou profundas marcas na história da humanidade e, em consequência, na história de Porto Novo.

A animosidade relatada acima chegou ao seu ápice quando, em determinada noite, seis defensores do movimento nazista jogaram suas fezes nas escadas e na porta da residência da família Lenz, em sinal de retaliação às afirmações de Heinrich Lenz contrárias ao nazismo. Além disso, também deixaram fezes no balde e no poço que a família utilizava para o consumo de água. Por fim, foram até o estábulo e defecaram no banco que Heinrich utilizava para ordenhar as vacas.

Diante desse acontecimento, a família Lenz, contrária ao nazismo, aos atos de violência dos soldados e ao vandalismo de alguns vizinhos, fugiram para a residência de Gustavo e José Rhoden, imigrantes alemães oriundos da Província de Vestefália⁷⁹, que residiam na Linha Beleza, na beira do Rio Macaco Branco. De acordo com Bernhard, “foi nossa experiência de exílio” (LENZ, 2009).

Em verdade, de acordo com o que apuramos, quando os Westfalianos Gustavo e José Rhoden chegaram em Porto Novo, desejavam instalar-se na Linha Presidente Becker. Contudo, como eram abertamente contrários ao nazismo, alguns moradores daquela comunidade descobriram e os expulsaram, fato este que os levou a adquirirem lotes de terra na Linha Beleza. Naquele local, os irmãos Rhoden fundaram a primeira olaria para fabricação de tijolos de Porto Novo.

Tanto a Campanha de Nacionalização como as animosidades entre os defensores do regime nazista deixaram profundas marcas na Linha Presidente Becker e na vida desses imigrantes.

Bruno Lengert, por exemplo, chegou a ser preso quatro vezes. Inicialmente, foi levado para Chapecó por 15 dias. Após seu retorno para Porto Novo, foi novamente preso e o levaram para Xaxim. Em seguida, com alguns dias de liberdade, foi novamente detido e levado para Xanxerê. E, na última prisão, levaram o imigrante para Florianópolis. Ele retornou para Porto Novo somente em 03 de outubro de 1943, contabilizando mais de um ano se somados todos os períodos de reclusão.

August Adolf Kollmann, para evitar uma prisão, ainda mais considerando que a esposa estava grávida, concedeu aos soldados abrigo em sua propriedade agrícola, local em que estes montaram acampamento. Além disso, Franziska era responsável por preparar a alimentação para os representantes do governo varguista.

Heinrich Engelbert Lenz e sua família, como já destacamos, foram residir um período com a família Rhoden, evitando, com isso, uma possível prisão ou desentendimento com os soldados.

⁷⁹ A Província de Vestefália foi uma das unidades políticas do Reino da Prússia e do Estado Livre da Prússia de 1815 a 1946. A província integrava no seu território a parte ocidental da província histórica da Vestefália. Essa região histórica da Alemanha atualmente está incluída no estado federal alemão de Renânia do Norte-Vestfália.

Georg Wohlfart e Josef Dietz compuseram o grupo de aproximadamente 15 homens da Linha Presidente Becker que fugiram para a Argentina, transpassando o Rio Peperi-Guaçu, até a cidade de San Pedro, a fim de evitarem uma eventual prisão. De acordo com a memória dos moradores, naquele período na comunidade permaneceram apenas 3 homens. Os demais, ou fugiram, ou estavam presos.

Dos personagens que trabalhamos na presente escrita, somente August Adolf Kollmann permaneceu na Linha Presidente Becker. Heinrich Engelbert Lenz foi residir, naquele período, na Linha Beleza. Bruno Lengert foi preso. Josef Dietz e Georg Wohlfart fugiram para a Argentina.

Não vamos aqui ingressar nas histórias individuais de cada família acerca desse período conturbado da histórica local, vez que nosso objetivo na escrita é analisar a trajetória migratória desses indivíduos, com foco na permanência e no retorno à terra natal. Contudo, não podíamos deixar de mencionar e relatar breves e singelas memórias ainda presentes nos membros da comunidade e nos descendentes desses imigrantes. Além disso, conforme veremos no próximo item, esses fatos apresentaram reflexos na permanência e na saída dos imigrantes da Linha Presidente Becker.

Para finalizar esse item, precisamos consignar que os recém-chegados foram elogiados por terem escolhido a colônia Porto Novo e, principalmente, a Linha Presidente Becker. Contudo, eles provavelmente não se deram conta, naquele momento, de que seria quase impossível o retorno para a terra natal, por pior que fosse a situação no Brasil.

Além disso, não raras as vezes em que esses imigrantes foram obrigados a abrirem estradas para garantirem o acesso à propriedade e o escoamento de sua produção. Bruno e Elizabeth Lengert, por exemplo, que escolheram um lote na parte mais alta da comunidade, não tiveram outra escolha senão providenciarem a abertura de estrada para chegar até sua terra. Em verdade, a Linha Presidente Becker, conforme já colocamos aqui, era desprovida de qualquer infraestrutura, padecendo inclusive de estradas, vez que a colonizadora somente havia se preocupado em demarcar os lotes e comercializá-los.

Ademais, o fato desses imigrantes serem destinados para ocuparem o *hinterland*, ou seja, as terras mais distantes do centro da colônia, certamente foi uma estratégia da própria Sociedade União Popular, que, desse modo,

promoveria a ocupação das margens da colônia, deixando as terras do centro para o final, ocorrendo, com isso, a valorização desses lotes centrais.

3.3 Permanecer ou partir: a inquietude do imigrante

São imigrantes alemães vivendo as suas misérias e desencantos, suas conquistas, seus momentos de ternura e saudade, seu trabalho de sol a sol, suas desavenças, rancores, ódios. É o desespero de quem se vê de uma hora para outra jogado em terras distantes. Castelhanos e índios, caudilhos e politiqueros, soldados e prostitutas, formando o grande pano de fundo da vida dos que chegaram ao Brasil atraídos por promessas e garantias fugazes. O tempo passou com o sofrimento, privações, trabalho e luta. Os imigrantes de ontem hoje estão incorporados na nacionalidade, mesclando raças claramente influentes no processo de desenvolvimento nacional, na política, nas artes, nos esportes. Tudo isso conseguido a ferro e fogo (GUIMARÃES, 1972).

Encerrado o item onde analisamos as condições de imigrantes alemães na Linha Presidente Becker, em especial das cinco famílias personagens dessa escrita, passaremos agora ao estudo da permanência ou partida desses indivíduos, a fim de apurarmos se permaneceram em Porto Novo ou se encontraram em outro local o destino final desse deslocamento.

Também, almejamos avaliar aqui se ocorreu o retorno à terra natal para algum desses indivíduos, vez que, nas palavras de Sayad, a ideia original para todo imigrante é que o seu projeto de deslocamento só encontra sentido se o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal – um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações (SAYAD, 2000).

3.3.1 Heinrich e Hermine Lenz

Inicialmente, sobre a família Lenz, os trabalhos desenvolvidos na agricultura, que narramos anteriormente, não representaram a garantia de sustento promissor da família. Diante desse cenário, Heinrich começou a prestar serviços para a Caixa Rural União Popular Porto Novo, sendo responsável pela conferência das contas dessa instituição e redação das atas e demais documentos oficiais da cooperativa. Com esse labor, Heinrich conseguiu incrementar a renda oriunda das plantações.

Além disso, Heinrich começou a elaborar e intermediar projetos para o desenvolvimento social e econômico da região que eram enviados para duas entidades alemãs: a *Adveniat* e a *Misereor*. Essas entidades, mantidas com recursos coletados na Alemanha, financiavam projetos nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. No Sul do Brasil, diversas escolas, creches, hospitais e salões paroquiais foram construídos com recursos dessas instituições. Assim, Heinrich, com sua máquina de escrever e seu tinteiro, ambos trazidos da Alemanha, utilizava suas palavras persuasivas de advogado para convencer essas entidades a investirem nos projetos da região de Porto Novo⁸⁰.

Com essas tarefas, Heinrich passou a se afastar das lides campesinas, momento em que seus filhos, “Herbert e Alfred, foram assumindo cada vez mais a lavoura, liberando o pai para sua nova missão: avaliar projetos de interesse comunitário e encaminhá-los para as devidas instâncias: seja para MISEREOR ou para ADVENIAT” (LENZ, 2009).

Anos mais tarde, Heinrich também integrou o COMUDE, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Municipal, defendendo a ideia da criação de um frigorífico, para industrialização da carne suína, e de um laticínio, para destinação do leite produzido em Porto Novo, naquela época já denominada de Itapiranga. E, por fim, esse imigrante sonhava ainda com uma fábrica de sucos, como forma de valorizar os produtores de frutas. Os três projetos foram idealizados e renderam bons ganhos para toda a região.

Conforme é possível constatar, a família Lenz foi, aos poucos, melhorando o espaço que habitavam. Mantiveram voz ativa na comunidade, com a fundação de um coral dirigido por Heinrich. Além disso, preocuparam-se com o desenvolvimento da colônia e intermediaram a vinda de recursos financeiros por intermédio de instituições alemãs, viabilizando várias construções. Foram participantes do conselho de desenvolvimento e viram, naquele local, seu novo lar e sua nova terra.

Em 24 de abril de 1968, Heinrich e Hermine embarcaram para a Alemanha. Foi a primeira vez, e única, que regressaram para seu país de origem

⁸⁰ Douglas Orestes Franzen trata com propriedade acerca dos projetos desenvolvidos por essas instituições no Sul do Brasil em sua Tese de Doutorado “*Ajustando as peças do tabuleiro: a cooperação da Misereor em comunidades agrícolas do Sul do Brasil*”, defendida na Universidade de Passo Fundo, no ano de 2017, sob orientação do professor Dr. João Carlos Tedesco.

desde a emigração em 1934. Contudo, era apenas para rever familiares e visitar antigos amigos. Assim, retornaram para o Brasil em 23 de abril de 1969. De acordo com as memórias do filho Bernhard:

Lá [na Alemanha] ele percebeu que no lugar da casa paterna, destruída por uma bomba, uma larga avenida ocupava grande parte do lote. Já na casa de nossa mãe, em Berlim, no bairro Tegel, não foi possível localizá-la. Foi possível rever a antiga escola, em Madgendorf, transformada em asilo de idosos (LENZ, 2009, manuscrito).

A partir desse relato, é possível imaginarmos os sentimentos que permearam o casal Lenz ao encontrarem uma Alemanha completamente transformada. As casas de seus pais já não existiam mais e muitos amigos e parentes já haviam falecido. Essa é uma realidade vivenciada por muitos emigrantes, que imaginam que quando do retorno para sua terra natal encontrarão as mesmas coisas e pessoas assim como as deixaram. Contudo, esse retorno à sociedade da época é impossível, assim como o cego que imagina um dia enxergar, parafraseando Sayad (2000).

Sobre os filhos do casal, insta registrarmos que o mais velho, Berhard, tornou-se Padre Jesuíta, sendo ordenado em 07 de dezembro de 1960, na Igreja Matriz de Itapiranga. Johanna, alterou seu nome para Irmã Roswitha ao ingressar na Congregação das Irmãs da Divina Providência, fazendo seus votos perpétuos em 12 de julho de 1959.

O terceiro filho, Martin Thomas, que com apenas 7 meses migrou com a família para o Brasil, formou-se Técnico em Contabilidade e, após algumas mudanças entre cidades paranaenses, estabeleceu-se em Porto União, estado de Santa Catarina. Fundou uma madeireira, conhecido como MADEBIL, empregando mais de cem funcionários, e adquiriu uma propriedade agrícola para criação de gado de corte e extração de erva-mate. Casou-se com Lúcia Bett e tiveram 5 filhos: Verá Lúcia, Cacilda Rosvita, Valéria Regina, Fernanda Raquel e Leonardo Martin.

Herbert, o quarto filho, permaneceu na agricultura, casando-se com Maria Tereza Holzmeier, filha de emigrantes originários do Rio Grande do Sul, em 07 de fevereiro de 1963, adquirindo terras na Linha Presidente Becker, local este onde permanece até os dias atuais como agricultor. O casal teve três filhos: Bernardo, Ari e Áurea.

O quinto filho, Matias Martin, tornou-se o Padre Martinho, da Companhia de Jesus, sendo ordenado sacerdote em 16 de janeiro de 1971. Já Alfred Gebhard, recebeu do pai a incumbência de continuar a propriedade rural da família, especificamente o lote n.º 03, da Linha Presidente Becker. Assim, em 07 de fevereiro de 1968, casa-se com Helena Ludwig, também filha de emigrantes originários do Rio Grande do Sul, permanecendo nas terras da família Lenz, como agricultor, até atualmente. Alfred e Helena tiveram quatro filhos: Rudi, Guido, Roberto e Cristine.

E, por fim, Gertrud Cristine, em 1965 embarcou no navio “Andrea Doria”, com destino para a Alemanha. Naquele país, estudou enfermagem e casou-se com o alemão Norbert Leser, em 20 outubro de 1973, estabelecendo-se na cidade de Frankfurt, no Sul da Alemanha, onde teve dois filhos: Christoph e Patrizia.

Constata-se que três, dos sete filhos do casal Lenz, tornaram-se religiosos. Dois Jesuítas e uma Irmã da Divina Providência. Nesse ponto, importante registrar que naquela época os Jesuítas comandavam Porto Novo e as religiosas da Divina Providência eram as responsáveis pelo hospital da colônia, fato este que certamente influenciou-os no caminho escolhido.

Hermine Augusta Lenz faleceu em 15 de fevereiro de 1980 e Heinrich Engelbert Lenz faleceu em 07 de dezembro de 1986, ambos na Linha Presidente Becker. Atualmente, após tantos desafios, os dois imigrantes descansam no cemitério daquela comunidade:

Figura 30 – Túmulo de Hermine Augusta Lenz e Heinrich Engelbert Lenz



Fonte: Arquivo do autor, 2018.

Heinrich e Hermine, assim como os outros imigrantes, construíram e mantiveram as relações de vizinhança, adaptaram-se à vida na colônia onde se instalaram, mesclando a sua cultura de origem com a cultura local. Em que pese não tenham retornado para seu país de origem, somente na condição de visitantes, encontraram no Brasil o seu novo lar e o local escolhido para fixarem suas raízes. Enfim, trata-se de uma família que fez a travessia sem possibilidade de retorno.

3.3.2 *Bruno e Elizabeth Lengert*

Bruno e Elizabeth Lengert também não diferem da realidade evidenciada acima. Conforme destacado, Elizabeth faleceu oito dias após o parto de seu filho, em 06 de maio de 1940. Com a perda prematura da mãe e esposa, Bruno e o filho Wolfgang foram residir com a família Rausch, que os acolheram naquele núcleo familiar por um período de 10 anos.

Com o retorno para a propriedade anteriormente adquirida, Bruno e Wolfgang recomeçaram a vida. Anos mais tarde, Wolfgang casou-se e assumiu a propriedade da família, laborando no campo para retirar dali seu sustento.

No ano de 1965, Bruno conseguiu retornar para a Alemanha, a partir do valor recebido pelas demarcações dos lotes, permanecendo na sua terra natal pelo período de um ano. Contudo, para ele a decepção também tomou conta, ao deparar-se com um país completamente diferente daquele que havia deixado em 1934. Seus pais já haviam falecido há um bom tempo, restando para Bruno visitá-los no cemitério de Krefeld.

Nesse ponto, “é doce a esperança de que o tempo passe apenas em nossa presença” (RAMOS, 2003, p. 138). Sayad, no mesmo sentido, afirma que “não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares (SAYAD, 2000, p. 14). O imigrante, assim como Bruno, ao retornar para sua terra natal leva consigo a esperança de que o tempo ficou esperando sua volta, de que nada foi alterado, de que as crianças não cresceram e de que os familiares não ganharam no rosto e no corpo marcas do tempo. No imaginário do imigrante tudo permaneceu “embalsamado pelo fio mágico da eternidade” (RAMOS, 2003, p. 138). Por esse motivo, ao retornar, a decepção, a nostalgia e a saudade tomam conta desse indivíduo.

Bruno Lengert faleceu em 31 de dezembro de 1983, aos 80 anos de idade, deixando seu legado de trabalho e dedicação na medição e demarcação de lotes em Porto Novo. Bruno também não conseguiu mais retornar para Alemanha, senão para um breve passeio e visita aos familiares. Contudo, seu neto, Rainer Lengert, completou o ciclo migratório que Bruno não conseguiu finalizar, migrando para Alemanha a fim de estudar naquele país.

3.3.3 August e Franziska Kollmann

A família Kollmann, cujos imigrantes August e Franziska escolheram Porto Novo para recomeçarem uma nova vida, também optaram pela permanência na Linha Presidente Becker. Sobre os filhos, Alberto Kollmann, o mais velho, casou-se com Clotilda Elisabeta Brixner, natural da Carazinho – RS e filha do professor Gabriel Brixner, permanecendo como agricultor na propriedade da família. Contudo, segundo relatos, Alberto estava servindo o exército no Rio de Janeiro e seus planos eram de permanecer lá, fazendo carreira nas forças armadas. Porém, como filho mais velho, foi obrigado a retornar para cuidar dos pais e assumir a propriedade agrícola.

José Kollmann, o segundo filho, casou-se com Rita Gassen Kollmann, filha de imigrantes que chegaram do Rio Grande do Sul, e abriu a primeira churrascaria de Itapiranga, no centro da cidade, estando em atividades até os dias atuais. Já Elizabeth Kollmann, assim que concluiu o ensino médio resolveu migrar para a Alemanha, casando-se naquele país, onde permanece vivendo atualmente. E, por fim, João Kollmann, após concluir os estudos básicos, mudou-se para Porto Alegre onde estudou Medicina.

Quando o filho Alberto assumiu a propriedade, as finanças da família Kollmann começaram a melhorar diante do aumento da produção. Desta forma, em 31 de julho de 1963, August e seu filho Alberto conseguiram adquirir o lote rural n.º 23, da Linha Presidente Becker, com área de 22,19 hectares, além daquele lote n.º 01 que havia sido adquirido por August em 1934.

Posteriormente, em 1972, August e Franziska receberam suas aposentadorias do governo alemão, momento em que, segundo histórias locais, “os Kollmann receberam tanto dinheiro que nem sabiam o que fazer com ele”. Desse modo, os imigrantes mandaram instalar energia elétrica na propriedade

da família, reformaram o banheiro da casa instalando naquele local uma banheira e, ainda, compraram duas geladeiras e um automóvel Brasília zero quilômetros. Os tempos de privações haviam terminado.

August e Franziska jamais conseguiram retornar para a Alemanha, nem para um breve passeio. Até seus derradeiros dias Franziska afirmava “*se não tivesse o mar entre o Brasil e a Alemanha, eu voltaria caminhando*”, demonstrando, com isso, seu desejo de algum dia retornar para a terra natal. Muito embora ela não tenha conseguido, sua filha Elizabeth encerrou a roda da migração para a família Kollmann, quando decidiu estabelecer-se na Alemanha. Além disso, dois netos do casal Kollmann, filhos de Alberto e Clotilda, também residem até hoje naquele país: Roberto Kollmann e Paulo Kollmann, ambos com família constituída há mais de dez anos.

August jamais conseguiu reencontrar seu pai, sendo que o viu pela última vez quando ele o entregou para adoção com seus tenros 3 anos de idade. Após o falecimento de Judith, sabe-se que Ignaz mudou-se de Stuttgart e nunca mais teve-se notícias dele.

Franziska Seifried Kollmann faleceu em 23 de julho de 1994 e August Adolf Kollmann em 24 de julho de 1999, estando ambos enterrados no cemitério da Linha Presidente Becker. Há relatos na comunidade que quando August chegou na Linha Presidente Becker reservou o local mais próximo da saída do cemitério para ele ser enterrado, eis que sabia que não voltaria mais para a Alemanha. E, assim, cumpriu-se sua vontade, estando hoje August e Franziska enterrados ao lado do portão de saída.

Figura 31 – Túmulo de Franziska Seifried Kollmann e August Adolf Kollmann



Fonte: Arquivo do autor, 2018.

3.3.4 Georg e Bárbara Wohlfart

O casal Georg e Bárbara Wohlfart também permaneceram na Linha Presidente Becker, bem como seus filhos Adam Gregorio e Killian. Dentre os quatro imigrantes, nenhum conseguiu retornar para a terra natal, principalmente ante as condições financeiras e o alto custo da viagem.

Entretanto, o filho mais novo, Leopoldo Wohlfart, que nasceu no Brasil, após concluir o ensino básico migrou para a Alemanha, encerrando o ciclo iniciado por seus pais. Leopoldo viveu naquele país até seus derradeiros dias, vindo a falecer no ano de 2003, estando enterrado na terra natal dos pais.

Além de Leopoldo, três netos de Georg e Bárbara atualmente moram na Alemanha, filhos de Estevão. São eles: Mariane, que foi para aquele país em 1998 estudar hotelaria; Marlene, migrou em 2000 para estudar farmácia; e Marcos, que foi para lá em 2002 para estudar Engenharia de Computação. Todos esses permanecem residindo na terra natal dos avós.

Assim, sem conseguir retornar, a família permaneceu em Porto Novo, vez que não viam outra alternativa. Bárbara Wohlfart faleceu cedo, em 17 de março de 1948. Já Georg Wohlfart, partiu para o descanso eterno em 10 de março de 1963, estando ambos enterrados no cemitério da Linha Presidente Becker.

Figura 32 – Túmulo de Bárbara Kraemer Wohlfart e Georg Wohlfart



Fonte: Arquivo do autor, 2018.

A família Wohlfart, ao longo de sua trajetória, perseguiram o que a maioria dos imigrantes almejam: o progresso. Desde a sua saída da cidade de Würzburg, migrando para Schwerin e, após, para Porto Novo, evidencia-se que havia uma inquietude da família em busca de algo novo, semelhante ao garimpeiro na busca incansável e esperançosa pelo ouro. Não podemos afirmar que havia influência dos amigos e vizinhos Dietz para que a família empreendesse esses deslocamentos. Contudo, a trajetória evidenciada nesse trabalho deixa claro que essa família não contava com muitos recursos financeiros e sempre retirou da agricultura o suficiente para a sobrevivência.

Porto Novo não representou para os imigrantes Georg, Bárbara, Adam Gregorio e Killian Wohlfart o cumprimento de todas as promessas e informações que traziam a propaganda sobre a colônia. Todavia, foi o lugar onde estabeleceram-se em meio a um pequeno grupo, que também havia enfrentado semelhantes percalços e superações. Com a morte prematura de Bárbara, o pai e viúvo Georg contou com o auxílio dos vizinhos e membros da comunidade para educar os filhos, limpar a casa e lavar as roupas. Conta-se que até hoje essa família é grata aos Kollmann em virtude de Franziska ter sido a responsável por lavar as roupas de Georg e de seus filhos por mais de 20 anos, fato esse que

auxilia na demonstração da solidariedade e do auxílio mútuo entre os imigrantes daquela comunidade.

Mas será que todos as famílias que chegaram em Porto Novo, originárias do continente Europeu, permaneceram em suas terras? A fim de respondermos essa indagação, vamos agora analisar a trajetória final da família Dietz.

3.3.5 Josef e Maria Dietz

A família Dietz, ao longo dos anos, sempre deixou transparecer as boas condições financeiras do grupo familiar. Essa família era a única que comprava salame em corda, açúcar, farinha e utensílios para a cozinha que não eram comuns as demais adquirirem.

Quando Josef resolveu investir na aquisição de um touro, de 25 cabeças de gado leiteiro e 100 porcos, fez com que as finanças da família permanecessem em condições confortáveis. Essa realidade somente foi alterada com a fuga de Josef para a Argentina.

Conforme revelamos anteriormente, Josef, na companhia de outros alemães, empreenderam fuga para o país vizinho, quando da Campanha de Nacionalização e perseguição aos alemães. Sem conseguir sustentar os filhos, a esposa Maria Dietz, acompanhada dos menores Alfons e Martin, também atravessaram a fronteira e dirigiram-se para San Pedro⁸¹, na Argentina, local este onde estava o pai e marido.

Com a família reunida na Argentina, Josef encontrou no setor de carnes a possibilidade de garantir o sustento familiar naquela nova nação. Desta forma, a família Dietz inaugurou, em San Pedro, um açougue e uma fabriqueta de linguiças, enquanto que os demais imigrantes foram trabalhar como empregados rurais, igualmente em San Pedro.

Em San Pedro havia mais possibilidades do que em Porto Novo, pois este local havia sido fundado ainda no século XIX, fato este que contribuiu para que toda a infraestrutura básica na cidade estar consolidada quando os imigrantes

⁸¹ San Pedro é um município da Argentina, departamento San Pedro, província de Misiones, fundado em 29 de junho de 1880. O município faz fronteira com as cidades brasileiras de Itapiranga e Tunápolis (antiga Porto Novo), além de Derrubadas, Paraíso, Guaraciaba, Bandeirante, Belmonte e Santa Helena. A cidade de San Pedro distancia-se aproximadamente 100 km de Porto Novo, em linha reta.

alemães chegaram. A área urbana era desenvolvida, com igreja, escola, hotel, hospital, delegacia, prefeitura, farmácia e comércio. Na área rural, as linhas estavam todas demarcadas. Os lotes de trinta hectares cada, maiores daqueles de Porto Novo, representavam o sustento da maioria das famílias daquela região.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a maioria dos fugitivos retornaram para Porto Novo, especialmente para a Linha Presidente Becker, vez que as perseguições aos alemães cessaram. Contudo, Josef não retornou mais para o Brasil, vez que tomou conhecimento de que sua propriedade havia sido destruída pelos soldados. Além disso, o açougue e a fábrica de linguiças estavam rendendo bons frutos para a família.

Figura 33 – Casa e açougue da família Dietz em San Pedro na Argentina⁸²



Fonte: Arquivo da família Dietz, 2018.

Somente o filho mais velho, Alfons, manifestou ao pai seu desejo de retornar e assumir a propriedade da família que permaneceu abandonada no Brasil durante os anos de refúgio. Desta forma, com o retorno de Alfons para Porto Novo, Josef, Maria e Martin permaneceram em San Pedro.

Com o retorno e deparando-se com a situação de destruição da propriedade, Alfons, com a ajuda financeira dos pais, adquiriu novas terras⁸³,

⁸² Na imagem, da direita para esquerda, Josef, Maria e o filho Martin. A primeira construção é a casa da família e, ao fundo, o açougue.

⁸³ Alfons vendeu a propriedade que inicialmente Josef comprou, adquirindo outra com terras mais planas e que facilitavam o cultivo, também situadas na Linha Presidente Becker. Dos filhos de

construiu nova casa, novos galpões e comprou maquinários que facilitaram os trabalhos na agricultura, casando-se com Maria Dietz, mesmo nome de sua mãe, filha de teuto-brasileiros que haviam chegado do Rio Grande do Sul com o término das perseguições.

Nesse ponto, a reportagem veiculada⁸⁴ no Jornal Força d'Oeste, em 27 de setembro de 2007, esclarece que “Martin veio uma vez para La. Becker para buscar a mãe, que então foi morar em San Pedro com o Josef. Lá viveram até os últimos dias, na liberdade que procuravam e que aqui não acharam”.

Josef faleceu em 17 de dezembro de 1969. Sua esposa, Maria, deixou a vida anos antes, em 10 de fevereiro de 1956. Ambos foram enterrados em San Pedro, na Argentina, vez que este era o desejo do casal. Após alguns anos, mais precisamente em 16 de julho de 1986, o filho Martin também foi enterrado naquele cemitério. O mesmo não aconteceu com o irmão Alfons, que resolveu permanecer no Brasil, falecendo em 21 de março de 2012, enterrado no cemitério da Linha Presidente Becker.

Figura 34 – Túmulo de Maria e Josef Dietz em San Pedro na Argentina



Fonte: Arquivo da família Dietz, 2018

Alfons, dois permanecem na propriedade rural da família – Valter e Pedro - e, atualmente, desenvolvem atividade com gado leiteiro, em sociedade familiar. Um neto – Eduardo - casou-se e também construiu sua casa na mesma propriedade da família, auxiliando nos trabalhos. Esse fato indica que a sucessão familiar agrícola foi exitosa naquela propriedade e encontra-se, possivelmente, garantida por mais uma geração. A temática sucessão familiar na agricultura, especialmente na região da antiga colônia Porto Novo, ainda é um tema pouco explorado, sendo um campo fértil para futuras pesquisas historiográficas.

⁸⁴ “Em algum lugar do passado”, por Telmo Mueller. Jornal Força d'Oeste, 20 de setembro de 2007, p. 16.

Os imigrantes Josef, Maria, Alfons e Martin jamais retornaram para sua terra natal, a Alemanha. Acompanhavam esporádicas notícias que chegavam daquele país e as liam com muitas saudades⁸⁵ dos anos que lá viveram. O sentimento de ligação permaneceu acesso durante todas as suas vidas. É como se uma parte de seus corpos havia permanecido no continente europeu em 1934. O sonho do retorno alimentou a vida desses imigrantes. Um sonho distante e que jamais foi realizado.

Se o retorno não foi possível para esses quatro personagens, a história encarregou-se de garantir que seus netos finalizassem o ciclo migratório. Dos netos de Alfons, três⁸⁶ solicitaram a dupla nacionalidade e foram trabalhar e estudar na Alemanha, diante das condições mais favoráveis que aquele país apresentava em relação ao Brasil.

A trajetória da família Dietz difere das demais que apresentamos, eis que Porto Novo não representou o destino final como aos demais. Com as perseguições aos alemães no Oeste de Santa Catarina, a família Dietz viu-se compelida a fugir para a Argentina, fato este que desencadeou no contato com uma nova área, que possivelmente apresentava maiores possibilidades que Porto Novo. Assim, a opção de família foi pela partida.

3.3.6 Após a chegada, alguns permanecem, outros partem

*Outra vez te revejo
com o coração mais longínquo, a alma menos minha.*⁸⁷

A partir dessas trajetórias, cruzando os dados da Tabela 2, temos um panorama de quais compradores permaneceram na Linha Presidente Becker e quais empreenderam novo deslocamento. Para a apuração desses fatos, além de consultar a memória local e os arquivos familiares, acessamos os arquivos paroquiais, especialmente os registros de batismo e casamento, no intuito de

⁸⁵ Ciro Damke pesquisou sobre músicas populares alemãs cantadas até os dias atuais no Sul do Brasil. Em seu estudo, ele informa que o tema da saudade seria o mais recorrente nestas letras de músicas, ou seja, “saudade da Heimat (terra natal): Liebe Heimatland, ade (querida pátria, adeus); Tirol, Tirol, Du bist mein Heimatland (Tirol, Tirol, você é minha terra natal)”. Ver mais em: DAMKE, Ciro. *Volklieders (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

⁸⁶ Vera Dietz, Camila Dietz e Richard Schnorrenberger, todos netos de Alfons e Maria Dietz.

⁸⁷ Fernando Pessoa (1926).

averiguarmos a existência de dados sobre esses indivíduos. Além disso, confrontamos com as informações existentes na Caixa Rural União Popular Porto Novo, instituição bancária cooperativa, onde os moradores de Porto Novo associavam-se para realizarem movimentações bancárias. Nos registros dessa instituição, constam a data de saída do sócio e, em alguns casos, o seu destino, para aqueles que a deixaram. Ademais, consta ainda se houve alteração de endereço. Assim, para aqueles que eram associados, conseguimos nesse local alguns dados para revelar o destino de alguns imigrantes.

Por oportuno, o “permanecer ou partir” descrito na tabela refere-se à Linha Presidente Becker, local esse aqui posto em evidência. Ademais, aqueles que desistiram da compra, nem chegando a instalarem-se na linha em estudo, excluimos da presente análise. Vejamos:

Tabela 5 – Permanecer ou partir?

NOME	PERMANECER OU PARTIR?	LOCAL DE DESTINO
Aloísio Egewarth	Partir	São João do Oeste
Antônio Vogt	Partir	Centro de Porto Novo
Alfredo Zinser	Partir	Sem registro
José Schmuck	Permanecer	--
Ignácio Burger	Partir	Alemanha
Frederico Telser	Partir	Centro de Porto Novo
José Lohre	Partir	Alemanha
Augusto Scholz	Permaneceu	--
Henrique Neumann	Partir	Centro de Porto Novo
Paulo Hauser	Permanecer	--
Adolfo Kollmann	Permanecer	--
Alfredo Finger	Partir	Sem registro
Eugen e Johann Lowenstein	Partir	Linha Cotovelo – Porto Novo
João Bauer	Partir	Linha Santo Antônio – Porto Novo
Godofredo Winzen	Partir	Sem registro
Clemente Mueller	Partir	Alemanha
João Blass	Partir	Sem registro
Dr. Henrique Engelber Lenz	Permanecer	--
José Moennigmann	Partir	Alemanha
Georg Wohlfart	Permanecer	--
José Dietz	Partir	San Pedro – Argentina
Bruno Lengert	Permanecer	--
José Lohre	Partir	Sem registro
Max Kirchmaier	Partir	Linha Catres – Mondaí
Gregorio Michels	Partir	Linha Laranjeira – Porto Novo
Paulino, Victoria, Jacob e Arno Michels	Partir	Tunápolis
Wendelim Kober	Partir	Puerto Rico – Argentina
Otto Stahl	Partir	Sem registro
Leo Vogler	Partir	Sem registro
Carlos Blank	Partir	Alemanha

Gustavo Locks	Permanecer	--
---------------	------------	----

Fonte: Livros de batismo e casamento da Paróquia São Pedro Canísio. Livros de associados da Caixa Rural União Popular Porto Novo.

Os dados que ora destacamos são reveladores e merecem uma análise mais detalhada. Conforme apuramos na Tabela 2, houve 36 compradores de lotes rurais na Linha Presidente Becker. Desse montante, 5 desistiram da compra antes da ocupação, exceto Frederico Telser que ocupou o lote por curto período. Assim, restaram os 31 nomes que apresentamos acima.

Desse grupo, 74,19% deixaram a Linha Presidente Becker e partiram para um novo deslocamento, o que totalizam 23 famílias. Entre aqueles que deixaram essa comunidade, 34,78% deixaram também Porto Novo, deslocando-se para outra colonização, cidade ou país, o que somam 8 migrantes. Desses 8, 5 imigrantes realizaram o processo de retorno, vez que voltaram para sua terra natal Alemanha, 02 foram para a Argentina e 01 para Mondaí, antiga colônia Porto Feliz, vizinha de Porto Novo.

Ainda sobre o grupo que se mudou da Linha Presidente Becker, colhemos que 15 compradores optaram por permanecerem em Porto Novo, adquirindo terras em outras linhas ou no centro da colônia, o que representa 65,21% do grupo de deixou a linha fundada para os alemães de além-mar. Em consequência, somente 8 imigrantes, que adquiriram lotes de terra no interstício de 1932-1942, fixaram suas raízes na Linha Presidente Becker, o que equivale a 25,80% dos compradores iniciais. Diante desse cenário, há fortes indicativos de que esses imigrantes não encontraram na Linha Presidente Becker o local prometido nas propagandas veiculadas na Alemanha, tampouco o progresso afirmado nas profecias dos religiosos.

Em verdade, ao que tudo indica, a parceria entre a *Volksverein* e a *St. Raphaelsverein* também não rendeu os frutos almejados pelos dirigentes da colonização, vez que somente um pequeno número de alemães migrou para Porto Novo no interstício que evidenciamos neste estudo. Assim, considerando que a *St. Raphaelsverein* também incentivava e divulgava outras áreas de colonização e assentamento de alemães, auxiliando-os na emigração, possivelmente Porto Novo não representava prioridade e preferência para essa organização.

Por fim, as constatações e revelações que marcaram esse capítulo serviram-nos para compararmos as situações enfrentadas por imigrantes alemães no seus deslocamentos e adaptações no “Novo Mundo”, possibilitando o apontamento de similaridades e a indicação de singularidades. Desse modo, a narrativa das trajetórias conseguiu trazer esses personagens de volta ao seu tempo, captando semelhanças e diferenças entre os indivíduos do mesmo período histórico.

Os dados e características dos imigrantes que apresentamos nesta pesquisa não são passíveis de generalizações, mas sem dúvida permitem uma significativa visão das condições de vida de indivíduos que possuíam como característica principal o deslocamento. Revelam, também, que a pesquisa científica é um instrumento precioso para a formação de um segundo olhar sobre uma comunidade, conduzindo-a a se repensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998, p. 45).

Repetindo as palavras de Helmut Schmahl, a história da emigração alemã para o Brasil é tudo, menos uma “chata história de camponeses” (SCHMAHL, 2007, p. 36). Embora assim possa ter parecido quando da leitura do título deste estudo, que tratou sobre o movimento migratório Alemanha – Brasil no contexto pós-Primeira Guerra Mundial, verificamos, ao final, que Schmahl estava certo em sua afirmativa.

Costumeiramente, movimentos migratórios constituem-se como sendo objeto de estudos em macro abordagens. Logo, um estudo como este, que analisou aludida temática com a redução da escala de observação, na perspectiva da micro-história, permite perceber as especificidades. Nas palavras de Giovanni Levi, somente a micro-história, que estuda “coisas grandes” vistas no microscópio, é capaz de ver detalhes que não foram imediatamente perceptíveis em análises macro, colocando em evidência as diferenças e buscando a complexidade (LEVI, 2015).

Desse modo, é possível perceber que nas pesquisas migratórias existem questões e temas que não são suficientemente tratados pelos grandes estudos, principalmente envolvendo famílias e suas trajetórias. Nesse ponto, na história de imigração, o grande desafio dos historiadores é reconstruir as histórias individuais, o que poderia explicar muito mais sobre o fenômeno migratório.

Partindo desse pressuposto, desenrolou-se o campo de análise deste trabalho, tomando como base o processo de emigração/imigração alemã para o Brasil, focado na colônia Porto Novo, fruto do trabalho e da dedicação dos padres

Jesuítas, evidenciando algumas famílias que deixaram o continente europeu no período histórico de 1932-1942.

A fim de alcançarmos nossos alvos, fez-se necessário, inicialmente, uma construção teórica sobre a atuação dos Inacianos no Sul do Brasil, formadores de um exército papal, com atuação em diferentes frentes objetivando a cura das almas, vez que, em nosso entender, a colônia Porto Novo, responsável pela recepção dos imigrantes estudados, foi um dos desdobramentos desse trabalho jesuítico. Assim, vimos que os Jesuítas, enquanto soldados a serviço da Igreja Católica, utilizaram três instrumentos - imprensa, escolas paroquiais e associativismo -, a fim de promoverem a educação formal, moral e religiosa dos católicos, além de difundirem assuntos e obras de interesse da Igreja.

A colônia Porto Novo, objeto do segundo capítulo, cuja colonização foi articulada e desenvolvida pela Sociedade União Popular, conhecida entre os colonos como *Volksverein*, sob a liderança dos Padres Jesuítas, atraiu colonos originários inicialmente do estado do Rio Grande do Sul. Nas propagandas, suas terras eram descritas como promissoras, férteis e de excelente qualidade para o desenvolvimento da agricultura, sendo elas apresentadas como alternativa para um futuro melhor frente ao esgotamento de lotes do estado vizinho.

Porto Novo, descrita muitas vezes pela historiografia como uma colonização homogênea e fechada para alemães católicos, revelou-se, neste estudo, como sendo um local em que viviam colonos de outras etnias e, inclusive, religiões. Assim, em que pese o discurso ser no sentido da homogeneidade étnica e religiosa, o fator financeiro da colonizadora prevalecia e o requisito de ser alemão católico, dito como essencial, era deixado de lado em muitos momentos.

Até o início da década de 1930, como apurado no estudo, a maioria dos moradores estabelecidos em Porto Novo eram originários do Rio Grande do Sul. Contudo, após o enfretamento de uma crise no empreendimento da *Volksverein*, que resultou na queda do número de lotes comercializados, os administradores demarcaram um novo espaço, no *hinterland* da colônia, denominado de Linha Presidente Becker, a fim de receber imigrantes originários diretamente do continente Europeu, ante a parceria com associações situadas na Alemanha, responsáveis pela divulgação do empreendimento naquele país. Linha Presidente Becker, como vimos, estava situada na divisa com a Argentina e com

a Linha Glória, local que abrigou os caboclos que foram expulsos do centro da colônia.

Nesse ponto, importante destacarmos que Helmut Schmahl (2007, p. 31) afirma que “jamais surgiu na Alemanha uma ‘febre brasileira’”, em virtude de alguns motivos, como: advertências oficiais da parte alemã; mudanças das condições de imigração por parte do Brasil, nem sempre muito claras; clima subtropical; incompetência de muitos planejadores; relatos de emigrantes enganados; notícias sobre trabalho duro com pouca liberdade econômica; riscos nas colônias pioneiras; logro de colonos por parte das empresas colonizadoras alemãs e o poder de atração muitas vezes superior dos Estados Unidos.

O que pontuou a favor de Porto Novo na saída de alemães do seu país de origem foi justamente o cenário do pós-Primeira Guerra Mundial que a Alemanha encontrava-se, enfrentando uma situação de crise econômica, com a elevação do custo de vida, inflação descontrolada, limitação de crédito nas instituições bancárias, perda de capital para o exterior e instabilidade social interna. Diante dessas circunstâncias, muitos alemães acabaram optando pela emigração. Nesse sentido, Helmut Schmahl salienta que as ondas de emigração da Alemanha, durante o século XX, coincidiram com os anos de inflação após a Primeira Guerra Mundial, com a era do nacional-socialismo, bem como no período posterior à II Guerra Mundial (SCHMAHL, 2007).

No que tange à escolha dos imigrantes alemães pelo Brasil, precisamos lembrar que, naquela época, a popularidade de toda a América Latina estava em alta na Europa, devido, principalmente, ao forte crescimento econômico do Brasil e da Argentina, países esses que mantinham propagandas em busca de imigrantes. Desse modo, diante da situação de crise econômica na Alemanha, alinhada ao início do Terceiro Reich com a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933, e considerando as propagandas existentes naquele país em busca de imigrantes, alemães viram no “Novo Mundo” uma possibilidade de recomeço.

Uma pequena parcela desses emigrantes alemães, provenientes das diferentes regiões da Alemanha, escolheram como destino a colônia Porto Novo, formando um pequeno fluxo migratório a partir de 1932. Tratava-se de um grupo heterogêneo, formado predominantemente por imigrantes urbanos que apresentavam alguma especialização, e uma minoria de camponeses, todos eles com capital financeiro suficiente para adquirir o seu lote colonial.

Como vimos, esse afluxo espontâneo de imigrantes alemães na colônia Porto Novo é resultado, dentro os motivos acima mencionados, principalmente da propaganda realizada naquele período na Alemanha, especialmente nas cidades de Hamburgo e Colônia, locais estes onde a *St. Raphaelsverein* mantinha escritórios. Nesse ponto, Hamburgo era visto como um local estratégico para busca de imigrantes, uma vez que essa cidade “era um importante porto de embarque de imigrantes, não apenas de alemães, mas também de indivíduos originários da Europa Oriental, como poloneses, judeus, russos, interessados em uma vida melhor na América” (MASKE, 2014, p. 187). Logo, era um local importante para manter-se um ponto de divulgação de qualquer colonização.

Entretanto, parece-nos que a parceria entre a *Volksverein* e a *St. Raphaelsverein* não rendeu os frutos esperados, eis que apenas um pequeno grupo de emigrantes deixou a Alemanha e instalaram-se na colônia de Porto Novo. Assim, não podemos afirmar que era um fluxo regular e contínuo de imigrantes. Na verdade, foi um movimento espontâneo a partir do deslocamento de algumas famílias alemães que visualizaram naquele novo espaço a esperança de dias melhores.

O estudo das trajetórias dos imigrantes que apresentamos no terceiro capítulo, a partir da redução da escala de observação, proporcionou um diálogo entre a história local e a documentação de pesquisa sobre esses imigrantes, ora confirmando, ora contradizendo, os relatos da comunidade e da historiografia até então produzida.

Constatou-se que a maioria desses imigrantes, que chegaram em Porto Novo a partir de 1932, possuíam boas condições econômicas que lhes garantiam a aquisição de um lote e a instalação inicial naquele novo espaço. Claro que revelamos trajetórias, como dos imigrantes August e Franziska Kollmann, que eram menos providos financeiramente, o que ocasionou no enfretamento de maiores dificuldades nos primeiros anos.

Outro ponto que também merece destaque aqui é o fato da maioria dos imigrantes, pertencentes ao grupo analisado, serem originários de grandes cidades alemães, que apresentavam para a época desenvolvimento e boa infraestrutura, onde apenas uma minoria eram agricultores. Ademais, se

considerássemos apenas as profissões que foram declaradas nos passaportes que analisamos, afirmaríamos que não havia agricultores no grupo.

Há que se considerar também que os imigrantes alemães instalaram-se em uma comunidade demarcada especificamente para eles, conforme revelaram os registros expostos nesta pesquisa. Assim, naquele espaço, eles estabeleceram uniões matrimoniais entre as famílias e, com grande frequência, escolhiam os próprios vizinhos e integrantes da comunidade para serem padrinhos e madrinhas de batismo e/ou casamento⁸⁸.

Além disso, não pode passar despercebido o fato dos imigrantes aqui evidenciados trazerem consigo o sonho do retorno para sua terra natal. Nas palavras de Sayad (2000), a condição do retorno está sempre latente na essência de todo emigrante/imigrante. Assim, o imigrante parte de sua terra pensando na sua volta. “*Talvez nunca mais eu veja minha terra natal*”, como indicado no título do trabalho, surge como uma possibilidade, mas não como uma certeza. Com o passar dos anos, torna-se uma certeza, mas refutada no íntimo dos imigrantes.

Entre as trajetórias migratórias analisadas nesta pesquisa, nenhum dos indivíduos conseguiu fazer o movimento de retorno definitivo ao seu país de origem. O que houve, nos casos das famílias Lenz e Lengert, foi o retorno para visitar amigos e familiares que ficaram para trás quando da partida.

Revela-se interessante que quando da partida, as famílias que permanecem no país continuam suas vidas considerando os emigrantes como meros ausentes, por mais longa que seja essa ausência, mantendo os laços entre os dois lados do oceano. Nessa falta do imigrante, a família muda, envelhece, alguns morrem, outros nascem, aumentam seus integrantes ou diminuem, conforme cada caso. E a história daquele que partiu vai ficando na memória daqueles que permaneceram, sendo contada aos mais jovens.

Assim, quando o imigrante consegue retornar, para permanecer ou para uma breve visita, percebe que o tempo também passou para os familiares. Depara-se com uma realidade completamente diferente daquela que havia

⁸⁸ Essa constatação obtivemos quando da análise dos livros de batismo e casamento guardados no arquivo da Paróquia São Pedro Canísio. Embora não analisamos esses dados e essa rede de relações no presente estudo, registramos aqui nosso interesse na temática para futuras pesquisas.

preservado em sua memória durante todos esses anos de migração. E, com tanta mudança, ele sente-se deslocado daquele grupo. Para ele, tudo deveria ter permanecido do mesmo jeito que deixou quando partiu. Nesse momento, o imaginário e a realidade entram em conflito e o imigrante vê-se perdido, eis que o grupo ao qual pertencia já não existe mais nas mesmas condições. Enfim, ele mudou, os outros mudaram, os lugares mudaram. Permaneceram congelados apenas na memória.

Concluimos que a análise das trajetórias familiares aqui reveladas foi possível graças à redução da escala de observação, eis que colocamos o particular no microscópio e revelamos “coisas grandes” que eram consideradas “pequenas” em outros estudos. Desta forma, o exame micro se torna eficiente pois possibilita a observação de elementos sob outros ângulos, não vistos nas análises globais.

A trajetória partir, chegar, permanecer, perpassada pela travessia, marca os percursos migratórios passados e presentes, carregando consigo indivíduos, expectativas, resultando em histórias de sucesso e fracasso. Compreender esse microcosmo permite olhar para a mobilidade humana com mais sensibilidade, bem como mapear as políticas dos Estado-nações em relação aos imigrantes, com fronteiras abertas ou fechadas, o acolhimento ao estrangeiro ou sua invisibilidade, e o conflito entre a força de trabalho e a cidadania.

As trajetórias das famílias Lenz, Lengert, Kollmann, Dietz e Wohlfart não encerram com a presente escrita e tampouco terminam com a morte de seus imigrantes protagonistas. Elas continuam a serem escritas diariamente e, possivelmente, novos movimentos migratórios acontecerão nesses grupos familiares, oportunizando novas análises e conclusões.

Assim, o término desta dissertação não significa um ponto final na pesquisa. Em verdade, essa é uma obra inacabada, que poderá ser reaberta e reescrita com o surgimento de novos documentos, novas fontes e novas leituras e interpretações, abrindo-se caminhos ainda não percorridos no vasto campo dos estudos migratórios.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE *DER FAMILIENFREUND*, anos 1922, 1932, 1933, 1936 e 1937. Disponíveis no Memorial Jesuíta da Unisinos, São Leopoldo, RS.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 6-15.

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2005.

ARENDDT, Isabel Cristina. *Educação, religião e identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. *Mapas do Setor de Engenharia*. Itapiranga, SC.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. *Livro Tombo da Paróquia. Livro de Casamentos. Livro de Batismos*. Itapiranga, SC.

ARQUIVOS PARTICULARES DAS FAMÍLIAS LENZ, LENGERT, KOLLMANN, DIETZ E WOHLFART, Itapiranga, SC.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Maço Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo*. Livro 1938. Florianópolis, SC.

ASSMANN, Hugo. Prefácio. In: AZEVEDO, Israel Belo. *O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. Piracicaba: Unimep, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “*O milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil, 1949-2011*”. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. Tradução José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL DA ALEMANHA, localizada na cidade de Frankfurt, Alemanha.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

BOLSI, Alfredo S. C. Geografia e historia regional. 1992. In: CHIARAMONTE, José Carlos. Sobre el uso historiografico del concepto de región. *Estudios Sociales*, ano XVIII, n. 35. Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre de 2008, p. 7-21

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-979-6-janeiro-1903-584238-publicacaooriginal-107004-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. Decreto nº 6.532, de 29 de junho de 1907. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6532-29-junho-1907-517583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.

CADENA, Nelson Varón. *Brasil: 100 Anos de Propaganda*. São Paulo: Edições Referência, 2001.

CARBONARI, Maria Rosa. Como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la História Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 13, nº 1, jan./abr. 2009, p. 19-34.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina – documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CHAPECÓ. *Livro de Transcrição 3-B*. Chapecó, SC.

D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 29.

DREHER, Martin N. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, v. 31, n.º 142, mai/jun. 1995, p. 59-82

_____. Estrangeiros e migrantes: incluídos e excluídos na imigração. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Márcia; WEBER, Roswithia. *Imigrações: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 104-116.

_____. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução Joaquim Pereira Neto, São Paulo: Paulinas, 1989.

EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Unijuí, 1999

_____; SILVA, Edinaldo Enoque. *Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado*. Curitiba: CRV, 2011.

_____. *Os sinos se dobram por Alfredo*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2016.

FARINATTI, Luis Augusto; KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

FAZITO, Dimitri. *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. Belo

Horizonte: Tese de Doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gérias, 2005.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il retorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: José Paulo Peres. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Neusa D. *Publicidade: comunicação persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GUIMARÃES, Josué. *A Ferro e Fogo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

JORNAL *DEUTSCHES VOLKSBLATT*, edições de 1914, 1927 e 1928. Disponíveis no Memorial Jesuíta da Unisinos, São Leopoldo, RS.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, RJ, 13 dezembro 1986, *Obituário*, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1986_00249.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

JORNAL FORÇA DO OESTE, Itapiranga, SC, ed. 895, 11 fevereiro 2015, *Itapiranga 61 anos: recortes da nossa história*, p. 03.

_____, Itapiranga, SC, ed. 470, 20 setembro 2007, *Em algum lugar do passado*, p. 16.

JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. Itapiranga: Edições SEI – FAI, 2005.

_____; *Max Von Lassberg: vida, obra, tributos*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

KARSBURG, Alexandre. *O Eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria: Editora UFSM, 2014.

_____. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: FARINATTI, Luis Augusto; KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

_____; VENDRAME, Maíra Inês. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

KLAUCK, Samuel. *O apostolado da imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)*. Curitiba: Tese de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2009.

_____. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *MNEME – Revista de Humanidades*. Caicó: Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, jan./jul.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13–31.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

_____. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). *Revista Poiésis*, v. 3, n. 5. Tubarão: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010, jan./jun., p. 71-84.

LASSBERG, SJ, Pe. Max Von. *Reminiscências*. Tradução Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133-162.

_____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. *Revista Tempo*. Niterói, RJ, v. 20, 2014, 20p.

_____. Micro-história e história da imigração. In: FARINATTI, Luis Augusto; KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 246-260.

LIVROS DIÁRIOS nº 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, da Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul. Disponíveis no Memorial Jesuíta da Unisinos, São Leopoldo, RS.

MANUSCRITOS DE BERNHARD JOSEF LENZ, datados de 1994 e 2009. Arquivo da família Lenz, Itapiranga, SC.

MÁRMORA, Lélío. *Las políticas de migraciones internacionales*. Bueno Aires: Paidós Iberica, 2003.

MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo (1871-1918). *Revista História: Debates e Tendências*, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 182-192.

MAYER, Leandro. “*O triste fim de Anton Kliemann*”: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. Passo Fundo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2016.

_____. *O retrato da repressão: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1935-1945)*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A romanização do catolicismo e os instrumentos de restauração católica dos jesuítas no Brasil. *Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1702>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

MUSEU DO COOPERATIVISMO, mantido pelo Sicoob Creditapiranga. *Fichas de associados*. Itapiranga, SC.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

_____. Colonizadora Mayer e Empresa Chapecó-Pepery: interfaces. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013. P. 170-194.

_____. Porto Novo: a Canaã dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920. In: FRANZEN, Douglas Orestes; MAYER, Leandro (Orgs.). *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 36–48.

NEVES, Flávio Rodrigues. A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*. GT de História da Mídia. Minas Gerais: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2013.

NODARI, Eunice Sueli. *A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: História Oral, v. 12, n. 1-2, p. 157-176, jan.-dez., 2009.

NUNES, Maria Zilles Magno. *O começo de Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933)*. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Sete Pecados do Capital*. Porto Alegre: Editora HUCITEC, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre: Pallotti, 1982.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Tradução Álvaro Cunha. São Paulo: Paulus, 1982.

RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

_____. Restauração Católica no Sul do Brasil. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 36, p. 279-304, 2002.

_____. A História da Imprensa Teuto-brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

_____; RABUSKE SJ, Pe. Arthur. *Pe João Evangelista Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

_____. *Somando Forças: o projeto social dos jesuítas do Sul do Brasil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

RAMOS, Silvana Pirillo. *Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido*. São Paulo: Aleph, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Ediupf, v. 1, 1999, p. 15-23.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, set/dez 2010.

REVISTA SKT. PAULUSBLATT, n. 01 do ano de 1912, n. 05 do ano de 1913, n. 03 do ano de 1914, n. 09 do ano de 1920 e n. 06 do ano de 1926. Disponíveis no Memorial Jesuíta da Unisinos, São Leopoldo, RS.

REVISTA UNITAS, janeiro de 1921, disponível no Acervo Histórico da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ROHDE, Maria W. *Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados*. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2012.

SANTA CATARINA. Lei nº 846, de 11 de outubro de 1910. *Dispõe sobre a reforma do ensino público*. Decretos e Actos de 1910 a 1913, Florianópolis, 1916.

_____. Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. In: *Coleção de decretos, leis de 1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.

SANTOS, Milton. *Metamorfosis del espacio habitado*. Barcelona: Oikos, 1996.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: _____. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 45-72.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia Especial*, Janeiro, 2000, p. 07-32.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Porto Alegre: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. Redes de associações agrícolas no sul do Brasil: União Popular e Liga das Uniões Coloniais. In: *Segundas Jornadas de História Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre. *Segundas Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v. 1. p. 01-17.

SCHMAHL, Helmut. Emigração da Alemanha: um balanço historiográfico. In: *XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização*, 2004. Leituras e interpretações da imigração na América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2007.

SCHUPP SJ, Pe. Ambros. *A missão dos Jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*. Tradução Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SCOTT, Ana Silva Volpi. “Entre idas e vindas”: a contribuição da Micro-História para o estudo da migração entre Portugal e o Brasil. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016, p. 211-233.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). *Revista De Antropologia*, n. 29. São Paulo: USP, 1986, p. 57-71.

_____. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

_____. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SPOHR SJ, Pe. Inácio. *História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia São Pedro Canísio – Itapiranga/SC*. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

THIEME, Robert. Análise dos métodos e elementos de persuasão utilizados em anúncios de novas colônias veiculados entre 1920 e 1940 nos almanaques Familienfreund Kalender e Kalender für die Deutschen in Brasilien. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Márcia; WEBER, Roswithia. *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

VANGELISTA, Chiara. Mobilidade social e espacial como objetos da História. In: DREHER, Martin N. (ed.), *Migrações: mobilidade social e espacial*. XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Editora Oikos, 2010.

WERLE, André Carlos. *O reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

_____. *Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina*. Curitiba: CRV, 2011.

WESCHENFELDER, Greicy. *A imprensa alemã no Rio Grande do Sul e o romance-folhetim*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul – Século XIX*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

WRIGHT, Jonathan. *Os Jesuítas: missões, mitos e histórias*. Tradução André Rocha. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

YOUNG, Erick Van Young. *Haciendo historia regional: Consideraciones metodológicas y teóricas*. PÉREZ, Pedro H (org.). *Región e historia en México (1700-1850)*. Instituto Mora/UAM, 1991. Disponível em: <http://historia.ihnca.edu.ni/ccss/dmdocuments/Bibliografia/CCSS2009/Tema3/Haciendo_Historia_Regional.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.